**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ERCILENE MARIA DE SOUZA VITA

**MAR DE PALAVRAS-CHAVE: DOMÍNIO E ESTRANHAMENTO EM
RELAÇÃO À LÍNGUA PORTUGUESA**

**São Paulo
2020**

ERCILENE MARIA DE SOUZA VITA

**MAR DE PALAVRAS-CHAVE: DOMÍNIO E ESTRANHAMENTO EM
RELAÇÃO À LÍNGUA PORTUGUESA**

(Versão revisada)

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Educação pela
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Área de concentração: Educação, Linguagem e
Psicologia
Orientador: Professor Titular Valdir Heitor Barzotto

**São Paulo
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pela autora
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

V835m	<p>Vita , Ercilene Maria de Souza</p> <p>Mar de palavras-chave: domínio e estranhamento em relação à língua portuguesa / Ercilene Maria de Souza Vita; orientador Valdir Heitor Barzotto. -- São Paulo, 2020</p> <p>207 p.</p> <p>Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Educação, Linguagem e Psicologia) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2020.</p> <p>1. Língua Portuguesa. 2. Domínio da língua . 3. Estranhamento. 4. Análise do Discurso. 5. <i>Unheimlich</i>. I. Barzotto, Valdir Heitor , orient. II. Título.</p>
-------	---

Nome: VITA, Ercilene Maria de Souza Título: Mar de palavras-chave: domínio e estranhamento em relação à língua portuguesa

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Lucilene Soares da Costa

Instituição: UEMS

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Mariano Dubin

Instituição: Univ. Nacional de La Plata

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Milena Magalhães Santos Guidio

Instituição: UFSB

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: Rogério de Almeida

Instituição: FE - USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: Valdir Heitor Barzotto (orientador)

Instituição: FE - USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

A Giuseppe Vita, Maria Scarpitta, Felice Vita, Maria Campos da Rocha, José Antônio da
Silveira, Maria Benedita Teixeira da Silveira, Nicolau da Rocha Vita, Ercília Silveira Vita,
Dalton Silveira Vita, Carlota Junqueira, Alcides Joaquim de Souza, Helena Alves de Souza,
Teresinha Carlota de Souza da Silveira Vita.

(Esses de quem sei os nomes)

Aos que vieram antes

A Ali e Francisco

Aos que virão depois

Esses (m)eus significantes

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Titular Valdir Heitor Barzotto, meu orientador de sempre, pela referência intelectual contínua, pelas observações e comentários dezescretores e por continuar acreditando na Educação deste país.

Aos Professores membros da Banca, pela atenção e pela generosidade de se dedicarem à leitura e aos comentários de meu trabalho.

Aos Professores que fizeram parte de minha qualificação, Maria Angela Borges Salvadori e Rogério de Almeida pela leitura generosa e frutífera, que deram uma direção imprescindível a meu trabalho.

Aos membros da banquinha do GEPPEP, Carlos Cabombo, Félix Alexandre Nhambe e Heron Cazón por suas observações e leitura, que desde lá no início me ajudaram em meu caminho.

A Claudia Riolfi pela generosidade de suas aulas e por me acolher no GEPPEP.

A Alejandro Viviani pelas lições imprescindíveis de psicanálise.

A Sidnei Goldberg, por meu percurso psicanalítico.

Aos colegas do GEPPEP, pelas discussões que muito me formaram.

À minha querida Tatiane Silva Santos, pela companhia, caminhadas, conversas não somente sobre teoria e pela leitura deste trabalho.

À CAPES, por ter confiado em meu projeto de Doutorado e pela oportunidade de poder ter estudado na Paris 13 (Université Sorbonne Paris Nord).

Ao Professor Thierry Rentet e ao Professor Frédéric Alexandre, por terem me recebido na Paris 13.

Às professoras da Paris 8, Isabel Desmet, Myriam Ponge e Sylviane Lazard (*in memoriam*) com admiração e respeito por seu trabalho.

Aos funcionários da Pós, pelo respeito e pela ajuda de todos os dias em que precisei.

À Maria Cristina Bittencourt, pela acolhida e pelo carinho.

À Leila Aguiar, pelos cafés compartilhados com amizade, conversas sobre a vida e teorias.

Às Anas (Ana Cláudia, Ana Cristina, Ana Lúcia, Ana Maria), minhas amigas-irmãs.

À Anne Vidal, pelas conversas - coincidentes - sobre a arte e o estranhamento.

A Guilherme Chaves Sant'Anna, Juris Megnis Jr e Thierry Calasans pela amizade de tão longa data.

A minhas colegas de português, Carolina Zagari, Karina Ceribelli Roy, Mariana Barioni e Roberta Hernandez, com quem compartilho as dúvidas do dia a dia e também minha amizade.

À Mona Ayoub, por ser tão presente e companheira.

À minha família, por estarem por perto.

*“Minha língua é minha pátria e eu não tenho pátria, tenho mãe e quero
fratria.”*

Caetano Veloso, Língua

RESUMO

VITA, Ercilene Maria de Souza. **Mar de palavras-chave: Domínio e Estranhamento em relação à língua portuguesa.** 2020. 194 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta pesquisa teve seu início por meio de uma inusitada experiência de estranhamento familiar (FREUD, 1919) ocorrida por ocasião da leitura da obra *Maluco, o Romance dos Descobridores* (PONCE DE LEÓN, 1990). Durante essa leitura, uma espécie de amálgama ocorreu entre a sensação de estranhamento causada pelo texto e a ideia de domínio em relação à língua portuguesa, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Como consideramos que as manifestações inconscientes podem induzir não somente a um autoconhecimento, mas também a um conhecimento que se sustente diante do social, resolvemos iniciar nossa pesquisa, tendo como eixo a seguinte pergunta: Que caminho essa sensação de estranho familiar (*unheimlich*) poderia nos indicar? O que as palavras “domínio” e “estranhamento” poderiam nos trazer como conhecimento em relação à língua portuguesa e ao seu ensino? Sabemos que as palavras não são usadas impunemente. Marcam um caminho quando são ditas. Constroem formações imaginárias e simbólicas. Assim, para responder a essas perguntas, analisando os termos “domínio” e “estranhamento” em dicionários, em textos oficiais e, de modo geral, na mídia veiculada pela internet, fazemos uso do paradigma indiciário de Ginzburg (1986), bem como dos referenciais teóricos da Análise do Discurso (via Pêcheux) e da psicanálise freudiana/laciana – tais como a noção de inconsciente e dos registros Real, Imaginário e Simbólico.

PALAVRAS-CHAVE: Domínio da língua. Língua Portuguesa. Estranhamento. Psicanálise. Análise do Discurso.

ABSTRACT

VITA, Ercilene Maria de Souza. **A sea of key words: Mastery and Estrangement in relation to the Portuguese language.** 2020. 194 f. Thesis (Doctorate in Education). Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This research began with an unusual experience of family estrangement (FREUD, 1919) that occurred while reading *Maluco, Romance dos Descobridores* (PONCE DE LEÓN, 1990). During this reading, a kind of amalgam took place between the feeling of estrangement caused by the text and the idea of mastery in the Portuguese language, present in the National Curriculum Parameters (PCN, 1997). As we consider that unconscious manifestations can induce not only self-awareness, as well as knowledge that is socially sustained, we have decided to start our research, focusing on the following question: What path could this feeling of « uncanny » (*unheimlich*) take us to? What does it imply? What could the words "mastery" and "estrangement" contribute as knowledge in relation to the Portuguese language and its teaching? We know that words are not used with impunity. They set a path when they are said. They build both imaginary and symbolic formations. Thus, in order to try answering these questions and analysing the terms “mastery” and “estrangement” in dictionaries, in official texts, and on the internet, we make use of the indicial paradigm of Ginzburg (1986), as well as the theoretical references of Discourse Analysis (via Pêcheux) and Freudian / Lacanian psychoanalysis - such as the notion of the unconsciousness and the Real, Imaginary and Symbolic register.

KEY WORDS: Language Mastery. Portuguese Language. Estrangement. Psychoanalysis. Discourse Analysis.

RÉSUMÉ

VITA, Ercilene Maria de Souza. **Océan de mots-clé: Maîtrise et étrangeté envers la langue portugaise.** 2020. 194 f Thèse (Doctorat en Sciences de l'Éducation). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Cette recherche a débuté par une expérience inhabituelle et d'une inquiétante étrangeté (FREUD, 1919) qui m'a été provoquée par la lecture de l'ouvrage *Maluco, Romance dos Descobridores* (PONCE DE LEÓN, 1990). À la sensation d'étrangeté dégagée par le texte, s'est superposée dans mon esprit, la question de la maîtrise de la langue portugaise, telle que la présente les PCN – directives officielles de l'enseignement brésilien (1997). Convaincue de la participation des manifestations inconscientes à la construction de la connaissance, entendue dans sa dimension personnelle mais aussi sociale, cette expérience subjective m'a amenée à orienter ma recherche à partir des questions suivantes: quelle chemin nous indique cette sensation d'inquiétante étrangeté (*unheimlich*)? Que peuvent apporter à la langue portugaise et à son enseignement les termes «maîtrise» et «étrangeté»? Les mots, nous le savons, ne sont pas utilisés impunément. Les prononcer indique un chemin. Ils construisent des formations imaginaires et symboliques. Pour répondre aux questions que nous soulevons, nous avons suivi le paradigme indiciaire de Ginzburg (1986) et les références théoriques de l'Analyse du Discours pêcheutienne, ainsi que celles de la psychanalyse freudienne / lacanienne – telles que la notion d'inconscient et celle des trois registres, Réel, Imaginaire et Symbolique. L'étude des termes «maîtrise» et «étrangeté» sera abordée, quant à elle, à partir de sources diverses: dictionnaires, textes officiels et médias numériques.

MOTS-CLÉ: Maîtrise de la langue. Langue Portugaise. Étrangeté. Psychanalyse. Analyse du Discours.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: O lugar da AD
- Figura 2: Esquema do Arco Reflexo
- Figura 3: O signo para Saussure
- Figura 4: O nó borromeano representado por Nicholas Durnam
- Figura 5: Trecho do *Diccionario de Língua Brasileira* (1832)
- Figura 6: Definição de “indígena” in *Diccionario de Língua Brasileira* (1832)
- Figura 7: Os PCN fáceis de entender
- Figura 8: “Mim quer vaga”
- Figura 9: Os anúncios de emprego no jornal *Folha de São Paulo*
- Figura 10: Anúncio para vaga de redator/revisor do jornal *Folha de São Paulo*
- Figura 11: Excerto de *site* de um grande grupo educacional
- Figura 12: Artigo da *Folha de São Paulo* sobre novas traduções de Guimarães Rosa
- Figura 13: Artigo de Vilma Arêas publicado na *Folha de São Paulo*
- Figura 14: O Brasil sem inocência de “Desmundo”, artigo de Marcelo Coelho publicado na *Folha de São Paulo*

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: As formações imaginárias em Pêcheux
- Quadro 2: Relação dos dicionários pesquisados
- Quadro 3: As ilhas de discurso
- Quadro 4: Quantidade de textos do *corpus* inicial (referente à expressão “domínio da língua portuguesa”) e suas respectivas décadas
- Quadro 5: Tabela indicativa dos textos que compõem o *corpus* referente à expressão “domínio da língua portuguesa” sem relação direta com o mercado de trabalho
- Quadro 6: Relação dos artigos da SciELO que compõem o *corpus* referente à expressão “domínio da língua portuguesa”

LISTA DE SIGLAS

AA	Acesso Aberto
AD	Análise do Discurso
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC-BY	<i>Creative Commons Attribution License</i>
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DF	Discurso Fonte
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FD	Formações Discursivas
FESP	Faculdade de Engenharia São Paulo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FOVEST	Caderno da Folha de São Paulo referente aos vestibulares
IVC	Instituto Verificador de Circulação
L2	Segunda Língua
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PLNM	Português Língua Não Materna
POLI	Escola Politécnica
PPC	Projeto Pedagógico do Curso de Graduação
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
RSI	Registros Real, Simbólico, Imaginário
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEESP	Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo
TI	Tecnologia da Informação
UDN	União Democrática Nacional

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UOL Universo *Online*

USP Universidade de São Paulo

Sumário

Sumário.....	34
1. À GUISA DE INTRODUÇÃO	18
2. O INÍCIO DA VIAGEM	19
3. A PALAVRA-CASA: EIS AQUI A NAVEGANTE.....	24
4 MINHAS ROTAS EM MEIO ÀS MARÉS: O CAMINHO	32
4.1 O estranho familiar	35
4.2 O autoquestionamento, o foco em relação a meus possíveis posicionamentos de sujeito e o acolhimento da minha sensação de estranho familiar como algo que poderia me ensinar	48
4.3 O paradigma indiciário de Ginzburg, servindo como uma forma de olhar para os dados, um microscópio para enxergar o detalhe, mais de perto	49
4.4 A análise dos textos encontrados a partir dos pressupostos da Análise do Discurso, de linha francesa e sua relação com a psicanálise freudiana/lacanian.....	50
5 OS DICIONÁRIOS – PORTOS.....	67
5.1 Da palavra “domínio”	71
5.1.1. Definições e acepções dos dicionários publicados antes do século XX	72
5.1.2 Definições e acepções dos dicionários publicados inicialmente na primeira metade do século XX	75
5.1.3 Definições dos dicionários publicados em sua primeira edição na segunda metade do século XX e início do século XXI	76
5.2 Da palavra “estranhamento”	78
5.2.1 Definições e acepções dos dicionários publicados antes do século XX	78
5.2.2 Definições e acepções dos dicionários publicados inicialmente na primeira metade do século XX	81
5.2.3 Definições e acepções dos dicionários publicados em sua primeira edição na segunda metade do século XX e início do século XXI	82
6 DAS ILHAS DE DISCURSO	84

6.1 O Ministério da Educação	85
6.2 A internet.....	88
6.3 O jornal Folha de São Paulo	89
7. DAS ILHAS E SUAS CARTAS DE NAVEGAÇÃO	96
7.1 As primeiras buscas na internet sobre a expressão “domínio da língua portuguesa”	96
7.1.1 O domínio da língua portuguesa e os textos oficiais.....	97
7.1.2 A expressão “domínio da língua portuguesa” na internet.....	105
7.1.3 O acervo <i>online</i> do jornal <i>Folha de São Paulo</i>	113
7.1.4 Os textos acadêmicos e o domínio da língua portuguesa	120
7.1.5 Os mercadores: os textos sobre o domínio da língua portuguesa e sua relação com o mercado	134
7.2 As primeiras buscas na internet sobre a palavra “estranhamento” e sua relação com a língua portuguesa	137
7.2.1 O estranhamento e os textos oficiais	138
7.2.2 O estranhamento em relação à língua portuguesa na internet	139
7.2.3 O acervo <i>online</i> do jornal <i>Folha de São Paulo</i>	147
7.2.5 O estranhamento e a língua portuguesa: uma guia, porém é melhor não se deixar cegar pelas guias	163
8. A RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA: DOMÍNIO OU ESTRANHAMENTO?	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CHEGADA. O OUTRO DENTRO DE CASA.....	174
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	192

1. À GUISA DE INTRODUÇÃO

Neste mundo falta amor e boa interpretação de texto.

(Leonardo Sakamoto)

Vossa Majestade,

Vou lhe contar uma história. Nesta carta que agora lhe escrevo. Uma história de não-poder, uma história que talvez não lhe caiba porque talvez Vossa Majestade não seja afeita à história dos pequenos, dos que parecem não saber, dos que duvidam, dos que não têm certeza da importância de tantas guerras e relatos de valentia. Antes, pelo contrário, são os que aprenderam a frase de Valéry e a recitam como a maior das verdades: “A guerra é um massacre de pessoas que não se conhecem, em proveito dos que se conhecem, mas não se massacram”. Pois Vossa Majestade certamente conhece outras majestades a quem histórias de poder farão melhor. Vossa Majestade certamente conhece os que prefeririam antes de ler um texto, contabilizar corpos. Vossa Majestade, provavelmente, preferiria não ler o que eu gostaria de escrever. Talvez nunca o leia e talvez esse meu texto acabe como uma garrafa lançada no mar, que mais ninguém leria, que ninguém terá encontrado um dia. Mas esse é o risco, o traço. Que eu preciso correr. Eu, Marina.

Pois vou então lhe contar como tudo começou ...

2. O INÍCIO DA VIAGEM

Quis o destino que no ano de dois mil e catorze, eu, uma pobre súdita de Vossa Majestade, me deparasse com o relato de um tal de Juanillo Ponce - a quem algumas vezes chamarei também de Ponce de León, seu duplo - como quem pega sofregamente uma garrafa lançada no mar, ou melhor ainda, como quem pega um barco no qual partir.

Confesso, Vossa Majestade, que há muito tempo não lia um texto que me causasse tanto prazer, tanta sensação de envolvimento a palavras alheias, um afogamento doce em relação ao que me é estranhamente familiar. Confesso, mais uma vez, Majestade: essa história tem a ver com o mar.

Se Juanillo relata o caminho que fez acompanhando o grande navegador Magalhães ao sair de Sevilha em direção a Maluco - nome dado pelos espanhóis às Ilhas Molucas, no Oceano Pacífico -, pretendo aqui, neste meu relato, por minha vez, contar-lhe também uma parte de meu caminho, no oceano pacífico e no mar das tormentas, não os das águas, mas os das palavras e do ensino e reflexão sobre elas. Como Vossa Alteza certamente não sabe, sou professora de línguas, o que também me faz muitas vezes sensível a alguns termos.

Minha viagem pelo relato de Ponce de León (1992) começou assim. Sensível a alguns termos e frases específicos, em uma identificação bizarra, um tanto quanto assombrada, com o relato que Juanillo fazia da tão famosa expedição de Magalhães. As caravelas espanholas singrando os mares, querendo conquistá-los... E eu, ao ler essa narrativa, sentindo uma estranha sensação de espelhamento e duplicidade, um estranhamento e identificação em relação a trechos como o que transcrevo a seguir:

Todas as coisas punham-se em movimento e se afastavam de nós, que, imóveis, deixávamos que fosse roubado o mundo que nos pertencia. Ninguém sabia na verdade para onde iam as coisas que se afastavam de nós naquela manhã, (PONCE DE LEON, 1992, p. 7).

Quando lia esse relato, eu também não sabia para onde ia. Pensava sobre o mundo, provavelmente. Um desmundo. E o que entranhava em mim era talvez uma ideia vaga de partida, de descoberta de novos lugares onde eu pudesse estar.

No relato de Ponce de León, eram cinco as caravelas que partiam. Partiam, mas era a terra que parecia ter movimento. Como num espelho avesso, o movimento que se fazia só aparecia do outro lado. E no meio desse espelhamento, nesse espelho estranho e reverso, como quando colocamos um espelho na frente do outro e as imagens se prolongam infinitamente numa sensação de abismo - *mise en abîme* - , eu fui me emaranhando e me contagiando pela ideia maluca de que se ia conquistar as Ilhas Molucas, de que se ia sem naufrágios atravessar o mar...

E assim fui me enredando no texto de Juanillo/Ponce de León ao mesmo tempo que estranhava o fato de perceber neste texto uma repetição - inconsciente no início, e depois evidente - de termos que tinham em sua raiz a palavra “estranho”: o adjetivo - no plural ou no singular, no masculino ou no feminino - e o advérbio, feito a partir dele: “estranhamente”. A primeira vez em que essa expressão aparece no livro é no seguinte trecho: “Era como se tivéssemos morrido havia muito tempo, como se fôssemos estranhos. Estrangeiros. Como se padecêssemos de um mal terrível com o qual temessem se contaminar.” (PONCE DE LEON, 1992, p. 10).

No entanto, Vossa Alteza, essa estranheza parecia contaminar não somente a mim, mas também o texto: na página 41, por exemplo, o termo “estranho” é utilizado três vezes, sendo que aparece – salvo erro de minha parte - 61 vezes ao longo de todo o relato de Juanillo, um relato de 283 páginas. Pois, veja... uma média de aparecimento do termo a cada 4 páginas e meia, aproximadamente. Isso talvez lhe soe incomum?

Talvez, propositadamente. Mas por que falo tanto de estranheza, Majestade?

Confesso que eu achava bizarra tanta repetição. Algo me incomodava muito nisso, mas não de um modo que eu pudesse definir como forçosamente ruim ou bom. Era antes algo que me inquietava, que me fazia pensar, uma sensação. Uma experiência de alheamento. Um alumbramento. Um clarão. Um estranho familiar que me tirava o chão. Como se algo atraente e intrigante aí estivesse. Uma espécie de incógnita. Que me fazia pensar, mas ao mesmo tempo me bloqueava. Tomei então para mim a estranheza como um mote, uma matriz para entender o texto de Ponce de León. Foi a forma que consegui para sair dessa sensação que me fazia quase que parar no tempo, uma letargia. De alguma forma, inconsciente, associei a essa estranheza, a minha noção do que seria uma língua, a minha língua, a língua portuguesa, embarcada de forma tão similar em caravelas pelo mar. Além disso, estava na mesma época lendo os PCN de Língua Portuguesa (1997). E me pareceu, nesse momento, que a associação entre esses dois textos me

daria uma resposta. Como? Eu ainda não sabia... Nem sabia se isso aconteceria, porém fiz dessa associação o começo para minha questão de pesquisa: O que esse estranhamento poderia me dizer a respeito de minha língua e também a respeito do meu percurso de professora de língua portuguesa para o Ensino Fundamental?

Por conhecer o conceito freudiano de inconsciente, tentei verificar o que esse estranhamento – que, como já mencionei, me soava como uma incógnita, e quase como uma senha - poderia me revelar. Para Freud, somos cindidos enquanto sujeitos, estrangeiros a nós mesmos, nosso “eu não é o senhor da sua própria casa” (FREUD, [1919a], 1996, p.153). Eu não seria senhora? Talvez daí viesse uma vontade de partida. “Todas as manhãs, o aeroporto em frente me dá lições de partir” (BANDEIRA, 1989, p.203). Mas, o que seria essa partida, Vossa Alteza? O que seria deixar a casa?

O que me causava uma sensação perturbadora, uma sensação de assombramento, acabava encontrando espelho nos personagens de Ponce de León que pareciam se perder em sua viagem. Em busca do domínio de outras terras, morriam ou viravam quase que fantasmas, outros em relação ao que pensavam ser. Deixaria assim eu a minha casa?

Avançava às cegas, guiando-me pela pestilência que vinha daquela parte. (...) Do outro lado daquela fronteira me esperava um mundo estranho, do qual talvez não houvesse regresso. (...) Ao me ver tão submisso, compreendi que estava doente de verdade. (PONCE DE LEON, 1992, p. 198)

Há casos em que a partida não é tão óbvia. Há casos em que partir funciona como cura, ainda que essa cura seja um enfrentar de fantasmas. Uma busca de uma casa assombrada. Refletindo cá com meus botões, percebi que para além de as pessoas estarem mesmo doentes, a insistência cega em relação à vontade de poder pode às vezes adoecê-las. Vossa Majestade me compreenderia, neste meu relato? No caso do texto de *Maluco, o Romance dos Descobridores*, avançar – para os navegadores - parecia-se muitas vezes com insistir em uma vontade de poder que não mais se sustentava.

Há um relato impressionante nesse livro, quando Juanillo fala justamente do barco em que navegavam, a madeira das árvores pesando no mar. Uma imagem. Afundando. O barco sob o peso da matéria de que ele próprio era feito. O barco feito para navegar feito de uma matéria feita para se fincar na terra. Um barco-contradição navegando no mar, que talvez fosse impossível, por mais que desejado, dominar. Mas, eu divago, Majestade. O que isso tem a ver com o ensino de língua? Peço-lhe mais um pouco de paciência. Ainda que nosso tempo não

seja propício. Mas devo lhe dizer que quando lia sobre Magalhães e seus colegas de navio, eles se pareciam comigo.

Em geral, traziam a boca muda e os olhos estranhos, e ninguém perguntava nada. Às vezes, não voltavam todos, mas ninguém falava do ausente. Só o substituíam.

O que nunca traziam eram notícias de Maluco.

Desta forma, os espaços que os mortos haviam deixado começavam a ser notados outra vez, principalmente o dos capitães. Naqueles poços sem fundo naufragava a cada instante a autoridade de Sebastián. Ele se esforçava para preencher todos os buracos, mas em vão. Aqueles espectros estavam por todas as lacunas. (PONCE DE LEON, 1992, p. 268).

A cada morte, desaparecimento ou ausência era a própria ideia de domínio que se fazia questionar.

Era esse o objetivo dos navegadores, não? O domínio de novas terras. O texto de Ponce de León, como já lhe disse, Vossa Alteza, foi o primeiro texto que deu início ao meu trabalho. E enquanto o lia, a minha sensação de estranhamento parecia se ligar como num anzol, um ímã, a outro texto que eu estava lendo - como já indiquei anteriormente - que também tratava de domínio, dessa vez não do mar ou de novas terras, mas de domínio da língua. Da língua portuguesa. “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal?” (PESSOA, 1960, p.19).

Esse texto, se eu puder fazer uma comparação que talvez o aproxime do texto de Ponce de León, é uma espécie de carta de navegação para professores imaginariamente destemidos: são os já citados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Tem também – apesar de se chamar parâmetros – o projeto de dominar territórios. Os que concernem à língua, às formas de se ensinar a língua. E conquistar espaços. A Ilha de Vera Cruz. A Terra de Santa Cruz. Aproximando-se assim do projeto que lemos em *Maluco, o Romance dos Descobridores*. O que será que se descobre quando se chega a uma terra, Majestade? De que forma será que se utiliza a língua para nomear o que nunca se viu? O desconhecido se nomeia como? Os nomes. Os nomes são também uma forma de colonizar. De organizar de acordo com sua visão de mundo. De nomear, classificar, selecionar, enumerar, dominar.

Os PCN são organizados em vários volumes. O volume que lia - quando o associei ao relato de Juanillo - era o referente ao terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental para o ensino de Língua Portuguesa, (1997). Esse texto, em sua apresentação, inicia-se com o seguinte trecho:

O **domínio**¹ da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento (PCN, página 15, livro 2).

Mais adiante, esse trecho é retomado na página 21 do mesmo texto, no item referente à linguagem e participação social:

O **domínio** da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento (PCN, página 21, livro 2).

A palavra “domínio”, na acepção que lhe é atribuída nesses excertos, ainda aparece por mais sete vezes ao longo dos PCN de Língua Portuguesa. Entre tantas que poderiam estar nesse lugar, a palavra utilizada foi justamente esta, o que me causou uma certa inquietação. Por que nele também não se falava de estranhamento? Onde o estranhamento que senti estava? Por força de minha formação, aprendi que, em relação à linguagem, não há domínio que reste.

Porém não vou discorrer sobre isso agora, Majestade. Deixo para mais tarde. Prefiro começar desde o início. Minha casa-parto. Parto: porta². De partida. Minha língua. Os meus textos e dizeres que ecoam em mim. Os que eu não abandonei. Os que não me abandonaram. Os que resistem e se repetem a despeito de minha falha-memória.

Assim, no item a seguir, tentarei dar conta de falar de onde parto. Para em seguida discorrer sobre a metodologia utilizada nesta minha pesquisa e a relação que acabei inicialmente estabelecendo - ainda que inconscientemente - entre os termos que escolhi/que me escolheram (domínio e estranhamento). Mais adiante ainda, farei um histórico desses dois termos, para termos uma noção mais detalhada a respeito do que estamos falando...

¹ Grifo meu.

² O jogo de palavras entre porta e parto me foi indicado por minha colega Anne Vidal, artista plástica que vem atualmente desenvolvendo um trabalho – ainda não exposto – acerca desse tema.

3. A PALAVRA-CASA: EIS AQUI A NAVEGANTE

Escrevo. Escrevo que escrevo. Mentalmente me vejo escrever que escrevo e também posso me ver ver que escrevo. Recordo-me já escrevendo e também me vendo que escrevia. E me vejo recordando que me vejo escrever e me recordo vendo-me recordar que escrevia e escrevo vendo-me escrever que recordo haver-me visto escrever que me via escrever que recordava haver-me visto escrever que escrevia e que escrevia que escrevo que escrevia. Também posso imaginar-me escrevendo que já havia escrito que me imaginaria escrevendo que havia escrito que me imaginava escrevendo que me vejo escrever que escrevo.

(Salvador Elizondo)³

Eis aqui a navegante. Aquela que largou sua casa. Para uma outra margem. “Não escreva na margem”. Não escreva à margem. Escrevo. Melhor dizer antes como essa casa é. Era. Toda vez que penso em começar um texto, o texto que me vem à mente é sempre este da epígrafe. Escrevendo-lhe agora, Majestade, lutei contra o bendito. Mas foi uma luta vã, porque ele continuava em mim, insistindo.

E eu o acabei aceitando pois se nesse trecho de meu relato decidi escrever um pouco de minha história, não haveria motivos para impedir um texto que me acompanha há anos, décadas até, de aparecer novamente.

Eu poderia, aliás, fazer aqui uma sucessão de provérbios, falas, frases, textos que me constituíram. Por que não? Se vou falar de mim, tenho que falar de textos. Da tessitura dos dias.

O primeiro dia de que me lembro escrevendo foi quando ganhei minha primeira máquina de escrever. Eu me lembro lendo antes. Não me lembro escrevendo antes, sem essa máquina.

Eu me lembro lendo letras ao lado de figuras de pato e outros bichos que minha mãe desenhava para mim. Também me lembro lendo o título de uma revista de bordados italiana. *Burda*. Também me lembro apaixonada por minha cartilha *Caminho Suave*.

³ Tradução minha do texto de Elizondo (1985), dedicado a Octavio Paz.

Talvez eu ainda tenha que escrever um texto sobre isso, para explicar aos outros por que eu era apaixonada por uma cartilha que depois foi execrada. Talvez seja melhor começar agora a explicá-lo...

A minha cartilha era singular. Não era qualquer uma. No primeiro ano primário, todo mundo tinha a cartilha. Mas a minha era diferente porque era de uma edição mais antiga. E lhe faltavam algumas folhas. Minha mãe talvez pudesse ter comprado uma nova. Mas não quis. Não sei onde tinha arranjado a minha. Se tinha recebido de alguém. Só sei que a minha era mais antiga, um pouco menos brilhante que as outras. O papel já meio amarelado, com menos brilho. E as folhas que faltavam.

Pois minha mãe soube cobrir essa falta com papel transparente.

Pedi emprestado uma cartilha nova. Colocou um papel tipo de seda em cima de cada folha que faltava. Depois copiou uma a uma as páginas faltantes. Também as coloriu com as mesmas cores que havia no original e por fim colou tudo, na ordem correta com um durex de um tom um pouquinho mais escuro que o papel de seda. Eu via as letras quando lia e via também esse durex. Algo me dizia que se eu não cuidasse bem dessa cartilha, as páginas feitas com tanto cuidado por minha mãe poderiam voar. Minha cartilha *Caminho Suave* era suave e volátil como qualquer bicho que criasse asas. E, porque as coisas não são tão explicáveis quanto um bê-a-bá, eu amava o fato de minha cartilha ser mais frágil que as outras, fugidia.

Pois foi assim que aprendi a ler. Com cuidado e com o investimento libidinal de minha mãe, que passou tanto tempo assim copiando letras que ela já conhecia, para eu aprender o que eu desconhecia.

Não deu outra. Aprendi a ler tão rápido como se tivesse criado asas. Feito a cartilha.

Eu me lembro lendo assim.

E como já escrevi antes, eu me lembro escrevendo pela primeira vez, não com um lápis ou uma caneta, mas com uma máquina de escrever que ganhei, eu acho, aos 7 ou 8 anos. Lembro que escrevi em preto e vermelho o resumo de um filme que eu tinha amado e queria guardar para sempre. *Os perigos de Paulina*. Nem sei mais da história desse filme, mas sei da máquina, e do preto e do vermelho. Da tinta. Também sei da dor de ter uma mão bem pequena para aquela máquina grande e de enroscar os dedos entre as teclas justamente porque minha mão não alcançava as letras que ficavam nas laterais da máquina. Porém, de alguma forma, eu queria continuar a escrever assim. Porque isso me parecia ser algo que só os adultos faziam.

E assim continuei. Lendo e escrevendo. E sendo tecida pelos textos que me constituíam.

Agora posso pensar numa lista.

(Parênteses) No gênero textual “lista” deveria haver uma contraindicação escrita, como nas bulas de remédio: “Esse gênero textual é contraindicado em caso de vontade de abrangência, ou ainda, de uma mínima vontade de explicação da realidade. **Reações adversas:** a concepção do assunto e o entendimento acerca de uma situação qualquer realizados a partir da leitura de uma lista podem ser extremamente redutores”. A ilusão de domínio.

Depois dessas advertências, agora sim, posso pensar em uma lista de textos que me constituíram:

- 1) primeiros poemas: *O cavalinho azul* de Cecília Meirelles, *O Pardalzinho* e *O bicho*, de Manuel Bandeira (1989). Adiante, transcrevo um deles:

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

E também um trecho do poema *Natal*, de Vinícius de Moraes (1962):

Cristo nasceu! canta o galo
- Aonde? pergunta o boi
- Num estábulo! o cavalo,
Contente, relincha onde foi.

De alguma forma a ingenuidade deste último poema não combinava com a dureza e a outra anunciação surpreendente do final do primeiro. Mas estavam ambos, se não me engano, no mesmo livro didático⁴. E me faziam pensar.

Continuo a lista:

1) ainda poemas: Os poemas de Catulo, de Adélia Prado, de Drummond, de Pessoa, de Affonso Romano de Sant'Anna, de João Cabral, de Manuel Bandeira, de Quintana, de Jehuda Halevi, de Paul Éluard, pelo que me lembro.

2) e livros: *Os cisnes selvagens*, *Xisto*, *O menino do dedo verde*, *Ana Selva*, *As vinhas da ira*, *Pássaros feridos*, *O Morro dos Ventos Uivantes*, *Jane Eyre*, *Barro Blanco*, *O velho e o Mar*, *Mar Morto*, *A estranha nação de Rafael Mendes*, *Clarissa*, *Um certo capitão Rodrigo*, *A mulher que inventou a Bíblia*, *A guerra no Bonfim*, *Os deuses de Raquel*, *O ciclo das águas*, *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, *O queijo e os vermes*, *A Idade da Razão*, *Sursis*, *O estrangeiro*, *A montanha mágica*, *Tia Julia e o Escrevinhador*, *De todos os fogos o fogo*, *Complexo de Portnoy*, *Cândido*, *Maluco*, *o Romance dos descobridores*, *A estrutura da bolha de sabão*, *As cidades invisíveis*, *O cavaleiro inexistente*, *A festa*, *Um amor*, *Orlando*, *As afinidades eletivas*, *O exército de um homem só...*

Fiz um esforço especial para não olhar minhas estantes de livros nesse momento, Majestade. Quantos livros ainda me cabem assim em um momento de lembrança? Só quis me basear na memória. Os que ainda estão lá e de que ainda gosto por um ou outro motivo. Também no final acabei misturando textos infantis e de adultos. Tentei classificá-los inicialmente, mas deixei de lado a ideia. Não há por que classificar o que está muito emaranhado em mim. Poderia falar deles por muito tempo, pois são histórias que me formaram. Quando se destrói um livro, quanta humanidade perdemos, Majestade? Isso lhe interessa ou isso lhe é indiferente? A indiferença... Quando se acaba um homem, quantas histórias ficam para trás?

Passei meia hora mais ou menos tentando lembrar de textos que ainda me falam. São esses que acabei de listar. Há outros certamente. Mas não me lembrei deles enquanto escrevia esse meu acervo, de memória. E eis que agora – a partir da palavra “memória” – me surgem outros. *Memorial de Aires*, *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Memorial do convento*, *A jangada de pedra*, *Ensaio sobre a cegueira*. Pois a memória é assim. Se associa.

⁴ *O sonho de Talita*, volume 3, se não me engano.

Eu poderia agora tentar lembrar de mais livros que me constituíram por mais um tempo, mas decidi mudar de rumo. E falar talvez da extrema força de alguns desses textos que me humanizaram. Sobretudo *As vinhas da Ira*, de John Steinbeck. Recentemente vi o filme baseado no livro e me lembrei dele, que estava lá, guardado em mim e só então me dei conta do quanto esse livro tinha me indicado circunstâncias, mostrado para mim muitas das incongruências deste mundo. Um livro assim tão grande e um poema tão pequeno quanto *O Bicho* me passaram e me passam a mesma sensação. Um livro assim tão grande que li na adolescência. Um poema assim tão pequeno que li quando tinha uns 8 ou 9 anos. Textos tão diferentes em extensão, mas que, em mim, atemporais, se misturam dentro do que eu imagino ser a minha capacidade de ser humana.

Se um dia me perguntarem qual ser humano você acha mais humano, eu direi: “Meu pai”. Não sei exatamente o motivo. Uma vez li uma frase, parece que atribuída a Lacan (de que nunca mais porém encontrei a referência): “Amar é simbolizar o real”. A forma que meu pai tinha para me mostrar o amor era contar algumas histórias ou fazer comentários sobre a vida. Nem sempre eram histórias com começo, meio e fim. Eram trechos de vida. De alguém que eu não conhecia, ou alguém da família. Uma vez me contou uma história que tinha vivido: estava andando na rua e quase viu um linchamento. Essa possibilidade de presenciar um final perverso para a vida de um homem marcou profundamente o meu pai. E me marcou também. A ponto de eu, uns anos atrás, ter escolhido para trabalhar com meus alunos – e continuar ainda trabalhando - uma história que remete a esse momento vivido por meu pai. Uma história que trata da impossibilidade imposta sobre uma língua estrangeira. Explico: escolhi trabalhar com eles *Os livros de Sayuri*, de Lúcia Hiratsuka (2008), obra que narra a história da menina Sayuri, presa entre a vontade de aprender a ler em japonês e o fato de, durante a Segunda Guerra Mundial, sua língua ter sido proibida aqui no Brasil. Seu pai poderia ser preso se descobrissem o livro que ela guardava: o livro que não tinha conseguido esconder e enterrar, junto com todos os outros que sua família havia escondido, por se apegar tanto a ele.

E foi contando e fazendo ler esse livro a meus alunos que percebi que repetia, inconscientemente marcada, a história de meu pai, recontando a meus alunos uma história de poder que toca os pequenos. Ou ainda, fazendo ver como as histórias de poder nos tocam em nosso cotidiano. O que rompeu o cotidiano de meu pai e marcou-o para sempre foi a história de um japonês que andava na rua, com uma caixa de sapatos. Um japonês andando na rua com uma caixa de sapatos na mão - em plena Segunda Guerra Mundial - era alguém capaz de despertar a ira de quem não se perguntava muito. Meu pai, depois de me contar essa história,

dizia, os olhos cheios de espanto e angústia: “Ele estava carregando uma caixa de sapato. Acharam que era uma bomba... Ia morrer porque carregava uma caixa de sapatos...Imagina...”.

Percebi nessa hora em meu pai a dúvida a respeito do que era um homem. Uma dúvida viva em seus olhos de pai.

Porém, por sorte, ou por um acaso do destino, dessa vez, o final foi feliz. De alguma forma, souberam acabar com o que não devia ter começado. E o japonês foi embora correndo, sabendo que, apesar de parecer o estranho, o outro, o estrangeiro, aquele que não sabia se explicar tão bem numa língua também outra, dessa vez tinha conseguido preservar sua vida. A vida.

Meu pai tinha vida até no nome. O que alguém que tivesse no sobrenome a palavra “vida” poderia desejar? Muitas coisas. Entre elas, justiça. Herdei de meu pai a vontade de justiça. Mas não foi uma herança genética, foi uma herança que se deu pelas palavras.

Meu pai era desses que se esforçavam para serem justos. Desses também que acreditavam na neutralidade de seus julgamentos. Desses que se esforçavam para serem neutros. Ele me dizia: “Um bom juiz tem que ser neutro”. É certo que, por isso, cresci acreditando ferrenhamente na neutralidade das posições de sujeito e na neutralidade da linguagem, das formações discursivas, pois essa neutralidade era uma garantia da possibilidade de justiça e da possibilidade de meu pai estar certo. Então, como largar de antemão a ideia de que pudesse haver neutralidade, uma vez que ela garantiria o lugar de meu pai, a noção de um bom julgamento, e, conseqüentemente, a justiça?

Em um exercício que faço há anos com meus alunos, sempre me lembro de como essa herança de meu pai me marca até hoje. É em uma aula em que leio o texto *Chapeuzinho Amarelo* (s/d), de Chico Buarque, em que ensino a separar sílabas. Nela, peço para os alunos fazerem como a personagem da Chapeuzinho: inverterem as sílabas dos nomes das coisas que lhes dão medo, para conseguirem enfrentar esses medos. Em seguida, peço para cada um colocar na lousa a palavra com as sílabas embaralhadas, e então os outros alunos têm que adivinhar qual palavra é.

Como quase nunca eles conseguem fazer isso de primeira, dou sempre meu exemplo:

- Bom, a coisa de que tenho mais medo é TI-IN-JUS-ÇA!

E escrevo na lousa as sílabas embaralhadas.

A maioria dos alunos – de 8 ou 9 anos – demora um pouco para acertar. A maioria dos alunos – de 8 ou 9 anos - faz uma cara incrédula, meio de desconfiança. Todos parecem achar estranho eu ter mais medo de injustiça do que de monstros, fantasmas, múmias, aranhas, cobras ou ladrões. Fazem uma cara de espanto e eu digo: - Pois é...

Se eu pudesse elencar algumas das minhas sequências de aulas como previsíveis, essa seria uma delas.

Uma vez um homem que conheci perto da Faculdade de Letras me perguntou qual era minha profissão. Eu disse que eu tinha estudado Direito, mas que agora eu era professora de línguas. Ele comentou: “- Nossa! A carreira do Direito está tão ruim assim?” Não sabia de muita coisa esse moço... Nada sobre desejo e profissão... Só sobre o domínio... essa ideia que as pessoas têm de que podem adivinhar o que é o outro. E o desejo do outro. Os discursos previsíveis.

Porém, Majestade, talvez, um tanto quanto tarde, tive uma espécie de reviravolta em relação à minha posição de sujeito, em relação à forma de ouvir os discursos e a mídia. Aprendi igualmente a relativizar alguns conceitos que ouvia de meu pai. Existem também problemas no fato de se ter um pai muito bom e que sempre parecia, a meus olhos, poderoso e correto. A gente acaba aprendendo a acreditar na autoridade. A figura paterna.

Com o que aprendi por meio da Análise do Discurso, consegui desconstruir a ideia da neutralidade dos discursos, ao menos conscientemente. E talvez, por força de minha sensação de estranho familiar, também inconscientemente. Há uma diferença entre esses dois níveis de conhecimento. Quando se combinam, ficamos cientes de algumas mudanças em nossa posição e me parece, como houve no meu caso, que há como que uma espécie de desvelamento, ou, para utilizar uma imagem já bem conhecida, mas aqui bastante necessária, uma lâmpada acesa em um quarto que era antes escuro. A diferença ocorre em relação aos *watts* dessa lâmpada. De qualquer forma, indicam um caminho. Análise do Discurso, a psicanálise, Freud, Lacan, Pêcheux, Althusser deram muita energia para essas luzes acesas.

Agora de longe no tempo, percebo o quanto esse caminho foi em mim vincado, a ponto de eu desconstruir justamente o que me sustentava. É um processo difícil, cheio de descompassos, quase como o de um religioso bem devoto que vira ateu.

Para isso, antes, precisei passar por um processo de autorização do meu próprio conhecimento. De mudança de posição de sujeito e, no meu caso, de autoria. Autoria, subjetividade, assujeitamento, relativização de um poder. São justamente temas que pesquiso e que me fundam enquanto sujeito. É essa a sensação que eu tenho. Os meus afetos. O que me afeta. Ao que sou afeita, em muitos sentidos.

Acabei neles decidindo “me demorar”. E tomo aqui a palavra “demorar” também no sentido utilizado por Derrida (1996, p.13): minha demora, minha morada, minha língua. É nela que “me” demoro. O lugar de onde venho e onde estou. A minha casa. De onde posso falar. O que estaria/está/estará em jogo neste meu relato? A minha imagem - meu espelho - a imagem

do professor de língua portuguesa do Ensino Fundamental I em sua relação com a língua, com os textos oficiais, com as obras de facilitação desses mesmos textos, com a mídia, com a academia. Farei essas relações, Majestade, a partir das duas palavras que me abriram caminho. Tentando perceber como elas aparecem nesses diversos textos. O que poderiam me indicar? O inconsciente cabe na Academia?

Se linguagem é um trabalho, como diz Rossi-Landi (1985, p.63-64), havia um trabalho que deveríamos fazer. As palavras e eu. Assim, Majestade, começo a lhe descrever em seguida o método que precisei seguir para tentar dar conta de tudo o que começou naquele dia de estranho alumbramento.

4. MINHAS ROTAS EM MEIO ÀS MARÉS: O CAMINHO

no princípio/toda língua é estrangeira
 acerca-se do seu corpo como de uma cidade
 até tomá-lo
 fazê-lo chamar-se a si mesmo pelos nomes
 que lhe dá
 pé perna barriga dentes
 fazer a língua chamar-se língua
 chamar-se a si mesma pelo nome dela
 língua
 acerca-se até domá-la
 para ensinar-lhe uma coreografia sua
 que ela, língua, por sua vez
 ensina ao pensamento
 cantando

estar na língua como numa
 casa louca
 que obriga ao abrigar

ela pensa o seu sexo
 ela pensa o seu coração
 abrindo-o

ela é música/e combate
 ela fala na sua boca/com a boca dos mortos

ela é a eletricidade/dos cadáveres

daqueles cuja boca ela encheu/antes da terra

ela cria raízes no seu corpo/dela não é possível se livrar

você é livro
 dela

e se aprende outra/
 é contra ela/contra sua memória/excessiva/e em viagem/com ela/
 que te cobra e cobre
 como um mar
 (...)

(Ana Martins Marques)

Pois agora é chegada a hora de explicitar o caminho que fiz, meu método, minhas vias, que talvez não lhe convenham, pois talvez não sejam tão precisos quanto Vossa Majestade gostaria. Um grande poeta já havia dito: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Esses versos são também ambíguos. Meu navegar é preciso, no que ele tem de necessário, de vida. Porém não é preciso em relação a uma regularidade, pois o que traço não é feito régua. Nesse sentido, sei que fui errante, saindo de um ponto que a mim muito dizia, mas que por ser justamente

impreciso e misterioso, me fez por certo errar. A esmo. Tatear. Por via das dúvidas, por dúvida das vias.

Ginzburg, citando Marcel Granet, escreve que “o método é o caminho depois que se o percorreu”, (GINZBURG, 1991, p. 91). Pois o meu método se parece sim com meu caminho, agora que este se revela quase que já percorrido, agora que eu o anuncio. E olho para o antes de como ele havia sido feito. Assim como Granet. Tenho uma ideia de como ele foi se construindo. Consigo todavia perceber o quanto não tive um controle sobre isso. Diria que tive um certo controle. Pequeno. E que tive que fazer também um grande esforço. Dar braçadas. Abraçar meu trabalho como a mim mesma.

Quando li o comentário de Ginzburg, em seu prefácio para o livro *O queijo e os vermes* (GINZBURG, [1976], 2006, p.9), dizendo que sua pesquisa havia surgido por acaso, não pude deixar de me identificar. Minha pesquisa parece ter surgido como uma espécie de acontecimento (PÊCHEUX, 1983b), não uma vontade expressa de minha parte, entretanto como algo pelo qual provavelmente eu teria que passar. Se me esforçasse. No caminho, em minha busca. E este meu relato, que agora endereço a Vossa Majestade, foi surgindo assim, um tanto quanto se moldando a essas inquietações que agora me parecem evidentes. Como eu já lhe escrevi, eu estava encantada/tomada/obnubilada? (ou talvez tudo isso ao mesmo tempo) pelo caminho de Magalhães, em seu relato feito por Juanillo (PONCE DE LEÓN, 1992).

Agora sou eu que faço meu relato. No entanto, antes de passar à descrição de todo esse caminho e da teoria que o guia, vou fazer dele um resumo, para em seguida explicitá-lo mais detalhadamente. Optei por falar de método e teoria conjuntamente, pois a teoria muitas vezes pautou o que eu poderia ter como percurso e este foi muitas vezes evidenciando o quanto a teoria me parecia necessária.

Esse caminho começou, como já lhe falei, por uma sensação de estranhamento, um estranhamento familiar, uma sensação de estranheza, de inconsistência, por uma imprecisão, uma sensação contraditória que me fez passar por uma impressão de ter algo a descobrir, e ainda que pisando em ovos, chegar a uma espécie de norte. Uma sensação certamente sobredeterminada, como nos diz a psicanálise. Uma sensação que ligava as palavras domínio e estranhamento.

E foram essas palavras que deram início a meu trabalho, que me deram trabalho. E no final, assim espero, darão a mim este relato. Esta história. E se acredito no método da psicanálise, tenho que ouvir o que as palavras me dizem. E associá-las. Tenho que chegar mais perto e contemplá-las, espreitar as vozes que as constituem. Vossa Majestade acredita nelas, nas palavras que se fazem ouvir? Ou as esconde embaixo do tapete e sai por aí repetindo outras

nas quais nem acredita? Creio na psicanálise de linha freudiana lacaniana, na Análise do Discurso de linha pecheutiana, no paradigma indiciário de Ginzburg, nas intersecções entre essas teorias que muitas vezes também se aproximam de métodos, ou ainda, de formas de analisar, de olhares sobre a análise, formas de tentar saber. Meu credo. Amém.

A psicanálise e a Análise do Discurso (AD) sinalizam para a incompletude, o paradigma indiciário para um detalhe do todo. Um detalhe metonímico, que dá indícios de como tentar compreender algo maior. Pois foi também tomando minha sensação de estranheza, de estranho familiar, como um indício para algo maior do que essa minha sensação, que minhas pesquisas começaram. “O que essa sensação de estranho familiar pode me mostrar? Até onde poderia me levar?”

Parti de uma sensação de estranho familiar para uma associação livre, e dessa associação livre para uma inquietação em que percebia que alguma verdade havia para mim ali nessa junção de duas palavras e no motivo de juntá-las em relação à língua portuguesa. Em um segundo momento, comecei a pesquisar na internet, em alguns buscadores tais como o *Google*, o que eu poderia encontrar a respeito. Às vezes a internet, os buscadores, me pareciam um pouco o inconsciente. Associamos palavras, e uma sucessão de discursos aparece. Como triá-los? Mais adiante explicito esse caminho, em relação ao qual tive dúvidas e, por causa delas, acabei descobrindo um motor de busca inesperado. Também por um certo acaso (GINZBURG, 2004, p. 11).

Posso separar a metodologia de minha pesquisa em algumas fases, mas percebo que ao longo do tempo, misturei muitas delas, às vezes simultâneas, às vezes não. “*La méthode, c’est moi*”, eu diria... Minto? Os métodos já existem. Eu só os utilizei à minha maneira. E essas são as fases, a saber:

- a) a sensação de estranho familiar;
- b) o autoquestionamento, o foco em relação a meus possíveis posicionamentos de sujeito e o acolhimento da sensação de estranho familiar como algo que poderia me ensinar;
- c) a busca na internet em relação aos seguintes termos: “língua portuguesa estranhamento” “língua portuguesa domínio”, “português estranhamento”, “português domínio”;
- d) a escolha de alguns textos que me pareceram singulares em relação a todos os outros e a formação da primeira parte do *corpus*;
- e) a busca nos dicionários;

f) a busca dessas expressões no acervo *on line* de um jornal de grande circulação e também em bancos de dados da SciELO para a formação da segunda parte do *corpus*;

g) a utilização do paradigma indiciário de Ginzburg, servindo como uma forma de olhar para os dados, um microscópio para enxergar os detalhes, mais de perto. E em seguida, a partir desses detalhes, buscar o contexto em que se inserem. O olhar para o detalhe como as lentes de uma luneta;

h) a análise dos textos encontrados, a partir dos pressupostos da Análise do Discurso, de linha francesa e sua relação com a psicanálise freudiana/lacanianana.

Desses oito itens, tratarei mais longamente a seguir apenas daqueles que fazem parte dos referenciais teóricos de minha pesquisa, a saber: a noção de estranho familiar, a autoanálise, os preceitos da Análise do Discurso (que a partir de agora chamarei também de AD) e o paradigma indiciário de Ginzburg. Os itens c, d, e e f referem-se a buscas, que considere importante mencionar - junto a essa lista - para deixar mais evidente em que momento de minha pesquisa elas apareceram. Tratarei da análise do resultado dessas buscas, quando da pesquisa nos dicionários e na análise do *corpus*. Passemos, então, agora, Majestade, ao que acredito ser importante dizer acerca do estranho familiar.

4.1 O estranho familiar

Uns versos de Affonso Romano de Sant'Anna me lembram: “Melhor que escrever é ler e ler nos outros o que pensamos ser só nosso, e que é de tantos, há tanto. *Topos* com que topo eu, lugar comum de tantos tipos comuns que me reescreveram”, (SANT'ANNA, 1999, p. 107). Mas aqui, o tipo comum sou eu. E eu reescrevo os não-comuns, os que me precederam.

Freud - instaurador de um discurso (FOUCAULT, 2001, p. 281) - foi o primeiro a conceber o conceito do estranho familiar, o *unheimlich*, palavra que em si mesma já guarda sua não univocidade. Pêcheux também a mencionou em alguns trechos. E tantos outros, há tanto. Mas começemos por Freud, em seu artigo *O estranho*, de 1919. Nele, Freud diz conhecer somente uma tentativa médico-psicológica de tratar deste assunto, realizada por Jentsch, em um estudo que não foi além da relação entre o novo e o familiar. Jentsch referia-se mais especificamente à incerteza intelectual, a uma estranheza que apareceria quando se encontra algo que - segundo o que nos relata Freud - não se sabe como abordar. Esse estranhamento teria então a ver com o desconhecimento em relação à novidade, a algo que não se conhece. Freud não se contenta com essa abordagem e procura também nos tratados de estética alguma pista, alguma direção em relação a como tratar desse tema. Porém revela nada ter encontrado

(FREUD, [1919b]1969, p. 238). Quanto a seus próprios escritos, ressalta que - por força da guerra - não conseguiu fazer a pesquisa que gostaria de ter feito a esse respeito. Explica que havia muito tempo não experimentava ou sabia de algo que lhe tivesse dado uma impressão estranha, e que então - salientando o caráter sensorial da experiência do estranho familiar - deveria começar por se transpor “para esse estado de sensibilidade, despertando em si a possibilidade de experimentá-lo” (FREUD, [1919b]1969, p. 238). Acredito que foi exatamente essa experiência que vivi, Majestade, essa experiência sensorial. Porém não por um exercício voluntário, como esse a que Freud se propunha, já que era sabedor da teoria. Foi antes algo que se impôs para mim, um *déclencheur* de meu trabalho, uma espécie de alarme que precisei ouvir. Mas acredito, pelos passos de Freud, que essa experiência sensorial também possa às vezes ser quase como uma espécie de exercício, um exercício de estranhamento a que um sujeito pode se propor. Ainda que esse estado de sensibilidade seja de difícil acesso, ainda que quando esse estado se manifeste naturalmente, ele venha – acredito – com essa força de movimento, como um rodaminho, com muito mais energia.

Em outro momento de seu texto, Freud esclarece que sua pesquisa poderia ter seguido por duas vias. A primeira seria a de descobrir que significado veio se aliar à palavra “estranho” e a segunda, a de elencar as propriedades de pessoas, coisas, impressões sensórias, experiências e situações que despertam em nós o sentimento de estranheza, para, então, a partir de tudo o que têm em comum, inferir a natureza do estranho. Para ele, as duas vias conduziriam ao mesmo resultado. Assim, tendo esclarecido essas condições, Freud parte da etimologia da palavra *unheimlich* para tentar entendê-la:

A palavra alemã ‘*unheimlich*’ é obviamente o oposto de ‘*heimlich*’ [‘doméstica’], ‘*heimisch*’ [‘nativo’] – o oposto do que é familiar, e somos tentados a concluir que aquilo que é ‘*estranho*’ é assustador precisamente porque *não* é conhecido e familiar. Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador; a relação não pode ser invertida. Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem que ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho. (FREUD, [1919b]1969, p.239).

Percebemos por essa citação que *unheimlich* é uma palavra iniciada por um prefixo de negação: - *un*. O que não é da casa, não é familiar. É outro. É estranho, externo e, por extensão, também assustador. Freud por diversas vezes se interessou pelo que ele considerava como palavras primitivas, aquelas que queriam dizer exatamente o seu contrário, ou melhor que guardavam em si a possibilidade do duplo. Palavras como *unheimlich*. Contraditórias, polissêmicas, primitivas, quase que guardando o primeiro olhar sobre o mundo. Em seu texto

A significação antitética das palavras primitivas (1910), Freud retoma um trecho de sua obra *A interpretação dos sonhos* (FREUD, [1900/1901] 1996), em que escreve que “O modo pelo qual os sonhos tratam a categoria de contrários e contradições é bastante singular. Eles simplesmente a ignoram. O “não” parece não existir, no que se refere aos sonhos” (FREUD, [1910] 1996, p. 161). Dando continuidade a seu texto, Freud também explica como nas línguas primitivas isso parece se dar. Assim como nos sonhos, há uma condensação de sentidos opostos, antitéticos nas palavras primeiras. Prenhas de ambiguidade. Uma forma de ver o mundo, ou melhor, de nomear o mundo pela primeira vez. Em que um sentido faz oposição ao outro em um processo binário.

Comentando então que não conseguia entender a “tendência singular do trabalho do sonho para desconhecer a negação e empregar os mesmos meios de representação para expressar os contrários”, Freud cita longamente um trabalho do filólogo Karl Abel, publicado em 1884, em que encontra a informação - que ele considera surpreendente - de que o comportamento do sonho é idêntico a uma peculiaridade das línguas mais antigas (FREUD, [1910] 1996, p. 161). Para termos uma noção mais vizinha dessas ideias de Freud, transcreverei a seguir, Majestade, um dos trechos da longa citação que ele faz de Abel. Considero – talvez como Freud? – que essa citação perderia ao ser parafraseada:

(...) Como iremos então conciliar isso com o fato de que os egípcios se permitiam uma linguagem tão estranhamente contraditória? ...que eles usassem dar um e mesmo veículo fonético aos pensamentos mais reciprocamente desavindos, e usassem ligar numa espécie de união indissolúvel coisas que estavam na mais forte oposição uma com a outra?

Antes de tentar qualquer explicação, deve-se mencionar um estágio ulterior desse comportamento ininteligível da língua egípcia. ‘De todas as excentricidades do vocabulário egípcio, talvez a característica mais extraordinária seja que, excetuando inteiramente as palavras que aliam significações antitéticas, ele possui outras palavras compostas em que dois vocábulos de significações antitéticas se unem de modo a formar um composto que tem a significação de um apenas de seus dois componentes. Assim, nesta extraordinária língua há não só palavras significando igualmente “forte” ou “fraco”, e “comandar” ou “obedecer”; mas há também compostos com “velho-jovem”, “longe-perto”, “ligar-cortar”, “fora-dentro”... que, apesar de combinarem os extremos de diferença, significam somente “jovem”, “perto”, “ligar” e “dentro” respectivamente... Desse modo, nessas palavras compostas, conceitos contraditórios se combinaram de modo inteiramente intencional, não de maneira a produzirem um terceiro conceito, como às vezes acontece no chinês, mas apenas de modo a usar o composto para exprimir a significação de uma de suas partes contraditórias – uma parte que teria tido a mesma significação só por si...’ (FREUD, [1910] 1996, p. 162-163)

Citando Abel ainda mais uma vez, Freud esclarece que esse mesmo processo de formação de palavras ocorreu nas línguas germânicas e nas semitas.

Na busca de entender um pouco mais acerca de onde surge a ideia de algo assustador na palavra *unheimlich*, Freud também vai atrás de outras línguas. Quantas vezes não buscamos em outras línguas uma explicação melhor para o que não entendemos, Majestade? Não seria uma forma de olhar de novo pela primeira vez para uma palavra? Freud então usa as definições do latim, do inglês, do grego, do francês, do espanhol. Escreve que o italiano e o português se contentam com palavras que ele descreve como “circunlocações”. O que ele queria dizer com isso, Majestade, fica difícil de entender. Pois justamente o português e o italiano são as línguas de que ele não cita as definições. Assim torna-se difícil saber o que queria dizer com circunlocações. Um rodeio? Uma perífrase? Algo do tipo: “estranho, aquele que se estranha”? Talvez aí fosse interessante pesquisar mais acerca do verbo estranhar. O que Freud encontrou em português, porém, está, provavelmente, para sempre perdido. Uma vez que por meio de seu texto não sabemos a que dicionários recorreu e nem quais as definições que encontrou.

Ao analisar o texto *O estranho*, Martini e Coelho Junior (2010, p.377) comentam que podemos acrescentar a esses exemplos de Freud alguns mais próximos de nós. Assim, como salientam, “a palavra estranhar é comumente utilizada para a situação em que o cão não reconhece seu dono ou alguém conhecido, ou seja, uma situação que deveria lhe ser familiar”. Esclarecem ainda que, em espanhol, usa-se o verbo *extrañar* no sentido de “*sentir saudades*”, o que remete, é verdade, “a algo familiar que não está mais presente”.

Por minha vez, buscando igualmente mais sentidos para a palavra “estranho”, mostrarei mais adiante o resultado das buscas nos dicionários, quando fizer um percurso histórico dessa palavra. Também farei o mesmo para a palavra domínio. Em relação a “estranho”, encontrei, é verdade, algumas perífrases, porém também outras definições que não deixam nada a desejar se comparadas às definições que o próprio Freud colocou em seu texto, encontradas em dicionários de outras línguas. A saber: em latim, um lugar estranho (*locus suspectus*); numa estranha hora da noite (*intempesta nocte*). Em relação ao grego, Freud somente cita a palavra e lhe dá a definição de “estranho, estrangeiro”. Em inglês: “*uncomfortable, uneasy, gloomy, dismal, uncanny, ghastly; (of a house) haunted; (of a man) a repulsive fellow*”. Em francês: “*inquiétant, sinistre, lugubre, mal à son aise*” e em espanhol: “*sospechoso, de mal agüero, lúgubre, siniestro*”. Cita também o árabe e o hebreu, línguas em que a palavra “estranho” significa “horrível” e “demoníaco” (FREUD, [1919b]1969, p.239-240).

Porém, em seu texto, não seguindo em frente a partir das definições em línguas estrangeiras, Freud volta-se para o alemão, na transcrição, dessa vez da palavra ‘*heimlich*’,

como ela é encontrada no dicionário por ele mencionado, o *Wortebuch der Deutschen Sprache*, em que ‘*heimlich*’ é definido como: “1. pertencente à casa, não estranho, familiar, doméstico, íntimo, amistoso; 2. Escondido, oculto da vista, de modo que os outros não consigam saber, sonegado aos outros”.

Cita além disso vários usos da palavra *heimlich*, contextualizada em frases, algumas delas destacadas por ele em itálico:

Os Zecks [nome de família] são todos ‘heimlich’ (no sentido II), “ ‘Heimlich’? O que você entende por ‘heimlich’?” “Bem... são como uma fonte enterrada ou um açude seco. Não se pode passar por ali sem ter sempre a sensação de que a água vai brotar de novo,” “Oh, nós chamamos a isso ‘unheimlich’: vocês chamam ‘heimlich’. Bem, o que faz você pensar que há algo secreto e suspeito acerca dessa família?” (Gutzkow) (FREUD, [1919b]1969, p. 241).

Como podemos ver, Vossa Alteza, ‘*heimlich*’ é uma palavra singular. Pois assim como explicita Freud ([1919b]1969, p.240-242) também pode significar - como as palavras primitivas - exatamente o seu oposto. Assim, o que é ‘*heimlich*’ passa a ser ‘*unheimlich*’. “Da ideia de ‘familiar’, ‘pertencente à casa’, desenvolve-se outra ideia de algo afastado dos olhos de estranhos, algo escondido, secreto; e essa ideia expande-se de muitos modos...”, (FREUD, [1919b]1969, p.243). *Heimlich* também recebe o sentido de místico, alegórico e até “afastado do conhecimento”, inconsciente, aquilo que é obscuro. E cita um exemplo: “Às vezes sinto-me como um homem que caminha pela noite e acredita em fantasmas; cada esquina para ele é *heimlich* e cheia de terrores”, escreve Freud, citando um exemplo tirado de Klinger, *Theater*, (FREUD, [1919b]1969, p. 244). Assim, “*heimlich* é uma palavra cujo significado se desenvolve na ambivalência até que acaba coincidindo com o seu oposto”, (FREUD, [1919b]1969, p.244). Como se o estranho estivesse dentro de casa... Mas não vou ainda dizer muita coisa a esse respeito. Estamos no início. Na soleira da porta. Uma entrada. Para dentro de casa, sob olhos estranhos. Vossa Majestade já sentiu essa sensação?

Sou humana e o que é humano não me é estranho?

Freud continua seu texto associando a sensação de estranhamento à castração simbólica, a partir da história *O Homem de Areia*, de Hoffmann, em que a angústia relacionada à perda dos olhos é intimamente ligada, segundo ele, à morte do pai e ao complexo de castração. A esse respeito, Freud destaca, inclusive, o quanto Hoffmann se revela um “mestre incomparável do estranho na literatura”, (FREUD, [1919b]1969, p.251). E mais adiante discorre também a respeito do poder da ficção de criar o estranhamento.

O escritor imaginativo tem, entre muitas outras, a liberdade de poder escolher o seu mundo de representação, de modo que este possa ou coincidir com as realidades que nos são familiares, ou afastar-se delas o quanto quiser. (FREUD, [1919b] 1996, p. 266).

O caráter estético de uma obra também pode contribuir para a sensação de ‘*unheimlich*’. Pode inclusive, criá-la, como no caso da sensação de estranho familiar que deu início a este meu relato, Majestade. No entanto, Freud faz uma distinção entre o estranho que vivenciamos e aquele que simplesmente visualizamos ou sobre o qual lemos. A psicanálise sustenta que todo afeto pertence a um impulso emocional, que, quando reprimido, transforma-se em angústia. Se o estranho familiar faz pressentir algo assustador, é porque certamente nele há um indício de algo reprimido, que retorna, que se faz ver. “Essa categoria de coisas assustadoras construiria então o estranho; e deve ser indiferente a questão de saber se o que é estranho era, em si, originalmente assustador ou se trazia algum *outro* afeto”, (FREUD, [1919b]1969, p. 258). Freud relata ainda uma sequência de fatores que transformam algo assustador em estranho: a repetição involuntária, o animismo, a magia e a bruxaria, a onipotência do pensamento - que faz com que se acredite que por se pensar em algo ele possa ocorrer, o complexo de castração (também ligado à finitude), ou ainda a relação do homem com a morte, por exemplo. E então continua dizendo que as pessoas “supostamente educadas” normalmente deixam de acreditar que os mortos podem tornar-se visíveis como espíritos, “ademais, a atitude emocional dessas pessoas para com os seus mortos, que já foi uma atitude altamente ambígua e ambivalente, foi, nos estratos mais elevados da mente, reduzida a um sentimento unilateral de piedade”. Freud explica que de alguma forma quase todos nós ainda pensamos de uma forma primitiva acerca desse assunto: o atávico medo da morte está sempre pronto a vir à tona. É recalcado e retorna na forma do estranho. (FREUD, [1919b]1969, p. 259-260).

Percebe onde podemos chegar, Majestade? Além do mais, acho esse texto adorável. Nele percebo a força da autoria de Freud, assim como diz Foucault ([1919b]1969, p. 281). Um texto marcado pela autoria, fundador de um discurso, é aquele para o qual voltamos e a cada volta encontramos novas amarrações de sentido. E Freud é generoso quando narra, inclusive, um episódio de sua vida em que sentiu uma sensação que só poderia ser definida como estranha. É uma narrativa um tanto quanto longa. Mas vou me demorar aqui - porque ela é meu espelho - e transcrevê-la:

Estava eu sentado sozinho no meu compartimento no carro-leito, quando um solavanco do trem, mais violento do que o habitual, fez girar a porta do toalete anexo, e um senhor de idade, de roupão e boné de viagem, entrou. Presumi que ao deixar o toalete, que ficava entre os dois compartimentos, houvesse tomado a direção errada e

entrado no meu compartimento por engano. Levantando-me com a intenção de fazer-lhe ver o equívoco, compreendi imediatamente, para espanto meu, que o intruso não era senão o meu próprio reflexo no espelho da porta aberta. Recordo-me ainda que antipatizei totalmente com a sua aparência. Portanto, em vez de ficarmos *assustados* com os nossos ‘duplos’, tanto Mach como eu simplesmente deixamos de reconhecê-los como tais. Não é possível, entretanto, que o desagrado que provocaram em nós fosse um vestígio da reação arcaica que sente o ‘duplo’ como algo estranho? (FREUD, 1919, p. 265)

Quando Freud cita o exemplo do homem que anda pela noite e acredita em fantasmas, foi muito fácil para mim pensar nos fantasmas de *Maluco* e em minha sensação de estranhamento em relação à repetição das palavras referentes à família do termo *estranho*. Também foi muito fácil perceber neles o espelhamento criado por Ponce de León: os fantasmas de Maluco eram um duplo dos grandes navegadores. Vossa Majestade já se olhou assim no espelho? E não se reconheceu? Achou que era um outro? Alguém portando uma coroa que – por alguma peça do destino – lhe pareceu bizarra, não muito bem colocada sobre a cabeça, os cabelos um tanto quanto despenteados por debaixo dela? Ela parecia um peso? Ou eu muito me engano e essa visão especular só lhe envaideceu?

Em minhas buscas sobre esse trecho de Freud, Majestade, acabei encontrando o artigo – a que já me referi anteriormente - dos psicanalistas André de Martini e Nelson Ernesto Coelho Junior. Nele, os autores comentam que preferem não se aprofundar em relação ao texto inicial de Freud - por pressuporem que essa experiência do fundador da psicanálise já era bastante conhecida e também por acreditarem que não tinham – por força do tamanho de seu artigo - condições de fazê-lo. Dedicam-se então a narrar sua própria experiência:

Para compreender a que ele (Freud) pretende chegar nesses relatos seria preciso reproduzi-los aqui na íntegra, pois, como veremos, um dos fatores primordiais para a compreensão do estranho é a necessidade de algum grau de experiência vivenciada – nesse caso, pela leitura. Isto posto, cremos ser mais apropriado relatar uma situação estranha que nos aconteceu durante a leitura do texto de Freud sobre o estranho. (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.377)

Também não narrei, nem narrarei, aqui neste meu relato, todos os exemplos de Freud, nem todas suas nuances. Não seria possível. Porém como este trabalho é mais extenso que um artigo, consegui dar a esses exemplos um espaço maior. Não lhe parece, Majestade, que pela leitura de casos se possa chegar um pouco mais facilmente a uma noção mais precisa da “experiência vivenciada”?

Acredito que sim, e por isso, inclusive, narrarei a seguir duas experiências de *unheimlich*, contadas por Martini e Coelho Junior em seu artigo. Nele, os autores salientam que “para que o estranho possa ser vivido não basta a mera compreensão intelectual ou imaginativa”,

(MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.383). Comentam, a partir de Freud, que para viver o estranho, o eu precisa vivenciar um colapso – ainda que momentâneo - acerca do que é familiar e do que é estrangeiro, o redemoinho sensorial de que falei antes. Como já escrevi anteriormente também – a respeito dessa mesma questão, quando citei Freud - não é porque algo é novo ou desconhecido que causa um efeito de estranheza. Uma vez que o estranho não é só efeito do pensamento mágico, também não aparece somente pela repetição ou pelo retorno do recalcado. O estranho é efeito dessas ocorrências quando “produzem esse “efeito narrativo”, este descentramento do *self* em relação ao terreno que lhe é habitualmente familiar”, (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.384). Quando produzem uma “experiência dos limites do eu”, (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.371), ou ainda, nas palavras desses mesmos autores, quando são “uma subversão da lei do recalque” e quando não sabemos mais a distinção entre o que é familiar e o que é estranho.

Martini e Coelho Junior ainda comentam algo que resvala em meu trabalho, Majestade, quando salientam o caráter implacável da repetição. “O caráter implacável da repetição, que põe em xeque a soberania no domínio do próprio, remete à estranha impressão causada por processos mecânicos e automáticos quando encontrados no âmbito do que é vivo”. (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.375). E nos fazem pensar na ideia de não-domínio: como quando Freud fala do estranho causado por fenômenos de repetição automática, dos duplos, da boneca de *O homem de areia*, de Hoffmann. “De fato, a própria dimensão econômica da psicanálise remete, inevitavelmente, a aspectos muito estranhos do ser humano, ao apontar para processos quantitativos, impessoais e deflexivos na vida psíquica”, (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.375), o que nos faz pensar na repetição de uma máquina...

Talvez o mais inesperado nesse fenômeno seja justamente o fato de que o duplo – que inicialmente funciona como um mecanismo de proteção do eu contra a morte – acaba se revertendo contra o próprio sujeito. Se inicialmente o eu – por força de suas identificações e também de suas projeções - imaginariamente se apegava a crenças na imortalidade e em suas manifestações (tais como a ideia de espíritos), quando este mesmo eu atinge estados mais complexos de desenvolvimento, acaba por sentir - em relação a essas mesmas figuras que o protegiam - uma sensação de perseguição, que o faz pensar em algo aterrador e demoníaco. Ou seja, a crença na imortalidade do eu se reverte, e se transforma, retorna sob a forma do estranho.

Martini e Coelho Junior relatam em seu artigo – veja que coincidência, Majestade.... – sua experiência de estranho familiar ocorrida justamente em relação à palavra “estranho”⁵, quando da leitura de “um pequeno livro de Schleiermacher”, filósofo ligado ao pensamento romântico que fazia uma crítica à corrente iluminista, dizendo que o entendimento não é “plenamente assegurado pela razão”. Os autores – citando Grodin (1998: 127, apud MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p. 378) - comentam que Schleiermacher defende a ideia do mal-entendido, do “equívoco como realidade básica” e salientam que Schleiermacher participa da história da hermenêutica, uma vez que este evidencia as relações de não-controle, do que resiste e que tende a ser renegado, aproximando esses conceitos da noção de estranho (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.378).

Em seguida, citam um trecho de Schleiermacher:

Mesmo no conhecido, é de fato o estranho que a nós se manifesta na língua, quando uma ligação de palavras renega-se a tornar-se clara, é o estranho que se manifesta na produção do pensamento, mesmo quando ele é muito análogo ao nosso, quando o encadeamento entre as partes isoladas de uma série ou a extensão destes renega-se a se fixar e nós, inseguros, vacilamos (Schleiermacher [1929] 1999, p. 45), apud MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.378).

Martini e Coelho Junior. comentam que acabaram inevitavelmente aproximando essas ideias do texto de Freud e, por causa disso, pensaram em fazer uma nota mental a respeito desses trechos de Schleiermacher, para utilizá-los quando fossem escrever sobre o estranho.

Pois bem – no texto de Freud, há aquela citação de Schelling, por sua definição de *unheimlich*: “[...] é o nome de tudo que deveria ter permanecido [...] secreto e oculto mas veio à luz” (Freud, 1919: 242). Num segundo momento em que Schelling é citado no texto de Freud (1919 : 244), vimos então, com surpresa, esta nota de J. Strachey que diz o seguinte: “*Apenas na versão original do artigo (1919), imprimiu-se aqui [no lugar de Schelling] o nome ‘Schleiermacher’, evidentemente por engano!*”, (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.378).

Ou seja, a sensação de estranho familiar veio a partir da coincidência entre o fato de terem escolhido citar Schleiermacher quando fossem escrever sobre o estranho em Freud e de

⁵ Nota feita por Coelho Jr e Martini em relação ao texto de Schleiermacher: “Esta é a palavra escolhida em português pelo tradutor da edição brasileira; no original em alemão o autor não utiliza nenhuma derivação de *unheimlich*, mas sim de seu sinônimo *fremd*, que significa: hóspede, estrangeiro, forasteiro, desacostumado, exótico, incógnito, ignoto. Cf. Michaelis. *Deutsch. Portugiesisches Wörterbuch*. New York: Frederick Ungar Publishing Co., 1987.”

terem percebido que o nome daquele autor havia sido escrito pelo próprio Freud na versão original do artigo, no lugar do nome de Schelling, quando Freud citava a definição de *unheimlich* feita por este autor.

Percebe, Majestade, por que eu os cito? Há como que um espelhamento entre a experiência narrada nesse artigo e a minha, que iniciou este meu trabalho. De alguma forma, esses autores também relacionaram o estranho à percepção defendida por Schleiermacher no sentido de que o entendimento não é “plenamente assegurado pela razão” e de que podemos tomar o “equívoco como realidade básica”, ou seja, há uma ideia de não cognição no sentido racional, uma ideia de não-domínio, de não plenitude. Há ainda a coincidência de esses autores terem sentido uma sensação de estranho familiar justamente em relação ao texto do Freud em que se fala do estranho.

A segunda experiência de estranho que os autores narram em seu artigo é a referente à leitura de um romance de Mishima, de quatro volumes, intitulado *Mar da fertilidade* (MISHIMA, 1986 a 1988 apud MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010). Nesse romance, o personagem principal, Honda, é tomado por um mistério: o de tentar entender o que aconteceu com um de seus amigos, morto prematuramente, mas que parece retornar sob a forma de outros jovens que Honda conhece ao longo de sua vida, todos eles também mortos prematuramente. Essa busca por uma explicação acerca dessas possíveis reencarnações de seu amigo acaba por se misturar a uma busca, a uma tentativa de solucionar o mistério da vida. É também em relação a esse mistério que os autores comentam que o leitor pode experimentar uma sensação de estranhamento, tal a força do enredamento causado no leitor por meio da narrativa.

Da mesma forma como a própria identidade de Honda é afetada naquele momento final (quando achávamos que a questão estava restrita à identidade do amigo falecido), há também a possibilidade de o próprio leitor ver-se apanhado em armadilha semelhante. Não é difícil supor que vários leitores – nós nos incluímos aí – tiveram a atrapalhão de querer encontrar lá no primeiro livro indícios de que tudo não passara de uma fantasia de Honda, leitores que tenham duvidado do próprio manuseio do livro: talvez eu não tenha lido direito aquele trecho, talvez algo tenha me escapado, talvez eu não tenha entendido muito bem o texto. Nessa hora, há um recuo em relação ao romance, ao texto, ao livro, ao campo compartilhado: procuramos achar algum equívoco em nossa tarefa enquanto leitores, algo que nos expurgasse desse contato íntimo e febril com a experiência de Honda. Não percebemos que nesse próprio gesto de afastamento está o indício da contaminação – nós próprios não saímos ilesos. (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.389)

Fiz essa longa citação por considerar – assim como esses autores - que narrar, sem transcrever, uma experiência de estranhamento, talvez me fizesse correr o risco de

descaracterizá-la a ponto de ela parecer ininteligível, uma vez que muitas vezes é o detalhe que explicita a experiência específica do estranho familiar.

Martini e Coelho Junior (2010) continuam seu artigo explicando também – como já mencionei – que este texto de Freud é normalmente retomado como uma alegoria do retorno do recaiado, pois o estranho provém da subversão de uma lei, faz com que o que deveria ter permanecido secreto e oculto venha à tona.

E completam:

Além disso, há também outros aspectos ressaltados por Freud que apontam para a dimensão infantil presente no estranho – o pensamento mágico e a repetição – que, junto com o retorno do recaiado, são elementos sempre presentes na experiência do estranho. A separação entre as realidades interna e externa, entre eu e outro, também é evocada por Freud ao analisar um dos temas recorrentes ao estranho – o fenômeno do duplo (MARTINI; COELHO JUNIOR, 2010, p.374).

A dimensão do estranho é contígua à experiência do duplo, como também já comentei anteriormente, e nos leva à experiência da alteridade. Essa alteridade pode ser vivenciada de várias formas, em diferentes graus de aceitação. Algumas mais positivas, outras, menos. E também pode ser associada à figura do estrangeiro. E à forma pela qual nós entendemos o outro, a diferença, a diversidade.

Em sua obra clássica, justamente acerca do tema do estrangeiro, Kristeva (1988) também utiliza em uma passagem – quando trata das grandes navegações – a noção de “*inquiétante étrangeté*”, expressão pela qual se traduz o *unheimlich* para o francês. Ela escreve:

(...) nossos navegadores também fazem pensar em uma certa antevisão de estranho familiar: a ilha de Tohu et Bohu – locais de mortes absurdas, símbolos de nosso efêmero destino: a Tempestade – os riscos da busca mais interior do que geográfica (...) Uma vez que Rabelais transpõe na trama das pesquisas geográficas sua noção da estranheza humana, então subitamente o “jardim secreto” se povoa de maravilhas, de absurdos ou de monstros. Para além da imagem crítica da época, aqui se esboça um flerte *avant la lettre* em relação ao **Unheimliche**⁶ de Freud. E nos surpreendemos por constatar que até mesmo os espíritos práticos dos conquistadores do globo parecem ter tomado a viagem interior como uma indicação verídica da realidade dos estranhos povos habitantes do outro lado do mundo, (KRISTEVA, 1988, p.164-165).⁷

⁶ Assim no original

⁷ Tradução minha para o trecho: “(...) *nos navigateurs n’oublent pas non plus un certain avant-goût d’inquiétante étrangeté : l’île de Tohu et Bohu – séjours de morts absurdes, symboles de notre éphémère destinée : la Tempête – les risques de la quête plus intérieure que géographique (...) Que Rabelais transpose dans la trame des recherches géographiques sa notion de l’étrangeté humaine, et voilà que le “jardin secret” se peuple de merveilles, d’absurdités ou de monstres. Par-delà l’image critique de l’époque, c’est un clin d’oeil avant la lettre à l’Unheimliche de Freud qui s’ébauche ici. Et on s’étonne de constater que même les esprits positifs des conquérants du globe semblent avoir pris le voyage intérieur comme une indication véridique de la réalité des peuples étrangers des antipodes.*” (KRISTEVA, 1988, p.164-165).

Esse trecho de Kristeva pode também nos remeter, Majestade, à viagem de Magalhães, à transformação dos navegadores em fantasmas de si mesmos. Uma viagem em que se avança em direção às fronteiras exteriores, mas onde as fronteiras interiores também são quebradas. Kristeva fala assim de viagens interiores, em seu livro, repleto de belas passagens. E ainda mais belas para mim porque elucidativas da narrativa de Juanillo. A ideia de *unheimlich* retorna ainda um pouco adiante quando ela discorre em um item específico acerca do texto de Freud. Observa que esse texto tinha inicialmente um alcance restrito - pois se voltava às questões estéticas - mas que depois acaba por ultrapassar esse campo, e também o “fenômeno psicológico” - como ela o nomeia - do estranho familiar. Kristeva comenta que o texto de Freud foi além de seus limites iniciais, para transformar-se em uma busca/pesquisa acerca do que é a angústia em geral e de um modo ainda mais amplo sobre o que é a dinâmica do inconsciente. Salienta ainda, fazendo uma citação do próprio Freud que “Essa imanência do estranho no familiar é considerada como uma prova etimológica da hipótese psicanalítica segundo a qual “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”⁸ (KRISTEVA, 1988, p.270).

É formador em relação ao texto de Freud, ler o seguinte trecho de Kristeva:

É dado um primeiro passo que desaloja o estranho familiar da exterioridade em que o medo o fixa para reposicioná-lo não no interior do familiar enquanto próprio, mas de um familiar potencialmente manchado de estranheza e reenviado (para além de sua origem imaginária) a um passado impróprio. O outro, é o meu (“próprio”) inconsciente.⁹ (KRISTEVA, 1988, p. 270-271)

Angústia, duplo, repetição e inconsciente são conceitos presentes e trabalhados nesse texto. A figura paterna que desmonta de seu pedestal? A castração simbólica? O medo da morte? O estranho aparece também segundo Kristeva como uma defesa do eu desamparado que, paradoxalmente, “se protege substituindo a imagem do duplo benfazejo que antes servia para protegê-lo por uma imagem do duplo maléfico em que ele expulsa a parte de destruição

⁸ Tradução minha para o trecho: “*Cette immanence de l'étrange dans le familier est considérée comme une preuve étymologique de l'hypothèse psychanalytique selon laquelle “l'inquiétante étrangeté est cette variété particulière de l'effrayant qui remonte au depuis longtemps connu, depuis longtemps familier”*”(KRISTEVA, 1988, p.270). Nota : o trecho em negrito é uma citação de Freud, feita por Kristeva, sem a referência específica. Traduzi buscando em Freud (1919) o trecho em português.

⁹ “*Un premier pas est franchi qui déloge l'inquiétante étrangeté de l'exteriorité dans laquelle la fixe la peur, pour la replacer à l'intérieur non pas du familier en tant que propre, mais d'un familier potentiellement entaché d'étrange et renvoyé (par-delà son origine imaginaire) à un passé impropre. L'autre, c'est mon (“propre”) inconscient”* (KRISTEVA, 1988, p. 270-271).

(Nota da tradução: aqui Kristeva parece jogar com os sentidos da palavra “propre” em francês que quer dizer não somente “próprio”, mas também “limpo”).

que não consegue conter” (KRISTEVA, 1988, p. 271).¹⁰ Por não suportar o seu lado destrutivo, o eu o projeta em um outro, justamente aquele que o protegia. Mais uma vez - com algumas outras nuances - voltamos a essa questão.

A repetição. O que o eu não consegue conter, retorna e se desvela pela repetição. Algo do que havia me inquietado e mesmo angustiado no texto de Ponce de León/Juanillo parece se filiar à “compulsão de repetição”, característica do inconsciente. Raras são as situações psíquicas que manifestam um recalque absoluto. Daí a possibilidade de o recalcado retornar muitas vezes sob a forma da angústia, e ainda mais particularmente do estranho familiar: uma metáfora paroxística do funcionamento do próprio aparelho psíquico.

Kristeva (1988, p. 277) salienta que Freud se preocupa em separar a experiência do estranho familiar suscitado pela experiência estética daquele sofrido na experiência real. São distintos, uma vez que o efeito de estranhamento é abolido pelo próprio fato de que todo o universo do discurso é fictício. Assim os contos de fada, em que o artifício generalizado nos poupa de qualquer comparação possível entre o signo, o imaginário e a realidade material. Por consequência, segundo Kristeva, o artifício neutraliza a inquietante estranheza (o estranho familiar) e torna verossímeis, aceitáveis e agradáveis todos os retornos do recalcado. Como se a *féerie* absoluta – a sublimação absoluta – o recalque absoluto - fossem nossas únicas muralhas contra o estranho familiar... “A não ser que, ao nos privar tanto dos riscos quanto das delícias da estranheza, elas sejam a sua falência.”¹¹ (KRISTEVA, 1988, p.277)

Esse trecho de Kristeva parece um tanto quanto vago. Ela parece acreditar que a especificidade da arte nos livra do estranho familiar, parece excluir a possibilidade mobilizadora da arte, assim como escrevem tantos outros teóricos que defendem a própria possibilidade de a arte levar ao estranhamento e ao estranho familiar. Freud distingue os dois: o estranhamento estético e o psicológico, porém não elimina a possibilidade de um levar ao outro.

Kristeva, porém, é muito feliz quando descreve a distinção entre angústia e estranho familiar. Afirma que este não se confunde com aquela, pois ele é desde o início: “choque, insólito, espanto; e ainda que a angústia a ele se ligue, o estranho familiar preserva essa parte

¹⁰ Tradução minha para o trecho: “*se protege en substituant à l’image du double bienveillant qui suffisait auparavant à le protéger, une image de double malveillant où il expulse la part de destruction qu’il ne peut contenir*”, (KRISTEVA, 1988, p. 271).

¹¹ Tradução minha para o trecho: “*A moins que, nous privant aussi bien des risques que des délices de l’étrangeté, ils n’en soient les liquidateurs*”, (KRISTEVA, 1988, p.277).

de mal estar que conduz o eu, para além da angústia, à despersonalização”¹²). (KRISTEVA, 1988, p.277)

O estranho familiar, quando se apagam os limites entre o imaginário e o real, por conseguinte, é um sentimento de desestruturação do eu ou algo que abre em direção ao novo, em uma tentativa de adaptação ao que nos é incongruente.

Kristeva comenta que o soberano ignora o estranho familiar... Estranho eu justamente ter decidido lhe endereçar esse meu relato, não acha, Majestade? O inconsciente tem vias tortuosas...escreve certo por linhas tortas. E eu aqui em meu texto tenho a impressão de escrever torto por linhas retas. Muitas idas e vindas quando falo do estranho, do inconsciente. O estranho familiar como ponto de basta. Um ponto que amarra todos os outros. E daí precisarmos falar de angústia, repetição, duplo, retorno do recalcado e até da figura paterna. A figura pai-eterna, se eu fosse jogar com as palavras como joga Lacan...

Mas voltaremos a isso mais tarde, quando eu falar mais especificamente de psicanálise e inconsciente.

4.2 O autoquestionamento, o foco em relação a meus possíveis posicionamentos de sujeito e o acolhimento da minha sensação de estranho familiar como algo que poderia me ensinar

É quase que completamente óbvio saber que em uma pesquisa, antes da resposta, temos a pergunta. Quase que... É ela que nos estranha do mundo no sentido usado aqui neste meu trabalho. É ela que pode abrir para o conhecimento, um deslizamento de sentidos. A pergunta é um deslocamento. Metonímia. A resposta, uma metáfora. E de perguntas e respostas somos feitos, porém se nos estacamos em uma destas, nosso mundo se enrijece. Escrevo isso pensando em poderes, Majestade. Em domínios.

Se posso descrever, com as mesmas boas razões, o que não aconteceu mas poderia ter acontecido, o que posso dizer daquilo que aconteceu? O que, então, de fato comprovei e desmistifiquei? Também nesse caso os limites se confundem, surgem insegurança, hesitação e dúvida. Ponto de vista de Montaigne: *Que sais-je*, o que sei? Ponto de vista de Renan: o ponto de interrogação é o mais importante de todos os sinais de pontuação (KLEMPERER, 2009, p.131).

¹²Tradução minha para o trecho: “*choc, insolite, étonnement; et même si l’angoisse la rejoint, inquietante étrangeté preserve cette part de malaise qui conduit le moi, au delà de l’angoisse à la dépersonnalisation*”, (KRISTEVA, 1988, p.277).

Parece exagero levar a esse extremo a necessidade das perguntas, Majestade? Acredito que não. Em continuação a esse trecho que acabei de citar, Klemperer escreve que a humanidade parece oscilar entre extremos, procurando um ponto em que se equilibrar. Escreve também que muitas vezes se diz que a obstinação, a fé cega (aqui sou eu que adjetivo) levaria ao progresso, ao passo que a interrogação levaria aos empecilhos, à dúvida. Porém explica: “Não se pode afirmar isso com certeza. Mas se pode afirmar, com certeza, que mãos sujas de sangue são sempre de obstinados.” (KLEMPERER, 2009, p.132).

De alguma forma, também é certo que o ponto de interrogação em uma pesquisa é o que leva além, a um deslizamento metonímico, não obstinado por uma resposta muitas vezes limitadora. Tentei então dar voz e vez às minhas dúvidas e associar, um pouco à maneira psicanalítica, mas nem tanto, porque, afinal de contas, esse meu relato não é um procedimento de análise (que certamente precisa de um analista). Tampouco é uma autoanálise, pois essa não seria a via. Fui, no entanto, associando palavras como um exercício para tentar resolver algumas dúvidas. Associando e tentando fazer deslizar essas duas palavras-metáforas que me pegaram. A do domínio e a do estranhamento. E tentando recobrir seus sentidos, sobredeterminados. Para a psicanálise, os eventos, as posições de sujeito, as neuroses, não têm um só motivo. São sobredeterminados. Daí eu tentar olhar para vários possíveis fatores e acolher esse evento de *unheimlich* também como uma metáfora para meus questionamentos. Uma espécie de condensação que propiciaria deslocamentos. Para mim, quase como a densa linguagem da poesia.

4.3 O paradigma indiciário de Ginzburg, servindo como uma forma de olhar para os dados, um microscópio para enxergar o detalhe, mais de perto

Em seu artigo *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*, Ginzburg traça o histórico de um modelo epistemológico que ele chamou de paradigma indiciário. Tal paradigma, segundo ele, poderia ajudar “a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’” (GINZBURG, 1989, p. 143). Numa imagem “*pregnante*”, escreve que talvez neste paradigma voltado para o passado (a jurisprudência), para o futuro (a arte divinatória) e para o presente-passado-futuro (a semiótica médica diagnóstica e prognóstica) se possa talvez encontrar o gesto intelectual mais antigo do ser humano: o de buscar no chão as pistas de sua presa. Pois esse gesto intelectual continuou ao longo da história do ser humano, marcado por

diferentes derivações. É a rigor o início dos gestos de identificação de uma obra de arte, o início das deduções de um detetive, o início das descobertas em pesquisas.

Ao passo que a generalização se torna cada vez mais uma impossibilidade, tomar a parte pelo todo, num procedimento metonímico, aparece como uma forma para tentar compreender algumas das nuances de um contexto.

Essa escala decrescente confirma que o verdadeiro obstáculo à aplicação do paradigma galileiliano era a centralidade maior ou menor no elemento individual em cada disciplina. Quanto mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso. (...) Nesse ponto, abriam-se duas vias: ou sacrificar o conhecimento do elemento individual à generalização (mais ou menos rigorosa, mais ou menos formulável em linguagem matemática), ou procurar elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por se definir) do individual (GINZBURG, 1989, p.163).

Assim, a importância do detalhe, da pista, do indício, que não “revelaria” o todo, como nos aconselha dizer a Análise do Discurso de linha francesa, mas ao menos nos faria procurar por suas pegadas...

4.4 A análise dos textos encontrados a partir dos pressupostos da Análise do Discurso, de linha francesa e sua relação com a psicanálise freudiana/lacanianana

A Análise do Discurso é uma das bases para meu trabalho. Junto com a psicanálise freudiana e lacanianana, de que ela toma muitos conceitos. Pretendo então, Majestade, seguir esses passos, fazer referência a esses dois campos de conhecimento, tentando relacionar o que em cada um deles acabou sendo operatório para o estudo do *corpus* que analisei.

São teorias imbrincadas. Pêcheux faz menção a vários conceitos da psicanálise. Também menciona o estranho familiar por várias vezes ao longo de seus textos, como um modo de conhecer. De pesquisar. Junto com Françoise Gadet, em sua obra *La Langue Introuvable* (1981) escreve: (...) “entretanto nós tentaremos discernir como essas interrogações mais longínquas, que acabamos de salientar, retornam nesse espaço, com a insistência de uma estranheza familiar¹³”, (GADET; PÊCHEUX, 1981, p.13/14).

¹³Tradução minha para o trecho: “*nous tenterons pourtant de discerner comment ces interrogations plus lointaines que nous venons de marquer font retour dans cet espace, avec l’insistance d’une étrangeté familiale*”. Aqui é importante notar que em francês, o texto de Freud *O estranho* é intitulado “Une étrange familiarité”.

E escreve ainda:

Não é de espantar que, nessas condições, questões lógico-linguísticas muito “sérias, referentes à necessidade e a contingência, o singular e o geral, o funcionamento prático dos silogismos como regra de vida, os fundamentos linguísticos e não linguísticos da referência e da verdade, o *jogo dos shifters* abordados pela correferência na comunicação verbal, etc., possam apresentar, nos trabalhos americanos, uma tão estranha familiaridade com os temas ancestrais do Witz hebraico/judeu, literalmente assombrado pelas questões de fronteiras (fronteiras do sentido, do corpo, da língua, da razão e do pensamento...)”, (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 213/214)

Lacan estudou a linguística. Freud, por sua vez, preocupou-se com a linguagem de uma forma até então impensável. Junto com Breuer, formulou a hipótese da *talking cure* - a cura pela palavra - a partir do caso Dora (FREUD, 1905). Também deu uma importância fundamental aos chistes, ao *witz*, à análise dos sonhos, à transformação de imagens em palavras, ressignificadas. Esse é um longo caminho, Majestade. O das relações entre a humanidade e a linguagem. A constituição do sujeito, as formações imaginárias, as formações discursivas. Para poder começar a discorrer a respeito, poderíamos começar pelo histórico da Análise do Discurso? A de linha pecheutiana, minha base.

A Análise do Discurso surgiu nos fervilhantes anos sessenta, criada por estudiosos em busca de revolucionar as ideias até então estabelecidas. A partir de seus pressupostos começou-se a entender as línguas e a linguagem de uma forma mais ampla, e a tentar perceber por meio da linguagem o que antes poderia passar imperceptível: o posicionamento dos sujeitos do discurso. Muitos dos teóricos da AD - trabalhando em conjunto com Pêcheux - não mais se contentavam em estudar a língua como um sistema de regras (a Gramática), nem como um sistema de signos e de regras formais (a Linguística). Seu objeto era o discurso, ainda que Denise Maldidier tenha escrito, no prefácio que faz à obra *L'inquiétude du discours*, que o discurso em Michel Pêcheux pareça a ela “um verdadeiro nó. Não é nunca o objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico onde se intrincam literalmente todas as grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito¹⁵”, (MALDIDIER, 1990, p.8).

¹⁴ Tradução minha para o trecho: “Il n’est pas étonnant que, dans ces conditions, des questions logico-linguistiques très “sérieuses”, portant sur la nécessité et la contingence, le singulier et le général, le fonctionnement pratique des syllogismes comme règle de vie, les fondements linguistiques et non linguistiques de la référence et de la vérité, le *jeu des shifters* abordés par la coréférence dans la communication verbale, etc., puissent présenter, dans les travaux américains, une si étrange familiarité avec les thèmes ancestraux du Witz juif, littéralement hanté par les questions de frontières (frontières du sens, du corps, de la langue, de la raison et de la pensée...)”

¹⁵ Tradução minha do trecho: “un véritable noeud. Ce n’est jamais un objet premier ou empirique. C’est le lieu théorique où s’intriquent littéralement toutes ses grandes questions sur la langue, l’histoire, le sujet.”

Essas intersecções entre língua, história e discurso tiveram ao longo do histórico da Análise do Discurso de linha francesa diferentes modos de serem entendidas. E essas diferentes formas de pensar o discurso foram divididas em três épocas. Na primeira, presente no texto *Análise Automática do Discurso* (1969), o discurso era concebido como uma maquinaria fechada, um bloco não influenciado por outros blocos de discurso. O sujeito é então entendido como assujeitado à formação discursiva em que se insere. Ainda segundo Mالدیدیر, mesmo que a obra em que essa teoria se apresenta nos pareça um esboço, ela trata de questões fundamentais no que concerne à leitura, aos textos e ao sentido da AD. De acordo com Paul Henry e Michel Plon – citados por Didier, no prefácio à compilação que ela faz da obra de Pêcheux – esse projeto tinha como objetivo ser uma espécie de Cavalo de Troia, uma máquina de guerra a ser introduzida nas ciências sociais, com o objetivo de nelas propiciar uma grande mudança ((MALDIDIER, 1990, p.11).

Já na segunda fase, a maquinaria discursiva não é mais concebida como sendo impermeável. Assim começa-se a defender a ideia de que há relações entre os discursos. Ou seja, os discursos são permeáveis uns em relação aos outros: um discurso jurídico, por exemplo, pode ser permeável a um discurso político e/ou religioso, podendo adotar conotações desse teor. O sujeito continua sendo concebido como assujeitado à sua formação discursiva, porém recebe várias influências de outros discursos.

Na terceira e última fase, a noção de maquinaria discursiva implode e os discursos acabam sendo considerados como muito mais permeáveis entre si. Por força dessa implosão da maquinaria discursiva, nessa nova fase, o estudo da construção do discurso, dos “pontos de vista” e dos lugares enunciativos (lugares em que o sujeito se coloca quando da enunciação) acaba ganhando mais adeptos. Os questionamentos acerca do sujeito da enunciação também se tornam cada vez mais prementes.

Embora critique a prática da Linguística – que estuda a língua fechada em si mesma –, a Análise de Discurso toma dessa ciência alguns conceitos para se fundamentar e, a partir desses questionamentos, encontra suas bases teóricas em uma proposta interdisciplinar: os analistas do discurso vão se fundamentar na releitura de Saussure feita por Michel Pêcheux, na releitura de Marx feita por Althusser e na releitura de Freud feita por Lacan. Por conseguinte, a Análise do Discurso estuda o discurso a partir dos aportes de três domínios teóricos: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. É nessa intersecção que a AD se encontra e também encontra a sua especificidade.

Poderíamos pensar num esquema de conjuntos que concebi para ilustrar esses preceitos em que a AD se fundamenta. A parte mais escura seria justamente o ponto de intersecção, lugar em que se encontra a AD:

Figura 1: O lugar da AD

Para sua conceptualização teórica, a AD toma da Linguística alguns conceitos, dentre os quais podemos destacar os seguintes:

- a) a língua é um produto social da faculdade humana da linguagem, porém não se confunde com ela. É um sistema regido por leis e regras específicas;
- b) a interação dos elementos que constituem a estrutura da língua é de tal ordem que a alteração de qualquer elemento leva à alteração dos demais elementos do sistema como um todo;
- c) a língua é um fato, uma convenção social: nós nos submetemos às suas regras quando integramos uma comunidade linguística e social;
- d) a língua é também um princípio de classificação;
- e) a fala é a parte individual da língua. É ao mesmo tempo a sua concretização e a sua atualização. (SAUSSURE, s/d, p.16-17).

Em relação a esses pressupostos, Majestade, poderíamos pensar de antemão:

Nós nos assujeitamos à língua? A língua é um instrumento? Ou ela nos constitui? Conseguimos dominar algo de que somos feitos? Essas são questões que considero básicas em minha pesquisa. Dão a ela um pano de fundo, uma espécie de vela para o barco.

Retomando Althusser, a Análise de Discurso de linha pecheutiana considera que a ideologia interpela o indivíduo enquanto sujeito, ou seja, assujeitado a ela. Ele não é senão falsidade e ilusão. Talvez falsidade apareça como uma palavra marcada, não é, Majestade? Amiga das intrigas do poder e das preocupações humanas mais mezinhas. Porém aqui ela parece como o que não é verdadeiro. Buscamos tanto com nossas palavras a verdade...

Buscamos tanto também com nossas palavras escondê-la... Porém nem quando a buscamos, nem quando tentamos escondê-la, sabemos exatamente do que se trata a verdade. E tanto em um quanto em outro movimento não somos exatamente o que eu poderia chamar de prodígio ... Somos falsidade e ilusão: pois toda a rede imaginária e de significantes criada pela ideologia nos faz como que entender a sociedade de um modo desviante. Alterado. Pensei agora naquelas lentes que desviam feixes de luz. Ou ainda no momento quando a luz muda de meio, por exemplo, do ar para a água. No fenômeno de refração. Pois então me parece, Majestade, que há uma espécie de refração que nos assujeita, um desvio. Vemos o mundo por meio dessas lentes desviantes. Althusser (1970) imaginou que a única salvação para esse poder desviante da ideologia seria a possibilidade de um conhecimento sem sujeito, vislumbrou uma possibilidade... Um conhecimento sem sujeito seria possível? O inconsciente onde caberia? Ou essa não seria mais uma das nossas vontades de domínio?

Por não concordarem com a ideia de uma verdade da ciência, nem com a ideia de um sujeito agente da ciência nos moldes do *cogito* cartesiano, os analistas de discurso – e talvez seja importante lembrar aqui que quando falo em analistas do discurso, me refiro sempre aos da linha francesa, principalmente Pêcheux – vão então buscar alguns conceitos da Psicanálise. Ocorre então um deslocamento cognitivo: passou-se definitivamente da ideia de homem – centrado, cartesiano, uno – para a de sujeito.

O sujeito da AD é interpelado pela ideologia – mecanismo de produção de saberes e sentidos – e ao mesmo tempo resultado de processos inconscientes. Temos aí ao mesmo tempo dois tipos de assujeitamento, diferentes, mas complementares e constitutivos. Quando comecei a pensar e pesquisar os sentidos da palavra domínio, Majestade, pensava na ideia de domínio como um desejo inconsciente, e ao mesmo tempo pensava na ideia de domínio como algo social. Há uma vontade de poder, não é, Majestade? Talvez eu só tenha conseguido trazer para o consciente o que eu já sabia inconscientemente. Porém para que viessem à tona, foi-me preciso este relato. Todas essas fases, em seus procedimentos, foram se imbricando e se justificando a meu ver. E ficaram ainda mais justificadas quando eu percebia que outros pesquisadores e outros teóricos as haviam utilizado. Nem sempre juntas, nem sempre pensando nas intersecções das metodologias de análise, mas dando a elas uma validade.

Para Pêcheux (1995), não pode haver discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Sujeito, ideologia e discurso são categorias indissociáveis. O discurso, a partir de então, não é mais entendido como uma estrutura, mas como um acontecimento, um acontecimento produzido por um sujeito. E assim, ele pode ser estudado como o lugar em que se processa a relação entre língua e ideologia, entre ideologia e sujeito e entre sujeito e língua. Podemos aqui

perceber o quanto esses três termos estão intrinsecamente imbricados para a Análise do Discurso. A partir das relações entre eles, pode-se verificar como a linguagem produz sentidos, já que a linguagem, para a Análise do Discurso, não é algo transparente. Ela é o lugar em que o sujeito se revela e se oculta. Ela é polissêmica e plurívoca. Plena de vozes. Opaca.

A Análise do Discurso – ainda em Pêcheux - sempre recusou qualquer suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso. E esse princípio não se alterou. Retomando um texto que escrevi com Fuchs, Pêcheux (1988) salienta que o sujeito, ao falar - e consequentemente produzir discurso e participar da linguagem - é tomado por dois esquecimentos: dois esquecimentos inusitados, pois são esquecimentos de algo que nunca se soube. Há como se lembrar de algo que nunca se percebeu? São esquecimentos lá de longe, Majestade, que ocorrem quando da constituição do sujeito, que estão presentes em sua própria constituição. O primeiro deles é da ordem do inconsciente: o “esquecimento nº 1” – como é chamado: aquele em que o sujeito se coloca como origem de tudo o que diz e acredita ser a fonte de seu próprio dizer. O “esquecimento nº 2”, de caráter pré-consciente ou semiconsciente, ocorre pelo fato de o sujeito privilegiar algumas formas e apagar outras, quando da realização de seu discurso. Assim, ele acaba tendo a ilusão de que o que diz tem apenas um significado e que ele controla os efeitos de sentido de seu texto, ou seja, acaba tendo a ilusão de que linguagem e língua são unívocas. Linguagem e língua aqui encontram sua origem, dentro desses esquecimentos. Esta não podendo existir sem aquela.

Freud em sua segunda tópica não utiliza mais o termo *pré-consciente*. Porém, isso não invalida a teoria dos esquecimentos de Pêcheux como uma instância fundante do discurso. Quando falamos, esquecemos.

Vamos então falar de inconsciente, Majestade?

Eu poderia tentar falar por muito tempo sobre o inconsciente, apesar de este ser um trabalho árduo. Porém por força da extensão deste meu relato, vou ter que ser sucinta. Falar do mais básico, do que sei. Não sei tanto quanto gostaria de saber... Sei o básico...para uma professorinha saber... Porém, Sua Majestade, do alto de seu poder, talvez saiba ainda menos... Talvez nunca fale sobre o inconsciente, já alguma vez pensou sobre ele?

Mas, se pensarmos bem, não estamos sempre todos falando do inconsciente? Não estamos sempre todos falando a partir dele e às vezes ao tentar escondê-lo, mesmo assim falando e tornando-o presente? Presentificando-o, apesar de atemporal?

O inconsciente pode ser definido como uma estrutura, à revelia da consciência. Uma estrutura que se revela pelos atos falhos, pelos lapsos de língua, pelos chistes, pelos sonhos. Freud (1900/1901), ao explicá-lo, apresentou-nos um modelo de aparelho psíquico construído

a partir do modelo do arco reflexo, retirado da física. Nesse modelo, uma descarga de energia produz uma excitação que vai resultar em uma resposta motora. Porém, diferentemente do que acontece no modelo do arco reflexo inicial, no aparelho psíquico apresentado por Freud, a excitação não é externa, é interna (ainda que provenha de uma fonte externa – como o fato de se ver um acidente – ou de uma fonte interna – como a fome, por exemplo). Segundo o que nos explica Freud, a descarga psíquica nunca é total, é sempre parcial. Por isso, a excitação deixa uma marca e um resto. Como a descarga não é total, a tensão não tende a zero e se acumula.

Figura 2 - Esquema do Arco Reflexo

Fonte: Nasio, (1999), p.17.

Outros motivos convergem para que a tensão não tenda a zero e se acumule: a fonte psíquica de excitação é inesgotável e, além dela, existe o recalque. Foi a partir da ideia de recalque, de algo que não é aceito pelo sujeito, mas que de alguma forma está “lá”, que se chegou à ideia de inconsciente. O recalque é a condição para a existência do inconsciente, visto que algo precisou se proteger e se esconder. Porém, como esse “esconderijo” não é perfeito, o recalcado pode chegar a vir à tona. E assim, Majestade, quando o recalcado retorna, ele pode sustentar a possibilidade de ocorrência do estranho familiar.

A “descoberta” e teorização do inconsciente, causou-nos - como diz Freud - a terceira ferida narcísica. Feriu nossa imagem egoica. A primeira dessas feridas foi causada pela descoberta de Copérnico, que ao invés de defender a ideia de que o sol girava em torno da Terra, sustentou a ideia de que era a Terra que girava em torno dele. Essa descoberta mudou o foco. Tirou o homem - esse ser autocentrado - do centro, arrancou-o imaginariamente de um lugar de poder. Pobre homem, Majestade! Achava que a Terra era especial, o centro do Universo. Também imaginava que a raça humana era a mais escolhida das espécies. E mais tarde, um

outro homem, Darwin, defendeu a ideia de que o homem era resultado de uma seleção natural, consequência de causas e efeitos que ele não domina. Darwin defendia a ideia de que o homem era mais um animal entre outros animais. Igual aos deuses? Outra ferida.

Em seguida, o que talvez ainda nos consolasse fosse o fato de que éramos centro ao menos de nosso próprio eu, conscientes e mestres de nós mesmos. “Penso, logo existo”, escreveu Descartes. Freud, então, mostrou-nos que éramos fruto de processos inconscientes. A consciência é uma ilusão e o pensar não é tão evidente, tão simples, tão sujeito à nossa consciência. Pobre homem. Pensava-se um rei, Majestade. Uma espécie de déspota esclarecido, entende? E percebeu-se não o Rei Sol, mas a penumbra. O homem não domina a si mesmo e nem a sua própria linguagem. Para a psicanálise, a linguagem provém de processos inconscientes, sobre os quais ele não tem domínio. Freud, aliás, ao defender a hipótese da existência do inconsciente, defendeu também a ideia de que o homem não é o centro nem de si mesmo. A ideia de um eu - senhor de seus pensamentos e desejos – revelou-se um furo na água. Antes de Freud, a consciência era identificada ao sujeito. Depois dele, o referencial se altera. E Lacan, em sua releitura dos textos freudianos, reverte o *cogito* cartesiano dizendo: “Penso onde não sou, sou onde não penso.” Penso, logo, hesito?

Em seu primeiro modelo do inconsciente, conhecido como primeira tópica, Freud trabalhou a ideia de três instâncias: o consciente, o pré-consciente e o inconsciente. Nessa primeira tópica, a consciência seria, por exemplo, como a ponta de um *iceberg*. Sob ela estaria o pré-consciente, a parte não reprimida da memória. Na parte mais submersa, escondida, estaria o inconsciente, o que está fora de nosso acesso comum, o que foi recalcado por não conseguir ser suportado pelo eu, o que retorna depois de se esconder. É essa parte que volta à superfície por meio dos sonhos, chistes e atos falhos, como sabemos. Retorna também pelo estranho familiar.

Mais tardiamente, Freud retrabalhou esses conceitos, no que ficou sendo conhecido como o modelo da segunda tópica. Neste modelo, também concebia três estruturas: o Id (ou Isso, como mais tarde foi chamada essa parte primitiva, pulsional, que obedece ao princípio do prazer), o superego (ou supereu), que é a estrutura que opera a censura e, por fim, uma outra estrutura, o ego (ou o eu), que é aquela que existe entre o isso e o supereu, dando conta de fazer com que essas estruturas “convivam”, afeitas ao que o eu consegue “organizar” ou suportar de si mesmo.

Fico espantada às vezes em relação a quanto esse meu caminho tem a ver com o mar, como já escrevi antes. O inconsciente como a parte escondida do *iceberg*, que acessamos quando submergimos. As palavras conscientes, quando navegamos.

Freud valorizava sobretudo o conceito de representação: de objeto, de coisa, de palavras. Retomando esse conceito de Freud, Lacan acaba por transmutá-lo. Considera que a experiência da psicanálise é uma experiência de linguagem. Portanto, começa a pensar esse conceito a partir da linguística de Saussure, da língua e da fala, e formula sua ideia de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. O inconsciente é a linguagem, para Lacan. Que então não vai mais falar em representações, assim como Freud, mas em significantes. Estamos envoltos em uma cadeia de significantes, cadeia social, que, por sua vez, é um efeito de trocas sociais e simbólicas. O inconsciente pode então ser pensado como efeito de uma função simbólica. Daí resulta a importância da noção de signo, que Lacan foi buscar em Saussure. Para este teórico, a língua “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. (SAUSSURE, s/d, p.17). Saussure define o signo linguístico como uma “unidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, s/d, p.80), e representa essa unidade a partir da seguinte figura:

Figura 3: O signo para Saussure

Fonte: SAUSSURE, (s/d), p. 80.

E assim, explica que o signo linguístico “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, s/d, p.80)

Lacan, por sua vez, ao definir o signo, escreve:

Um signo - dizem - nos - é representar alguma coisa para alguém, a alguém que está lá com o suporte do signo. A primeira definição que podemos dar de um alguém, é que alguém que está acessível a um signo. É a forma, a mais elementar, se podemos nos exprimir assim, da subjetividade. Não há objeto algum aqui ainda, há outra coisa, o signo, que representa esta alguma coisa para alguém. Um significante se distingue de um signo, primeiramente por aquilo que tentei fazer vocês sentirem, é que os significantes não manifestam se não a presença, em primeiro lugar, da diferença como tal e nada mais. A primeira coisa, portanto, que ele implica é que a relação do signo com a coisa está apagada (LACAN, [1961-62] 2003, p. 63).

O signo então é aquilo “que representa (...) alguma coisa para alguém”, porém, diferentemente de Saussure, Lacan estabelece não uma primazia do significado, mas uma primazia do significante (LACAN, [1957-1958] 1998, p. 33).

O significante é o ponto de ligação da cadeia, deslizamos metonimicamente por ela. É ele que opera como suporte para o desejo, para as trocas metonímicas. Para o estabelecimento de metáforas também. Metáfora e metonímia funcionam pelos processos de deslocamento e condensação, respectivamente. O recálque seria então a perda de associações entre os significantes. A “cura” da psicanálise vem pela associação de significantes, por meio da palavra. Já pensou em tal possibilidade, Majestade? E se eu aqui associasse seu nome a alguns significantes, o que restaria? Majestade, mastro, cetro, rei, poder, fálico, fala, falho... Pois assim, associamos. Sujeitos à linguagem e à língua. Discorro. Discurso.

Na teoria lacaniana, o bebê mesmo antes de nascer já é “falado”. (LACAN, [1954-1955] 1985, p.31), Seus representantes parentais já o inserem dentro de um discurso, dentro de um desejo permeado, cercado, pela linguagem. Nasce envolto no pano dos discursos de seus pais, em suas fantasias e desejos. Um emaranhado. Nasce assujeitado à língua, tendo dela desde o início o carimbo do desejo permeado pela linguagem das figuras parentais. Em psicanálise, deve-se falar em “constituição do sujeito” e não em seu “desenvolvimento”, visto que este último termo pode remeter a uma valoração.

Lacan estabelece duas operações lógicas a partir das quais o sujeito se constitui em meio à linguagem: o complexo de Édipo e o estádio do espelho.

No Complexo de Édipo, em um primeiro tempo, a criança se identifica como o objeto de desejo da mãe, que lhe aparece como um prolongamento de si mesma. Não tem um substituto simbólico de si e resta limitada ao registro do imaginário. No segundo tempo, ocorre a intervenção do pai, terceiro elemento - um outro na relação - que surge então enquanto objeto de desejo da mãe. Essa aparição do pai na relação é vivida pela criança como interdição e frustração. No declínio desse processo, ocorre um deslocamento: o pai intervém, porém não mais como aquele que é o objeto de desejo da mãe, mas como aquele que o tem. De objeto do desejo da mãe, ele passa a ser o possuidor do objeto de desejo. O pai é a lei. Sua simbolização tem uma função estruturante.

É pela operação inaugural da linguagem que esse sujeito pode atualizar-se e por meio da qual esforça-se para designar simbolicamente sua renúncia ao objeto perdido. (...) A resolução do Édipo confere ao sujeito um Nome e por ele o significante originário de si, conferindo-lhe a singularidade. (BASTOS, 2003, p.108-109)

No Estádio do espelho, uma outra operação lógica de constituição do sujeito descrita por Lacan ([1957-1958], 1998), percebemos como o eu é construído por força da identificação imaginária do bebê à figura que lhe é apontada no espelho. É a partir do outro que o bebê

associa o seu eu à figura do espelho, por meio da linguagem, imaginariamente. Também imaginariamente ela procede a um momento de identificação fundamental dentro do seu desenvolvimento psíquico. Dessa forma, o imaginário acaba sendo a base da constituição do eu, a despeito – se é que assim poderíamos dizer – de sua inserção no simbólico. A partir dessa inserção no simbólico, estrutura-se o imaginário. Há uma matriz simbólica. Nela, o eu se precipita ainda antes de sua identificação imaginária com o outro, no Estádio do Espelho.

Aprendemos com a psicanálise lacaniana que existem três registros distintos que constituem o humano: o Real, o Simbólico e o Imaginário. Lacan os representou e os concebeu como sendo estritamente imbricados: três círculos encaixados de modo que se um encaixe se desfaz os outros dois círculos também se soltam. Esse nó, que ele chamou de borromeano, pode ser representado pela imagem a seguir:

Figura 4: O nó borromeano representado por Nicholas Durnam

Fonte: <http://gallery.bridgesmathart.org/exhibitions/2011-bridges-conference/nickdurnan>

Ao escolher a figura que para mim melhor representa o nó borromeano, optei por essa imagem acima, de uma escultura do artista Nicholas Durnan (2011): uma obra de arte, feita em alabastro colhido numa praia perto de *Minehead*. Um material sólido o suficiente para se manter, porém levemente solúvel em água. A água das palavras? Que formações poderíamos dissolver por meio delas, Majestade? Quais poderíamos construir?

Os três registros nos constroem. Algo em relação a eles pode ser mudado por meio delas. No entanto sempre estamos dentro desses registros: essa “humaníssima trindade”, (VITA, 2014, p. 195).

Ainda que sumariamente, podemos descrever o registro simbólico como um sistema de representação fundado na linguagem, é um registro que instaura a lei e que possui um caráter coletivo e cultural. O Simbólico é da ordem do Outro, do social. O Real, por sua vez, é da ordem daquilo que não pode ser simbolizado, não pode ser representado pela linguagem. É o que existe fora dela.

O registro imaginário encontra suas bases na relação que se estabelece com o outro. Tem uma estreita relação com o simbólico, como já mencionei, pois é por meio da linguagem e da língua que se estabelecem as relações imaginárias. O que “falha” na ordem imaginária, o que não pode ser nomeado, que resiste à simbolização e que ocorre como falta é o Real que – como já foi dito – existe para fora da linguagem. Ele ex-iste.

De acordo com a psicanálise em seu viés lacaniano, o bebê, ao se identificar com a sua imagem no espelho e ao se referir a si mesmo enquanto um “eu”, só pode fazê-lo por meio de seu assujeitamento à linguagem, a uma ordem significante. Constituição do sujeito e assujeitamento são então movimentos afins. É a partir de seu assujeitamento à ordem significante – marcada para sempre – que o bebê começa a ter acesso a outros sentidos, inserindo-se então enquanto sujeito a uma cadeia de significantes. Desliza por ela, com a ilusão de ter acesso à globalidade dos sentidos, ou ainda, mais especificamente, a um sentido imaginariamente não fugidio. Tem uma ilusão de domínio e de completude, acredita ser a origem do que fala. Porém, ele não se dá conta desse processo, uma vez que também está inscrito na ordem imaginária, em um emaranhado de formações discursivas que criam instâncias imaginárias. Poderíamos tentar fazer um paralelo entre esses três registros e suas relações de sentido. Não somos seres de sentido, Majestade? Assim, poderíamos pensar que o Imaginário é da ordem da ilusão, pois estabelece – ainda que muitas vezes momentaneamente (em outras, uma vida) - um sentido que é unívoco, que vai em uma só direção, ao qual nos identificamos. Muitas vezes ferrenhamente. O Simbólico é da ordem do duplo sentido, do equívoco, do polissêmico, do plurívoco. Daí os jogos de palavras, os jogos simbólicos, o deslizamento pelos significantes, os deslocamentos de sentido. O Real, por sua vez, é da ordem do não-sentido, do *non-sense*. Como abarcá-lo com as palavras? A tarefa insólita de uma vida. No entanto...

Saber sobre essas três instâncias me parece com o prazer de morder algum fruto proibido – ou pelo menos – algum fruto escondido que espoca e se revela colocando um holofote sobre o mundo. Uma vez que se o faz, não há mais como voltar atrás. Uma vez que isso é feito, não há mais como deixar de passar sobre isso um olhar de respeito, no sentido etimológico da palavra, no sentido de re-espectare – olhar para esse ponto várias vezes num enredamento infinito. Podemos aí então saber que nossas construções são imaginárias, que o simbólico marca, que somos seres de palavras, que a palavra lava, que há um trabalho a ser feito. (VITA, 2014, p. 196).

Quando escrevi esse texto que acabei de citar estava justamente às voltas com esses três registros e suas manifestações em sala de aula, durante as aulas de língua, em relação à produção

escrita de um aluno. Pensava no porquê de ele se recusar a escrever, por que não conseguia passar para o ato da escrita, simbolizar.

A constituição do sujeito é permeada pela linguagem do outro, pelo desejo do outro. O nome que se dá ao bebê, por exemplo, já o insere em uma série de desejos, em um pertencimento a algum lugar, a uma história familiar. Quando a criança se reconhece no espelho, esse reconhecimento só é possível pela via do outro. Eu, Marina. Quem me deu esse nome, nele espelhou o mar.

Como podemos reparar, trata-se de uma história a três: a imagem refletida, o sujeito em questão e o olhar de um terceiro. Isto nos diz, simplesmente, que o sujeito não pode outorgar-se a si mesmo a identificação, ou se preferirmos, a “identidade”, mas, ao contrário, precisa de um semelhante que o reconheça como sendo Um. O terceiro é quem o prende à imagem. Ela está dentro do campo do desejo do outro já que se o adulto olha “aí” é porque “aí” tem alguma coisa que funciona ou ocupa o lugar do objeto de seu desejo (objeto a). (LAJONQUIÈRE, 1992, p. 168)

Esse processo permite que o sujeito passe do registro imaginário ao simbólico. Uma vez neste registro, não há outra saída... Continua assujeitado à linguagem, pois não consegue sair fora dela e sua subjetividade se manifestará “aos atropelos”, ainda que tenha a ilusão de um dia criar uma palavra terrivelmente responsável e densa, capaz de ser quase que real. Por mais que deseje – e tenha a ilusão de – por meio da palavra, não somente representar a falta, mas ao mesmo tempo anulá-la. Imaginariamente. Uma palavra-toda. Completa. Domínio.

Pêcheux termina seu texto *A Análise de Discurso: três épocas*, formulando – entre outras – uma questão que me parece há muito tempo primordial: “Como separar, nisso que continuamos a chamar ‘o sujeito da enunciação’, o registro funcional do “ego-eu” estrategista assujeitado (PÊCHEUX, 1983a, p.317) e a emergência de uma posição de sujeito? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o ‘ego-eu’ vacila?” (PÊCHEUX, 1983, p. 315)

É isso que nos move, é bem verdade, mas é isso também que nos faz adiar *ad aeternum* o suprimimento ou o preenchimento (impossível, mas em cuja possibilidade acreditamos) da falta que nos constitui, do desejo que nos angustia, sem que possamos saber o porquê (já que não podemos realizá-lo), proveniente da castração que nos faz sujeitos cindidos, clivados, incompletos, sujeitos da linguagem, capazes de simbolizar. Mas, ao simbolizar, o sujeito deixa escapar, graças à porosidade da língua, fragmentos de *lalangue* (LACAN, 1975 [1985, cap. XI]; MILNER, 1978), do inconsciente, que emerge, sob a forma de lapsos, atos falhos, sonhos, deslizes metafóricos ou metonímicos... (CORACINI, 2009, p. 478)

Somos sujeitos assujeitados à linguagem, “capazes de simbolizar”. E para mim, uma bela definição de sujeito também foi dada por Ogden quando, por sua vez, ressalta que “o sujeito

da experiência pode ser conceituado como o resultado de um processo contínuo no qual é simultaneamente constituído e descentrado de si mesmo por meio da negação e da preservação na inter-relação dialética entre consciência e inconsciente”, (OGDEN, 1996, p. 13).

Esse abrir e fechar de sentidos parece retomar e ser mais uma via para o paradigma indiciário de Ginzburg (1986), que identifica suas pistas nos detalhes - muitas vezes aparentemente irrisórios e não relevantes - para, a partir deles, proceder a uma análise de elementos não evidentes, mas muitas vezes extremamente pertinentes, que conseguem descrever, dar conta de um determinado objeto estudado de modo mais abrangente. Ginzburg parte do detalhe para conseguir uma visão do todo. Meus significantes, esses que me enredam neste relato, me dão pistas.

Pensei na junção que fiz entre as palavras do campo semântico do “estranho” e o termo “domínio”. Aqui, em outra língua, em português, eu mesma vivi meu *unheimlich*. As etimologias... Vivi a própria etimologia de *unheimlich* na pele, pois juntei o termo domínio, *domus*, casa, o que é da casa, familiar, à palavra estranho. Inconscientemente. Só soube disso depois. Só percebi que “domínio” tinha a ver com “casa” bem depois de ter iniciado meu trabalho. Também só consegui deixar agora essa aproximação mais evidente, Majestade... só depois. *Après-coup* como se diz em psicanálise, só depois.

Desde o início de meu trabalho, venho me debatendo, silenciando, pensando, e também falando acerca dessas duas palavras que, de alguma forma, viraram meu mote, meu motivo, meu moto-contínuo, meu norte, uma grande parte de minha vida. Confesso que a ideia de não domínio, de estranhamento e de assujeitamento à linguagem (e também a não transparência desta) era algo a que, de chofre, não conseguia me acostumar. Como as palavras, que revelam, poderiam também velar? Como os significantes aos quais sempre me apeguei tão arraigadamente – vício do ofício de quem é professor de língua materna (e/ou estrangeira) – poderiam enganar? Como não acreditar que o autor pode ser ao mesmo tempo sujeito e senhor de seu próprio texto?

Esse sujeito possui uma noção imaginária de seu eu, considera-se livre e uno, porém não é “dono de si”. “O eu não é o senhor da sua própria casa.” (FREUD, [1919a], 1996, p.153), lembra-se, Majestade, dessa frase de Freud, que eu já lhe disse antes? Pois eu me lembro muito bem dela, gosto de repeti-la, e sei que é dessa casa de que falo. Uma casa muitas vezes *unheimlich*, em que se pressente a presença de outras vozes, a cisão do sujeito que segura as chaves de sua propriedade pensando dominá-la sem se dar conta de sua heterogeneidade constitutiva, de suas diferentes posições enunciativas e subjetivas. Um sujeito que, como já mencionado, possui uma imagem unificada de si, por força das diversas formações imaginárias

que o constituem, por nosso ideal de todo. Por nosso ideal do eu. Psicanálise e Análise do Discurso se imbri(n)cam em meu trabalho.

Depois de passar um tempo pela Psicanálise, voltemos então à AD, Majestade, e mais especificamente, às formações imaginárias em Pêcheux. Antes, porém, devo admitir que, ao me imaginar explicando essa parte da teoria, conjecturei a respeito de que impressão lhe causo. Que imagem Vossa Alteza tem de mim? Não sei, porque Vossa Majestade não me fala... Ou será que eu poderia tentar saber, que posso prever algo? Que imagem se tem normalmente de uma professora de língua portuguesa? De uma professora de Ensino Fundamental? A professorinha. Algumas pessoas assim já se referiram a mim e à minha profissão, num tom majestático às vezes, num tom quase-carinhoso-mas-nem-tanto-assim-me-parecia. Parecia-me-mais-um-tratamento-de-carinhoso-menosprezo? É provável... A professorinha e a Majestade... Dois opostos, afinal?

Fiquei imaginando por que até hoje só vi o diminutivo utilizado dessa forma “carinhosa” em relação à profissão de professor. E no feminino, a professorinha...

Se digo o professorzinho, me parece que o sentido muda. Com outras profissões também: a pintorazinha, o pintorzinho, aquele pintorzinho, o jornalista.

Mas não se preocupe, Majestade...são só umas conjecturas... eu falando com meus botões. Pois vamos então às formações...Imaginárias.

Pêcheux (1969, p.79) salienta que é impossível analisar um discurso como uma sequência linguística fechada em si mesma, mas que podemos analisá-lo em referência ao conjunto de discursos possíveis dentro de determinadas condições de produção. Refuta os esquemas anteriormente existentes, o de estímulo-resposta e o informacional (de Jakobson), propondo que o que está em jogo não é necessariamente a comunicação, mas um efeito de sentidos entre o destinador (A) e o destinatário (B). A esse respeito escreve que:

Fica bem claro, já de início, que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. (...) A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.). do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (PÊCHEUX, 1969, p.82).

No entanto, os traços objetivos das formações sociais não são efetivamente objetivos, pois se inserem num âmbito de representações de formações imaginárias que designam o lugar

que A e B se atribuem mutuamente. Essas representações intervêm enquanto condição para a formação do próprio discurso, visto que a própria estratégia do discurso prevê uma antecipação das representações do receptor. Podemos designar as formações imaginárias a partir do seguinte quadro, proposto pelo próprio Pêcheux:

Quadro 1: As formações imaginárias em Pêcheux

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: PÊCHEUX, 1969, p. 83

Nenhum discurso delas é isento, e todas essas antecipações acerca da posição de B ou A prescindem das respostas e são elas mesmas decorrentes de processos discursivos anteriores. Nem mesmo aqueles que se pretendem neutros.

Analisando a imagem do professor que é veiculada na mídia, especificamente no jornal *Folha de São Paulo*, Ferreira (2012) se pergunta se o discurso da objetividade, que é caro aos jornalistas, pois sustenta a sua própria função, poderia manter-se de pé após duas das questões que ela coloca em sua pesquisa: “O autor, repórter, grupo de repórteres, editores são a origem de seu dizer? E ainda, o que dizem tem origem na realidade empírica?” (FERREIRA, 2012, p. 35).

Ferreira explicita em seu trabalho que no período das reportagens pesquisadas por ela, o professor vira notícia quando, a partir da ideologia em que o jornal se insere, torna-se

interessante reforçar as imagens de um “professor mal formado, com baixo capital cultural e social e que, portanto, precisa ser substituído por outros *melhores*” (FERREIRA, 2012, p. 175).

Em contrapartida, as imagens propagadas no que concerne ao jornalismo são as de

veículos e jornalistas que sabem identificar, de modo preciso e objetivo, imagens de cientificidade, colada aos discursos – ainda que deturpados – dos pesquisadores em educação. Os jornalistas são, portanto, os que apresentam as “*reais*” causas para os problemas da educação e possuem as receitas “*certas*” que os professores e educadores deveriam seguir. (FERREIRA, 2012, p. 175).

Há, como diz Ferreira, uma espécie de receita, um manual formado a partir da imagem do que deveria ser um professor. Uma imagem do que seria “certo” fazer, de como corretamente proceder... Vossa Majestade percebe, então, como a imagem que se tem a respeito de uma “professorinha” pode ser manipulada? Percebe como esse ideal de correição, que um professor deve seguir, parece coincidir com a própria ideia de domínio da língua que encontrei presente nos PCN, ideia que não aceitei de antemão?

Porém, se considero que a ideia de “domínio da língua” presente nos PCN é muitas vezes contraproducente na hora de ensinar, tenho que ao menos me propor a escavar alguns de seus sentidos, buscar nas fontes mais antigas o que eu puder encontrar.

Daí eu apresentar, a seguir, não ainda uma compilação de como essa expressão aparece nos textos oficiais pesquisados e no resto do *corpus*, mas os sentidos que a palavra “domínio” recebeu ao longo de sua história, que começou – em português – no século XV. Em seguida, também apresento o mesmo procedimento para a palavra “estranhamento” - sua irmã gêmea, neste meu relato. Deixo a teoria de lado e suas bulas, sem abandoná-las. E começo a minha busca pelas palavras lá em seu início, no mais longe em que eu pude chegar. De onde eu soube, ou pude, partir.

5. OS DICIONÁRIOS – PORTOS

Uma língua é um lugar donde se vê o Mundo
e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir.
(Vergílio Ferreira)¹⁶

Muitas palavras que já morreram terão um segundo nascimento,
e cairão muitas das que agora gozam das honras,
se assim o quiser o uso,
em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala.
(Horácio, *Ars poética*)

Ginzburg escreve, em sua obra *O fio e os rastros*, que a história das palavras “determina apenas em parte seus usos possíveis”. Também salienta que “a ambição de conhecer o passado está superada” (GINZBURG, 2007, p. 256 e 275, respectivamente). Apesar disso, ele se preocupou enormemente com a história das palavras e dos discursos, tendo buscado traçar o histórico de termos como *enargeia*, “representação” e “micro-história”, por exemplo.

Por sua vez, Williams (2007), em vários momentos de seu texto se refere à complexidade e à dificuldade de definir e historiar as palavras que escolheu para compor seu livro *Palavras-Chave*. Assim, por exemplo, escreve que “*Massa* é não só uma palavra muito comum, mas também muito complexa na descrição social” (WILLIAMS, 2007, p. 260). Salienta ainda que “*Literatura* é uma palavra difícil, em parte porque seu significado convencional contemporâneo parece, à primeira vista, muito simples” (WILLIAMS, 2007, p. 254).

Outro dos vários exemplos que ainda poderiam ser citados é o que se refere à definição da palavra “realismo”. Ao comentá-la, Williams escreve que “*Realismo* é uma palavra difícil, não só por causa dos debates intrincados em arte e filosofia (...), mas também porque as duas palavras das quais ela parece depender, *real* e *realidade*, têm história linguística muito complicada” (WILLIAMS, 2007, p.342).

Não pretendo portanto aqui neste relato esgotar as possibilidades de interpretação e utilização das palavras “domínio” e “estranhamento”. Não pretendo “dominar” o seu sentido, o que seria incongruente em minha pesquisa. O que pretendo, ao fazer o histórico dessas palavras,

¹⁶ Duas das quatro epígrafes do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa

é “botar reparo” no lugar de onde elas vêm e em como se transformaram ao longo do tempo. Por ora, Majestade, e pelo tamanho deste meu trabalho, optei por estudar antigos e novos dicionários/vocabulários de Língua Portuguesa. Inicialmente, eu tinha a ideia de começar a pesquisa pelos contextos de utilização da expressão “domínio da língua” em textos oficiais. Porém, eu me enveredei tanto pelos dicionários e pelos corredores da Biblioteca da FFLCH no setor de obras de referência - onde justamente estão os dicionários - que só saí deles mais uma vez tomada por essas palavras, com a impressão de que minha busca deveria começar a se consolidar pela pesquisa em torno delas.

Os dicionários/vocabulários – ainda que não sejam capazes de me possibilitar fazer um estudo com a extensão do trabalho de Williams (2007) - foram para mim um guia. A respeito do trabalho com eles e da dificuldade de se definir um termo, Williams escreve que ainda que possam ser redutores e/ou sectários, os dicionários podem ser um bom apoio:

É muito difícil questionar a inigualável confiança de qualquer uso específico de uma palavra em um grupo ou em um período. (...) As questões não dizem respeito apenas ao significado; na maioria dos casos, inevitavelmente, dizem respeito a significados. Algumas pessoas, ao verem uma palavra, creem que a primeira coisa a fazer é defini-la. (...) Mas quando vamos (...) a dicionários históricos e ensaios de semântica histórica e contemporânea, estamos muito além da amplitude do “significado adequado”. Encontramos uma história e uma complexidade de significados: mudanças conscientes ou usos conscientemente diferentes; inovação, obsolescência, especialização, extensão, sobreposição, transferência. (WILLIAMS, 2007, p.33-34).

Poderíamos também dizer que, de algum modo, a própria existência dos dicionários é uma forma de estancar as palavras, silenciá-las ao imobilizá-las. “A função principal do dicionário exalta a de qualquer escrita: instaurar a função significante de uma forma vertiginosa, para além das línguas, das linguagens, das épocas, das culturas, a fim de destruir os signos – enquanto atos realizados ou a serem realizados – por meio dos signos”¹⁷, (REY, 1970, p. 166). É pois um objeto social, proveniente de uma necessidade histórica determinada, uma mercadoria, um instrumento e também uma obra que conduz o leitor para um passado muitas vezes remoto. Porém, como toda produção de linguagem,

A produção do dicionário não é uma operação inocente; nela se forma uma imagem em que se projetam fantasmas; em que vontades se desvelam. Todo lexicógrafo, porta-voz de uma classe, por força de uma ideologia, acredita certamente representar fiel e indubitavelmente um conjunto de formas, diversamente concebido segundo os linguistas. (REY, 1970, p. 171)¹⁸

¹⁷ Tradução minha para o trecho : “*La fonction première du dictionnaire exalte celle de toute écriture: déclencher la fonction signifiante vertigineusement, par-delà les langues, les langages, les époques, les cultures, afin de tuer les signes – en tant qu’actes commis ou à commettre – au moyen des signes.*”

¹⁸ Tradução minha para o trecho: “*La production du dictionnaire n’est pas une opération innocente; il s’y forme une image où se projettent des fantômes; où des volontés se dévoilent. Chaque lexicographe, porte-parole d’une*

Assim, um dos motivos de ter começado por uma busca histórica acerca da definição das palavras “domínio” e “estranhamento” foi justamente o fato de saber da dificuldade de defini-las. Por isso, eu não poderia me conformar com as definições de um ou dois dicionários e teria que utilizar vários deles em minha pesquisa. Para que este percurso de utilização seja mais facilmente visualizado, transcrevo mais adiante uma tabela indicativa dos dicionários e vocabulários de língua pesquisados.

Nessa tabela, optei por listar os dicionários em ordem crescente, referente à época à qual o dicionário se refere, pois acredito que essa datação confere um caminho para a própria análise. Ainda que, por muitas vezes, a data de pesquisa e influência de um dicionário não seja exatamente precisa, considere – salvo alguns casos em que isso não foi possível ou não fosse cabível – que a maior parte dos dicionários toma como *corpus* de pesquisa o significado das palavras estabelecido nos séculos passados, nas décadas e – em alguns casos - até mesmo nos anos anteriores à sua publicação. O que me levou a essa possibilidade de especificação foi tanto o que Williams (2007) escreve na introdução de seu livro – explicando essas contingências temporais - quanto o que encontrei na nota do editor do *Dicionário de Usos do Português do Brasil*:

O Dicionário de usos do português do Brasil se apresenta como um dicionário da língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX. A preocupação de registrar o uso efetivo do sistema, num período e local bem determinados, torna-o, em vários aspectos, diferente das outras obras do gênero. (Nota do Editor, Prefácio, 2002).

A partir dessa nota, pude reforçar a minha ideia no sentido de que poderia estabelecer uma abrangência mais específica para os dicionários estudados num tempo equivalente ou maior do que o de meio século. Essa hipótese me ajudou sobretudo em relação aos dicionários publicados no século XX e que se referiam ao português contemporâneo - sobre cujos termos, aliás, eu tinha mais dúvidas acerca da periodicidade de atualização. De alguma forma, é evidente que um dicionário traz em sua própria concepção o objetivo de guardar e especificar a historicidade das palavras, uma vez que retoma um sentido estabilizado, que é, por conseguinte, resultado de uma temporalidade. Assim, tomei como pressuposto o fato de que um dicionário sempre retoma o tempo dos dicionários que vieram antes. E para que pudesse ordená-los na tabela a seguir, estabeleci como critério o período “preferencial” de referência de cada um deles - um tempo estimado de abrangência mais aproximada desses dicionários. No caso de

classe, truchement d’une idéologie croit sans doute représenter fidèlement un ensemble de formes, diversement conçue selon les linguistique.”

dicionários referentes à mesma época, tomei como critério de ordenação a data da primeira edição.

Quadro 2: Relação dos dicionários pesquisados

Período mais recente a que a obra preferencialmente se refere	Data da primeira publicação	Título	Autor	Local	Data da edição consultada
Período Clássico, Idade Média e Renascimento	1955	Dicionário Escolar Latino Português	Ernesto Faria	Rio de Janeiro	1988
-----	1982	Dicionário Etimológico Nova Fronteira	Antônio Geraldo da Cunha	Rio de Janeiro	1986
Idade Média	2014	Vocabulário histórico-cronológico do português medieval	Antônio Geraldo da Cunha	Rio de Janeiro	2014
Século XVIII	1713	Vocabulário Português e Latino	Raphael Bluteau	Zurique e Nova Iorque	2002
Século XIX	1832	Diccionario da Língua Brasileira	Luiz Maria da Silva Pinto	Ouro Preto	1832
Primeira metade do século XX	1939	Grande Dicionário da Língua Portuguesa	Antônio Cândido de Figueiredo	Lisboa	1978
Primeira metade do século XX	1945	Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa	Francisco Fernandes	Porto Alegre	1945
Primeira metade do século XX	1948	Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa	Artur Bivar	Porto	1948
Primeira metade do século XX	1957	Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa	Laudelino Freire	Rio de Janeiro	1957
Primeira metade do século XX	1958	Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa	Caldas Aulete	Rio de Janeiro	1958
Segunda metade do século XX	1975	Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa	Autoria coletiva (BARSA)	São Paulo	2000
Segunda metade do século XX	1976	Dicionário Ilustrado da Academia Brasileira de Letras	Antenor Nascentes	Rio de Janeiro	1976

Segunda metade do século XX	2001	Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa	Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar	Rio de Janeiro:	2001
Século XX e início do século XXI	2002	Dicionário de Usos do Português do Brasil	Francisco S. Borba	São Paulo	2002
Século XX e início do século XXI	2004	Dicionário Unesp do Português Contemporâneo	Francisco S. Borba e colaboradores	São Paulo	2004

5.1 Da palavra “domínio”

No dicionário de Ernesto Faria, lemos que a palavra “domínio” é originária do latim “*dominiūm*” que, em seu sentido próprio, significa “propriedade, direito de propriedade” (FARIA, 1988). Em latim, quando no plural, esse termo assume o sentido de “tiranos” (*dominiī*) e em sentido figurado passa a significar “banquete, festim”. Essa última acepção parece ter se perdido completamente ao longo do tempo e nada remotamente associado a ela foi encontrado nos dicionários utilizados em minha pesquisa. Está no campo lexical de outras palavras como *dōmīnāre* (dominar), *dōmīnātor -oris* (dominador), *dōmīnāns -āntis* (dominante), daí talvez a extensão de sentido para “tiranos” quando a palavra aparece no plural.

Em contrapartida, no *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* encontra-se pouca referência a essa palavra, apenas uma citação datada do século XV em que se lê: “[...] mas como a lua for /Em costolacam ascendente /Entam tem **dominjo**/ E poderio nesse mesmo lugar/ Em nosso corpo ”¹⁹. Por essa referência ser muito pouca, acredito ser conveniente estender um tanto mais o campo lexical da palavra e buscar a referência que se faz na mesma obra ao termo **dominação**, que em quase todos os dicionários consultados aparece como sinônimo de **domínio**. O termo **dominação** tem sua primeira aparição escrita em português no século XIV: “E aly vio as nove ordees dos ãgos e dos archangos e de virtudes e

¹⁹ *Segredo dos segredos*. 53, v. Edição e introdução de A. Moreira de Sá. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1960. Tradução portuguesa, segundo um manuscrito inédito do século XV. Autoria atribuída a Aristóteles. [Cita-se, nas transcrições, o número do fôlio (que é seguido de “v” quando se refere ao verso do fôlio)] **Nota:** Esta e as próximas referências às obras de onde foram retiradas essas citações são provenientes do *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* de Antônio Geraldo da Cunha. Os termos em negrito foram marcados por mim.

potestates e de principados e **domínações**²⁰ e mais adiante, no século XV, três outras ocorrências dicionarizadas: [...] Senhor dos senhores, maravilhoso e nobre que se no pode contar nem dizer, o qual teme no ceo os poderyos dos angeos que son chamados **dominaciones**²¹ e “Veremos, ainda, irmãos, naquela nossa terra [...] os anjos e dos archanjos, thronos das **dominações**”²² e “Muy santo e bem aventurado collegio e corte do paraíso anjos arcanjos cherobys seraffys tronos **dominações** santos apostollos de deos rogaae por ym”²³.

Buscar o sentido da palavra “domínio” assim tão distante no tempo teve um gosto de aventura. Uma aventura de biblioteca... Porém, uma aventura: como a de abrir livros velhos, manuscritos antigos que talvez ninguém tenha aberto e escavar sentidos. Para quem gosta de palavras, talvez esse caminho tenha sido como entrar numa pirâmide, abrir um sarcófago, descobrir uma arca do tesouro, um mapa, um navio perdido.

No livro de Williams (2007), não consta a palavra “dominação” e nenhuma outra do mesmo campo lexical. Talvez a mais correlata seja a palavra “hegemonia”. E essa ausência - que de início me pareceu uma desvantagem - depois de eu ter aberto o *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* me pareceu uma sorte. Sorte eu não ter lido nenhuma definição da palavra “domínio” no livro *Palavras-Chave* de Williams. Sorte porque assim não pude me contentar com o que ele dizia. Sorte também porque, assim, tive que ver/ler a palavra lá atrás, tal qual ela estava em português antigo, medieval, inesperado, estranho e ao mesmo tempo já familiar.

5.1.1. Definições e acepções dos dicionários publicados antes do século XX

Nas frases presentes no dicionário de português medieval, percebemos que as palavras “domínio” (*dominjo*) e “dominação” (*domínações*, *dominaciones*, *dominações*) estão associadas ao campo lexical do poder (E poderio nesse mesmo lugar), (potestates e de

²⁰ *Visão de Túndalo*, 100. Edição Patrícia Villaverde Gonçalves. In.: Vidas de santos de um manuscrito alcobacense.

²¹ *Livro de solilóquio de santo Agostinho*. Reprodução do códice alcobacense.

²² Álvares, João. Livro de alguís sermões de santo Agostinho enviados aos frades heremitas. In.: *Cartas e Traduções*.

²³ PISAN, Christine de. *Buch von den drei Tugendem*. = O livro das tres virtudes. In.: Portugiesischer übersetzung von Dorothee Carstens-Grokenberger.

principados) (os poderyos dos angeos) e (corte do paraíso anjos arcanjos cherobys seraffys tronos). Esse sentido permaneceu nas ocorrências futuras da palavra “domínio”, que aqui aparece ligado ao campo religioso em três das quatro ocorrências: “dos ãgos e dos archangos”, “Senhor dos senhores”, “irmãos, naquela nossa terra [...] os anjos e dos archanjos”. Bem mais tardiamente, o campo lexical associado à palavra “domínio”, nas citações dos dicionários, será mudado.

Porém, antes de passarmos para essa época, podemos citar o *Vocabulário Portuguez Latino*, de Bluteau, publicado em 1713, que tem como definição para a palavra “domínio” o direito de propriedade sobre terras e rios ou o de bens que se possuem e de que se pode usar e dispor como próprios: “Deixãolhe o **domínio** dos seus bens; Tem o fado **domínio** sobre essas cousas”. Outro sentido seria o de poder ou mando e/ou o de ter “domínio” sobre alguém, como o que se afere na frase citada por Bluteau: “Tu tens **domínio** sobre mim. Os apóstolos a quem Christo deo **Dominio** sobre o Demonio”. Também se define como “domínio” a autoridade para persuadir e para inclinar a vontade alheia ao que se quer, a autoridade para ter poder sobre alguém, como em: “Se tenho sobre vos algum **domínio**”. Uma outra acepção é a de “influência poderosa, na produção de algum efeito”: “O planeta Marte tem **Dominio** na guerra”, que aparecia também, como já vimos, no vocabulário medieval quando se fazia referência a uma frase em que se dizia que a lua ascendente tinha domínio sobre o corpo.

É interessante perceber aqui que Bluteau agrega em seu dicionário o sentido primeiro da palavra em latim e os sentidos presentes no vocabulário medieval, dando conta da expansão de sentido que a palavra recebeu.

Depois dessa referência a esse vocabulário do século XVIII, a próxima definição encontrada foi a do *Diccionario da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832. Esse dicionário é deveras singular. Não somente pelo fato de ele ter se realizado motivado pelo que o seu autor nomeia como “a raridade do Diccionario do nosso Idioma” - e pela dificuldade que manifesta no sentido de fazer imprimir e elaborar a sua obra - mas também pelo fato de se perceber, já no prólogo, uma nítida separação feita entre “nós”, os brasileiros, que falamos nossa língua (o brasileiro), e eles, os “índios”, que falam outras palavras e frases, distintas das nossas, como se queria fazer crer. A elaboração do dicionário - ainda que dificultada pelas condições precárias de seu autor - segundo o que se diz no prólogo, é declarada como um esforço “patriótico” no sentido de modificar a “penúria occorrente”. Na primeira página do dicionário, o autor ainda menciona que nasceu em Goiás, e o fato de a edição ter sido

feita em Ouro Preto parece demonstrar as dificuldades em relação à impressão, condição que havia, inclusive, sido mencionada pelo autor.

O parecer técnico da Biblioteca Brasileira faz o seguinte comentário acerca desse dicionário:

Publicado em 1832, em Ouro Preto, pela Tipografia pertencente ao autor. No título, a expressão língua brasileira, em referência ao português utilizado no Brasil, chama a atenção não só porque língua portuguesa seria o esperado, mas também porque o autor demonstra ter consciência da ambiguidade do adjetivo escolhido, fato que o leva a esclarecer que a obra não se dirige ao tratamento das palavras e frases que "proferem os Índios". Apesar de estar aparentemente afastado dos projetos literários e linguísticos que animaram o século XIX, o Dicionário da língua brasileira oferece rico registro de variantes do português que se usava àquela época no país. Curiosamente, parece ter sido decisivo para esse registro o fato de o autor ocupar-se da tipografia: das soluções gráficas e de organização de seu texto é que emergem dados sobre a diversificação da língua portuguesa no Brasil. (BIBLIOTECA BRASILIANA, s/d)

Nesse dicionário, a palavra “domínio” é definida como “senhorio, que cada hum tem no que he seu. Poder, mando. Authoridade. Influencia.”. Mas, por ora, Majestade, guardemos a lembrança desse dicionário: mais adiante, explicarei porque o fato de tê-lo encontrado me pareceu muito singular.

Depois dele, o próximo dicionário a que tive acesso teve a sua primeira edição em 1939. Pouco mais de um século separa as duas publicações, e as mudanças - ou melhor - as ampliações de sentido saltam aos olhos. Achei por bem colocar essas próximas definições exatamente como estão nos dicionários. São mais longas que as anteriores, remetem a mais ideias e assim imaginei que o leitor poderia a partir delas também descobrir os seus sentidos. Seria talvez difícil retomar todas elas de forma precisa, sem que meu texto ficasse enfadonho. Por isso, convido à leitura das definições dos dicionários mencionados a seguir, que têm sua primeira edição na primeira metade do século XX. Após essa leitura, especificarei o que achei em comum a todas elas e o que eventualmente possa ser singular.

5.1.2 Definições e acepções dos dicionários publicados inicialmente na primeira metade do século XX²⁴

Domínio. O mesmo que *dominação*. Faculdade de dispor de alguma coisa como senhor dela. Qualidade de proprietário. Propriedade: *ter o domínio de um prédio*. Território extenso, que pertence a um indivíduo ou ao Estado. Espaço ocupado. Autoridade. Possessão: *os nossos domínios ultramarinos*. Aquilo que uma arte ou ciência compreende: *no domínio da física*. Pertença. Esfera de acção. *Domínio directo*, o do senhorio que recebe o foro de um prazo. *Domínio útil*, o do enfiteuta ou subenfiteuta, isto é, do que paga foro de um prazo.

Dominar. V.t. Exercer domínio sobre. Ser senhor de. Conter. Reprimir: dominar impulsos ruins. Vencer. Elevar-se acima de: ser sobranceiro a: aquele monte domina o rio. Ter influência sobre. Preponderar sobre. Abranger, ocupar. V.i. Exercer domínio. Preponderar. (FIGUEIREDO, [1939]1978)

Dominação Sin. **Domínio**, predomínio, soberania; autoridade, influência, poder. Subjugação, vencimento, repressão, sujeição, suplantação. Senhorito, império. Conquista.

Dominador: Sin. Conquistador. Senhor

Dominante: Sin Dominador, senhor. Preponderante, influente, principal.

Dominar Sin Imperar, mandar, reger, prevalecer, preponderar: Hoje o mundo é uma vasta Baratária, onde domina el-Rei Sancho. (Garrett). Reprimir, vencer, subjugar, refrear, conter, submeter. Sobressair, distinguir-se: *O verde é a cor que domina na paisagem*. (Séguier). Tomar, ocupar, senhorear: *O incêndio dominou todo o edifício*. (FERNANDES, 1945)

Domínio. Qualidade de proprietário, faculdade de dispor de alguma coisa como senhor dela; propriedade.//Autoridade// Pertença//Possessão//Território extenso que pertence a um indivíduo ou estado// Aquilo que uma arte ou ciência compreende: *no domínio da medicina*//

²⁴ Além da palavra “domínio”, em alguns casos, também coloquei outros termos da mesma família como referência para que se fizesse uma maior contextualização do termo inicial, como, por exemplo, no dicionário de Fernandes (1945), em que transcrevi também os termos “dominador”, “dominante” e “dominar”.

Espaço ocupado//Dominação// Termo de ecologia que designa as vastas extensões geográficas que constituem um ambiente, com os mesmos caracteres gerais, onde se encontram animais com os mesmos caracteres de adaptação, ainda que elas sejam muito distantes e não em comunicação umas com as outras. (BIVAR, 1948)

Nesses três dicionários, os sentidos mencionados pelos dicionários anteriores foram preservados; os que se referem à propriedade, ao poder em geral e à dominação sobre alguém. Mas alguns outros sentidos foram acrescidos, tais como o de um território extenso, o de um território ocupado, da posseção de um Estado (Exemplo: “os nossos domínios ultramarinos”) ou o de um campo de conhecimento (Exemplo: “no domínio da medicina”) e esfera de ação. Aparece também a acepção de “império” e de “conquista”, o que remete ao universo das relações de poder entre Estados. Há uma evidente ampliação de sentidos, uma expansão de referências e pode-se imaginar que essa expansão se deu por força das próprias relações históricas que se estabeleceram entre os homens: grandes navegações, imperialismo e também por força do progresso no campo científico.

O *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa* (FERNANDES, 1945) também associa à palavra “domínio” as noções de predomínio, soberania, autoridade, influência, poder, subjugação, vencimento, repressão, sujeição e suplantação. Essas acepções reforçam os conceitos e práticas que o modo de produção imperialista/mercantilista impôs ao mundo. Assim, podemos imaginar talvez que a evolução da palavra “domínio” tenha acompanhado os processos históricos e as mudanças dos meios de organização do poder por meio das expansões de sentido que se podem observar entre os vocabulários da Idade Média, séculos XVIII e XIX, e os dicionários da primeira metade do século XX.

5.1.3 Definições dos dicionários publicados em sua primeira edição na segunda metade do século XX e início do século XXI²⁵

Os dicionários publicados pela primeira vez depois de 1950 apresentam, de modo geral, uma complexificação bastante grande dos sentidos para a palavra “domínio”. Retomam todos os outros sentidos já mencionados e acrescentam vários outros. Há uma ampliação de termos

²⁵ Por uma questão de tamanho deste trabalho não colocarei todas as definições dos dicionários deste item no corpo do texto. No entanto, eles poderão ser consultados na seção referente aos anexos.

jurídicos que timidamente já haviam aparecido (como os referentes à enfiteuse) e um detalhamento bastante grande - sobretudo no *Dicionário Houaiss* (2001) - acerca dos diferentes conceitos de “domínio” no campo jurídico e imobiliário, com exemplos, em alguns casos, provenientes do Código Civil. Também há uma distinção entre direito público e privado, quando se faz referência ao que pode ser de “domínio geral” e o que pode ser de “domínio privado”. Aparece ainda nesses dicionários a ideia de controle, que talvez seja derivada da ideia de contenção e repressão que encontramos na definição da palavra “dominar” (“Conter. Reprimir: dominar impulsos ruins”), no dicionário de Figueiredo ([1939]1978). Nesse caso, porém, ainda tenho dúvidas acerca do que acabei de afirmar, pois - como só tive acesso à edição de 1978, que possivelmente foi revisada - talvez esse sentido não estivesse presente nas primeiras edições. Isso não invalida, de qualquer forma, a hipótese de que a referência à ideia de controle mais específico, ou de auto repressão a partir da palavra “domínio”, seja mais tardia. No *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (1975), da Barsa, também se faz referência ao “domínio” de algo enquanto autodomínio, domínio de si mesmo, sangue frio e força de vontade.

O *Dicionário Houaiss* (2001) também acrescenta muitos significados mais tardios para “domínio”, e bem mais específicos, tais como os referentes à informática, à *Commonwealth*, entre outros, que fazem parte de uma acepção contemporânea da palavra.

O que considere interessante nesse dicionário é que nele também se pode conferir a etimologia do termo, indicando que a palavra “domínio”, em latim, é derivada da palavra *domus, i* ou *domus, us*, no sentido de “casa, habitação, família, pátria”, uma variação em relação ao dicionário de Faria (1988). Aparece, nesse caso, a menção à família e à casa. O lugar do doméstico, do familiar, em que se imagina ter uma posição de senhor, de dono. Acredito que seja interessante fazer um parêntese aqui e lembrar que se pensarmos que *domus* deu origem à palavra domínio, Freud, ao investigar o encontro do sujeito com a sua própria estranheza, religou esses dois termos - de forma antagônica - quando escreveu que o sujeito não é o senhor em sua própria casa (ou seja, não domina, não é capaz de ser o senhor em seu próprio domínio).

Neste último dicionário e também no da enciclopédia Barsa, pode-se finalmente encontrar um sentido mais tardio para a palavra “domínio”, como o que parece ter sido pensado em relação aos PCN: o de conhecimento amplo. De forma bem específica, contextualizada em uma frase, no mais recente dicionário estudado, o de Borba (2004), encontramos um sentido e um exemplo correlatos a este: “5. conhecimento seguro e profundo: Lauro é um professor que tem domínio de sua matéria”.

É, portanto, após essa última definição, encontrada no mais recente dicionário pesquisado, que passarei para o histórico da segunda palavra-chave desta minha trajetória de pesquisa: o da palavra “estranhamento”.

5.2 Da palavra “estranhamento”

A palavra “estranho” também é de origem latina. Provém do adjetivo “*extraneus*, -a, -um” que significa “exterior, de fora”. Enquanto substantivo, significa “estrangeiro”.

O *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa Nova Fronteira* (CUNHA, 1986), após surpreendentemente definir o termo como “Adj. Extraordinário, raro, maravilhoso”, apresenta suas diversas variações ao longo dos séculos “XIII estranno XIII estrāyo, XIII, estrayo XIII.” Não aparecem definições dos outros termos da mesma família.

Assim, como ocorreu quando da busca por definições do termo “domínio”, em alguns momentos desse meu relato, também transcreverei a definição de outras palavras da mesma família da palavra “estranho”, quando considerar que as definições encontradas para esse termo não forem suficientes para explicitar suas diferentes acepções, ou quando alguma outra definição me parecer singular.

5.2.1 Definições e acepções dos dicionários publicados antes do século XX

No *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*, de Antônio Geraldo da Cunha (2014), aparecem muitos exemplos de utilização do termo “estranho” e de seus derivados. Por força da grande quantidade de ocorrências, não poderei transcrevê-las todas aqui. No entanto, a seguir estão algumas, para que possamos ter uma noção de seu emprego e do significado delas decorrente.

Medieval: **astranhos** séc XV 1 VERT, 54,24 A esto rrespondo que nom he mal a senhora ajuntar dinheiro de ssuas rrendas e pemssões que llicitamente poder auer sem fazer oprensom aos sseus. Nem engano aos **astranhos**.

Adj: **estranha** Séc XIV 1 GREG [...] e todo o poboo se ajuntou pera ver a gram crueza e muito **estranha** que el-rei mandava fazer 2. ORTO, 997 (...)que he terra alhea e **estranha**

pera [a] alma, ca a sua própria terra o ceo he. 3. TEST, [...] a tua geeraçom será **estranha** morador em terra alhea Séc XV [...]em **estranha** terra 5. IMIT Aly os soberbos serom cheos de toda cõfusõ, e os avarentos padeçerom com mingoa e mezquindade muy **estranha** 6. LOPP [...]**estranha** cousa de ver 10. VIRG IV [...] bem assy a língua do verdadeyro amor he muy **estranha** d´entender a aquel que a ão ama. **estranhas** Séc XIV 1. BARL, 4v2 [...] mais por q eu ouuj dizer q tu veeras de terras **estranhas** d de muj longe ey esperaça q acalçarey o q por ty cobijço grande tempo há. Séc XV CESA [...] vinha das batalhas e das **estranhas** terras que conquistava. (CUNHA, 2014)

É grande o número de exemplos de frases referentes a essa palavra, com significações já bastante próximas da maioria dos sentidos que os termos “estranho” e “estranhamento” recebem atualmente. A partir deles, podemos inferir os seguintes significados: desconhecido, bizarro, alheio, estrangeiro, esquisito, difícil.

Já o *Vocabulário Português e Latino de Bluteau ([1713] 2002)*, referência em relação ao português do século XVIII, registra as seguintes definições para “estranho”: “O que anda fora da sua pátria. *Peregrinus, a, um. Ádvena. Estrangeiro. Alienus.* Estranho, não parente, não conhecido. Coisa que vem de fora, como mercancias, cheiros. Alheio, não conforme. Não doméstico. Que não é de casa. Doutrina estranha. Que não é própria dos naturais da terra, que vem de estrangeiros e não é comum no reino em que se vive. Andar estranho de alguma coisa: **Ando estranho de fazer jornadas a cavalo**²⁶. O que causa estranheza, cousa nova, improvisa, não ordinária. Estranho, que causa terror. Estranho (termo cirúrgico)”.

Já nesse dicionário, podemos ver uma aproximação dos dois termos principais deste trabalho, que aparecem então como antônimos, quando se escreve que “estranho” é “não doméstico, que não é de casa”, ou seja que não é do “domínio”. De alguma forma, esses dois termos, ou melhor, essas duas famílias de palavras parecem aqui encontrar uma amarração, um nó. Parecem dar um eixo, um caminho que eu intuitivamente suspeitei, quando os liguei em uma sensação de estranhamento. No caso de meu trabalho, inicialmente parecendo antônimos, agora surgem – mais uma vez – antagônicos, mas complementares, sobretudo se retomarmos a noção do “estranho familiar”.

²⁶ Grifo do autor.

No *Diccionario da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, “estranho” é definido como “Estrangeiro. Que não he da casa, da família. Desconhecido. Não nacional. Que não he conforme. Desusado, fora do costume. Que não he vulgar”; “Estranhar”, define-se como “Não conhecer. Achar novo, desusado. Reprehender. Reprehender castigando”. E “estranheza” como “Qualidade de estranho. Abalo, espanto nascido da novidade de cousa que nunca se viu, não usado. Novidade, cousa nova”.

Aqui, Majestade, abro um parênteses para dizer que durante a pesquisa nesse dicionário “de língua brasileira”, causou-me espanto perceber que seu autor havia voluntária e expressamente excluído as palavras específicas ao falar dos indígenas, além de ter separado a “língua brasileira” e o “falar indígena”, como já comentei anteriormente. No prólogo de sua obra, podemos ler que seria...

Figura 5: Trecho do *Diccionario de Língua Brasileira* (1832)

mui tenue o premio pecuniario d' um trabalho tanto mais arduo, e longo quando cumpria consultar todos os Vocabularios ao alcance, para com effeito dar o da Língua Brasileira; isto é, comprehensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d'aquellas que proferem os Indios como se presumira.

Fonte: PINTO, L.M. da Silva, *Diccionario de Língua Brasileira*, 1832.

Ao mesmo tempo, também me causou estranhamento perceber que o autor definia o termo “indígena” - como podemos verificar a seguir - como substantivo feminino (que indicava “Natural do paiz falando das pessoas, e também de animaes e vegetaes”), sem, no entanto, estabelecer um verbete para o termo “índio”, que remetia então àquele que havia sido considerado como estranho e de quem o autor havia justamente retirado a palavra, a fala, a possibilidade de comparecer e se fazer ver em seu dicionário.

Figura 6: Definição de “indígena” (*Diccionario de Língua Brasileira* -1832)

Indigena, s. f. Natural do paiz fallando das pessoas, e tambem de animaes, e vegetaes.

Fonte: PINTO, L.M. da Silva, *Diccionario de Língua Brasileira*, 1832.

Estranha a omissão desse termo. Que serve como indício de um silenciamento que, como veremos mais adiante, não é um evento solitário. Voltarei a essa questão quando tratar de língua e exclusão. Por ora, continuemos com as definições.

5.2.2 Definições e acepções dos dicionários publicados inicialmente na primeira metade do século XX

Os dicionários desse período retomam todas as definições anteriores e acrescentam algumas outras, não muitas, como podemos ver a seguir: são sobretudo as noções de censura e de algo descomunal ou impróprio. No *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa* (FERNANDES, 1945), aparecem inclusive os significados “perfeito, maravilhoso”, que em um primeiro momento podem até aparecer como um antônimo, mas que depois de uma verificação mais apurada, acabam se confirmando enquanto sinônimos mesmo, ainda que essa ideia possa parecer paradoxal. Ideia que inclusive é retomada em outros dicionários posteriores e no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa Nova Fronteira* (CUNHA, 1986).

As definições dos dicionários desse período são as seguintes:

Estranhamento: *m.* Acto de estranhar. Admiração

Estranhar v.t. Julgar estranho, oposto aos costumes, ao hábito. Notar, censurar. Admirar. Achar novidade em. Causar admiração a. (do b.lat. *straniare*)

Estranho adj. Externo; estrangeiro. Que é de fora. Descomunal. Admirável. Esquisito. Misterioso. Impróprio. Alheio. Esquivo. (Lat. *extraneus*) (FIGUEIREDO, [1939]1978²⁷)

Estranhamento: o mesmo que estranheza.

Estranheza: *Sin.* Pasma, espanto, surpresa, admiração. Esquivança.

²⁷ Consultei também uma edição de 1996 e todos os termos estavam com definições exatamente iguais às de 1978.

Estranho: *Sin.* Anormal, extraordinário, desusado, singular, esquisito: espantoso, surpreendente: *Pensamentos estranhos lhe passavam pelo espírito* (Herculano) *Estranha formosura* (Séguier) Desconhecido, misterioso: Descubramos donde nascem esses estranhos sons. (Garret). Alheio, livre, isento: *Estranhos a todos os interesses.* (Idem) Esquivo. Estrangeiro. Perfeito, maravilhoso. Impróprio. (FERNANDES, 1945)

Estranhamento, s.m. Acto de estranhar alguma coisa. Admiração. Censura, repreensão.

Estranhar, v.t. Julgar estranho, oposto aos costumes, ao hábito; achar incômodo, desacolhedor; achar novo, pouco familiar: *estranhar a cama, estranhar a comida, estranhar a recepção.* v.i. sentir-se estranho, não se reconhecer, sentir-se só. Admirar, notar, censurar/ Causar admiração/ Tratar com esquivança, fugir de: v.p. esquivar-se, afastar-se.

Estranho, adj. Alheio; que é de fora; descomunal; não visto, não familiar; desconhecido; inadaptado, que não se acha bem. /Externo; estrangeiro, que é de fora. Alheio. Sem qualquer relação com/ Esquivo/ Extraordinário/ Impróprio. (BIVAR, 1948)

5.2.3 Definições e acepções dos dicionários publicados em sua primeira edição na segunda metade do século XX e início do século XXI

Os dicionários publicados no período referente ao presente item retomam os termos anteriores e acrescentam algumas nuances. Dessa forma, por exemplo, o termo “esquivo” pode encontrar um deslizamento em “manifestar timidez” e assim por diante. Pela primeira vez, aparece uma referência à psicanálise - certamente proveniente do texto de Freud, *O estranho* (1919) - em que se lê a seguinte explicação: “O estranho é algo que foi conhecido mas que se tornou oculto.” (BORBA, 2002).

Assim como no texto de Freud, também nas definições da palavra “estranho”, podemos encontrar noções quase que antagônicas. Desse modo, como podemos ler nesses dicionários, “estranho” pode significar singular e impróprio, perfeito e esquisito. No entanto, ainda assim, apesar de todas essas nuances, o termo em português não consegue abarcar a especificidade do termo *unheimlich*, do texto de Freud.

Depois de toda esta minha pesquisa, Majestade, depois de passar por todos esses dicionários, por seu histórico, percebi que a expansão do termo “domínio” foi bem maior do que a do termo “estranho” e do termo “estranhamento”. Muito maior. Desde os dicionários medievais o termo “estranho” manteve-se quase que no mesmo campo lexical, não sofrendo praticamente nenhuma expansão. Quase que se retraindo, eu poderia dizer? Ao passo que “domínio” foi aumentando o campo de seus sentidos possíveis, exponencialmente, para finalmente chegar ao sentido de conhecimento, normalmente de conhecimento muito amplo. E inclusive, de controle sobre esse conhecimento. Um percurso bem longo. Aproximadamente seis séculos. Pareceu-me que o mundo estranhado pelo homem, lá atrás no tempo, foi dando espaço a um mundo que o homem pretendeu dominar.

E assim, depois dessa constatação, chegamos agora, Majestade, ao momento de deixar os portos, essas passagens, e ir em busca de outros lugares onde esses termos possam ser encontrados. Passemos então adiante, para a análise do *corpus*, propriamente dito. Não sem antes explicitar os lugares onde são produzidos. Quase como ilhas, porém não forçosamente ilhadas.

6. DAS ILHAS DE DISCURSO

O conhecimento é uma ilha cercada por um oceano de mistério.

(Ludwig Wittgenstein)

Os lugares. Há ao menos duas possibilidades de entendermos a palavra “ilha”, Majestade. Podemos pensar em um ponto de ancoragem. Também podemos pensar em um lugar isolado. Em relação aos lugares de que passarei a tratar agora, prefiro pensar nesse ponto de ancoragem, ainda que algumas vezes eles possam ser entendidos enquanto isolamento, (GINZBURG, 2004, p.11), enquanto um lugar de não comunicação com o outro. Porém, mesmo dos lugares de não-comunicação, podemos receber mensagens em garrafas e os navios que passam... Divago.

Há os pontos de ancoragem. Lugares de onde se pode falar e que estabelecem entre si hierarquias. Há ilhas mais poderosas do que outras, há ilhas mais vizinhas. Ilhas mais distantes. Também umas mais povoadas do que outras ou, ainda, mais produtivas. De qualquer forma, são lugares de onde se fala. Dividindo territórios.

Aqui em meu trabalho, Majestade, vou tratar de algumas delas e analisar textos que delas saíram. Em algumas datas que as marcaram. Há duas instâncias que nos condicionam. Tempo e espaço. Assim, quando falar de um espaço, também tratarei um pouco da época a partir da qual o observo.

Quadro 3: As ilhas de discurso

As ilhas de discurso	Tipo de divulgação
O MEC	órgão oficial
A Folha de São Paulo	jornal de grande circulação
A internet	o ciberespaço
A SciELO	a internet especializada

6.1 O Ministério da Educação

Começarei pelo lugar de onde se originaram os PCN, o Ministério da Educação. O MEC – como esse ministério é na maioria das vezes chamado - é um órgão da administração federal direta e tem como função dar as diretrizes gerais para a educação em nosso país. À época da publicação dos PCN, o ano de 1997, o Ministro da Educação era Paulo Renato de Souza e o MEC publicava os PCN como um referencial para o trabalho do professor, “respeitando a sua concepção pedagógica própria e a pluralidade cultural brasileira”, de acordo com as próprias palavras do Ministro. Ele salientava ainda que os PCN eram “abertos e flexíveis, podendo ser adaptados à realidade de cada região”. No *site* do próprio Ministério, lemos que o MEC

tem como área de competência os seguintes assuntos: I - política nacional de educação; II - educação infantil; III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; IV - avaliação, informação e pesquisa educacional; V - pesquisa e extensão universitária; VI - magistério; VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.” (PORTAL MEC.GOV²⁸)

Antes da criação do MEC, em 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, os assuntos referentes à educação eram de competência do Departamento Nacional do Ensino, que era ligado ao Ministério da Justiça. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, essa instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente.

Em 1932, apesar de defenderem diferentes posições ideológicas, vinte e seis intelectuais, entre os quais estavam Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, Cecília Meireles e Fernando de Azevedo lançaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Por meio desse manifesto propunham que o Estado organizasse um plano geral de educação. Também defendiam a ideia de uma educação pública, laica, obrigatória e gratuita. Algum tempo depois, após a Constituição Federal de 1934, a educação passou a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

²⁸ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>

Gustavo Capanema Filho, ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945, promoveu a reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional.

O MEC surgiu tempos depois, em 1953. Até 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado: todos os estados e municípios deveriam seguir o mesmo modelo. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, essa situação se modificou e a centralização que antes era mantida pelo MEC diminuiu. Estados e municípios ganharam mais autonomia. A primeira LDB surgiu após 13 anos de debate (1948 a 1961). Segundo o site do MEC, “o ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei. O pano de fundo era a separação entre o Estado e a Igreja.” Quantos homens de poder ainda são necessários para perceber? Não vou dizer o quê, Majestade... Não lhe parece óbvio?

No ano de 1992, o MEC transformou-se no Ministério da Educação e do Desporto e, somente em 1995, passou a ser responsável apenas pela área da educação.

Em 1996, foi promulgada a mais recente LDB, que trouxe diversas mudanças às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola). Nesse período, também começou-se a dar uma maior importância à formação dos profissionais da educação básica. Os PCN se inseriram nesse momento da história do MEC, em sua vocação de orientar os professores, dando-lhes aparentemente uma liberdade pedagógica dentro do ideal liberal que embasa essa legislação.

Sabemos que todas essas reformas e o processo histórico de criação do MEC são o resultado das contingências políticas específicas de cada época. É notória, inclusive, nesse período, a influência do Banco Mundial nas políticas públicas educacionais dos países emergentes. Após transcrever uma fala de Wolfensohn, então presidente do Banco Mundial, em que este dizia que o que mais apreciava na estratégia de Fernando Henrique Cardoso era que este presidente e o então Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza, estavam dando ênfase à educação - Altmann comenta que:

Esta satisfação é absolutamente compreensível, nem tanto por esta suposta “ênfase” dada pelo atual governo à educação, mas principalmente pela maneira como a educação tem sido enfatizada. Contrapondo as indicações do BIRD com as estratégias educacionais brasileiras, percebemos o quanto o ministro Paulo Renato de Souza – que já foi consultor do Banco – acata as recomendações do BIRD (ALTMANN, 2002, p. 80-81).

Como salienta Rosa Maria Torres, a proposta do Banco Mundial para a educação era “uma proposta formulada por economistas para ser executada por educadores” (TORRES, 1996, p.138). Essa frase síntese traduz bastante o espírito da época, não é, Majestade? Aquela? Somente aquela? Ou será que também a nossa? Tendo a colocá-las, todas elas, no mesmo pote...Tendo também a acreditar que, muitas vezes, mascaram-se projetos de governo por meio de estratégias aparentemente democráticas. Nesse sentido, discutindo o contexto histórico de elaboração dos PCN, Arivane Chiarelotto escreve que:

Desde o início dos anos 90, nos textos das políticas educacionais encontravam-se declarações que reiteravam o combate aos “formalismos” associados aos anteriores programas escolares. Estes argumentos tenderam a veicular uma imagem inovadora e positiva das políticas públicas para a educação, sobretudo no campo curricular ante a iniciativa dos PCNs. Este procedimento contribuiu para legitimar as ações governamentais, obscurecendo o caráter pouco democrático do processo de elaboração dos PCNs que se ateve à consultoria pública mais como estratégia política de convencimento do que propriamente como ato de participação da comunidade educacional, (CHIARELOTTO, 2000, p.17).

Recentemente, houve outra consulta. Para a elaboração de um documento posterior aos PCN e com a mesma ambição de orientação pedagógica, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Desta consulta, acabei participando, em uma de suas fases: aquela em que se disponibilizou o texto à consulta popular. Bastava se cadastrar no site para enviar os comentários acerca do artigo que se quisesse. Vossa Majestade certamente poderá adivinhar a respeito do que comentei... Sim, fiz comentários acerca de três tópicos, em que aparecia a noção de domínio da língua. Esses tópicos retomavam um passado do ensino da língua que não conhecia as teorias da Análise do Discurso e da Psicanálise. Mencionei isso. Ao final, mantiveram a palavra “domínio” em relação ao domínio formal da língua, na aprendizagem, em relação à decifração do código e pronúncia de fonemas. Algo mais imediato, palpável, prático. Também a mantiveram na exposição de motivos, na introdução ao texto, que talvez tenha sido feito em um momento anterior ou posterior à consulta pública. Mas até onde pude observar, apesar de não poder traçar os caminhos do que foi feito, em relação às competências e capacidades, houve uma redução do uso da expressão “domínio”. Pelo menos se tivermos em mente a redação inicial. É certo que não posso dizer que foi por causa de meus comentários... Provavelmente também outras pessoas tenham feito comentários a respeito. Porém dessa vez, dessa vez...tive a impressão de ter havido uma escuta. E o trecho inicial, quase cópia dos PCN, foi alterado.

Como mencionei, essa consulta havia sido feita via internet. Muitas pessoas tiveram acesso a ela, que também foi amplamente divulgada. Não tivemos acesso às escolhas do texto final, porém houve uma consulta ampla popular. Isso não se pode negar. Houve um movimento de consulta inicial, ampliada. A internet abrindo o campo de ação para muitas pessoas. Uma rede em que se pescam vontades e discursos.

É, aliás, pensando sobre essa capacidade de a internet nos interligar de uma forma até então inédita, que vamos passar ao próximo item.

6.2 A internet

Uma outra dessas ilhas de que tratarei aqui, porque dela vem uma parte do *corpus* que analiso, é justamente a internet. Internet que antes nomeei como um mar, mas que agora nomeio como ilha, no sentido de ser um lugar de ancoragem também de algum discurso. Um lugar de ancoragem disperso, às vezes, muito disperso. Por força dessa contingência, escolhi o motor de busca mais utilizado, o *Google* e também um outro, o *DuckDuckGo*, este último, uma ilha bem escondidinha.

Segundo o que sabemos sobre o Google, ele não é uma ilha tão confiável. Parece ter espiões nos cercando, observando e entregando nossos dados. Além disso, o caminho que ele nos abre pode ser marcado por nossas escolhas de caminhos anteriores. Como confiar então? Ainda mais, depois de descobrir com Faria (2014), quando esta aparentemente faz uma paráfrase do que escreve Pariser, que:

a *internet* não é mais a mesma desde dezembro de 2010, quando o Google ativou as buscas personalizadas para todos os usuários. As buscas personalizadas funcionam de modo a filtrar as informações na *web* e atualizar, para cada usuário em particular, um conteúdo “pertinente”. Para isso, são utilizadas várias técnicas (IP, cookies, histórico) para chegar a um conteúdo “perfeito”, que atenda às necessidades do usuário e que não o exponha a conteúdos que não são de seu interesse (FARIA, 2014, p.15).

Ou seja, o *Google* leva em conta o nosso “histórico de navegação”. O *Google* enquanto os olhos e os ouvidos do rei, Majestade?

Uma das outras técnicas utilizadas por esse motor de busca - para a personalização dos conteúdos - é a análise do padrão de utilização de milhões de usuários. Assim, o *Google* consegue “perceber”, por exemplo, se os *links* que aparecem na primeira página de uma

pesquisa são convenientes, pelo fato de as pessoas não acessarem a página seguinte, ou seja, pelo fato de se contentarem com os *links* da página inicial.

Será que, quando pesquiso no *Google*, a expressão “domínio da língua portuguesa” ou o par “estranhamento” e “língua portuguesa”, recebo resultados diferentes dos seus, Majestade? Por ter essa dúvida em mente, quando da busca do *corpus*, utilizei também o *DuckDuckGo*, cujo apelo ao usuário se baseia na seguinte frase, que aparece quando se entra na primeira página de pesquisa: “A ferramenta de busca que não rastreia você”. Pois lá fui eu, em não sendo rastreada, tentar rastrear os passos da expressão “domínio da língua” e do par “estranhamento” e “língua portuguesa”. Para minha surpresa, os textos não eram exatamente os mesmos para a primeira busca, no entanto, tratavam do mesmo assunto e tinham o mesmo enfoque: domínio da língua portuguesa relacionado ao mercado. Para a segunda busca, referente à palavra estranhamento, só encontrei dois textos efetivamente: eram os mesmos nos dois buscadores. Assim, constituí o *corpus* que descreverei mais adiante, juntando os textos encontrados nessas duas buscas.

Um dos textos que analisarei no *corpus* foi o que me fez posteriormente decidir pelo jornal *Folha de São Paulo*, enquanto uma das ilhas de onde podemos falar sobre os termos que pesquiso. Quis conhecer melhor o contexto de produção daquele texto que, por um tempo, dirigiu todo o meu olhar em relação à questão do domínio em relação à língua portuguesa. Tão evidente que era...Mais adiante, eu o analiso. Agora, só adianto: é um texto que, de alguma forma, junta as duas palavras que pesquiso em sua materialidade histórica, de uma forma que me fez perceber muitos indícios. Daí esse texto, desde o início, inconscientemente ter me fisgado. Um anzol de palavras. Mas por enquanto... Vamos à ilha?

6.3 O jornal Folha de São Paulo

A *Folha de São Paulo* é um dos jornais de maior circulação no Brasil e “foi o segundo maior jornal brasileiro com relação à média de circulação diária”, (BATISTA, 2016, p.26). Ao justificar por que escolheu analisar reportagens da *Folha de São Paulo*, Batista escreve em seu trabalho que - apesar de o tabloide mineiro *Super Notícia* ter sido o que apresentou a maior média de circulação no ano de 2010 - “optou-se por textos provenientes da *Folha de S. Paulo* por se acreditar que este, no que tange à validação pelos pares, tem maior reconhecimento

público que aquele, além de ter maior circulação nacional”, (BATISTA, 2016, p.26). Essa pesquisadora salienta ainda que

apesar de a denominação Folha de S. Paulo sugerir um jornal local, a publicação tem como foco atingir as demais localidades do país, partindo da própria influência econômica que o Estado de São Paulo tem sobre os demais, como indica o enunciado acerca da visão do Grupo Folha: “Consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país” (BATISTA, 2016, p.27).

O primeiro dos jornais do grupo nasceu no período que culminou com o fim da Primeira República. “Nesse período de intensa contestação ao sistema de poder abriram-se novas possibilidades para o surgimento de jornais oposicionistas. Nessa linha, surgiu a *Folha da Noite* – jornal vespertino, fundado por iniciativa de um grupo de jornalistas” (MOTA; CAPELATO, 1981, p.5) que antes haviam trabalhado no jornal *O Estado de São Paulo*.

Desde essa época, o grupo *Folha* passou por diferentes e variadas administrações e também por períodos de crise. O grupo gestor atual foi precedido por Nabantino Ramos, considerado o “herói modernizador”. “Herói” que depois de uma viagem a Londres em 1962 pensava voltar ao Brasil e integrar um partido de “centro”.

No Brasil de 1962 era difícil imaginar tal partido. O “centro”, “um programa objetivo” constituía uma ficção que o desiludido Nabantino não mais poderia atingir. Essa ideologia ‘centrista’, essa democracia ideal encontrava seu limite histórico no Brasil no início dos anos 60. Assim é que Nabantino Ramos será favorável ao Movimento de 1964 (MOTA; CAPELATO, 1981, p.107).

Mota e Capelato (1981, p.192) salientam ainda que se a linha reformista burguesa da *Folha* fez com que ela em 1963 se engajasse na promoção de concursos do tipo “operário modelo” da indústria paulista, como o concurso nomeado “Operário Bandeirante”, ela também se engajava em reformas mais abrangentes. Junto com o *Correio da Manhã* patrocinou o I Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base (entre elas a agrária, a político-partidária, a tributária e a previdenciária).

A *Folha* procurava, de acordo com sua própria conceituação, ser liberal, conseguindo fidelidade da “classe média” de então que rejeitava, “o populismo reformista (tipo PTB) e o liberalismo oligárquico (tipo UDN ou PSD) (...), fidelidade difícil no início, mas segura ao final dos anos 60” (MOTA; CAPELATO, 1981, p.195).

Manifestava em relação a seu público e à “opinião pública” uma vocação e uma intenção não só de informação, mas de formação. Ao citarem um editorial - que vinha numa linha de editoriais escritos por Emir Nogueira, J. Reis e Paulo Mendonça – em que se lia que

Por essa razão, liberal, a “Folha de S.Paulo” apresenta hoje aos seus leitores uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incluir em suas páginas artigos de outros comentaristas que defendem, por vezes, pontos de vista diversos. Assim, procura o jornal, ser, ele mesmo, uma clara definição contra as radicalizações de todas as sortes, dando ao seu leitor a possibilidade de encontrar opiniões diversas, que possa cotejar e julgar, aceitando-as ou desprezando-as (apud MOTA; CAPELATO, 1981, p.195).

Mota e Capelato escrevem que a *Folha* “é um jornal informativo, querendo também ser formativo, escudando-se explicitamente em assuntos ligados à pesquisa científica e ao ensino”, (apud MOTA; CAPELATO, 1981, p.195).

Com a promulgação dos Atos Institucionais das décadas de 60, a *Folha* sofreu restrições e censuras, conseguindo manter, entretanto, uma certa “autonomia” por força das publicações de artigos de jornalistas e escritores como Hermano Alves, Dallembert Jacoud, Silveira Sampaio, Cecília Meirelles e, inclusive, de artigos de um dos mais combativos jornalistas do país, Perseu Abramo. Ele foi um dos principais “elementos de resistência do jornal” durante o período que se sucedeu ao Ato Institucional n.º 5 e conseguiu imprimir à *Folha* um caráter mais crítico durante essa época e em décadas posteriores. “A “*Folha*” sofreu bastante com a censura, pois, diversamente de outros jornais, não possuía censores em sua redação. Nessa medida, o exercício da autocensura era mais dificultoso. O número de chamadas à Polícia Federal, de processos e de ameaças era incontável” (MOTA; CAPELATO, 1981, p.207).

Não obstante essas ameaças, ao longo do período pós 1964, e durante a fase de redemocratização, a *Folha de São Paulo* cresceu em importância e em público, tentando achar seu lugar de representante legitimado da classe média brasileira. Essa tentativa de legitimação ocorria porque, ao longo do período pós-1964, a falta de liberdade fazia com que a imprensa – que conseguiu sobreviver - acabasse tendo que fazer muitas concessões ao poder. Em uma entrevista publicada no *Folhetim*, caderno da *Folha de São Paulo*, em 10/02/1980, Samuel Weiner, outro grande jornalista, que se autodenominava “o eterno boxeador”, responde à pergunta: “Você vê hoje uma tentativa de reencontro da Imprensa brasileira com a sociedade civil?” dizendo:

- Bom, não só uma tentativa. Se não fosse este impulso, essa posição de reencontro com a sociedade civil, a Imprensa brasileira voltaria à sua fase colonial. Mas quando

ela sentiu que passou a ser uma força complementar, sem nenhuma influência nos destinos do País, sendo simplesmente um veículo de informações anódinas, secas e frias, e que estava perdendo o seu papel social, e portanto, a sua importância social, ela reagiu e foi buscar na reação contra o Sistema a sua sobrevivência.” (MOTA; CAPELATO, 1981, p.370)

Concordando com Cipra (2007, apud FERREIRA, 2012), Ferreira escreve que, durante o período em que a *Folha de São Paulo* esteve sob a responsabilidade do jornalista Perseu Abramo – certamente um dos jornalistas responsáveis por esse momento de “resistência” –, as matérias sobre educação tiveram uma “cobertura modelar”, pelo fato de

implicá-la em contextos mais amplos, pela presença de fontes mais plurais “não só de órgãos oficiais [...], mas também de professores, diretores, sindicalistas e políticos” (CIPRA, 2007). Em contrapartida, assim como em 2002 na pesquisa de Cipra, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010, período em que desenvolvemos nosso levantamento, os entrevistados são ligados à “elite educacional” (universidades) ou setores ligados ao poder público. (FERREIRA, 2012, p.80).

A saída de Perseu Abramo – que foi editor da *Folha de São Paulo* de 1973 a 1979 se deu, “entre outros motivos, por ter participado de uma greve” (SOUZA, 2003, apud BATISTA, p.40).

Para a sobrevivência da *Folha de São Paulo* como grande jornal também foram necessários muitos avanços tecnológicos e pesados investimentos financeiros. Junto com a necessidade de engajamento em relação à redemocratização, acentua-se também uma visão empresarial. Em um editorial, datado de 19/2/1981, lê-se que: “A grande imprensa não existe atualmente senão sob a forma empresarial. De fato, ela tem como condição de existência a mobilização de importantes somas de capital, o que deveria implicar solidez financeira e gestão empresarial eficiente.”

Ao longo dos anos seguintes, tecnologia, informação e visão empresarial pareceram se misturar na *Folha de São Paulo*, como o que podemos ler em reportagem do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo:

O saber técnico da engenharia elétrica foi fundamental para que Paulo Silvestre “colocasse” o jornal *Folha de S.Paulo* na internet. “Foi a “FolhaWeb”, que entrou no ar no dia 9 de julho de 1995”, lembra, orgulhoso, o hoje professor de Comunicação. À época, Silvestre era estudante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).(...) Como faz questão de ressaltar, depois tudo evoluiu muito rápido. “A FolhaWeb virou Universo Online (UOL) em 28 de abril de 1996.” Silvestre continuou no jornal com função editorial também, pois escrevia para o caderno de *Informática* da época. “Mas, porque tinha esse *background* tecnológico, trabalhava diretamente com a equipe de TI [*Tecnologia da Informação*] para criar os primeiros sistemas de edição do UOL. Além disso, ajudei a criar o sistema da sala de bate-papo do UOL.” (...) Para ele, a visão pragmática e analítica da engenharia é grande aliada de modelos

de negócio e, por isso, profissionais da área acabam sendo absorvidos por diversos setores da economia, como o financeiro e o da comunicação. (...) Por outro lado, narra Silvestre, ele introduziu várias maneiras de fazer negócio, “destaco ter colocado os engenheiros dentro da redação, trabalhando lado a lado com os jornalistas, inclusive na definição de pautas. Porque são visões de mundo bem diferentes: o que o engenheiro vê, o jornalista não vê; e vice-versa. E quando se trabalha junto num produto editorial essa sinergia, estranha para muita gente, funciona muito bem”. (SEESP, 2019)

Não foi somente a *Folha de São Paulo* que se informatizou e se virtualizou. O mundo todo se imbricou num mar de informações virtuais, numa cibercultura, nos dizeres de Pierre Lévy. Para este teórico, a cibercultura nos coloca diante de um “mar de conhecimento”. Poderíamos inclusive dizer que ela nos coloca diante de um tsunami - onde quem sabe nadar ou navegar é aquele que sabe selecionar e filtrar as informações necessárias à formação de uma inteligência coletiva. Como se navega em um tsunami? Numa inundação? Num maremoto? Numa ressaca? Pierre Lévy costuma ser otimista em relação à internet, quando discorre, por exemplo, acerca de seu projeto de buscar “uma linguagem universal, que localizaria qualquer significado e qualquer relação entre os significados para facilitar a busca por informações na internet” (FOLHA, 2007). Isso não lhe cheira a algo conhecido, Majestade? A mesma vontade de dominar os mares e as terras além-mar? Apesar do tempo, somos os mesmos. E vivemos, de alguma forma, como nossos antepassados.

Para Lévy, um dos grandes problemas de nosso tempo é gerenciar o conhecimento. Em uma reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo*, ele “elege a Wikipedia como a principal iniciativa até agora para organizar os saberes da sociedade”, (FOLHA, 2007). Porém, de acordo com essa mesma reportagem, Lévy “não reconhece o domínio do Google entre os mecanismos de busca ou a aglutinação das *telcos* em grandes blocos como algo que possa restringir o acesso às informações e a navegação no ciberespaço”, (FOLHA, 2007). Acredita que é no ciberespaço que podemos negociar mais significados, por meio de mais debates e harmonização, muito mais do que diante de uma tela de televisão. “Esses processos não excluem os conflitos. Implicam certas pessoas ou grupos nem sempre animados de boas intenções. Mas, precisamente, reencontra-se aqui a diversidade, a complexidade e talvez a dureza do real, nos mil lugares do mundo arranjado, convencionado e encenado que secretam as mídias” (LÉVY, 1999).

Parece-me fácil, Majestade, concordar com essas últimas afirmações de Lévy, A internet é certamente mais complexa e aberta que a televisão. Ela também é alimentada por

diversos grupos. De diferentes interesses e diferentes posições discursivas. Passemos então a um deles, de bastante importância neste meu relato, pelos motivos que exponho a seguir.

6.4 A Rede SciELO

Além de buscar por reportagens *on line* justamente por acreditar nesse poder abrangente do ciberespaço, também optei por buscar um *site* em que se encontrassem textos acadêmicos e específicos. Assim, uma outra ilha que me pareceu importante visitar - inclusive pelo fato de ela ser “autorizada” por órgãos de fomento à pesquisa e por universidades: FAPESP, CAPES, CNPq, Biblioteca Virtual em Saúde, Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - foi a SciELO. Também pelo fato de ser um site de acesso aberto, que divulga periódicos científicos, diferentemente de outros tantos que cobram pelo acesso. Nas páginas desse *site*, lemos o seguinte:

A Rede SciELO provê Acesso Aberto (AA) aos conteúdos de periódicos científicos. Os periódicos são organizados em coleções nacionais e temáticas. Cada coleção é gerida por uma organização científica reconhecida nacionalmente. A seleção de periódicos a ser indexados ou descontinuados em cada coleção é de inteira responsabilidade da gestão de cada coleção usualmente com o apoio de um comitê assessor científico.

O conteúdo dos periódicos compreende artigos de pesquisa, artigos de revisão, comunicações relacionadas à pesquisa, estudos de caso, editoriais e outros tipos de texto que são geralmente identificados como documentos dos quais a seleção e publicação são de inteira responsabilidade dos periódicos. SciELO não assume responsabilidade alguma sobre os conteúdos dos documentos, (SciELO, 2019).

No *site* também se encontram explicações acerca da formalização desses acessos para os diversos tipos de texto, bem como algumas definições de utilização, tais como a da *Creative Commons*, licença CC-BY 4.0, que “permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.” (SciELO, 2019).

Um outro critério que contribuiu para essa escolha foi o fato de a SciELO ter como objetivo manifesto o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio da publicação de periódicos considerados de qualidade, abalizados, como já mencionei, por instituições de conhecida tradição de pesquisa. E além disso, o fato de contribuir para as “práticas de comunicação da ciência aberta”, como se pode ler no próprio site e para um aumento da

visibilidade, da acessibilidade, qualidade, do “uso e impacto nacional e internacional de periódicos de qualidade por meio da sua indexação, publicação e interoperabilidade na Web em coleções nacionais, regionais, globais ou temáticas” (SciELO, 2014, p.4).

Como lhe falei, Majestade, há sempre um olhar sobre uma ilha quando escolhemos os dados do *corpus*. Porém, essas ilhas interagem entre si. Estabelecem tratados, Tordesilhas tácitas, às vezes, negociadas. Nem sempre sabemos de tais acordos, das contingências em que o público de uma e outra se estabelece. Em meu trabalho, foram essas ilhas que me deram um caminho para a pesquisa. Outros pesquisadores certamente encontraram e encontrarão outras. Tentei buscar minhas palavras de pesquisa em contextos diversos, ainda que todos eles interajam, apesar de bem específicos. Certamente são lugares de produção do discurso a respeito dos quais ainda se poderia falar muito mais, porém agora - por força da extensão deste meu relato - prefiro passar para o *corpus* a ser analisado e também para a explicação de algumas cartas de navegação que fizeram parte do caminho.

7. DAS ILHAS E SUAS CARTAS DE NAVEGAÇÃO

A ideia a respeito das cartas de navegação, Majestade, me veio a partir da primeiríssima busca que fiz na internet a respeito dos PCN e de sua noção de domínio da língua portuguesa. Somos todos não imunes a elas. Os discursos não são neutros e criam rotas, espaços delimitados pelos quais olhamos. E enxergamos. Muitas vezes o fazemos, não tanto com olhos de ver, mas com olhos de seguir, guiados que somos por caminhos já marcados, por setas indicando um caminho. Algumas dessas cartas se estabelecem por interesses comerciais, outras pelo costume, outras ainda por motivos que talvez nunca saberemos. São modos de olhar o assunto, de escrever sobre ele, de entendê-lo. Não tenho nada contra elas, quando efetivamente abrem caminho. No entanto, outras acabam dando, ao que se quer ler e aprender, um olhar muito redutor.

7.1 As primeiras buscas na internet sobre a expressão “domínio da língua portuguesa”

O primeiro resultado da busca que me saltou aos olhos foi o referente aos *PCN fáceis de entender* (2001). Nesse texto, de posição marcada, não era um esforço muito grande perceber o encaminhamento dado. Foi esse o primeiro texto que começou a fazer parte do *corpus*. Este é um artigo do jornal *Folha de São Paulo*, intitulado “*Mim quer vaga*” - *Profissionais de hoje ainda tropeçam no português*. Este último, sobretudo, era um texto que me questionava. Por causa dele, escolhi – como já disse – o jornal *Folha de São Paulo* como uma das ilhas às quais me dedicaria em minha pesquisa. Por força das escolhas, em que se perde e se ganha, acabei preferindo pesquisar um jornal de grande circulação a uma editora. Inclusive porque a posição discursiva dos textos vinculados pela editora me parecia menos

difícil de perceber: a de criar um público de professores consumidores de seus textos facilitadores. A posição da *Folha de São Paulo*, ao menos nesse momento, parecia mais ambígua. Ainda não havia pesquisado acerca da história desse jornal e considerei que deveria seguir por essa via.

Nesse momento de minha pesquisa, também acreditei que seria pertinente buscar alguma teoria sobre o domínio da língua. Por mais estranho que pareça, não foi uma tarefa das mais simples. Essa expressão é utilizada repetidamente, em artigos de jornais, revistas, *blogs*, *vlogs*, propagandas de cursos, porém sem que se a defina.

Nos três dicionários de linguística consultados (DUBOIS et al.1993; DUCROT; TODOROV, 1988; LAROUSSE, 1994) a expressão “domínio da língua” nem aparece.

Porém, ainda que essa expressão não apareça nesses dicionários de teoria linguística mais específicos, é certo que aparece tanto nos PCN quanto em alguns outros documentos oficiais acerca do ensino/aprendizado da língua portuguesa. Aparece igualmente, como acabei de mencionar linhas atrás, na mídia, e na fala cotidiana. Por isso – e também porque já havia lido Raymond Williams (2007), por ocasião da pesquisa nos dicionários – decidi tentar, a partir do *corpus* de minha pesquisa, delinear alguns dos contextos de inserção e utilização dessa expressão nos textos oficiais, na internet, na Folha de São Paulo e na SciELO, considerando que os textos oficiais seriam uma atualização do discurso do Ministério da Educação, em suas diretivas.

O mesmo procedimento será feito mais adiante no que se refere à relação entre a palavra “estranhamento” e a língua portuguesa.

7.1.1 O domínio da língua portuguesa e os textos oficiais

O primeiro tipo de *corpus* a que tive acesso, Majestade, foi o próprio texto dos PCN. Foi o primeiro, pois eu o estava lendo, ao mesmo tempo em que lia o livro *Maluco, o Romance dos descobridores*, quando tive a sensação de estranho familiar. Daí ter percebido a necessidade de analisá-lo. Eu estava lendo esse documento porque, de alguma forma, eu me esmerava naquela época em seguir as ordens e em saber quais seriam as diretivas” reais”.

Como já expliquei, nesse documento, a expressão “domínio da língua” (portuguesa) aparece várias vezes. Então a seguir, analisarei o contexto de cada uma delas, com o objetivo de explicitar sua utilização.

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a **participação social efetiva**, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para **o exercício da cidadania, direito inalienável de todos**. É com essa perspectiva que o documento de Língua Portuguesa está organizado, de modo a servir de referência, de fonte de consulta e de objeto para reflexão e debate. (PCN, 1997, p. 15)

Já no início deste meu relato, Majestade, citei esse trecho inicial dos PCN, presente na apresentação. Nele, podemos ler que a referência que se faz ao domínio da língua, nesse caso a portuguesa, está ligada à participação social efetiva de todos dentro da sociedade, ao exercício da cidadania - que é, ou deveria ser? - direito que não poderia ser apartado de cada cidadão. E essa separação é tão mais indesejada quanto se percebe que é a partir dessa língua que se tem o acesso à informação, à possibilidade de expressar seus pontos de vista e a partilhar ou construir visões de mundo.

Na segunda vez em que a expressão “domínio da língua” aparece nos PCN, o primeiro efeito talvez seja o de estranhamento, pois há uma evidente repetição do trecho presente na apresentação. Somente alguns termos são mudados, o que faz pensar em um copiar-colar em que se alterou alguma parte para causar um efeito de não cópia ou de novidade. O trecho é o seguinte:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (PCN, 1997, página 21).

Se compararmos essas duas primeiras utilizações da expressão “domínio da língua”, podemos perceber que são quase idênticas:

O domínio da língua, oral e escrita, **é fundamental** para a **participação social efetiva**

O domínio da língua **tem estreita relação** com a possibilidade de **plena participação social**

No primeiro trecho, a expressão “domínio da língua” apresenta um aposto, “oral e escrita”, que é retirado no segundo. O segmento “é fundamental” transforma-se em “tem estreita ligação” e, por sua vez, “a participação social efetiva” recebe uma modalização, transformando-se em “a possibilidade de plena participação social”. O adjetivo “efetiva” transforma-se em “plena”, o que confere um caráter de ainda maior perfeição à participação social do indivíduo. Mas o que seria a plena possibilidade de participação social? Quem “domina” a língua tem mais direitos do que quem não a “domina”? Nesse trecho dos PCN, percebemos o quanto a noção de “domínio da língua” se enlaça com a capacidade de ter direitos. Seria isso verdadeiro, Majestade? Em que medida? A língua materna, mar de palavras, seria uma língua madrastra? Excluiria aqueles que não a “dominam”? Assim como no *Diccionario de Língua Brasileira*, 1832, foi excluído o falar indígena? “Dos filhos deste solo és mãe gentil”? Alguns trechos de versos me vêm, Majestade, quando associo algumas ideias. Mas talvez estejam fora de lugar. O que seria adequado dizer agora? “Pátria Amada Brasil”? Continuemos com a análise do *corpus*...

No trecho seguinte dos dois excertos iniciais se lê: “pois é por meio dela [da língua] que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento”. São exatamente idênticos nos dois momentos do texto (páginas 15 e 21). Esse procedimento, num documento oficial, demonstra talvez um certo descaso, ou ainda um descuido no sentido de se pensar que o leitor talvez não fosse tão atento a ponto de perceber isso, Majestade? Qual a sua aposta? Sua Alteza foi consultada a respeito? Ou também descobre isso agora? Eu domino quando repito?

Mais adiante no documento, faz-se referência ao domínio da linguagem próprio a um aluno e ao domínio que se espera de outros profissionais. Será, talvez, Majestade, que não se esperaria de redatores de um documento oficial um domínio tal a ponto de não serem pegos de calças curtas, copiando e colando como um aluno que talvez não tenha estudado o suficiente?

Ou estes não dominam suficientemente a escrita ou não acreditam no domínio da leitura por parte de seu público? Ou ainda, será que se esforçaram, porém se confundiram, justamente por não dominarem o que escrevem. Será?

As instituições sociais fazem diferentes usos da linguagem oral: um cientista, um político, um professor, um religioso, um feirante, um repórter, um radialista, enfim, todos aqueles que tomam a palavra para falar em voz alta, utilizam diferentes registros em razão das também diferentes instâncias nas quais essa prática se realiza. A própria condição de aluno exige o domínio de determinados usos da linguagem oral. (PCN, 1997, p. 27)

Já no trecho que transcrevo a seguir, vemos que a referência à expressão está ligada à codificação/decodificação, sendo que o “domínio do bê-a-bá” aparece como um processo de aprendizagem de um conhecimento de natureza notacional. Considera-se aqui o domínio da codificação/decodificação como algo diferente do aprendizado da linguagem escrita. Uma “conquista” que aparece como concomitante a essa outra. O termo domínio retoma aqui uma de suas acepções primeiras, a de feito memorável, ligado a um ato de vontade e poder. Neste trecho, porém, o poder de conquistar vem associado ao verbo “dever”, característico da modalidade deôntica que instaura uma obrigatoriedade. A conquista deve ser feita de uma maneira específica, sistemática.

A compreensão atual da relação entre a aquisição das capacidades de redigir e grafar rompe com a crença arraigada de que o domínio do bê-á-bá seja pré-requisito para o início do ensino de língua e nos mostra que esses dois processos de aprendizagem **podem e devem** ocorrer **de forma simultânea**. Um diz respeito à aprendizagem de um conhecimento de natureza notacional: a escrita alfabética; o outro se refere à aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

A **conquista** da escrita alfabética não garante ao aluno a possibilidade de compreender e produzir textos em linguagem escrita. Essa aprendizagem exige um trabalho pedagógico **sistemático** (PCN, 1997, pp. 27 e 28).

Mais uma vez, como no trecho a seguir, a palavra “domínio” aparece associada não à língua como um todo, mas a um de seus componentes, ou melhor, a uma de suas manifestações: o diálogo.

Os objetivos de Língua Portuguesa salientam também a necessidade de os cidadãos desenvolverem sua capacidade de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social. Ao propor que se ensine aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal (oral e escrita), busca-se o desenvolvimento da capacidade de atuação construtiva e transformadora. O **domínio** do diálogo na explicitação, discussão, contraposição e argumentação de idéias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitude de autoconfiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro. A aprendizagem precisa então estar inserida em ações reais de intervenção, a começar pelo âmbito da própria escola (PCN, 1997, p. 37).

Poderíamos pensar, Majestade, que esse trecho é bastante ambicioso em seus objetivos, se imaginarmos que a explicitação, a discussão, a contraposição e a argumentação de ideias são competências em relação às quais as suposições, os pressupostos, os implícitos aí envolvidos demandam certamente um trabalho contínuo por parte do falante. Quantas vezes não nos pegamos respondendo à deriva do que nos foi perguntado ou do que pensávamos dizer? E quantas vezes não respondemos erroneamente só para tentar manter “o fio da meada”, só para parecer que o entendemos plenamente? As posições e formações imaginárias. Eu imagino que

Vossa Majestade imagina algo sobre mim, sobre si mesmo e sobre o nosso objeto de fala. Vossa Majestade imagina que eu imagino algo sobre mim, sobre Vossa Majestade e sobre o nosso objeto de fala. Um diálogo, em que cada um imagina o que consegue ou lhe foi dado imaginar. Porém, na maioria das vezes, é tão difícil retornar a uma questão, não? Retornar ao que foi dito, pedir uma explicitação. Vivemos muitos diálogos de elevador ao longo do dia, não? “Bom dia! Bom dia! Como está fazendo calor! Sim, mas ainda bem, vi que vai chover. Puxa! Não me diga! Esqueci o guarda-chuva! Xi, melhor voltar pra pegar! Ah, é verdade! Bom dia, até mais! Tchau, bom dia”.

O trecho que transcrevo a seguir ao menos explicita a diferença entre os aspectos notacionais e os discursivos, porém insiste na ideia de que podemos dominar a linguagem, nesse caso, a da língua escrita:

As pesquisas na área da aprendizagem da escrita, nos últimos vinte anos, têm provocado uma revolução na forma de compreender como esse conhecimento é construído. Hoje já se sabe que aprender a escrever envolve dois processos paralelos: compreender a natureza do sistema de escrita da língua — os aspectos notacionais — e o funcionamento da linguagem que se usa para escrever — os aspectos discursivos; que é possível saber produzir textos sem saber grafá-los e é possível grafar sem saber produzir; que o **domínio** da linguagem escrita se adquire muito mais pela leitura do que pela própria escrita; que não se aprende a ortografia antes de se compreender o sistema alfabético de escrita; e a escrita não é o espelho da fala (PCN, 1997, p.48).

O próximo excerto é interessante, Majestade. Pois nele, o locutor, ao fazer menção ao domínio da escrita alfabética, da ortografia e da pontuação, quase nos deixa imaginar que o que se entende como “domínio” nesse caso é o de “conhecimento acabado”, algo perfeito, em seu sentido de “*per* feito”, feito totalmente, dominado. Quase como um objeto, um produto a ser manipulado. É verdade que a expressão “conhecimento acabado” aparece entre aspas nesse trecho. Talvez por uma certa vontade de o enunciador neste caso não querer se envolver ou se comprometer com essa ideia. No entanto, ela me parece reveladora: um conhecimento que se acabou, continua enquanto conhecimento?

O primeiro ciclo deve favorecer o aprofundamento e a ampliação dos conhecimentos que os alunos possuem sobre a linguagem e oferecer condições de desenvolverem cada vez mais sua autonomia. Isso não se consegue em todos os aspectos e ao mesmo tempo. Assim, se ao final desse ciclo é fundamental que o aluno seja autônomo no que se refere ao **domínio** da escrita alfabética, o mesmo não acontece com relação à ortografia: no primeiro ciclo, é necessário que tenha atenção à forma ortográfica, isto é, que a dúvida ortográfica e a preocupação com as regularidades da norma já estejam instaladas. Ao final desse ciclo espera-se que o aluno tenha introduzido a segmentação em frases nos seus textos, mas isso não significa que se espere que ele utilize com precisão os recursos do sistema de pontuação. No entanto, o fato de não se exigir um “**conhecimento acabado**” de determinado conteúdo ao final do primeiro ciclo não significa que não pode (ou não deve) ser ensinado. Da mesma forma, não significa que parte da classe não possa **dominá-lo** (PCN, 1997, p.70)

O excerto a seguir, entretanto, parece ser mais contido em relação à noção do “domínio da língua”. Não fala de “domínio pleno, efetivo”. Trata do domínio dos registros formais (que nesse caso também é imaginário, idealizado), mas elenca igualmente outro tipo de domínio, bem instrumental, o da segmentação de palavras, matéria bem específica que se costuma aprender nos primeiros anos do Ensino Fundamental I.

As práticas educativas devem ser organizadas de maneira a garantir, progressivamente, que os alunos sejam capazes de: (...) utilizar a linguagem oral com eficácia, começando a adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram o **domínio** de registros formais, o planejamento prévio do discurso, a coerência na defesa de pontos de vista e na apresentação de argumentos e o uso de procedimentos de negociação de acordos necessários ou possíveis; (...) escrever textos com **domínio** da separação em palavras, estabilidade de palavras de ortografia regular e de irregulares mais frequentes na escrita e utilização de recursos do sistema de pontuação para dividir o texto em frases. (PCN, 1997, pp. 79/80).

Pois então, Vossa Alteza, quando falei dos PCN, já nas primeiras vezes, ressalttei uma das noções que perpassam esse documento. A de que existe um domínio da língua e a de que esse domínio levaria à plenitude da capacidade de interagir socialmente. Seria verdade, Majestade? Imagino que talvez Vossa Excelência saiba dessas possibilidades. Provavelmente saiba muito mais do que diz saber acerca das relações de poder. Talvez queira deixar seus súditos em uma relação imaginária que lhes propicie uma ilusão de poder?

De minha parte, também consigo discernir uma outra relação imaginária. Porém essa é de não poder: a que faz vender textos que se pretendem facilitadores da grande dificuldade que seria ler e entender os PCN.

Como fiquei curiosa a respeito disso, fui procurar um desses textos: a publicação da Editora Abril, intitulada *PCN fáceis de entender* (2001), a que já me referi quando discorri acerca do início da constituição do *corpus*. Vou analisá-la a seguir, por considerar que ratifica – ainda que em seu proveito específico – as formações discursivas que ecoam a partir dos PCN.

A respeito dessa publicação, Pimentel (2006) escreve que

há um convite, na publicação, para que seu co-enunciador ocupe um lugar desqualificado, onde o que se pergunta, o que se narra ou o que se sugere são operações discursivas, elas mesmas, de degradação e de desqualificação (...) num movimento enunciativo que acaba inscrevendo um perfil de professor tradicional, desqualificado, ignorante e despreparado para compreender DF²⁹” (PIMENTEL, 2006, p. 87/88).

²⁹ DF= discurso fonte

Eu também estranhei alguns enunciados do texto de facilitação, ou talvez o tom paternalista com que se dirigia aos professores. Como se nesse tom houvesse uma vontade de “domínio” – enquanto controle, ou supremacia, talvez. Como se houvesse uma tentativa de reserva de mercado... a dos textos de facilitação de textos ditos complicados? Por que se deveria facilitar o entendimento de um texto dirigido aos professores? Por que se pressupõe que os professores não seriam capazes de entendê-lo?

Daí a construção da falta, Majestade. Criar nos outros a ideia de que não podem ou de que algo é de acesso difícil, para, em seguida, vender a fórmula facilitadora-redutora da experiência. Uma espécie de bula, de caminho traçado do mercado, mais seguro talvez, mas redutor.

Eis também por que todos os dias tento aprender a desconfiar até das cartas de navegação... Não consigo achar que essa desconfiança seja fácil. Não é fácil tentar achar um outro olhar, nesse caso. Tento fazer perguntas para o que, muitas vezes, me parece óbvio, passível de ser facilmente aceito. Por mim, inclusive.

Comecei então desconfiando das dicas de navegação que os PCN e as obras de facilitação dos PCN me davam. Eles apresentavam diretivas que eu não acreditava que conseguiria seguir. No caso das obras de facilitação, inclusive, não conseguia acreditar na utilidade guiada da facilitação de um texto que deveria ser formador para o professor.

Mostro-lhe a seguir uma cópia de um excerto de uma dessas obras:

Figura 7: Os PCN fáceis de entender

Fonte: FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2001

Nessa figura, podemos logo perceber que existe uma preocupação em se passar a ideia de que a partir da leitura dessa publicação seria mais fácil entender os PCN.

O enunciado “Fáceis de Entender” - nas condições de produção em que é proferido - pressupõe que justamente os PCN são difíceis de serem entendidos, pressuposto corroborado pela frase que funciona como uma legenda para as grandes letras PCN à esquerda do quadro,

em que se lê que “A dificuldade da escola em iniciar a criança no mundo das letras está na raiz da evasão e da repetência.”

Percebe-se aí, Majestade, um jogo que opõe a realidade da escola – considerada difícil – à atualidade da publicação que pretende facilitar os PCN, explicitando-os por meio de itens como: “o que são eles, o que ensinar com eles, o que a turma deve ler, falar e escrever.”

O texto de facilitação pretende portanto falar a respeito da essência dos PCN (“o que são”), do conteúdo curricular (“o que ensinar com eles”) e – por meio de um modalizador – discorrer acerca da adequação ou não do que se deve ver nas aulas (“o que a turma deve ler, falar e escrever”).

Se os dois primeiros itens já eram bastante redutores, o terceiro o é ainda mais, pois pretende estabelecer a pertinência do que deve ser “visto” em sala de aula.

A ideia de domínio da linguagem – presente nos PCN – é retomada no seguinte trecho:

O que se quer ensinar para as quatro séries iniciais

Os alunos devem terminar a 4a série do Ensino Fundamental **dominando a linguagem** de maneira eficaz. Em outras palavras, devem ser capazes de **produzir e interpretar textos**, tanto para as necessidades do dia-a-dia – escrever um recado, ler as instruções de uso de um eletrodoméstico – como para ter acesso aos bens culturais e à participação plena no mundo letrado, entender o que é dito num telejornal e ler um livro de poesias, (FUNDAÇÃO VÍCTOR CIVITA, 2001).

No título-manchete deste trecho “o que se quer ensinar para as quatro séries iniciais”, há um índice de indeterminação do sujeito que remete à instância de poder que determina o que deve ser ensinado, mas que também pode remeter aos próprios autores da publicação – que neste caso – estariam na mesma posição dos órgãos de poder designados para tanto. Há uma identificação da publicação com os PCN e, ao mesmo tempo, uma desresponsabilização e uma exclusão do professor em relação a essa possibilidade de escolha do que pode ser ensinado.

Vossa Majestade provavelmente já deve ter visto esse tipo de identificação em outras instâncias. O fato é que, nessa publicação, ela se reforça ainda mais em um trecho como este:

Usando textos diversificados

Em muitas escolas a Língua Portuguesa ainda é ensinada de maneira formal, chata, sem entusiasmo. Esse tipo de ensino **não atende mais às necessidades da sociedade**³⁰. Cada vez mais o aluno terá de compreender e **escrever textos diferenciados**, claros e criativos. Não é preciso quebrar a cabeça para conseguir textos

³⁰ Grifos meus.

diversificados para utilizar em classe. Eles estão por toda parte: jornais, folhetos de propaganda, revistas. Até algumas embalagens de produtos alimentícios trazem pequenos textos repletos de informações. O importante é que o material escrito apresentado aos alunos seja interessante e desperte a curiosidade das crianças. Textos literários e poesias também devem ser usados. (FUNDAÇÃO VÍCTOR CIVITA, 2001)

Nesse excerto, percebe-se que a publicação de facilitação tenta conseguir uma espécie de cumplicidade culpada e/ou desconfiada por parte do professor, que certamente não gostaria de ser identificado como aquele professor que ensina a Língua Portuguesa de forma “chata, sem entusiasmo”, que não atende mais “às necessidades da sociedade” das quais a publicação de facilitação se coloca como porta-voz.

Além disso, logo adiante no texto, há a sinalização de que “Não é preciso quebrar a cabeça para conseguir textos diversificados para utilizar em classe, pois os textos estão por toda parte”. Ao professor, basta apenas recolher os textos que “estão por toda parte”, uma vez que tem que se importar aparentemente mais com a diversidade de textos do que com a qualidade.

É verdade que a publicação de facilitação comenta que os alunos devem escrever textos claros e criativos e que o material oferecido deve ser interessante e capaz de despertar a curiosidade das crianças. No entanto, o próprio título do trecho chama a atenção para a diversidade, e não para a qualidade, isso porque, como já comentei, o professor não deve quebrar a cabeça, pois textos diversificados – não necessariamente bons – estão por toda parte... O professor não deve quebrar a cabeça. Esta última ideia me causou um estranhamento, Majestade. Não cabe justamente ao professor quebrar a cabeça, pensar e fazer pensar? Essa obra de facilitação, de que acabei de transcrever alguns trechos, parece justamente querer facilitar excessivamente o papel do professor. De acordo com ela, ao professor não caberia escolher ou pensar, caberia somente recolher o que se encontra por aí - as atividades prontas para uso, “mastigadas”, como as sobras de um naufrágio ou como “embalagens de alimentos, produtos poluindo o mar”...

7.1.2 A expressão “domínio da língua portuguesa” na internet

Na internet, assim como na fala cotidiana, há uma infinidade de textos que versam sobre o domínio da língua portuguesa. Anotei esses textos, a fim de escolher os que analisaria em meu trabalho. Nas sete primeiras páginas de busca, com aproximadamente sete a oito *links* cada uma, somente dois artigos não tinham ligação com o domínio da língua portuguesa e a empregabilidade e/ou o sucesso no trabalho. Fiz dessas sete primeiras páginas o *corpus* a ser

estudado, e voltei a essas páginas várias vezes durante o ano de 2017. Li reportagens, assisti a vídeo-reportagens, visualizei *blogs* de professores de português. É interessante perceber que, na internet, dependendo do dia, ou do computador (por força do seu histórico de pesquisa), os textos que aparecem podem variar um pouco. No entanto, nas várias vezes em que pesquisei, a tendência continuava forte, quase unânime: relacionar a expressão “domínio da língua” com a empregabilidade do falante e com o mercado de trabalho. Como escrevi anteriormente, também utilizei o motor de busca *DuckDuckGo* para tentar despistar os motores de busca. Mesmo assim, não houve variação nesse sentido. Mercado de trabalho e domínio da língua portuguesa, em minhas buscas, foram uma associação constante.

Como gostaria de deixar explícito o campo em que essa expressão se insere, escolhi analisar a reportagem que transcrevo a seguir, veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, publicada em 1999. Entre tantas reportagens lidas, esta foi escolhida por seu caráter singular. Ela parece fazer referência a todo um processo histórico, a uma relação entre tempo e espaço, que será explicitada mais adiante, a partir da análise do artigo a seguir:

Figura 8: “Mim quer vaga”

São Paulo, Domingo, 29 de Agosto de 1999

FOLHA DE S.PAULO **empregos**

[Próximo](#) [Texto](#) [Índice](#)
"MIM QUER VAGA"
Para consultores, domínio do idioma deveria ter mais peso na contratação
Profissionais de hoje ainda tropeçam no português

LIGIA BRASLAUSKAS
da Reportagem Local

1	"Traga o relatório para "mim" ler, antes de ligar para os
2	gerentes." Não raros, deslizes de português como esse ainda
3	podem ser ouvidos pelos corredores das empresas e nos testes de
4	seleção.
5	É certo que avaliar conhecimentos de inglês e de informática
6	hoje é comum na hora da contratação. Mas quais empresas
7	exigem domínio da língua portuguesa ³¹ ? Poucas, segundo

³¹ Grifo meu

8	profissionais consultados pela Folha.
9	E o resultado não é nada animador. O problema com o idioma
10	nas companhias se mostra tão visível que as gafes mais
11	comuns, cometidas nas empresas, já se tornaram material
12	literário.
13	Duas consultorias de recursos humanos, a Manager e o Grupo
14	Catho, selecionaram os principais erros de português e lógica
15	cometidos por gerentes e diretores no processo de seleção
16	(veja alguns deles no quadro).
17	A coletânea poderia ser engraçada, se não indicasse a grande
18	quantidade de erros cometidos pelos executivos no dia-a-dia,
19	até mesmo em multinacionais e grandes empresas.
20	"Alguns parecem piada, mas definitivamente não dá para rir
21	de uma situação assim", afirma a consultora Sandra Regina
22	Gouveia Moreira, 36, da Manager.
23	Segundo ela, a forma como o profissional escreve e fala é
24	avaliada nos processos de seleção. "Mas isso ainda não é uma
25	exigência frequente das empresas", explica a consultora.

A versão desta reportagem à qual tive acesso é a que está disponível *online*³². Foi publicada no *Caderno de Empregos* do jornal e faz parte de uma série de quatro artigos publicados no mesmo dia, todos com a mesma temática: a língua e sua relação com o trabalho. Desses quatro artigos, dois possuem a expressão “MIM QUER VAGA”, como o título de uma espécie de seção que faz supor que apresentem em si uma continuidade ou uma proximidade temática ainda maior. Esses dois textos apresentam os seguintes títulos: *Revisão cuidadosa ajuda a evitar gafes* (assinado como “da reportagem local”) e *Profissionais de hoje ainda tropeçam no português* (assinado pela jornalista indicada no corpo deste artigo, que foi o escolhido para a análise neste meu trabalho). Os outros dois artigos não fazem parte da seção. Um deles é encabeçado pelo grande título “Análise”, seguido do título: *Texto deve ser correto e coerente* (e é assinado pelo professor Pasquale Cipro Neto). O último artigo não tem nenhuma

³²Por isso, não tive acesso à tabela a que se faz referência na linha 16. Enviei pedidos à *Folha de São Paulo*, no sentido de que me disponibilizem a reportagem integral, porém não obtive êxito.

referência que indique um grande título ou uma seção. Apresenta apenas o título *Aprimoramento no português requer dedicação* e tem como indicação de autoria a expressão “da reportagem local”.

O artigo *Profissionais de hoje ainda tropeçam no português* me parece singular, como já indiquei, pois, além de remeter à expressão “domínio da língua portuguesa” (e “domínio do idioma”), também tem uma referência histórica e espacial já no grande título da seção em que aparece: “MIM QUER VAGA”. Explico:

Essa expressão entre aspas remete à fala, não de qualquer falante da língua portuguesa, mas à de falantes específicos, que já desde a chegada dos portugueses estavam neste espaço que agora dividimos. Tempo e espaço. O tempo em que os portugueses chegaram e retiraram o espaço, a vaga, da população indígena. E aqui retomo ao menos dois dos sentidos para a palavra “vaga”: o de lugar vazio, que não se encontra ocupado, mas pode vir a sê-lo e o de cargo ou função disponível. É como essa ação de despejar o outro de seu lugar ainda reverberasse no título de seção referente a este artigo.

Como se também os habitantes autóctones desse espaço – considerado vazio – continuassem não sendo (re)conhecidos, uma vez que quem atribui à fala de algum indígena a expressão “Mim quer vaga” não “domina” (ou melhor, desconhece) a fala dos indígenas em português. E por não conhecê-la, utiliza-se de um clichê referente à fala de outros indígenas: um clichê proveniente, provavelmente, de algum filme de faroeste norte-americano em que se representavam indígenas norte-americanos também estereotipados, com suas frases, que, além de tudo, quando aqui chegavam, eram traduzidas para o português. É uma referência estigmatizada e caricatural. É também “esquecer” que muitos brasileiros não descendentes de indígenas utilizam o pronome do caso oblíquo “mim” na posição do pronome do caso reto “eu”, quando dizem orações do tipo: “Isso é para mim fazer.”, ou ainda, “Ele pediu para mim ler esse livro.”, ou inclusive a frase que é citada como exemplo na linha 1: “Traga o relatório para “mim” ler, antes de ligar para os gerentes”.

Mais uma vez, percebe-se o quanto a fala do indígena é estigmatizada de modo useiro e vezeiro. Não é muito difícil, por exemplo, encontrar na internet conteúdos parecidos com os dos versos que transcrevo a seguir. Nesses versos, o autor de um *blog* faz uma “crítica” a um poeta e a um poema³³, dizendo - de modo irônico - que os escreveria numa “linguagem” que se pudesse entender...

³³ O objeto da crítica era um poema do jurista e poeta Ayres Brito, que foi ministro do STF de 2003 a 2012.

Mim não ser índio! Mim não gostar de batuque!
 Mim homem branco, capitalista selvagem.
 Mim não gostar de selva e mosquito, mim querer ar-condicionado.
 Mim preferir Mozart a apito.
 Mim não gostar de "poesia" de ministros³⁴.

De alguma forma se igualando a esse tom jocoso em relação ao indígena, a reportagem é construída no sentido de desmerecer também aquele que não “domina”. Nela, a fala dos candidatos a um emprego é cercada de termos de valor negativo, tais como “deslizes” (linha 2), “nada animador” (linha 9), “problema” (linha 9), “gafes” (linha 10), “erros” (linhas 14 e 18), “piada” (linha 20) e algo de que “não dá para rir” (linha 20). Quando também se escreve que a língua “ainda” é fruto de tropeços³⁵, ela é apresentada - como nos PCN - como algo que tenderia para um futuro ideal, de plenitude, uma espécie de Eldorado linguístico ao qual “ainda” não se chegou.

Além dos procedimentos de depreciação daqueles que não se enquadram no âmbito do que é escolhido como ideal - e além da retomada de uma expropriação do território dessa vez “mercadológico” de alguns, no sentido de fazer com que tudo o que se constrói em termos de uma língua outra pareça não servir - há outros procedimentos textuais que operam no sentido de expurgar essa língua do Eldorado vislumbrado.

Para cobrir essa falta da “língua tropeçante”, apela-se para o argumento de autoridade. Profissionais do ramo de recursos humanos são chamados a dar sua opinião: são consultores de grandes grupos de empresas de contratação e pessoal.

23	Segundo ela, a forma como o profissional escreve e fala é
24	avaliada nos processos de seleção. "Mas isso ainda não é uma
25	exigência frequente das empresas", explica a consultora.

Segundo Ducrot, existem dois tipos de argumentação por autoridade (1987, p. 140). Um deles, o arrazoado por autoridade, é aquele em que se indica um fato que valoriza uma outra proposição, adicionando a esta um valor maior. Neste caso, chama-se à autoridade de profissionais da *Catho* e *Manager*, empresas de Recursos Humanos, o que forçosamente não autorizaria uma valoração do argumento por si só. Esse procedimento, que implicitamente apela para uma autoridade específica, somente funciona como publicidade para essas empresas, que

³⁴ Disponível em: <http://blogdomrx.blogspot.com.br/2009/05/mim-nao-ser-indio.html>

³⁵ Na frase que dá título ao artigo.

aparecem inclusive como defensoras do português, uma vez que a consultora de uma delas diz: "Mas isso ainda não é uma exigência frequente das empresas" (linhas 24 e 25).

Há um implícito, nesse caso: a forma como o profissional escreve e fala ainda não é, mas precisa ou vai ser, uma exigência frequente das empresas. Além disso, considera-se que a forma como se fala atualmente não é a adequada e que a empresa é capaz de avaliar essa adequação.

Também há um efeito de sentido que cria uma aparente defesa da língua portuguesa, quando se escreve por exemplo:

5	É certo que avaliar conhecimentos de inglês e de informática
6	hoje é comum na hora da contratação. Mas quais empresas
7	exigem domínio da língua portuguesa? Poucas, segundo
8	profissionais consultados pela Folha.

Nesse caso, o locutor cria um movimento discursivo em que o português parece ser defendido em detrimento de outros campos de conhecimento. Cria-se a formação de sentido em que se ganha o *ethos* (MAINGUENEAU, 1997, p. 45-50) daquele que defende a língua portuguesa, aquele que, para defendê-la, abre uma concessão ao inglês e à informática ("É certo que... mas..."). Porém, qual é português que se defende nesse trecho?

Outros procedimentos utilizados no sentido de desmerecer aquele que não domina a língua são a generalização: "Não raros, deslizos de português como esse ainda podem ser ouvidos pelos corredores das empresas e nos testes de seleção" (linhas 2 e 3) e também o apelo ao senso comum, quando, por exemplo, se faz no artigo uma chamada para o que se pretende como já sabido: "É certo que avaliar conhecimento de inglês e informática hoje é comum".

Recorre-se também à hipérbole: o não domínio da língua portuguesa é comparado a um material literário, a uma piada que não faz rir. "A coletânea poderia ser engraçada, se não indicasse a grande quantidade de erros cometidos pelos executivos no dia-a-dia" (linhas 20 e 21). Podemos então perceber, Majestade, que o público-alvo deste artigo é provavelmente os empresários, sobretudo aqueles que, de acordo com a reportagem, precisam ser mais rigorosos em relação ao português em suas contratações. Já na frase que antecede o título, podemos ler: "(...) domínio do idioma deveria ter mais peso na contratação". Porém, por ora, de acordo com o artigo:

9	(...) o resultado não é nada animador.
---	--

Tal resultado poderia até ser engraçado, segundo o enunciador, porém não o é, uma vez que “erros” são cometidos “até mesmo em multinacionais e grandes empresas” (linha 19). Percebe-se aqui uma atribuição de valor: as multinacionais e grandes empresas devem ter profissionais mais qualificados, que – pelo menos eles – não deveriam “errar” o português. Quando até eles não dominam o português, então a situação – em não sendo cômica – passa a ser trágica.

Além dessa reportagem, grande parte – na verdade, a imensa maioria - das reportagens que encontrei ao fazer uma busca a partir da expressão “domínio da língua portuguesa”, considera que esse domínio possibilita uma diferenciação no mercado de trabalho. O domínio da língua, nesse caso, parece ter a ver com os sentidos primeiros da palavra “domínio”: o de se possuir uma propriedade, algo que é próprio de alguém e não de outro, algo que atribui ao seu possuidor um poder e uma capacidade de mandar. Uma capacidade de conquistar. Remete a um espaço ocupado por quem tem o domínio sobre algo. Também remeteria a um sentido mais tardio, o de conhecimento. Porém, nesse caso, esse conhecimento seria instrumental, utilizável dentro de um âmbito e objetivos bem específicos. O não domínio, ao contrário, exporia o trabalhador/empregado a uma situação de desvantagem e até mesmo de ridicularização ou de perda da admiração dos seus colegas e/ou entrevistadores.

Para que Vossa Alteza entenda um pouco mais do que estou falando - se é que ainda não viu muitas dessas reportagens em algumas de suas leituras de jornais -, transcreverei a seguir alguns trechos de algumas delas:

Estudar o português é investir na carreira

(...) O domínio da língua portuguesa é determinante para a seleção no mercado de trabalho, mas as empresas têm encontrado dificuldades em recrutar profissionais que preencham esse pré-requisito.

(...) Falhas no domínio do português prejudicam qualquer profissional, pois não são perceptíveis apenas na correção gramatical do texto escrito, podem comprometer, também, habilidades em outras áreas. (Correio Braziliense, publicado em 27/08/2012. Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2012/08/27/tf_carreira_interna,319240/estudar-o-portugues-e-investir-na-carreira.shtml)

Domínio do Português é um diferencial no trabalho

(...) “Estas pessoas podem ser ótimas profissionais, com domínio técnico excepcional, mas se apresentarem falhas na comunicação em seus textos, podem até perder um pouco da credibilidade que possuem”, comenta³⁶.

(Tribuna PR, publicado em 9/9/2014. Disponível em:

<http://www.thhttps://www.tribunapr.com.br/arquivo/mulher/dominio-do-portugues-e-um-diferencial-no-trabalho/>)

Dominar a norma culta da língua portuguesa está se tornando cada vez mais importante para o sucesso de profissionais

(...) E a falta de domínio do idioma pode comprometer profundamente a imagem do profissional, colocando em dúvida a qualidade de seu trabalho. A imagem negativa projetada pela má comunicação dos funcionários é muito mal recebida tanto pelo público interno como o externo (clientes e concorrentes). Nesse contexto, falar corretamente é fundamental para o sucesso de uma organização, e os empregadores valorizam cada vez mais os funcionários que sabem se expressar com fluência e corretamente.

(JC Concursos, publicado em 19/11/2007. Disponível em

<https://jcconcursos.uol.com.br/portal/noticia/educacao/importancia-da-lingua-portuguesa-na-carreira>
8444.html

Percebemos nesses excertos, o quanto a noção de domínio de uma língua ideal e imaginariamente perfeita joga com a imagem profissional dos candidatos. Dominar a língua portuguesa é algo que vem atrelado ao sucesso desses profissionais, nesses casos.

Textos como esses são facilmente encontrados na internet. Em grande quantidade. Páginas e páginas da *web*. De todos esses, o artigo *Profissionais de hoje ainda tropeçam no português* foi o que escolhi, pois, como já comentei, ele me pareceu um indício. Um indício tão evidente que muitas vezes poderia passar despercebido. Como no texto, *A carta roubada* (2005), citado por Lacan ([1954-1955]1985), em que para esconder uma carta comprometedora, o personagem principal a coloca bem em cima da mesa.

Trata-se de uma correspondência secreta. Se a carta fica aí, atirada com indiferença sobre a mesa, é justamente para o rei não notar sua presença. É com sua desatenção, senão com sua cegueira, que a rainha joga. (LACAN [1954-1955]1985, p. 245)

³⁶ Quem comenta, nesse caso, é uma consultora, diretora geral de uma consultoria especializada em Língua Portuguesa chamada *Toda Letra*.

A cegueira e a indiferença, não é, Majestade? Talvez faça parte do jogo. Porém, neste caso, talvez, eu tenha conseguido olhar as cartas que estavam/estão sobre a mesa. Uma, ao menos. Tão evidente...

E para continuarmos olhando com olhos de ver, passaremos então para o acervo *online* da *Folha de São Paulo*, jornal que foi escolhido, justamente por ter sido aquele em que encontrei o artigo que acabei de analisar. Eu escolhi a *Folha de São Paulo* porque – além de ser um jornal de grande circulação, como já comentei, quando tratei das ilhas de discurso – queria saber algo mais sobre o artigo que me trazia tantos indícios, em que contexto se encontrava, e também sobre o próprio jornal. Daí a pesquisa sobre a sua história, na qual aprendi sobre a intenção desse jornal de dominar mercados, manifesta muitas vezes, e de se firmar como representante da classe média brasileira.

Passemos, então, agora para o seu acervo disponibilizado *online*. Por estranho que pareça, os artigos da seção “Mim quer vaga” não aparecem nele. Repeti as buscas, várias vezes, tentando encontrá-los, mas não estavam lá, apesar de o acervo reunir arquivos com reportagens da Folha desde 1921. Certamente há uma seleção a respeito do que se mantém no acervo *online*.

7.1.3 O acervo *online* do jornal *Folha de São Paulo*

Nas buscas referentes à expressão “domínio da língua portuguesa” no acervo *online* da *Folha de São Paulo*, em um primeiro momento, encontrei 153.583 resultados a partir das palavras “domínio” “língua” “portuguesa”. Diante da quantidade de textos, precisei filtrar as palavras de busca e coloquei entre aspas a exata expressão “domínio da língua portuguesa”, como, aliás, havia feito para o procedimento no *Google* e no *DuckDuckGo*. Com esse referencial mais restrito, encontrei 170 entradas, que passaram a ser o *corpus* de análise. As referências abrangem um período bastante grande, de 1960 até nossos dias. Porém considerei que essa extensão temporal não causaria problemas pelo fato de eu trabalhar em minha pesquisa somente com dois termos, muito específicos, “domínio” e “estranhamento”. Assim, poderia fazer uma pesquisa longitudinal acerca desses termos, assim como tinha feito em relação aos dicionários.

O resultado da busca no Acervo digital do jornal *Folha de São Paulo* pode ser visualizado na tabela a seguir:

Quadro 4: Quantidade de textos do *corpus* inicial (referente à expressão “domínio da língua portuguesa”) e suas respectivas décadas

Décadas	Quantidade de textos
1960-1969	2
1970-1979	17
1980-1989	16
1990-1999	108
2000-2019	23
2010-2019	4

Desses 170 textos, somente 12 não se referem ao mundo do mercado. Em sua grande maioria, são anúncios de emprego que se encontram nas páginas de seções como a do *Caderno de Empregos* ou dos *Classificados* em que se buscam os seguintes profissionais: secretárias, secretárias bilíngues, datilógrafos, perfuradores, professores de português, bancários, vendedores, comissários de bordo, revisores, engenheiros, gráficos, editores, produtores de foto, redatores, analistas de normas para empresa de assistência médica, corretores de redação, professores de matemática, repórteres, correspondentes, indexadores de fotografia, arquivistas, pesquisadores.

O alto número de textos da década de 90 deveu-se à própria reestruturação da *Folha de São Paulo* que procedeu a uma política massiva de contratação ao mesmo tempo em que reorganizava o Projeto Folha, de 1984, (BATISTA, 2016, p.54) e também divulgava o *Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo*. Muitos desses textos são anúncios repetidos, pois eram publicados durante um certo período até que se encontrasse o profissional desejado ou até que a data para o envio da proposta se escoasse.

Os doze textos que não tinham uma vinculação direta com o mercado de trabalho são os seguintes:

Quadro 5: Tabela indicativa dos textos que não têm ligação direta com o mercado de trabalho

Data	Título	Assunto
18.11.1974	Mais literatura para os próximos vestibulares	Resumo das obras de autores brasileiros para o vestibular
11.11.1979	FESP- Faculdade de Engenharia de São Paulo - Edital	Edital de Convocação para o Vestibular da FESP
24.11.1981	As melhores questões de Português (FOVEST 82)	Questões de língua portuguesa para os vestibulares
30.10. 1983	A armadilha de Narciso	Comentários à obra Memórias Póstumas de Brás Cubas
28.04.1985	O “lobby” avança na “Nova República”	O crescimento da prática do lobby e conselhos aos lobistas a respeito de como conquistar a imprensa
29.01.1986	Conselho examinará relatório do MEC sobre Português	Novas medidas a serem tomadas por parte do governo Sarney a respeito do ensino do Português
20.08. 1988	Guimarães Rosa e seu tradutor italiano travam em suas cartas um diálogo entre espíritos refinados	Tradução da obra de Guimarães Rosa e conversas do autor com o tradutor que – segundo a reportagem – possuía um domínio incomum para um estrangeiro
16.12.1989	Painel do Leitor	Opinião de um leitor acerca das diferenças entre Collor e Lula, em que se diz que, apesar de seus estudos, Collor erra na gramática e fala bem pior que Lula.
14.11.1991	Pobre literatura	Crítica feroz às obras de Fernando Sabino e José Saramago
27.11.1996	MEC quer adotar alternativas à repetência	Adoção de práticas alternativas à repetência escolar por parte do MEC
26.04.1998	Chefes tentam conter “polícia” indígena	Disputas de poder entre indígenas. Comenta-se que os indígenas que têm melhor condição econômica têm maior domínio da língua portuguesa
10.11.2017	Surdos acuados	Dificuldades apresentadas por adolescentes surdos que temem a saída do ensino fundamental por falta de perspectivas para se adaptarem ao Ensino Médio

Podemos perceber por esse quadro, Majestade, que - nos textos não referentes à oferta de uma colocação no mercado - os temas são variados, ainda que alguns estejam indiretamente ligados às demandas profissionais. Eles tratam de temas do vestibular (3), crítica literária (2), políticas públicas para o ensino da língua (2), tradução (1), dificuldades de inserção no sistema de ensino (1), opinião política (1), *lobbys* no Congresso (1) e inclusive da situação dos povos

indígenas (1). Esse último texto, intitulado “Chefes tentam conter “polícia” indígena” me despertou uma atenção especial, pois nele, mais uma vez se relacionam o domínio de terras, a questão indígena e o domínio da língua. No entanto, considerei que analisá-lo mais especificamente não traria grande novidade para este meu relato. A análise que eu conseguiria fazer seria muito parecida com a que já fiz acerca do artigo *Profissionais de hoje ainda tropeçam no português*. Além do mais, em relação ao conjunto de textos encontrados no acervo online da *Folha de São Paulo*, o tema a que essa reportagem se referia era muito contingencial. Não tocava em nenhum momento no assunto recorrente que encontrei em minhas pesquisas sobre a relação entre “domínio” e “língua portuguesa”: o mercado. Aliás, nesse conjunto de doze textos em que a referência ao mercado não aparece, não houve uma repetição específica que caracterizasse os campos de utilização da expressão “domínio da língua portuguesa”, de modo a conferir uma regularidade.

A grande repetição foi a dos classificados do jornal: 159 anúncios em que aparecem expressões como “o domínio da língua portuguesa é exigido”, “perfeito domínio da língua portuguesa”, “amplo domínio da língua portuguesa”. Para dar conta dessa grande quantidade de textos acerca do par “domínio da língua portuguesa” e “mercado de trabalho” considero interessante reparar em alguns indícios e analisar um desses anúncios, assim como a sua “*mise en page*”. Como ressalta Barzotto (1998), na leitura e análise de um texto como o das revistas periódicas, devemos observar seu suporte material e também suas relações com os outros textos e imagens presentes na página em que o texto aparece:

uma primeira indicação metodológica para a análise de revistas periódicas é que o analista deve ler detida e cuidadosamente aquilo que se pressupõe que o leitor não vai ler desse modo. Ou aquilo que, do ponto de vista da resposta, não interessa à contagem do leitor. A revista ‘ensina’ ao leitor que somente as “*páginas redacionais*” devem lhe interessar, orientando, talvez, a tomar as propagandas em menor consideração. Logo é preciso que o analista leia as propagandas como algo que interessa e pergunte por que a revista pode dizer que elas não interessariam ao leitor. (BARZOTTO, 1998, p. 109).

Isto posto, considero que, assim como nas revistas, nos textos presentes em jornais, podemos seguir a mesma diretiva, uma vez que esses também apresentam figuras, imagens, fotos e outros elementos não textuais.

7.1.3.1 Os anúncios de emprego

Figura 9: Anúncios de emprego no jornal *Folha de São Paulo* (22 de janeiro de 1989)

The image displays two pages of job advertisements from the *Folha de São Paulo* newspaper, dated January 22, 1989. The left page (page 1) features several large, prominent advertisements. At the top right, there is an ad titled 'SUA COTACÃO NO MERCADO' with a graphic of a person. Below it, on the left, is a large ad for 'PROFESSORES' (Teachers) with a list of subjects and institutions. In the center, there is an ad for 'ENGENHEIRO AGRÔNOMO E TÉCNICO OPERADOR DE EQUIPAMENTO'. At the bottom, there is an ad for '*ENGENHEIRO'. The right page (page 2) also features large advertisements. At the top left, there is an ad for 'ESTAGIÁRIOS' (Interns). In the center, there is a large ad for 'REDACTOR/REVISOR' (Editor/Revisor). Below it, there is an ad for 'TÉC. EM CONTABILIDADE' (Accounting Technician). The right side of the page is filled with numerous smaller advertisements for various professions, including 'ENFERMEIRO' (Nurse), 'DENTISTA' (Dentist), 'FARMACÊUTICO' (Pharmacist), and 'TÉC. EM ELETROTÉCNICA' (Electrotechnician). The overall layout is dense with text and some graphics, typical of a newspaper's classifieds section.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 22/01/1989³⁷

Quando observamos essas duas páginas do caderno de classificados do jornal, à primeira vista, o que salta aos olhos são os anúncios maiores, tanto na página da esquerda, quanto na da direita. O movimento de leitura vai normalmente da direita para a esquerda e lemos em primeiro lugar os anúncios maiores, entre eles o referente à vaga de redator/revisor (publicado em nome da própria *Folha de São Paulo*), um outro anúncio que busca estagiários, e ainda outro, que oferece vagas para técnicos em contabilidade. Provavelmente em um segundo momento, poderíamos passar para a página da esquerda, onde se lê que existem vagas para professores,

³⁷ Também reproduzi essas duas páginas do jornal em um tamanho maior na seção referente aos anexos. Considero que a disposição das páginas escolhida aqui neste momento é mais interessante para a análise que faço neste item pois privilegia a relação entre essas duas páginas, aproximando-se mais da leitura feita pelo leitor do jornal impresso.

engenheiros, operadores e programadores. Também se lê que o leitor tem uma cotação no mercado – que pode ser averiguada a partir do acesso à bolsa de salários do caderno *Classifolha* – e que a UNICAMP está em busca de funcionários. Quando se começa a dar atenção aos anúncios menores ou menos destacados, podem-se ver outros anúncios à direita: um em francês, buscando professores primários para uma escola internacional, outros buscando enfermeiros, técnicos em eletrônica, contadores fiscais, etc. E ainda vemos outros à esquerda, em que se buscam, por exemplo, técnicos de processamento, arquiteta, gerente comercial.

As duas páginas têm os tipos escritos em preto, sobre o papel característico do jornal da época, sendo que os destaques são dados por força do tamanho da caixa em que aparecem, por meio dos contornos dessas caixas e também por meio da fonte e do tamanho das letras.

O anúncio em que se encontra a expressão "domínio da língua portuguesa" localiza-se na página da direita, no centro, lugar privilegiado de captação da atenção do leitor.

Figura 10: Anúncio para vaga de redator/revisor da *Folha de São Paulo*

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 22/01/1989

Essa atenção também é facilmente captada pelo fato de o anúncio ser um dos dois maiores da página, competindo em tamanho somente com um outro, que se refere à contratação de estagiários. No entanto, ele se torna o mais visível da página, pois a caixa em que está possui bordas de várias espessuras – grossas e finas – formando uma moldura para o texto. Além disso, no anúncio se lê em grandes letras **REDATOR/REVISOR**, e em um tamanho de fonte um pouco menor, o seguinte: **EFE DE FERA DE FORÇA DE FOLHA**. As letras F, que remetem à inicial da *Folha de São Paulo* são escritas em destaque: em branco, sobre fundo preto, ao contrário de todas as outras do texto. Podemos dizer que se procura, com a expressão

EFE DE FERA DE FORÇA DE FOLHA, uma identificação do candidato com o jornal, e com as ideias veiculadas: força, ferocidade, Folha.

Em letras menores, no corpo do texto propriamente dito, lê-se que o candidato deve ter outras qualidades que, dessa vez, não começam com F: garra, criatividade, dinamismo, objetividade e talento, muito talento, para deitar e rolar. Deitar e rolar como um leão, talvez. No time de criação.

O domínio da língua portuguesa, juntamente com a experiência de dois anos na função, é considerado imprescindível.

Podemos perceber nesse anúncio o estímulo a um *ethos* (MAINGUENEAU, 1997, p. 45-50) daquele que mantém a força, a capacidade de ataque, o poder, um rei na selva do mercado. Um *ethos* que parece se aproximar das acepções da palavra “fera”, tal como ela é normalmente definida (PRIBERAM, 2008-2013):

- 1. Animal feroz, geralmente um mamífero carniceiro.
- 2. Pessoa cruel.
- 3. Pessoa muito zangada.

Há, porém, acepções mais positivas para a expressão “fera”: aquele que é muito bom em algo, que “arrasa”. Aquele que de alguma forma coloca os outros sob seu domínio ou esplendor.

No caso desse anúncio para redator/revisor são as acepções que remetem à força e à relação de competição – e muitas vezes de subjugação do outro – que ganham mais espaço. Valoriza-se a capacidade de “deitar e rolar em seu time de criação”, a capacidade de “fazer conforme os próprios desejos, algumas vezes, sem respeitar nenhum limite; deitar, pintar e bordar”, (AURÉLIO, 2010). Assim, poderíamos aqui retomar a associação à fera, ao leão na floresta, e também à figura do predador e/ou do bandeirante que desbrava os sertões e expande seu domínio sobre uma terra a ser conquistada. Ou ainda ao já mencionado concurso “Operário Bandeirante” promovido pela própria *Folha* em 1963.

O que resta também como não dito, a partir desse anúncio, é por exemplo o fato de que esse desbravador-bandeirante-leão na selva do mercado – como em todo mercado – também tem um preço: “só serão avaliados os que constarem pretensão salarial”. Por ironia do destino talvez, exige-se alguém que domine a língua e no próprio pequeno texto da oferta, esquece-se

a preposição “em” antes do pronome relativo “que”. Indício de que esse domínio não é tão palpável assim...

7.1.4 Os textos acadêmicos e o domínio da língua portuguesa

Diante dessas observações a respeito dos textos já analisados, eu fiquei muitas vezes matutando, Majestade, e tentando imaginar se nos textos acadêmicos a expressão "domínio da língua portuguesa" seria utilizada com esse mesmo apelo em relação ao mercado. Em um texto *prêt à porter*. Um texto para se fazer ler e usar. Sem questionamentos. Seria ingenuidade minha achar que um dia não?

Araújo (2016) fala dos textos acadêmicos promocionais, e explicita, por exemplo, que a atividade de escrita acadêmica acaba sendo reduzida à atividade de escrever dentro de um determinado formato (p.109), visto que, muitas vezes, por falta de tempo e pelo ideal de produtividade enquanto abalizador do valor acadêmico,

(...) estamos nos habituando com uma concepção utilitarista do saber científico, regrado pela quantidade de publicações por ano, por mês, por grupo de pesquisa. Pensar leva muito tempo do pesquisador. (...) Mas se não há tempo para a construção de perguntas, há tempo para o consumo de perguntas prontas e, mais do que isso, para velhas respostas. (ARAÚJO, 2016, pp.114-115).

Assim, tendo essas considerações em mente, fui em busca de textos universitários. Tentei buscar os que pudessem ter uma circulação mais fácil, mais visível. Não deu para ir buscar - infelizmente – aqueles mais escondidos nos cantinhos escuros de bibliotecas, não deu para ir buscar aqueles dos porões de navios. De qualquer forma, dá para se dar conta de tudo, abarcar a totalidade de uma palavra? Desisto. E insisto em relação ao que pude ter e ler. Busquei aqueles que pudessem passar talvez a liquefação de nosso tempo, virtual, não tão palpável assim, a materialidade discursiva do virtual da academia. Daí a pesquisa na plataforma SciELO. Foi talvez – antes de uma possibilidade de fazer diferente – uma escolha. Queria saber o que mais pessoas sabiam... Lá venho eu, Majestade, querendo saber... Um saber pequenininho, pontual, de uma ilha...

Trouxe o binóculo? Vamos lá.

Na pesquisa que fiz à plataforma SciELO, encontrei, inicialmente, 13 artigos referentes à expressão "domínio da língua portuguesa" e também “domínio do português”. Num segundo

momento, analisando o *corpus* inicial obtido, percebi que quatro não se adequavam à minha pesquisa. Apesar de as buscas terem sido feitas a partir dessa expressão, nem sempre a palavra domínio estava associada à língua portuguesa. Estava ligada, nesses casos, ao domínio da medicina, à tradução de termos, sobretudo do inglês, para o português. Por isso não fizeram parte do *corpus*, pois relacionavam a palavra domínio não à relação com a língua propriamente dita, mas ao campo da tradução de um termo da medicina, em frases como “no domínio do português, essa palavra é traduzida como...”. Uma imprecisão de que os motores de busca algumas vezes não dão conta. Como já lhe disse, Majestade, temos muitas vezes uma noção de plenitude, de infalibilidade de nossos instrumentos de busca...

Porém, em nove dos artigos, havia as bases necessárias para a pesquisa da expressão. E assim observei em que contextos se inseriam. Como na imensa maioria das vezes a expressão “domínio da língua portuguesa” não era definida, nem mesmo explicada de alguma forma que se pudesse perceber de início a que se referia, preferi analisar o campo semântico que a acompanhava a cada vez que aparecia e a forma como era apresentada. Essas análises terão que ser mais breves do que eu gostaria, reconheço. Às vezes pontuais, às vezes quase que descritivas, às vezes meio distantes, por não se aprofundarem tanto da Análise do Discurso. Mas preferi esse caminho no caso da análise desta parte do *corpus*, porque quis dar uma noção geral do que encontrei na SciELO, já que eram poucos textos. Porém não haveria como analisá-los todos, mais especificamente, dada a extensão de meu trabalho. Essas escolhas referentes à análise dos textos acadêmicos também serão levadas em conta quando eu tratar da expressão “estranhamento” mais adiante neste meu relato.

Como vou analisar todos os artigos que encontrei em minha busca, farei a seguir, um quadro em que os organizo. Neste quadro, eles são listados por seus títulos e na ordem em que aparecerão em meu relato. Todos esses textos se encontram disponíveis *online*, na plataforma SciELO e podem ser facilmente acessados para uma leitura mais demorada.

Quadro 6 – Relação dos artigos da SciELO pertencentes ao *corpus* relativo à expressão “domínio da língua portuguesa”

Título do artigo
1) A nova ortografia tem 25 anos
2) Os gêneros textuais em avaliações do ENADE de Letras e em concursos públicos para seleção de professores
3) Entre tradição e inovação: um estudo sobre mudanças no ensino de gramática em livros didáticos brasileiros de Língua Portuguesa

4) Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua
5) Estudantes dos PALOP no ensino superior português: do acesso à progressão
6) Análise da práxis docente em Biologia no ensino secundário português
7) Diversidade Linguística na Escola Portuguesa
8) Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade
9) O “fato da língua” na materialidade da leitura

No primeiro desses artigos, intitulado *A nova ortografia tem 25 anos*, lemos que:

A reforma da ortografia de 1911, é de longe, a **mais apurada** que a língua portuguesa teve. Foi originada numa teoria **prudente**, que concilia conservação com modernização, foi executada rapidamente e teve a preocupação de facilitar o acesso à língua escrita de crescentes massas escolarizadas. Comparados com ela, todos os posteriores empreendimentos normativos do **domínio do português**³⁸ são de qualidade e êxito **inferiores**. (CASTRO, 2015, p. 498)

Neste trecho, a expressão “domínio do português” poderia até parecer um tanto quanto ambígua. Pode talvez querer significar “campo”, “área”, porém é mais provável que queira significar “domínio” no sentido de conhecimento, enquanto ato de dominar a escrita formal da língua na parte referente à ortografia. Se assim for, a análise fica mais cabível dentro deste meu trabalho. E cabe notar que essa expressão vem dentro de um contexto de julgamento, de valoração, por força da utilização de vários adjetivos: “a mais apurada”, “inferiores”, “prudente”. O que é da ordem referente a essa norma recebe uma apreciação positiva. O que não pertence a ela acaba sendo comparado a algo que não vale tanto. Por que digo isso, Majestade? Porque pensei que a ideia de domínio talvez viesse contígua – não somente nesse artigo - à ideia de o que é da ordem do eu é melhor do que o que é da ordem do outro. O que é da minha casa, do meu *domus*, a reforma ortográfica à qual estou acostumado, eu aceito e valoro positivamente. Uma impressão que me veio, Majestade... por causa dos adjetivos repetidos presentes no artigo. Muitas vezes não temos lentes mais coloridas para olhar o que está do nosso lado? Não somos muitas vezes assim?

³⁸ Todos os grifos nos excertos desta seção são meus.

No artigo seguinte, *Os gêneros textuais em avaliações do ENADE de Letras e em concursos públicos para seleção de professores* (COSTA; GARCIA-REIS, 2018), o domínio a que se referem as autoras é o dos diferentes usos da língua portuguesa e de suas gramáticas. É um artigo em que se analisam documentos oficiais e instrumentos de avaliação utilizados na seleção de profissionais de Letras. Entre esses documentos está o Projeto Pedagógico do curso de graduação – Letras/Licenciatura, da Universidade Federal de Juiz de Fora. As autoras procedem a uma análise acerca do que esse documento prescreve em termos de formação e/ou características necessárias para a inserção do professor em seu “campo de atuação profissional”.

(...) o documento aborda competências e habilidades específicas relacionadas ao campo de atuação profissional e, nela, vem explicitado que uma das competências a ser desenvolvida é o “domínio dos diferentes usos da língua portuguesa e de suas gramáticas” (PPC- Letras, 2014, p.24)” (2018, p.4).

Em seguida, questionam a vivência do profissional de Letras e se perguntam acerca do que efetivamente poderia propiciar essa inserção e formação. Há uma preocupação em diagnosticar o que seria necessário para um curso de formação de professores, em que se levem os graduandos “à prática da linguagem numa perspectiva discursiva, como possibilidade não só de desenvolvimento profissional, mas também pessoal e identitário”, (COSTA; GARCIA-REIS, 2018, p.10). Citam Bakhtin e Bronckart e comentam que

Se compreendermos que o domínio de uma determinada língua só é conquistado pela vivência dessa língua em situações específicas e contextualizadas de interação entre sujeitos, seria preciso que, no interior do curso de Letras, os alunos tivessem oportunidades formativas de interação que os levassem a aprendizagem linguísticas diversas. (COSTA; GARCIA-REIS, 2018, p.4).

Está presente nesse trecho, como podemos observar, Majestade, uma crença manifesta na possibilidade de domínio da língua: quando se diz, por exemplo, que este “só é conquistado pela vivência dessa língua em situações específicas e contextualizadas de interação entre sujeitos”, por meio de possibilidades de interação diversas das que normalmente se tem em um curso de Letras. Parece haver – de alguma forma - um ideal de completude, propiciado pelas diversas interações que deveriam ser proporcionadas. No caso desse artigo, como indicado em seu título, o domínio da língua está ligado ao domínio dos gêneros, que seria adquirido por meio

“das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, práticas linguísticas centradas em textos representativos de diferentes culturas”. (COSTA; GARCIA-REIS, 2018, p.10).

No terceiro artigo do *corpus*, *Entre tradição e inovação: um estudo sobre mudanças no ensino de gramática em livros didáticos brasileiros de Língua Portuguesa* (DA SILVA; GOMES DE MORAIS, 2011), o tema principal são as alterações realizadas pelos autores de livros didáticos no que concerne ao ensino da gramática.

Os resultados evidenciaram que (...) [as coleções] todas elas tendiam a estabelecer objetivos de ensino relacionados ao **domínio** da gramática e **da língua** em si mesmas. (DA SILVA; GOMES DE MORAIS, 2011, p. 119).

A noção de domínio da língua parece - segundo o que os autores desse artigo concluíram – diretamente ligada ao domínio da gramática. Ao analisar uma dessas obras, os autores citam um enunciado que prescreve que o “domínio da língua, em suas diversas situações de uso” é condição básica para uma “efetiva participação social”, (p. 128). Considera-se nesse caso que a análise linguística e o estudo da gramática seriam condição para a leitura e produção de textos, que garantiriam a efetiva participação social. Podemos perceber, em livros didáticos como esse, um eco dos PCN e de seu ideal de plenitude.

Segundo os autores desse artigo, o livro didático - em que se encontrava a frase citada no parágrafo anterior - adotava a perspectiva de tentar conciliar gramática e leitura. Porém, não de forma tão inovadora quanto às dos manuais mais adaptados às novas perspectivas educacionais, que seriam, nesse caso, menos afeitas ao ensino da língua por meio da gramática. Esse manual não poderia, porém, ser considerado igual aos livros que adotavam uma perspectiva tradicional do ensino da gramática (DA SILVA; GOMES DE MORAIS, 2011, p.128). De acordo com esses autores, parece ter havido, no caso analisado, “uma espécie de "acomodação" dos discursos inovadores aos antigos modos de ensinar gramática” (DA SILVA; GOMES DE MORAIS, 2011, p.140): uma espécie de meio termo em que falar bem uma língua seria dominar a gramática, ainda que esta não fosse o objeto principal do ensino. O domínio da língua, então, estaria associado a uma espécie de limbo entre a leitura e o ensino de regras gramaticais, entre a prática e a teoria, sem no entanto, ter sido em algum momento questionado.

No artigo seguinte, intitulado *Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua* (CARDOSO; LEVINO et al., 2013), a expressão pesquisada aparece no seguinte trecho:

Mais de 200 idiomas são falados no Brasil e, apesar do **domínio da língua portuguesa**, esta não é capaz de abarcar todas as necessidades de expressão da sociedade pluricultural brasileira. Assim, outras formas linguísticas surgiram para representar diferentes grupos sociais, como a língua brasileira de sinais (libras), utilizada pelos surdos”. (LEVINO et al. 2013, p. 291).

Neste excerto, a expressão “*domínio da língua portuguesa*” aparece como um sinônimo de poder e hegemonia, uma espécie de privilégio, talvez pudéssemos dizer, em relação a outras línguas e/ou linguagens. Os autores salientam a ideia da pluralidade da sociedade brasileira que não consegue se fazer representar “dentro” da língua portuguesa. É como se esta os colocasse de fora. “Domínio” não aparece aqui como conhecimento, mas como predominância, predomínio, e talvez como opressão, se quisermos exagerar um pouco o tom da utilização desse termo.

De forma tangencialmente similar, no artigo *Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português: do acesso à progressão*, o não-domínio da língua portuguesa parece ser o motivo de exclusão do outro, daquele que é diferente. Nele se lê que:

A adaptação a uma nova cultura, inevitavelmente ligada ao **domínio da língua**, à compreensão de regras e normas orientadoras de comportamentos, à adopção de novos valores, atitudes e padrões de comportamento, poderá originar dificuldades quando existe **uma perspectiva multicultural limitada**. Relativamente aos estudantes dos PALOP salienta-se o facto de a sua progressão nos estudos ser **agravada** por uma **inadequada** formação anterior, um **fraco domínio da língua portuguesa**, **falta** de apoio, **dificuldades** na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas, e de integração, entre outras. Provavelmente, uma intervenção a nível social e da aprendizagem dirigida sobretudo a uma aprendizagem **correcta** da língua portuguesa, facilitaria uma melhor adaptação e inserção na sociedade de acolhimento. (PIRES, 2000, p. 149).

Nesse artigo, defende-se a inclusão dos alunos provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades portuguesas, porém o campo semântico em que esses sujeitos são incluídos se associa, na maior parte das vezes, à falta e à não adequação. Assim, lemos expressões como: “perspectiva multicultural **limitada**, progressão nos estudos **agravada** por uma **inadequada** formação anterior, um **fraco** domínio da língua portuguesa, **falta** de apoio, **dificuldades** na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas, e de integração, entre outras”. Nele, Majestade, a falta de domínio da língua portuguesa é apontada como um problema, um fator de exclusão do estrangeiro:

Fumham e Tresize (1983) sugerem que os **problemas** que os estudantes estrangeiros enfrentam são aqueles que têm a ver, entre outros, com o facto de viver numa cultura estrangeira (a discriminação racial, **o problema do domínio da língua**, a dificuldade económica, a solidão e o isolamento) e com o facto de ser jovem adulto, na medida em que, nesta fase particular de desenvolvimento, o indivíduo tenta ultrapassar problemas ligados a³⁹ afirmação da sua independência afectiva e intelectual, bem como problemas académicos associados à aprendizagem no Ensino Superior..[...] No entanto, os estudos mostram também que uma maior base de conhecimento ou experiência multicultural pode facilitar a adaptação a uma nova cultura. **Obviamente**, este não é o caso dos estudantes africanos que trazem uma perspectiva multicultural **limitada**. (PIRES, 2000, p.151-152).

Alguns termos me incomodam nesse trecho, Majestade, sobretudo os presentes na última frase. Por isso, terminei a citação com ela. Por meio dela, podemos perceber que parece haver dois tipos de estrangeiros: os que são bem-vindos e os que não o são. O termo “obviamente” e a expressão “perspectiva multicultural limitada” não me parecem caber na mesma frase, referindo-se aos mesmos sujeitos. Vossa Majestade já cruzou o mar? Ter mudado da África para a Europa faria com que a pessoa tivesse uma “perspectiva multicultural limitada”? Todos os portugueses seriam fidedignos herdeiros do destino marítimo de Portugal? Nenhum português teria uma visão “multicultural limitada”? Isso me parece estranho, Majestade. O artigo parece em alguns trechos ter boas intenções, mas, a meu ver, naufraga. É sempre o outro, o estrangeiro, nesse caso, que precisa ter uma perspectiva ampla?

Também fiquei imaginando, Majestade, até que ponto esse não domínio da língua portuguesa era algo efetivo. Se os estudantes vinham de um país lusófono será que sabiam pouco em relação ao português? Ou será que o que sabiam não era valorizado: suas variantes, suas cores, seu colorido? Mia Couto, ao falar do português dos países africanos, diz:

Depois aconteceram os países africanos que introduziram na Língua Portuguesa alguns fatores de mudança, coloração, que tornam... que tornam o português hoje realmente uma língua que aceita muito, que é capaz de introduzir tonalidades e variações que enriquecem muito a língua portuguesa, não só do ponto de vista linguístico, mas quanto ela pode traduzir de culturas (COUTO, 2003).

Parece-me, que, no artigo de Pires (2000), existe um padrão de domínio que, por sua vez, nem é explicado... O que seria dominar o português? Usar os pronomes como são usados em Portugal? Não errar a crase?... Conhecer as palavras usadas em Portugal? Não usar palavras novas, “estranhas”, inventadas na África? O colorido de que fala Mia Couto? O que seria o

³⁹Assim no original.

domínio? O padrão do dominador? O padrão do patrão do dominado? Não me parece que esses estudantes tenham sempre essa dificuldade... Obviamente...

Quase que também obviamente, o artigo descreve dificuldades e tece a falta. Podemos considerar que o sistema de ensino em vários países africanos por muitas vezes ainda peca por falta de estrutura, porém acaba sendo difícil concordar quando se diz que: “A inadequação da formação anterior [à universidade] é um problema que deverá ser imputado aos países de origem dos estudantes” (PIRES, 2000, p.152).

Certamente isso não é o que poderíamos tomar como verdade. Essa inadequação não é só devida aos países africanos, visto que o patriarcado e o racismo, conforme explica Mignolo em uma entrevista dada a Gaztambide-Fernández, são dois pilares do conhecimento eurocêntrico:

Esses pilares sustentam uma estrutura de conhecimento - teologia cristã, filosofia secular (incluindo estética) e ciências seculares. Essa estrutura é embutida e incorporada em atores, instituições, linguagens que regulam e gerenciam o mundo. Opera fazendo as pessoas se sentirem inferiores. Quando isso acontece, a ferida decolonial é aberta. A cura é o processo de desvincular ou recuperar seu orgulho, sua dignidade, assumindo toda a sua humanidade diante de um ser não humano que faz você acreditar que você é anormal, menor, que lhe falta algo. Como você cura isso? Por meio do conhecimento, da compreensão, da criatividade artística decolonial e da aistese filosófica decolonial, e sobretudo construindo a comunidade (não a comunidade marxista, nem o bem comum liberal, mas a comunidade; os legados de "comunidades" além dos legados eurocêntricos da sociedade e família cristãs e seculares)⁴⁰. (GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, 2014, p.206-207)

E artigo em análise continua com outras palavras que – em meio a termos que lhes dão uma certa nuance, em que se explica, por exemplo, que a situação dos estudantes dos PALOP precisa ser melhorada – denotam uma situação de falta e negatividade evidentes:

Os autores referem ainda que, mais flagrantemente, os factores que influem sobre a qualidade da educação são uma **insuficiente** qualificação do pessoal docente, **carência absoluta** de materiais didáticos, **degradação** e **falta** de instalações, **inadequação** dos conteúdos programáticos, entre outros **aspectos negativos**. E, entre os indicadores mais **preocupantes** que influenciam a **baixa** qualidade de ensino, salienta-se a **deficiente** formação do pessoal docente decorrente da **mínima** percentagem de professores que possuem habilitações próprias para o nível de ensino que se encontram a leccionar (Guterres et al, 1986), (PIRES, 2000, p.153).

⁴⁰Tradução minha para o trecho: “*These pillars sustain a structure of knowledge – Christian theology, secular philosophy (including aesthetics) and secular sciences. This structure is embedded and embodied in actors, institutions, languages that regulate and manage the world. It operates through making people feel inferior. When that happens, the decolonial wound is opened. Healing is the process of delinking, or regaining your pride, your dignity, assuming your entire humanity in front of an un-human being that makes you believe you were abnormal, lesser, that you lack something. How do you heal that? Through knowing, understanding, decolonial artistic creativity and decolonial philosophical aestheSis, and above all by building the communal (not the Marxist commune, neither the liberal common good, but the communal; the legacies of “communities” beyond Eurocentric legacies of Christian and secular family and “society”)* », (GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, 2014, p.206-207).

Ou ainda:

O **domínio da língua portuguesa** surge como uma das **dificuldades** apontadas pelos estudantes dos PALOP (Carvalho, 1995). Essas dificuldades observadas no **domínio da língua portuguesa** irão, provavelmente, **de um modo particular, agravar e influenciar negativamente** a aprendizagem, a inserção e a adaptação ao meio. A língua portuguesa é adoptada pelos PALOP como obrigatória em todas as ocasiões oficiais e espaços públicos. Porém os dados apontam para a existência de **elevadas taxas de repetência**, atribuídas, em grande parte, ao **défi ce ao nível da língua portuguesa**. Esse **défi ce** verifica-se tanto nos professores como nos alunos, revelado por um **fraco domínio** do português. (PIRES, 2000, p.154)

No sexto artigo que faz parte do *corpus*, cujo título é *Análise da práxis docente em Biologia no ensino secundário português* (GOMES DE MEDEIROS et al., 2017), o não “domínio da língua portuguesa” aparece mais uma vez como uma grande dificuldade, palavra que se repete diversas vezes no texto, como podemos observar nos trechos a seguir:

(...) a infraestrutura existente nas escolas, a disponibilidade de bons equipamentos e de recursos são diferenciais no Ensino Secundário português. Entretanto, **as dificuldades** dos estudantes com o **domínio da língua portuguesa**, da matemática, entre outros, são grandes desafios a serem superados. (GOMES DE MEDEIROS et al. 2017, p.341).

Os docentes relataram que as maiores **dificuldades** para o processo de ensino-aprendizagem da Biologia eram: a existência de muitos conteúdos programáticos, citada por cerca de 40% dos docentes entrevistados; a existência de turmas com elevado número de alunos, apontada como um desafio por aproximadamente 30% dos professores; e 25% dos entrevistados citaram as **dificuldades** dos alunos em relacionar os conteúdos pertencentes à Biologia e a áreas afins, além do **frágil domínio da língua portuguesa** por parte de alguns estudantes. (...) Sobre a **dificuldade** dos estudantes em relacionar os conteúdos, destacamos o seguinte depoimento de um dos entrevistados: Me preocupam principalmente as **dificuldades** que os alunos têm em interpretar as situações. Os alunos chegam ao secundário muito novos, e alguns têm **dificuldade** para perceber os conteúdos por falta de maturidade de raciocínio abstrato, e outros não conseguem compreender por serem a nível microscópico como reações químicas, e eles não têm o raciocínio abstrato necessário para chegar a estas situações. Em outras situações, é mesmo a **falta de domínio da língua portuguesa**, porque eles têm **dificuldades** de interpretar textos, documentos, gráficos. [Professor S]. (GOMES DE MEDEIROS et al. 2017, pp. 348, 349).

Além disso, outros **problemas** se apresentam como desafios para o eficiente ensino - aprendizagem da Biologia, como, por exemplo, o **domínio da língua portuguesa**, **dificuldades** de interpretações matemáticas e **dificuldades** de entender as relações existentes no ramo da Biologia e de áreas afins. Esses fatores foram apontados como as principais **dificuldades** para o ensino da Biologia, o que demonstra que o entendimento da Biologia separado das outras disciplinas é impossível e que cabe ao professor utilizar abordagens cada vez mais transdisciplinares. (GOMES DE MEDEIROS et al. 2017, p. 354).

A repetição reiterada da palavra “dificuldade”, no singular ou no plural, marca esse artigo desde seu início, envolvendo o ensino/aprendizagem – permeado pela necessidade de domínio da língua – no campo da impossibilidade. Quase como se esse ensino/aprendizagem não pudesse ocorrer longe de um ideal.

Diferentemente desses dois últimos, no artigo de Maria Helena Mira Mateus (2011), *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*, o encaminhamento dado é outro. E as palavras ligadas ao campo do domínio da língua assumem uma conotação mais positiva.

Diferentes instituições sociais e o próprio Ministério da Educação reconhecem a **heterogeneidade** sociocultural e a **diversidade** linguística da atual população escolar as quais representam uma **riqueza singular** que implica a criação de condições e estratégias de ensino **inovadoras**. Com elas se pretende não perder a **riqueza multicultural** que provém do contacto entre alunos recém-chegados de **diferentes contextos** e, simultaneamente, apoiá-los na aquisição da língua portuguesa como segunda língua – garantia indispensável para o necessário sucesso escolar. (...) A par deste projecto, desenvolvemos também um outro - que está ainda em curso e que terminará em 2012 - intitulado Bilinguismo, aprendizagem do português L2 e **sucesso** educativo. É um projeto mais centrado no estudo e na proposta de metodologias que tivessem como resultado a aquisição de um **domínio satisfatório do português**. (MIRA MATEUS, 2011, p. 13).

É interessante perceber que quando o polo que se liga à expressão domínio da língua portuguesa tende a ser positivo, existe um acolhimento das realidades em que se inserem os sujeitos falantes. Ou vice-versa. No artigo de Mira Mateus, na descrição dos projetos de inserção desses sujeitos na comunidade portuguesa, pensa-se em um *domínio satisfatório do português*, o que acaba nos fazendo pensar na possibilidade mais evidente de coexistência entre sujeitos diversos. O nível de língua satisfaz, os alunos têm por onde se integrar. Não parece haver exclusão, antes parece haver uma tentativa de acolhimento. As expressões utilizadas tendem a passar uma imagem positiva da situação, ou ao menos uma posição em que se pretende inovar, buscar algo novo que contemple a situação em que esses sujeitos se encontram:

O projeto Bilinguismo, aprendizagem do português L2 e **sucesso** educativo (2007-2012): De acordo com o objetivo geral de ambos os projetos que incidia sobre o ensino do português como língua não materna, e definido que estava o contexto multilíngue em que este ensino está inserido, iniciámos o **desenvolvimento** de um segundo projeto, mais centrado no estudo e na **proposta** de metodologias que tivessem como resultado a aquisição de um domínio **satisfatório** do português. Esta perspetiva **complementar** deu ocasião à **criação** de um projeto que implica um trabalho **efetivo** nas escolas e com os professores encarregues dos alunos PLNM. O projeto está ainda em curso, terminará em 2012 e denomina-se Bilinguismo, aprendizagem do português L2 e **sucesso** educativo na escola portuguesa. Foi tida em conta a diferente distribuição dos alunos PLNM – algumas turmas integram muitos alunos com a mesma língua materna não portuguesa (normalmente alunos cabo-verdianos ou guineenses) a par dos que têm o português como língua materna, enquanto a maioria das outras turmas integram alguns alunos com diversas línguas maternas a par do português. (MIRA MATEUS, 2011, p. 13).

O domínio da língua portuguesa também parece estar ligado à exclusão/inclusão em outro sentido: quando o falante do português, emigrado para o Japão, tenta preservar a identidade brasileira de seus filhos, fazer com que venham a “dominar” a sua língua para de alguma forma - em estando longe do Brasil – ainda residirem naquela que era a sua casa. No artigo de Tomke Lask (2000), *Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade* descobrimos que existe um embate entre duas posições de sujeito: a daquele que imagina que vai voltar ao Brasil – e por isso não se preocupa tanto em criar traços da identidade brasileira em seus filhos, pois esses traços estariam garantidos com a volta - e a daquele que, em sabendo que não vai voltar, tenta preservar o “domínio da língua portuguesa” e ensiná-la a seus filhos. Dominar a língua portuguesa seria então aproximar-se dessa casa longínqua, ausente no real, presente no imaginário.

[...] os emigrantes, certos de que voltem ao Brasil, não consideram uma eventual perda de identidade de seus filhos como um problema. Mas já existem dois grupos no Japão que começam a alarmar-se com o avanço da socialização japonesa dos seus filhos: mulheres nipo-brasileiras casadas com japoneses e famílias brasileiras com filhos em idade escolar. Trata-se então de apresentar neste trabalho duas estratégias conscientes para a preservação da identidade brasileira, focalizadas⁴¹ na manutenção do **domínio da língua portuguesa**. (LASK, 2000, p.71)

No artigo de Lask, também não é feita uma conceituação ou aproximação mais específica acerca do que seria o domínio da língua portuguesa, assim como nos outros artigos do *corpus*. Trata-se, nesse caso, de um artigo que trabalha sobretudo a ideia de preservação da língua e identidade dos sujeitos emigrados.

O artigo que deixei para analisar por último, *O fato da língua na materialidade da leitura* (PAYER, 2011) não está nessa posição por acaso, mas porque tem suas bases na Análise do Discurso de linha pecheutiana, linha à qual me filio, como já expliquei desde o início desse meu caminho. Discute o fato da língua, sua materialidade histórico-discursiva e seus efeitos de sentido. Também fala de migrantes brasileiros e de suas relações com as línguas materna e nacional, quando uma delas, a materna, é silenciada em nome da regra vigente: “As formas de língua silenciadas na história guardam ainda, entretanto, um lugar no sujeito, como memória da

⁴¹ Assim no original.

língua materna. Já as formas da língua nacional interpelam o leitor em uma relação com a língua atravessada por valores jurídicos (correta, provada)”, (PAYER, 2011, p.23).

Apesar de esse artigo ter aparecido quando foi realizada a busca a partir das expressões “domínio da língua portuguesa” e “domínio do português” na SciELO, nenhuma dessas duas expressões, exatamente como assim estão escritas, aparece no corpo do texto. No entanto, elas podem ser inferidas pelo fato de no artigo se tratar do “domínio da língua portuguesa”, enquanto língua nacional. O domínio do português aparece em um contexto em que, segundo a autora, os cidadãos de um outro país precisam “abrir mão de seus particularismos, de seus costumes locais e de suas línguas maternas”, para tentar conseguir o domínio da segunda língua, nesse caso, o português.

Resulta que uma das relações que se tem com a língua é, à norma, à correção, à prova, como a língua (a ser) aprendida na escola, cujo domínio faz de seu usuário leitor eficiente e bom falante. Essa relação desenvolveu-se, de modo enfático, na modernidade, sob a racionalidade e as tecnologias do Estado, instituindo sujeitos capazes de raciocínio com base na língua (alfabetização, leitura, senso de objetividade, cálculo). Tal relação é facilmente identificável em contextos de imigração, pela tensão entre a língua nacional e as línguas maternas dos imigrantes. Mas apresenta-se também em outras situações: como sujeitos modernos, temos memórias e saberes de uma relação jurídica e regrada com a língua pois, a que a toma especialmente como algo consagrado à norma, à correção, à prova, como Outra é a relação que se tem com a língua na medida em que esse objeto simbólico se apresenta em sua face de língua materna – na contraposição à língua nacional –, que nos constitui simbolicamente desde a infância. Nas instâncias formadoras do sujeito, desde a mais tenra idade, a língua materna é fundante do psiquismo (Revuz, 1998). E ela o é pela apresentação do mundo a esse sujeito através de uma língua. Assim, chama a atenção o que pode significar para um sujeito, em relação à linguagem, o apagamento público de sua língua materna. (PAYER, 2011, p. 27).

Nesse artigo contrapõe-se língua nacional e língua materna à língua portuguesa, a língua nacional que deve ser dominada dentro de suas regras e normas, para que o estrangeiro consiga ser “cidadão”, em detrimento de sua língua materna - essa sim, a que é entendida como a que se encontra nas bases da estruturação do sujeito, como matéria e instrumento dessa estruturação. Como o artigo se fundamenta pela Análise do Discurso, nele se defende a ideia de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. A língua é uma base material que propicia efeitos de sentido e esses efeitos de sentido constituem o sujeito.

A relação que se tem com a língua em sua dimensão de materna acolhe, pois, materialidade linguístico-discursiva diversa da sua dimensão nacional, materialidade afetada por traços de memória de línguas outras, silenciadas; pelo fato mesmo de ter havido silenciamento; pelos efeitos vivenciados pelo grupo e que se imprimem às formas lingüísticas, constituindo-se em elementos nem sempre institucionalizados, que restam como uma espécie de não língua na língua. A memória impressa na língua materna remete a pontos menos visíveis, às sombras do que pode estar contido nisto que se chama língua, pela relação com a mãe, com a casa

paterna, com os sentimentos, consigo mesmo como sujeito de linguagem inserido em uma história. Sua materialidade nem sempre coincide com aquela que se imprimiu na esfera pública via escola e legitimou-se no espaço da nacionalidade. (PAYER, 2011, p. 28)

Parece-me oportuno, Majestade, comentar nesse momento o quanto vi de meu percurso ao ler o seguinte trecho de Payer: “A memória impressa na língua materna remete a pontos menos visíveis, às sombras do que pode estar contido nisto que se chama língua, pela relação com a mãe, com a casa paterna, com os sentimentos, consigo mesmo como sujeito”. Não lhe parece que esse trecho tem muita relação com este meu relato? Tenho com esse artigo uma relação especular.

Retomando Authier Revuz (1998), a autora ressalta o estatuto da língua materna enquanto fundante do psiquismo e como estruturante do sujeito. E relembra que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Daí a importância de se tentar perceber a materialidade da língua, em suas ocorrências. “Por *matéria* entendemos os conteúdos e formas da língua, algo que é próprio e específico a cada uma” (PAYER, 2011, p. 28).

Assim, por exemplo, Majestade, se pensarmos em português, a palavra “mar” é masculina. Se pensarmos em francês, feminina (*la mer*), e ainda homófona à palavra mãe (*la mère*). Em latim, mar é uma palavra neutra (*mare*), o que explica o fato de a palavra “mar” ter gêneros diferentes nas línguas que se formaram a partir do latim. O fato de terem um gênero determinado ou não, a homofonia com outras palavras, a rima que propiciam, os jogos de palavras que podem ser feitos a partir de sua materialidade, os rebus, o eco de cada um desses significantes torna possíveis vários e diversos efeitos de sentido. Em uma ou outra língua. Já se disse, por exemplo, que Lacan não seria Lacan se não falasse francês: o fato de o francês ser uma língua talvez especialmente propícia a jogos de palavras pelo fato de possuir muitas palavras curtas e homófonas, parece ter tido seu papel, sua especificidade, no percurso desse psicanalista. Os efeitos de sentido são específicos à materialidade da língua. Daí ser impossível traduzir adequadamente, sem fazer paráfrases e explicações, muitos dos jogos de palavra de Lacan, como por exemplo: *Les non-dupes errent* (“Os não tolos erram”) que ao mesmo tempo remete a *le(s) nom(s) du père*, o nome do pai.

Também podemos em relação a isso retomar Mia Couto, quando comenta - como já mencionei - que o português da África tem um “colorido” especial. Daí também muitas vezes se ouvir dizer que o português do Brasil é mais suave. Tais efeitos de sentido têm uma relação com a materialidade da língua, com sua historicidade e com as formações imaginárias que se estabelecem a partir da materialidade, simbólica. Somos sujeitos a essas conjunções.

A língua a ser “dominada” no artigo de Payer seria a língua-instrumento, mas esse instrumento me parece muito abstrato para ser dominado. E essa é uma ilação que faço a partir de suas palavras, quando cita Pêcheux e Revuz:

Conforme Pêcheux, vimos antes, a língua é uma base material sobre a qual se produzem os efeitos de sentido. E por **instrumento** entendemos um dispositivo, “em abstrato”, diríamos, que funciona em qualquer língua, na medida em que proporciona certos quadros de representações, que tornam possível o fato mesmo de que sujeitos saibam algo através de uma língua. Ao dizer puerinho, termo que apresenta a raiz em uma língua e afixo em outra, o sujeito imigrante não significa criança, garotinho, apenas, mas a memória do que nele se imprimiu (dispositivo) ao apreender, de corpo e alma, certo tom de compaixão vindo dos pais ou dos avós para com ele. Revuz (2002, p.25) observa que os bebês se encontram o tempo todo dentro de um universo de fala, e que, desde o início, o “psiquismo é trabalhado pela construção de traços mnésicos, pela elaboração e reelaboração destes traços, que são continuamente informados e remodelados pela sobreposição das mesmas palavras, das mesmas expressões”, (PAYER, 2011, p. 27).

Quando Payer salienta que “Revuz (2002, p.25) observa que os bebês se encontram o tempo todo dentro de um universo de fala,” penso sobretudo em Lacan, no Estádio do Espelho e no fato de sermos seres envoltos por palavras. Na língua que assujeita. Daí o cuidado e o estudo em relação à materialidade das palavras. E também os efeitos de sentido que propiciam os diferentes discursos e sua inserção em nossas vidas.

Klemperer escreveu sua obra *LTI: A linguagem do Terceiro Reich* analisando a língua do opressor nazista e salientou: “Não usamos impunemente a linguagem do vencedor. Acabamos por assimilá-la e passamos a viver conforme o modelo que ela nós dá” (KLEMPERER, 2009, p. 309). Assim, ressalta a incidência dos efeitos de sentido do discurso, pois quando se fala de uma língua se fala também de modelos, e quando se fala do domínio de uma língua faz-se referência a um modelo ainda mais redutor. Há um ideal de língua, um Eldorado a ser conquistado.

Sendo assim, os sujeitos de linguagem, em seus processos de identificação na relação com a língua, ao invés de poderem lidar simultaneamente com a língua nacional e a língua materna, como dimensões distintas, são levados, no processo pedagógico, a substituir uma pela outra. Esse processo é notado e indicado pelas crianças desde a alfabetização. Há um paradoxo ali, vivenciado de modo que, para adicionar, subtrai-se. (PAYER, 2011, p. 31).

Não usamos assim impunemente a linguagem e a língua, sobretudo se nunca as questionamos. E certamente não usamos impunemente a língua do colonizador. A língua do império, do mercado, mercado este que muitas vezes torna os seres humanos descartáveis.

7.1.5 Os mercadores: os textos sobre o domínio da língua portuguesa e sua relação com o mercado

“Lugar de ser feliz não é supermercado”

(Zeca Baleiro)

O mercado... Parece que o domínio da língua, Majestade, ou pelo menos o imaginário em que a ideia desse domínio se insere é justamente o de dominar mercados, conseguir postos, ser empregado, ser valorizado pelo empregador, ser selecionado no trabalho, ter sucesso financeiro. Em relação aos jornais, sua situação se assemelha à das revistas onde – nos dizeres de Barzotto (1998, p.18) - “a defesa do direito de informar vem indissociável do direito de comercializar”. A informação é uma mercadoria em tempos de neoliberalismo. O mercado livre parece se instaurar enquanto entidade suprema, sem limites, que abarca também a língua.

A narrativa da mercadoria dispõe assim, para sua eficácia, de todo um priorado, com seus pesquisadores a quem se confessa os desejos mais loucos em matéria de sabonete, com seus atores que montam representações nas quais são vistos os milagres cotidianamente realizados pela mercadoria, com seus apóstolos que incessantemente vendem suas promessas de redenção pelo objeto, com seus *marketing men* encarregados de difundir a boa nova e ministrar a boa palavra sobre os bons produtos, (DUFOUR, 2003, p. 79).

Porém, me parece, Majestade, que nesse caso a mercadoria também acaba sendo aquele que em função de se tornar acolhido pelo mercado, acaba imaginando a língua como um instrumento a ser dominado, amansado, e não como algo que o constitui. Tentando dominar o instrumento “língua portuguesa”, e acreditando nessa possibilidade, o próprio sujeito torna-se não somente um instrumento como um objeto do mercado. Pois é de ironias assim que a vida se faz, não? “Apresenta-se a necessidade da submissão ao Mercado como uma injunção à qual seria preciso, sem cessar, tudo subordinar como se estivéssemos lidando com uma nova e inultrapassável racionalidade”, (DUFOUR, 2003, p. 79). Daí, a importância, a meu ver, de neste meu relato, eu tentar falar um pouco sobre o inconsciente, o irracional, o estranho, o Outro, o que não se domina.

Quando uma das reportagens dá algumas nuances, no sentido de afirmar que o domínio da língua pode "comprometer, também, habilidades em outras áreas", percebe-se que outros campos são levados em consideração, porém ainda é o mercado que aparece como rei a ser

louvado. Sua Majestade é o mercado? O mercado que transforma tudo em objeto? Rotulável e passível de um código? De barras?

Atualmente, no discurso comum ouvimos, por exemplo: “Fulano é a nova aquisição da empresa”. Ou seja, uma pessoa foi “adquirida”. Ou ainda: “Beltrano foi vendido por 1 milhão de dólares para o Barcelona”. A materialidade dessas palavras constrói realidades, constrói situações e uma historicidade para a língua. Somos bem marcados por ela, como se com ferro em brasa.

Recentemente, em busca de textos que falassem sobre o domínio da língua portuguesa, encontrei um *site* de um grande grupo educacional – que procurava aumentar sua influência procurando sócios para novas escolas. Nesse *site* se lia:

Figura 11: Excerto de *site* de um grande grupo educacional

Visão: Acreditamos na aprendizagem - todos os tipos de aprendizagem para todos os tipos de pessoas, entregue de maneira personalizada. Porque onde quer que floresça a aprendizagem, também florescem as pessoas.

Missão: nosso objetivo é ajudar as pessoas a melhorar e mudar suas vidas por meio da educação.

Valores: Coragem, criatividade, honestidade e visão de dono.

Esse trecho não faz parte do *corpus* de meu trabalho pois não trata mais especificamente de língua portuguesa. Porém, eu o trouxe para cá porque decidi utilizá-lo como um exemplo de materialidade discursiva. Vou exagerar, Majestade... Permita-me...

Um pouco de permissão acho que posso conseguir a essa altura de meu relato, não? Talvez ainda já tenha tomado outras permissões de que nem me dei conta... A língua, o inconsciente, o que falo sem saber? Por ora, no entanto, peço-lhe que imagine comigo o contexto em que se insere esse trecho recém transcrito. Nele - uma “publicidade” maquiada - oferece-se a aprendizagem de qualquer conteúdo, de qualquer tipo, para todos. “Bananas, bananas, quem quer bananas? Minha senhora, venha ver... as melhores bananas da região, vindas diretamente de... Pindamonhangaba...”. Talvez. O nome da cidade fica inaudível no meio do barulho dos carros, dos autôfalantes e da fumaça... Bananas entregues de maneira

personalizada, em seu domicílio, nenhum trabalho. E se você quiser vender bananas, também não tem problema. A gente lhe arranja uma frase de efeito, um *slogan* infalível, que vai lhe servir de guia, que vai lhe servir de mote, porque, afinal de contas, “onde quer que floresça a aprendizagem, também florescem as pessoas”. Que ambiente idílico! O paraíso! Uma terra em que se plantando, tudo dá. Um Eldorado, cheio de bananas...Ou talvez sejam pamonhas? “Pamonhas, pamonhas, pamonhas, minha senhora, venha ver... Pamonhas de Piracicaba...”. Os discursos se misturam. E criam realidades... E bananas e pamonhas...

Porém, acredite: “a nossa missão é mudar suas vidas por meio da educação”. Fico imaginando, Majestade, que um padre jesuíta poderia dizer o mesmo... quinhentos, quatrocentos anos atrás... e que os navegadores, e os bandeirantes, chegaram aqui imbuídos de coragem - de criatividade e honestidade? Certamente, alguns. E certamente muitos, imbuídos de uma visão de dono.

Percebe onde quero chegar, Majestade? Somos marcados historicamente de uma forma múltipla e heterogênea que condiciona discursos: nadamos em meio às formações discursivas, alguns naufragos sob o discurso do senhor acerca dessa terra, formando a nossa nacionalidade. Alguns naufragos sob o olhar daqueles que acreditam ser os donos dos barcos. Alguns enterrados sob o jugo daqueles que pensam ter no corpo o sangue do dominador, aquele que molda os discursos à base da espada. Aquele que não se estranha porque foge dos espelhos.

E eis então, Majestade, que é chegada a hora de tentarmos fazer um exercício de estranhamento. Poderíamos passar para o outro lado?

7.2 As primeiras buscas na internet sobre a palavra “estranhamento” e sua relação com a língua portuguesa

Ali está outra vez. Enquanto me ponho a trabalhar, abro o caderno e destampo a caneta, aparece o escriba. Senta-se à minha frente, à mesa que está diante do enorme espelho que pende da parede no extremo oposto do estúdio. Também abre seu caderno. Destampa a caneta e me observa com atenção. Não se lhe escapa nenhum de meus movimentos. Olha-me enquanto faz, automaticamente, anotações em seu caderno preto, como o meu. Ainda que esteja vestido como eu e também possua uns óculos iguais aos meus, não posso dizer que se pareça comigo a não ser nos costumes, nos hábitos, nos atos e nos gestos reflexos, nos tiques. O escriba, como eu, põe-se de pé depois de ter alinhavado umas linhas, acende um cigarro que consome nervosamente enquanto dá voltas em torno da escrivaninha; logo se senta outra vez diante do caderno e retoma sua tarefa. Formulou alguma conjectura sobre mim; sou o tema de sua composição. Ele me olha; pega a caneta e se põe a escrever sem perder-me de vista por cima do aro de seus óculos. Em alguns momentos, como a mim, a música o distrai e então se põe a cantarolar a melodia ou a marcar o compasso usando a caneta como batuta. A certa hora do dia, o sol bate-lhe no rosto e me crava o reflexo luminoso de suas lentes nos olhos, como se se tratasse de penetrar meus pensamentos com esse duplo raio de luz ofuscante. Analisa-me detalhadamente; trata por todos os meios que sua atenção lhe permite de conhecer minha identidade sem jamais me revelar o menor indício acerca da sua. Talvez já conheça a minha; talvez saiba de mim na proporção direta ao que dele ignoro. Às vezes, sorri com satisfação, como se tivesse feito alguma descoberta significativa acerca da minha personalidade e outras se mostra burlão, como se houvesse comprovado alguma hipótese infame acerca de minha vida. Estou seguro de que já conhece minha identidade e de que já escreveu meu verdadeiro nome e todas as minhas senhas em seu caderno. Penso, também, às vezes, que esse homem conhece meus segredos e outras, com alegria, que as ignora e que, apesar de levar em conta tudo o que faço, não é sequer capaz de suspeitá-los; por mais que me observe sempre com tanta atenção enquanto escrevo, por mais que não me perca de vista, nunca.

Salvador Elizondo (1985), *El escriba*⁴²

Quando começo a falar sobre o estranhamento, esse texto de Elizondo me vem. O estranho é um outro, um fantasma, o espelho. Também é o Outro de Lacan, o Outro da linguagem a partir do qual me constituo enquanto um eu que se assujeita. É ainda o outro das figuras parentais que me identificam no espelho enquanto sujeito. O eu é um outro. Um estranho.

Porém, Majestade, percorrer agora sobre as cartas de navegação acerca do estranhamento é falar um tanto quanto sobre a ausência. Porque nessas cartas de navegação, muitas vezes, não se deixa espaço para a dúvida. Existe um caminho já percorrido, que estabelece os traços para os outros. Que dá o caminho como já percorrido. Estaria eu pensando em estabelecer uma delas? Acredito que não. Espero que não, pois estranhar-se é infinito. Diferente de dominar, é uma

⁴² Tradução minha

busca de um sentido - para o meu ensino, para a relação com a língua - sabendo ao mesmo tempo que esse sentido é fugidio. Um deslizamento. Um abrir e fechar. Um movimento. Daí eu não querer ou não precisar estabelecer mapas de navegação, traçado de rotas precisas que todos precisariam seguir. Por via das dúvidas, por dúvida das vias. O que eu caminho é o que me foi dado pela experiência singular de um estranho familiar. Foi ela que me situou. No início às cegas. Aos atropelos. *Profissionais de hoje ainda tropeçam no português.*

Ainda que aos atropelos, preciso deixar essa ilusão de domínio de lado. Às vezes quando menos sabemos é quando mais fingimos o domínio, não é, Majestade?

Aqui busco um lugar de fala de uma professora que estranha o fato de quase não se falar sobre estranhamento e língua portuguesa no ensino da língua. Como eu poderia não pensar em relação a esse tema? Não tenho respostas prontas, mas posso por isso pesquisar.

Primeiro, comecemos a analisar...

7.2.1 O estranhamento e os textos oficiais

Nos PCN de Língua Portuguesa (1997) as palavras “estranho” ou “estranhamento” não aparecem. Esse detalhe me faz pensar. Não aparecem em relação à Língua Portuguesa nem em nenhum outro volume dos PCN, os referentes a outras áreas. Tampouco estão presentes na parte referente à Literatura. Como se ensinar a Língua e a Literatura não fosse também ensinar a estranhar.

Na BNCC (2017), essas palavras não são encontradas em relação ao ensino da língua e das linguagens. Porém, há uma surpresa. Na parte referente ao ensino da arte, o termo “estranhamento” aparece na definição de

Fruição: refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais, (BNCC, 2017, p. 195).

É pois em relação à arte e à fruição que esse termo é empregado, utilizado junto com a noção de deleite, de abertura, de sensibilidade e de prazer, ainda que nem sempre a sensação de estranhamento seja prazerosa, como aprendemos com Freud. Mais adiante, Majestade, veremos ainda com Chklóvski (1917), Ginzburg (1998) e Guerizoli-Kempinska (2010), o quanto a ideia de estranhamento proveniente da arte também pode levar a meios de pensar a relação com a

língua. Por ora, vamos nos ater ao que – depois da busca nos textos oficiais – pudemos encontrar numa primeira pesquisa na internet.

7.2.2 O estranhamento em relação à língua portuguesa na internet

Na internet, à época da formação do *corpus* inicial de minha pesquisa, só encontrei dois textos que tratavam especificamente de língua portuguesa e estranhamento. Outros tratavam de linguagem e estranhamento. Decidi deixá-los de lado, pois iriam abrir um campo teórico ainda maior que, provavelmente, iria dispersar o foco do meu trabalho. No entanto, utilizarei alguns desses pressupostos teóricos por ocasião da discussão da noção de estranhamento. Uma vez que o estranhamento em relação à língua portuguesa está, é certo, dentro da noção de estranhamento em relação à linguagem.

Um dos dois textos encontrados está em um *site* de literatura chamado Recanto de Letras. Ele se intitula *O estranhamento da estroenga* (ROCHA, 2006). É um texto, de viés literário, que brinca com as palavras e com os efeitos de sentido. Baseia-se na estranheza causada pela própria palavra “estroenga”, descoberta pelo narrador:

Em mais alguns minutos em seguida, agora com um pouco mais de clareza, esbocei outros pensamentos numa reflexão sobre como é curioso o quanto a língua constrói pontes do próprio material de que é formada para se chegar a ilusórios lugares inabitados. Para mim, o próprio vocábulo “estroenga” soa estranho e esquisito. (ROCHA, 2006)

Como podemos perceber, Majestade, a estranheza, nesse caso, também remeteu à possibilidade de se pensar sobre a língua, sobre a sua materialidade.

O segundo texto que encontrei foi um artigo de Negreiros (2015). Não por acaso, acredito, esse artigo se refere ao trabalho com uma variante regional em sala de aula. Nele, a autora - que tem como referencial metodológico a Análise de Discurso francesa - dirige o olhar do leitor no sentido de perceber o quanto o que ela considera como um estranhamento por parte de um professor faz justamente com que a ordem estabelecida entre a teoria e a prática da língua e da aula se subverta.

A teoria, nesse caso, está relacionada ao que se estabelece nos currículos acerca do que deve ser ensinado em Língua Portuguesa. Após discorrer sobre a diferença de perspectiva, objetivos e efeitos entre os currículos tradicionais, críticos e pós-críticos, a pesquisadora narra

o momento em que um de seus entrevistados se depara com a talvez inesperada – e ao mesmo tempo tão sabida – presença em sala de aula da variante regional, durante um exercício de revisão de texto.

O trecho que ela transcreve em seu artigo é o seguinte:

Cláudia: Conte uma experiência em sala de aula que não deu certo.

Professor CL: [...] coloquei (os textos dos alunos) lá no PowerPoint. Powerpoint não, nos slides para eles...mas ninguém se manifestou, né. E aí eu...a gente fez algumas modificações, né...estrutura, tal, só que muita coisa eu não consegui mudar, até mesmo... trata-se da variação linguística, sabe. Lá é uma comunidade assim que *eles preservam, preservam mesmo, entre aspas, o Cuiabanês deles, falam bem cuiabano mesmo. Então, tem expressões que eu não conheço, sabe. Então, no lugar de vírgula, eles colocam o tchá, pensa...E aí, agora, para tirar esse tchá aqui...não, professor, não pode tirar o tchá!*⁴³ [...] Eu falei...eu não posso fazer isso, porque de certa forma é preservação da variedade linguística deles. Então, não é uma experiência que não deu certo. Mas assim, que eu não sei como trabalhar isso ainda, nesse sentido. E outras expressões também que eu não me lembro no momento, mas que ficaram, que se repetiram em todos os textos. (NEGREIROS, 2015, p. 62-63).

Como explica Negreiros, o vocábulo “tchá” é utilizado na Baixada Cuiabana, região a que pertence o município de Rosário Oeste, próximo ao distrito em que se encontra a escola em que o professor⁴⁴ “CL” lecionava.

Citando Almeida (2005), a autora destaca alguns aspectos linguísticos da fala dessa região em que fenômenos “[...] do sistema sonoro também observados em uma ou mais fases históricas do português, em especial da língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII, na época das bandeiras” (ALMEIDA, 2005, p. 69 apud NEGREIROS) podem ainda ser observados: assim, por exemplo, como explica Negreiros, observa-se a ocorrência da consoante fricativa pré-palatal surda /ʃ/, pronunciada, então, como africada surda /tʃ/. Uma das hipóteses para essa ocorrência seria a existência de línguas indígenas na região, especialmente o bororo, em que esse fonema ocorre.

Explica-se assim, a ocorrência do som inicial da palavra “tchá”. Porém, como também salienta a autora, baseando-se no estudo de Almeida (2005):

não há menção sobre a ocorrência do vocábulo em situação de pausa na pontuação, como verificado na sequência linguística produzida pelo aluno. Tampouco a sua inserção no verbete do Dicionário Cuiabanês, de William Gomes, onde a expressão “Tchá por Deus”, com uma única entrada, indica espanto, admiração, dúvida, e é ilustrada pela expressão: “Tchá por Deus, esse ônibus tá muito cheio!”. Pensamos que caberia, portanto, um estudo mais investigativo na região acerca das variações linguísticas, o que foge aos objetivos deste artigo, (NEGREIROS, 2005, p.64).

⁴³ Grifos da autora

⁴⁴ Mais adiante fica-se sabendo que se tratava de uma professora.

Seguindo o conselho de Negreiros, Majestade, em uma busca recente pela internet, consegui alguns outros sentidos e/ou empregos para o “tchá” cuiabano. Além da ocorrência na expressão “Tchá por Deus”, mencionada no artigo – indicando admiração, dúvida, espanto -, também pude encontrar a ocorrência “Tchá mãe”, como uma forma de xingamento (JUCÁ, 2010). Em um *blog*, encontrei a expressão “Tchá Bina, não tá nem aí pá paçoca” (COISAS DO MATO GROSSO, 2013). No entanto, nesse *blog*, não havia nenhuma indicação a respeito de seu significado. Tentei buscar seu sentido em outros *sites* e dicionários, porém foi em vão e acabei tendo que me contentar em imaginar a possibilidade de essa expressão ser uma variação de “sinhá, senhora, tia ...”.

Em contrapartida, outras ocorrências para o “tchá” foram observadas: a primeira delas na expressão “tchá com bolo”, não como uma palavra nova (COSTA, 2018), mas como uma forma de pronunciar a palavra “chá”, expressão que parece ter se consagrado. Há inclusive um programa da TV local de Cuiabá que leva esse nome. A segunda ocorrência me pareceu mais interessante, porque talvez mais próxima da relatada pelo professor entrevistado no texto de Negreiros: uma chamada para um vídeo com os seguintes dizeres: *Sotaque de CUIABANO, tchá, siste essa aí!!!* (2016).

Neste último exemplo, o “tchá” aparece como uma interjeição, entre vírgulas, remetendo à memória do pequeno trecho do excerto já relatado, que transcrevo a seguir:

Lá é uma comunidade assim que eles preservam, preservam mesmo, entre aspas, o Cuiabanês deles, falam bem cuiabano mesmo. Então, tem expressões que eu não conheço, sabe. Então, no lugar de vírgula, eles colocam o tchá, pensa...E aí, agora, para tirar esse tchá aqui...não, professor, não pode tirar o tchá!⁴⁵ [...]

Comentando esse trecho, Negreiros ressalta a condição de estranhamento do professor diante do seu não-saber: um não-saber lexical e um não-saber a respeito do que fazer com esse achado. Uma pedra no meio do caminho. Uma pedra que não desce pela garganta feito “tchá com bolo”, pois, em sendo estranha, não cabe dentro das expectativas do professor.

Ao pedir que relatasse uma experiência em sala de aula que não dera certo, em relação à prática docente de Língua Portuguesa, o professor trouxe uma situação a qual envolvia uma atividade de retextualização. Após a produção textual, ele projetou os textos na parede da sala a fim de que, juntos, professor e alunos, fossem discutindo e reelaborando os textos. Mas algo o surpreendera: tratava-se de uma substituição de um elemento “esperado” na sequência frasal, em momento de pausa (uso da vírgula), atravessado por um elemento “estranho” a esse esperado. (NEGREIROS, 2005, p.62).

⁴⁵ Grifos da autora

Coracini (2009) comenta que “não raro somos todos acometidos por certo estranhamento, naquela que consideramos nossa língua materna” (2009, p. 475). Acredito porém que esse estranhamento de que fala Coracini não seja necessariamente da ordem do estranho familiar, narrado por Freud. É, no entanto, um estranhamento constitutivo, pois nele se percebe o Outro da linguagem e das instituições como instâncias que nos envolvem e constituem, mas que ao mesmo tempo não nos são idênticas.

Nossa língua não é idêntica a si mesma, nem no tempo, nem no espaço. Daí Negreiros referir-se ao estranhamento provocado em um professor quando este em sala de aula se depara com a utilização de uma variante regional para além do que ele esperava. Podem-se perceber no relato desse professor vozes contraditórias, diferentes posições discursivas também não idênticas: uma delas é a daquele professor que “não conhece”, muitas vezes uma posição difícil de sustentar diante de uma “plateia”: “Então, tem expressões que eu não conheço, sabe. [...] Mas assim, que eu não sei como trabalhar isso ainda, nesse sentido”. Ou ainda aquela posição daquele que se distingue do grupo: o “eu” em oposição a “eles”. “Então, no lugar de vírgula, eles colocam o tchá, pensa...”. Uma outra posição marcada nesse excerto é aquela da divisão subjetiva, a de uma oscilação a partir da situação em que o sujeito se encontra. Sem ter condições de julgar, o locutor parece hesitar. Porém, ao final, assume a posição daquele que nada poderia fazer (ou nada queria fazer), no sentido de impedir a ocorrência e manutenção de algo que não havia previsto: “Eu falei...eu não posso fazer isso, porque de certa forma é preservação da variedade linguística deles.” Essa última posição nos permite imaginar que a variante regional é de alguma forma acolhida.

Negreiros (2015) utiliza-se da definição de Ernst-Pereira e Mutti para conceituar o estranhamento enquanto estratégia discursiva que

consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado (ERNST-PEREIRA E MUTTI, 2011, p. 830).

Refletindo acerca desse trecho, não consegui saber exatamente em que sentido a palavra “estratégia” estaria sendo usada. Prefiro coincidir com a expressão de Pêcheux que define o sujeito da Análise do Discurso como um “estrategista assujeitado” (PÊCHEUX, 1983a, p. 317), uma vez que esse estranhamento me parece ser, inclusive como dizem Ernst-Pereira e Mutti, da ordem da irrupção, não da ordem do “planejamento”, algo que “possui como características a

imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado”, (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p.830). Eu concordaria mais facilmente em imaginar que o estranhamento seria um evento (PÊCHEUX, 1983b), como Negreiros comenta quando escreve: “tratava-se de uma substituição de um elemento “esperado” na sequência frasal, em momento de pausa (uso da vírgula), atravessado por um elemento “estranho” a esse esperado”, (NEGREIROS, 2005, p.62). Acredito, porém, que também possa haver um “estado” de estranhamento, à semelhança daquele defendido por Freud, e do qual voltarei a tratar mais tarde, quando discorrer a respeito do texto de Chklovski (1917).

Citando Pêcheux (1982), Negreiros relembra que uma língua natural é condição para a existência de universos discursivos não estabilizados de forma lógica, que são próprios aos rituais e espaços políticos, ideológicos, culturais e estéticos. Também salienta que a “nossa língua [brasileira] significa em uma filiação de memória heterogênea” (ORLANDI, 2009, p. 30 apud NEGREIROS, 2005, p.62), que funda a nossa identidade nacional, formada por nossa memória discursiva.

Após transcrever essa citação de Orlandi, e retomando o relato feito pelo professor CL - que havia entrevistado e citado como exemplo de estranhamento em relação à língua - Negreiros escreve que “Talvez, a expressão utilizada por esses alunos da comunidade tenha desestabilizado a própria unidade da Língua Portuguesa, e também do próprio falar cuiabano, que não comporta tal ocorrência.” (NEGREIROS, 2015, p. 65).

Parece-me interessante a utilização da expressão “unidade da Língua Portuguesa”, utilização da qual muitas vezes até mesmo nós que a estudamos e fazemos parte dela não estamos livres. Explico: imaginariamente temos uma “vontade totalitária”, uma vontade ainda que inconsciente de dominar um conceito, um significante, um objeto. Por mais que tenhamos como objeto de estudo a língua, ainda temos vontade de dominá-la, de utilizá-la como instrumento. Por mais que saibamos, assim como Negreiros também sabe - tanto sabe que escreve a respeito - que a língua é sujeita ao equívoco, “sempre está sujeita a falhas”. Temos um ideal de completude, de domínio do nosso objeto de estudo.

Sabe, Majestade, que muitas vezes, aqui neste meu relato, quando passo algum tempo sem lhe dirigir a palavra, sem utilizar esses vocativos que utilizo quando penso em sua presença, parece que estou falando comigo mesma? Com a minha similar vontade de domínio, meu desejo de uma língua ideal, de um supereu absoluto?

Pois então aqui todo esse meu exercício de todo este meu relato e de, nele, também tentar estranhar os dados apresentados por Negreiros. Exercício difícil porque pressupõe buscar uma falta, justamente em um texto com o qual tenho um movimento de identificação. Quando

relemos o trecho referente à utilização do “tchá” no texto dos alunos e na fala do professor, alguns questionamentos sobre o sentido aparecem. A língua(gem) é equívoca, opaca e não-una. Esse elemento “tchá” no meio do texto, da fala, da língua, como escutá-lo?

(...) só que muita coisa eu não consegui mudar, até mesmo... trata-se da variação linguística, sabe. Lá é uma comunidade assim que *eles preservam, preservam mesmo, entre aspas, o Cuiabanês deles, falam bem cuiabano mesmo*. Então, tem expressões que eu não conheço, sabe. *Então, no lugar de vírgula, eles colocam o tchá, pensa...E aí, agora, para tirar esse tchá aqui...não, professor, não pode tirar o tchá!*⁴⁶ [...]

Acredito que não seja muito fácil compreender o sentido desse excerto sem ter em mãos os slides do professor, utilizados durante o exercício de revisão. Poderíamos pensar que a palavra “tchá” apareceria em substituição à vírgula. Mas como seria possível, se ela parece uma interjeição, que justamente deveria aparecer entre vírgulas, como na chamada do vídeo *Sotaque de CUIABANO, tchá, siste essa aí!!!*, citado anteriormente?

Há outras possibilidades de interpretação: será que o professor ao dizer “Então, no lugar de vírgula, eles colocam o tchá, pensa”, talvez quisesse dizer que usam o “tchá” o tempo inteiro, como se coloca a vírgula o tempo todo nos textos, a torto e a direito?

Ou ainda, essa poderia ser uma oscilação entre o que é do registro oral e o que é do registro da escrita?

O fato de o trecho da fala do professor ter trechos omitidos também me dificultou a interpretação. Pensando nisso, escrevi para a autora, que muito gentilmente me passou a transcrição integral da entrevista e a resposta à pergunta que exponho a seguir:

1. Conte uma experiência em sala de aula que não deu certo.

Agora uma que não deu certo, não vou dizer que não deu certo ainda porque está em fase de construção essa experiência, sabe. É... foi da seguinte forma: eles têm muita dificuldade de escrever. Têm alunos mesmo assim que chegam... mal decodificam, estou me referindo a alunos de sétima e oitava série, têm muita dificuldade de leitura e escrita, assim, na norma padrão da escrita. Têm muita dificuldade... entre aspas...errado. E aí então, eu pedi pra que eles produzissem um texto, eu recolhi, eles ficaram com medo: “O que é que você vai fazer com este texto? Você vai ler?”. Mas eu pedi que eles não assinassem os nomes, acho que todo professor deve ter feito isso, né. Aí eu digitei alguns, eu peguei os mais gritantes, sabe, assim... digitei e coloquei lá no PowerPoint, PowerPoint não, nos slides pra eles e eu quietinha, né. Coloquei um texto, mas ninguém se manifestou, né. E aí eu ... a gente fez assim algumas modificações, né...estrutura, tal, só que muita coisa eu não consegui assim mudar, fazer com que eles vissem diferente. Até mesmo porque eu não fiz isso direito, porque trata-se da variedade linguística, sabe. Lá é uma comunidade assim que eles preservam ainda, preservam mesmo assim, entre aspas, o *cuiabanês* deles, falam bem cuiabano assim, sabe. Então, têm expressões que eu não conheço, sabe.

⁴⁶ Grifos da autora

Então, assim, em lugar de vírgula, eles colocam o *tchá*, pensa...E aí, agora, falei assim, gente, para tirar esse *tchá* aqui: “Não, professora, não pode tirar o *tchá* não. Eu falei...eu não posso fazer isso, porque de certa forma é preservação assim da variedade linguística deles. Então assim, é uma experiência, não que não deu certo, mas assim, eu não sei como trabalhar ainda isso, nesse sentido. E outras expressões também, outras expressões que eu não me lembro no momento, mas que ficaram assim, que se repetiram em todos os textos. Foi bem interessante. Se repetiram em todos os textos, foi bem interessante. Mas eu não sei... não é que não deu certo, ainda está em fase assim, o que eu vou fazer para trabalhar isso. [Cláudia: Depois você me conta.]

Na transcrição da resposta integral da pergunta inicial, podemos perceber uma hesitação do professor (na verdade, aqui percebemos que a entrevistada é uma professora, quando diz, por exemplo, “e eu, quietinha”) em relação à própria noção do que é certo... Também podemos perceber um certo estranhamento, um questionamento interior, num efeito de sentido em que essa professora parece não saber se posicionar, quando diz por exemplo: “Agora uma que não deu certo, não vou dizer que não deu certo ainda porque está em fase de construção essa experiência, sabe. [...] mas eu não sei... não é que não deu certo[...] mas assim, eu não sei como trabalhar ainda isso, nesse sentido.”.

Ou ainda: “Mas eu pedi que eles não assinassem os nomes, acho que todo professor deve ter feito isso, né.”

No trecho a seguir a professora parece se questionar tanto em relação a seu papel quanto em relação a como tratar as variantes:

Até mesmo porque eu não fiz isso direito, porque trata-se da variedade linguística, sabe. Lá é uma comunidade assim que eles preservam ainda, preservam mesmo assim, entre aspas, o cuiabanês deles, falam bem cuiabano assim, sabe. Então, têm expressões que eu não conheço, sabe. Então, assim, em lugar de vírgula, eles colocam o *tchá*, pensa...E aí, agora, falei assim, gente, para tirar esse *tchá* aqui: “Não, professora, não pode tirar o *tchá* não. Eu falei...eu não posso fazer isso, porque de certa forma é preservação assim da variedade linguística deles.

E parece hesitar, pensar em relação a como trabalhar a relação entre a fala e a escrita:

É... foi da seguinte forma: eles têm muita dificuldade de escrever. Têm alunos mesmo assim que chegam... mal decodificam, estou me referindo a alunos de sétima e oitava série, têm muita dificuldade de leitura e escrita, assim, na norma padrão da escrita. Têm muita dificuldade... entre aspas...errado. E aí então, eu pedi pra que eles produzissem um texto, eu recolhi, eles ficaram com medo: “O que é que você vai fazer com este texto? Você vai ler?”. Aí eu digitei alguns, eu peguei os mais gritantes, sabe, assim... digitei e coloquei lá no PowerPoint, PowerPoint não, nos slides pra eles e eu quietinha, né. Coloquei um texto, mas ninguém se manifestou, né. E aí eu ... a gente fez assim algumas modificações, né...estrutura, tal, só que muita coisa eu não consegui assim mudar, fazer com que eles vissem diferente.

A professora parece fazer uma pausa, para poder chegar a uma construção. Hesita, faz a pausa, não parece ter destruído o exercício de revisão, não o considerou erro, mas algo que lhe dava um caminho, ainda que ela não soubesse exatamente como continuar. Parece querer partir do que trazem os alunos: “só que muita coisa eu não consegui assim mudar, fazer com que eles vissem diferente”.

Negreiros analisa, sobretudo, a posição de hesitação em relação ao vocábulo “tchá” como um estranhamento. E talvez assim essa posição possa ser considerada. O interessante me parece também é perceber que, diante do estranhamento, não houve uma posição de rejeição por parte da professora. Aparentemente, essa posição foi de questionamento: “não é que não deu certo, ainda está em fase assim, o que eu vou fazer para trabalhar isso. (...) Então assim, é uma experiência, não que não deu certo, mas assim, eu não sei como trabalhar ainda isso, nesse sentido”.

O estranho por debaixo do tapete, nesse caso, foi mencionado, ainda que não se saiba o que fazer com ele. Há um efeito de apagamento dos sentidos que aparece muitas vezes quando falamos sobre o diverso. Nesse caso descrito por Negreiros, as variantes são apresentadas, ainda que não desçam – como eu já disse, Majestade – tão facilmente quanto “tchá com bolo”. É importante apresentá-las no que têm de inesperado.

No artigo de Negreiros, a nomeação do estranhamento em relação à língua portuguesa – que não encontrei tão especificamente em nenhum outro artigo – causou-me um efeito de espelhamento, coincidência, semelhança, identificação, ainda que com algumas distinções. A transcrição do excerto inicial da entrevista e também a transcrição da resposta integral da professora levaram-me igualmente a me colocar em questão. Eu, não? Eu, nunca? Nunca havia tratado o trabalho das variantes sem questionamento? Eu nunca havia aceitado sem estranhar o discurso de livros didáticos que propõem como única possibilidade para a diversidade em sala de aula a correção da fala do Chico Bento? Só o que o Chico Bento diz é “erro”? Só o que ele diz - quando transcrito – precisa vir com a ortografia alterada nos gibis? Algumas vezes, eu fiz esse exercício, cada vez mais incomodada com essa correção unilateral.

Um ponto de mudança evidente em minha prática foi quando, uma vez, mudando os exercícios, resolvi usar um texto específico para pedir aos alunos que imitassem “sotaques”. Um aluno franco-brasileiro pediu para lê-lo numa variante que chamamos, no momento, de “sotaque de caipira do Estado de São Paulo”. Eu estranhei. Achei que não ia dar certo. Ele era francês... tinha um “r” tão diferente... Ele insistiu. Deixei. Surpresa. Ele falou, perfeito. Parecia um caipira... Os outros alunos riram, como aliás, ríamos brincando com todos os sotaques. Cada um do seu jeito. E na materialidade da imitação, inesperada, eu encontrei minha avó. E fiquei

emocionada no meio da sala, assim como talvez outros alunos tivessem ficado, sem eu perceber, com a imitação de outros “sotaques diferentes”. Naquele momento, com aquela voz embargada em que tive que falar e dizer que a imitação tinha sido ótima, talvez eu tenha autorizado com muita propriedade a variante em sala de aula. Pelo menos foi essa a impressão que me deu. Os olhos dos alunos – tentando entender a minha voz, que eu não controlava, trêmula - me deram essa “impressão”.

Voltando à teoria, e citando Klemperer, podemos dizer que “É voz corrente dizer que a linguagem é a expressão de uma época. Da mesma forma pode-se dizer que é o retrato de um tempo e de um país.” (2009, p.48-49). Se houve uma posição inicial de resistência por parte da professora “só que muita coisa eu não consegui mudar” – e também de minha parte -, houve igualmente uma posição de “existência”, de autoquestionamento (quando ela acabou se questionando diante da recusa dos alunos em alterar o texto e, eu, no meu caso, quando me pus em xeque diante da insistência de meu aluno em imitar o “sotaque caipira”).

Vejo uma beleza nesse questionamento/estranhamento do professor. Assim como vejo nele um espelho de muitos questionamentos de colegas a respeito de como trabalhar as variantes regionais. Nos livros didáticos, por exemplo, até onde vi, os exercícios são sempre no sentido de transformar a variante em linguagem padrão, como numa espécie de exercício de correção. Alguns professores resistem, fazem outra coisa. Mas talvez não saibam se estão certos, talvez não saibam se fazem o suficiente. Pois trabalhar sobre variantes é correr o risco de mostrá-las como borboletas espetadas em alfinetes. Sem asas de voar. Melhor apresentá-las como uma flor que irrompe no asfalto, ainda que inesperada e frágil. Nem sempre com a aparência que esperamos dela, em nossa vontade de domínio.

7.2.3 O acervo *online* do jornal Folha de São Paulo

Na *Folha de São Paulo*, os textos e artigos que relacionam língua portuguesa e estranhamento fazem, quase todos, parte dos cadernos de literatura: um caderno mais antigo chamado *Ilustrada* e outro mais novo, *Ilustríssima*. A *Ilustrada* “fez história” - como se diz - por muito tempo, como um caderno de cultura, rigorosa e engajada. E dentro de um certo limite, também marginal.

Esses textos que falam de estranhamento são em número muito menor do que os textos em que aparecem a expressão “domínio da língua portuguesa”. Bem menor, como já explicitiei.

Por esse motivo, eu decidi transcrevê-los todos. Não farei, de todos eles, uma análise aprofundada. Assim como não fiz com os textos referentes ao domínio. Como já comentei, seria inviável neste meu relato dar conta de todos os textos que apareceram na *Folha de São Paulo* acerca dos dois termos que embasam, sustentam aqui o que escrevo. Para uma análise mais detalhada, resolvi nos dois casos, escolher textos indiciários, no sentido de serem capazes de a partir de algum indício mínimo, conseguirem fazer pensar no mais amplo, e geral.

No entanto, a seguir, mostrarei todos os textos que encontrei sobre o estranhamento e a língua portuguesa nesse jornal. Se não posso analisá-los todos, posso ao menos deixá-los expostos à sua curiosidade, Majestade, já que não são tão numerosos. Posso deixá-los abertos a uma nova e possível análise, por parte de outros leitores. Assim, transcreverei todos, para no final, proceder à análise mais ampla do último texto, por um motivo quase que óbvio. Qual seria este motivo? Não, por ora não lhe digo, mas quando chegarmos a ele, esse motivo talvez lhe pareça extremamente óbvio...

Por enquanto, vamos nos ater ao primeiro texto que encontrei. É a única matéria do *corpus* referente ao termo “estranhamento” que não faz parte dos dois cadernos referentes à literatura. Esse artigo foi publicado no caderno da *Folha de São Paulo* intitulado FOVEST – dedicado às matérias referentes aos vestibulares – e se refere, não por coincidência, ao estranhamento na literatura. Neste caderno, na matéria intitulada *Siga o roteiro para organizar sua leitura* (ANDRADE, 1990) - cujo autor é professor e coordenador de literatura de um grande cursinho - lê-se que se poderia utilizar o mesmo “*tipo de roteiro*” tanto para a obra *A Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente quanto para obras em prosa. Tal procedimento seria possível, segundo o autor do artigo, pelo fato de essa peça em versos propiciar “uma leitura próxima a dos romances”. No trecho que se segue a esses comentários, salienta-se que a leitura poética é mais complexa do que a prosa. Há uma aproximação provavelmente muito rápida entre prosa, poesia e complexidade neste artigo, devida talvez às contingências de um texto dirigido a vestibulandos. Entretanto não pretendo ir adiante nessa distinção, pois esse não é o tema de que trato neste meu relato. Precisaria fazer uma digressão muito grande, Majestade. Porém, transcrevo o excerto a seguir, para situar um pouco mais esse artigo.

Excerto	
1.	A leitura dos textos poéticos é
2.	mais complexa, por sua língua-
3.	gem mais intensa, condensada,
4.	prenhe de significação; pela im-
5..	portância dos ritmos, das pulsa-
6.	ções, pela plurivocidade do texto
7.	poético, carregado de imagens,

8.	sugestões e conotações, articula-
9.	das como complexas redes de
10.	significações.

Em seguida, o autor/locutor da matéria nomeia e analisa - ainda que vagamente - as obras de Drummond, Bandeira, Camões e Bocage que fazem parte da lista dos livros escolhidos para o vestibular. O termo “estranhamento” aparece finalmente, entre aspas, no comentário acerca da obra de Camilo Pessanha.

Excerto	
1.	“Clepsidra”, de Camilo Pessa-
2.	nha, é um livro extraordinário,
3.	mas para iniciados, afeitos às
4.	sutilezas musicais dos versos
5.	simbolistas, ao hermetismo, às
6.	sugestões vagas e nebulosas, ao
7.	“ estranhamento ”, à complexa
8.	poética da “desagregação” do eu
9.	e da linguagem.

As aspas em relação à palavra “estranhamento” nesse trecho, remetem a uma posição de separação, de distanciamento. O locutor apresenta uma posição discursiva que toma a palavra “estranhamento” como definidora de algo que ele não pretende explicitar, que é o que efetivamente ocorre ao longo do resto do texto. Não há uma explicitação acerca do termo e podemos tomá-lo a partir do campo semântico das palavras que o circundam, a saber: complexa poética, desagregação do eu e da linguagem, hermetismo, sugestões vagas e nebulosas, como algo extraordinário, que sai do ordinário, do comum, portanto. O estranhamento seria algo da ordem do fora do normal, alheio à leitura corriqueira. Algo extraordinário, *mas* somente para os iniciados, que saberiam, talvez, entender o termo “entre aspas”.

Esse “estar de fora”, como poderíamos definir o estranhamento, aparece ainda em outros dois artigos que tratam justamente do movimento de trazer uma língua de fora para a de dentro. São artigos que comentam traduções literárias. Quando se traduz, se traz e se trai também, como diz um dito italiano: “*Traduttore, traditore*”. Ou seja, eu traduzo, trago de uma língua para outra, mas traio, não coincido com a língua de partida. Chego estranho, diferente, na língua de chegada. Partidas e chegadas. Parto um e chego outro. O efeito dos transportes, dos caminhos, das vias.

No primeiro desses artigos dedicados à tradução, *Delírio de Maiakóvski chega à língua portuguesa* (PERPÉTUO, 2001), publicado em 16 de junho de 2001, lemos que o tradutor:

Excerto
1. Acerta também ao reproduzir o
2. estranhamento de Maiakóvski ao
3. lidar com certas expressões idio-
4. máticas (a solução “porquinhos
5. molhados”, em vez de “pintinhos
6. molhados”, por exemplo, lembra
7. muito a adotada por Schnaider-
8. man/Campos na tradução do
9. “Fragmento 3”, quando se optou
10. por “o caso está enterrado” em
11. vez de “o caso está encerrado).
12. E se outras soluções (como a
13. mudança do final de alguns no-
14. mes em português, como aconte-
15. ce com as declinações em russo)
16. não são tão satisfatórias, o texto
17. não chega a perder a força. Isso
18. porque a Musa Editora teve o
19. bom senso de imprimir, ao lado
20. da tradução, o original, conferin-
21. do aos que dominam o russo a
22. oportunidade de se deleitar com o
23. que há de intraduzível na língua-
24. gem poética de Maiakóvski.

Nele, o estranhamento do mundo presente em Maiakóvski (linha 2) encontra um equivalente em língua portuguesa, no giro de expressões idiomáticas, como “porquinhos molhados”, ao invés de “pintinhos molhados” e “o caso está enterrado”, ao invés de “encerrado”. Joga-se com o fato de se tornar uma expressão fixa em algo que pode ser mudado, ganha-se certa mobilidade em relação à língua e com ela a surpresa e o estranhamento. O estranhamento da língua de partida conseguiu se manter na língua de chegada, fazendo assim com que se perdesse menos ao longo de todo o percurso. Esse é um indício de uma tradução que aproxima as duas línguas.

No texto seguinte (MEIRELES, 2017), o efeito de estranhamento parece justamente não ter sido alcançado pelos tradutores estrangeiros de Guimarães Rosa – anteriores a Zilly, o tradutor mais recente – que não teriam levado a contento a recomendação do autor no sentido de propiciar no leitor um estranhamento buscado por ele em língua portuguesa.

Figura 12 – Artigo da *Folha de São Paulo* sobre novas traduções de Guimarães Rosa⁴⁷

Em breve, romance de Rosa ganhará novas traduções em alemão e em inglês

DOCOLUNISTA DA FOLHA

Como recriar poeticamente, em outra língua, o idioma concebido por Guimarães Rosa? Dois grandes tradutores dedicam-se, agora, a responder essa pergunta.

“Grande Sertão: Veredas” ganhará traduções em duas línguas influentes no mercado livreiro internacional: o inglês e o alemão.

Quem se dedica a verter o catatau rosiano para a língua

de Shakespeare é a australiana Alison Entekin, uma das principais tradutoras de literatura brasileira no exterior.

Depois de uma seleção rigorosa, ela foi a escolhida pela Wylie Agency, agência literária mais poderosa do mundo, que representa o escritor, e por Eduardo Tess, detentor dos direitos, para a tarefa.

No caso do idioma germânico, o responsável por domar o sertão rosiano em outra língua é o professor Ber-

thold Zilly, que já verteu para o idioma Raduan Nassar, Euclydes da Cunha e Machado de Assis, entre outros.

Entekin, que recebeu um patrocínio do Itaú Cultural para poder dedicar-se, espera terminar a empreitada em três anos. O romance já tem até editoras no mundo anglófono: no Reino Unido, a Jonathan Cape, do grupo Penguin Random House; nos Estados Unidos, a prestigiosa Alfred A. Knopf

Já a tradução de Zilly, que ele planeja publicar em 2019, sai pela Hanser, uma das principais editoras alemãs de humanidades e literatura.

O romance já tinha traduções nas duas línguas. Em inglês, por James Taylor e Harriot de Onís, importante tradutora do boom latino-americano; em alemão, por Curt Meyer-Clason, amigo de Guimarães Rosa (1908-67).

Mas tanto Zilly quanto Entekin defendem que, passa-

do tanto tempo, é hora de corrigir distorções realizadas por esses trabalhos.

“[A tradução] não tenta reproduzir a linguagem de Guimarães Rosa. Ela só conta a história, numa prosa muito mais convencional do que a em português”, diz Entekin.

Para Zilly, as versões estrangeiras – feitas com o autor ainda vivo – tentaram levar em conta a recomendação dada por Rosa de causar estranhamento no leitor, mas

não foram muito longe.

“Esses tradutores produziram algo mais ou menos dentro da expectativa do leitor. Talvez o público estrangeiro não estivesse tão maduro. Mas estou considerando que tenho carta branca do próprio autor para espantar um pouco o leitor!”, ri Zilly.

É claro, os dois agora têm a chance de aprender com os erros e os acertos dos tradutores que os antecederam. (MM)

Fonte: Jornal Folha de São Paulo (9 de dezembro de 2017)

Transcrevo a seguir um excerto desse artigo, para uma análise mais específica do termo “estranhamento”:

Excerto
1. Para Zilly, as versões es-
2. trangeiras – feitas com o au-
3. tor ainda vivo – tentaram le-
4. var em conta a recomenda-
5. ção dada por Rosa de causar
6. estranhamento no leitor, mas
7. não foram muito longe.
8. “Esses tradutores produzi-
9. ram algo mais ou menos den-
10. tro da expectativa do leitor.
11. Talvez o público estrangeiro
12. não estivesse tão maduro.
13. Mas estou considerando que
14. tenho carta branca do próprio
15. autor para espantar um pou-
16. co o leitor!”, ri Zilly.

⁴⁷ Esse artigo também se encontra nos anexos, em tamanho maior.

O estranhamento aconselhado por Rosa é tomado como uma diretiva para o novo tradutor, que espera não traduzir como seus colegas anteriores que “produziram algo mais ou menos dentro da expectativa do leitor”. Zilly comenta que para causar esse estranhamento tem carta branca do próprio autor para “espantar um pouco o leitor”. O estranhamento estaria aqui ligado ao espanto, à maturidade, a uma certa vivência inusitada/entranhada das duas línguas. Esse o trabalho da linguagem a ser realizado pelo tradutor. Poderíamos dizer que as traduções anteriores se perderam ao longo do caminho, Majestade? Talvez tenham chegado muito próximas do mesmo, da língua cotidiana. Não conseguimos dar conta da especificidade da língua estranhada de Rosa. Essa não seria a especificidade de um tradutor? Tentar dar conta da outra língua? Ainda que nem sempre seja possível, e ainda que essa língua seja impossível, diferente, divisa, fronteira...

Uma língua fronteira: pois é com ela que muitas vezes nos deparamos, ainda que a língua em questão seja a língua portuguesa, a língua materna. Ela é o estágio pelo qual tenho que passar para me dizer, minha língua, nela em que sou outro, em que não coincido comigo.

No artigo seguinte, do *corpus* da Folha, Arêas (1997) retoma um artigo do jornalista Marcelo Coelho, manifestando algumas dúvidas acerca da crítica que este faz ao livro *Pastiches Parnasianos*, objeto do artigo que podemos ler a seguir. Eu o transcreverei integralmente, e em seguida, colocarei em evidência um de seus excertos.

Figura 13 – Artigo de Vilma Arêas publicado na *Folha de São Paulo*⁴⁸

Fonte: Jornal Folha de São Paulo - 25 de maio de 1997

⁴⁸ Nos anexos, há uma cópia deste artigo, em tamanho maior

Excerto

1. Bom, também acho esta última
2. afirmação geral demais para ser
3. indiscutível. Mas José Paulo, de
4. maneira feliz, inclui Francisco
5. Dantas, com todas as provas e
6. exemplos, no filão da ficção nor-
7. destina dos anos 30, capas de ofe-
8. recer bons frutos “a quem saiba la-
9. vrá-lo com engenho e arte”.
10. O curioso é que o próprio Fran-
11. cisco Dantas, autor perfeccionista,
12. tenaz e consciente de seu próprio
13. trabalho, em entrevista a um jornal
14. sergipano, afirma ser o anacronis-
15. mo, ou o aparente anacronismo, de
16. sua prosa derivado da intenção de
17. se colocar à margem do gosto e da
18. demanda atual. Ele sofre de uma
19. espécie de teimosia criativa que
20. considero, no mínimo, estimulante.
21. te.
22. Se esse puro desejo não assegura,
23. claro, a qualidade da obra, não dei-
24. xa de dificultar sua recepção, a que
25. se junta o que ele chama de “enfo-
26. que interiorano rural”, que pode
27. espantar “feito chuva grossa em
28. feira livre”. Principalmente o leitor
29. potencial que “está mesmo” em
30. São Paulo e Rio de Janeiro. Os es-
31. critores da província não têm com-
32. dição de influir nacionalmente em
33. coisa alguma, “mormente na for-
34. mação do gosto literário”. Certo
35. ou errado? Acho que certo.
36. É também difícil discutir neste
37. espaço a imitação de Guimarães
38. Rosa ou o pastiche. Mas talvez
39. Marcelo Coelho, assim procure
40. caracterizar melhor a sensação de
41. **estranhamento**, de chateação e de
42. falsidade, à falta de termo melhor,
43. que a frase de Dantas pode causar.
44. De um lado, ele tem razão. A frase é
45. mesmo **estranha**, construída, não é
46. natural, se é que algum ingrediente
47. ficcional pode ser caracterizado
48. desse modo, não é macia, tem uma
49. pedra no meio desse caminho
50. (sem blague, juro), pode enjoar se
51. não estamos com todos os senti-
52. dos ligados.
53. Aliás, a ficção de boa qualidade
54. Muitas vezes não diverte, ao com-
55. trário, pode aborrecer, talvez por-
56. que dê muito trabalho, frequente-
57. mente leva a um ponto radical as
58. possibilidades de construção da
59. língua, caminha-se lentamente, às
60. vezes não existe nenhum atalho
61. (nenhuma intriga) etc. Se vamos
62. nos opor a isto, atiramos pela jane-
63. la grande parte da produção de
64. qualidade de nossa época, a come-
65. çar pelo grande Beckett.(...)
66. Não é verdade que, em se tratan-
67. do de literatura, escreve-se com a
68. língua, mas necessariamente con-
69. tra ela? Parece que dizer o que a lin-
70. gua sabe dizer não é escrever. E aí
71. não são poucos os riscos que se
72. corre, inclusive o da ilegibilidade.

Não podemos dissociar este texto do lugar de onde ele tem sua origem, uma das maiores universidades brasileiras, escrito pelas mãos de uma professora de literatura. Assim, a palavra “estranhamento” aparece dentro de uma contextualização específica. Inicialmente em contiguidade com os termos “chateação” e “falsidade”, ressalvado o fato de que “falsidade” não seria, nesse caso, um termo tão adequado, foi utilizado “à falta de termo melhor” (linha 42). Mais adiante percebe-se que essa “chateação”, esse “estranhamento”, essa “falsidade” estariam ligados ao que é intrínseco ao literário, ao não comum, ao não ordinário das “possibilidades de construção da língua” (linhas 58 e 59), o que, muitas vezes, conforme lemos, pode causar uma dificuldade de compreensão, até ilegibilidade (linha 72), uma pedra no meio do caminho (linha 50), um enjoo (linha 50), se não estivermos com todos os sentidos ligados (linhas 51 e 52), um

impasse. E a articulista ainda ressalta: “Não é verdade que, em se tratando de literatura, escreve-se com a língua, mas necessariamente contra ela? Parece que dizer o que a língua sabe dizer não é escrever” (linhas 66 a 70). Assim, como nos artigos referentes às traduções, esse estranhamento seria então da ordem dos limites da língua, da tensão que o literário trava com o comum, com o cotidiano, com os nossos dias sem poesia, Majestade.

Aliás, os nossos dias sem poesia parecem também aparecer e nos espantar em outro artigo da *Folha*, o último com a palavra “estranhamento” que apareceu no *corpus* de meu trabalho. Ele se intitula *O Brasil sem inocência de ‘Desmundo’* (COELHO, 2003) e traz uma imagem eloquente em seu centro: a bandeira do Brasil, quase totalmente em preto, riscada em branco. Nela, lemos os dizeres “Muito menos tu”, abaixo do círculo que deveria ser azul caso a imagem fosse da bandeira original. Onde esperaríamos ver a insígnia “Ordem e Progresso” nada aparece.

Figura 14 - O Brasil sem inocência de “Desmundo”, artigo de Marcelo Coelho publicado na *Folha de São Paulo*⁴⁹

E 12 quarta-feira, 11 de junho de 2003

ILUSTRADA

FOLHA DE S. PAULO

MARCELO COELHO

O Brasil sem inocência de “Desmundo”

“NINGUÉM é inocente, muito menos tu.” Fiquei meio desconfiado quando vi a frase nos anúncios de “Desmundo”, filme de Alain Fresnot. Havia algo de melodramático naquela acusação. Claramente, pensei, o anúncio do filme pretendia ostentar uma espécie de sabedoria amarga (e fácil) sobre a vida e os seres humanos.

E isso (continuei pensando) sempre ataca a coragem do espectador, que sob a capa de um filme sério poderá mergulhar na burocracia, na violência, na malignidade de seus semelhantes não para entendê-los, mas para se congratular com isso.

Podrão geral, portanto! Ninguém escapa. Nem mesmo a virgem e devota portuguesa Oribe-la (Simone Spoladore), que aporta no Brasil em 1570, numa leva de orfãs destinadas a casar com os senhores-de-engenho e provê-los de herdeiros brancos. Lá estava eu vendo o filme. O que será que ela vai fazer de errado?

Quem estava errado era eu. “Desmundo” é muito sério e dramático, mas nada apelativo. A exemplo de “O Pianista”, de Polanski, é daqueles filmes que não saem da cabeça da gente. Sem dúvida, isso se deve aos horrores, às desumanidades, aos casos de selvageria que são levados ao conhecimento do espectador. Mas o

modo de filmar de Fresnot, austero e conciso, não parece querer tirar vantagem emocional daquilo que está sendo mostrado.

Contribui para essa austeridade o fato de que o filme é todo falado em português arcaico. Mal-mal pescamos algumas frases reconhecíveis. O uso das legendas, num filme brasileiro, acentua assim uma impressão de distanciamento, de estranheza, de anti-sentimentalismo que talvez não fosse fácil de conseguir com a presença de tantos (ótimos) atores conhecidos pelas novelas da Globo, como Osmar Prado, Beatriz Segall e Débora Olivieri.

A língua arcaica também serve, é claro, para marcar a separação entre aquele mundo de colonizadores brutais, de estupradores abençoados pela religião, de escravagistas e de genocidas, e os costumes mais brandos dos frequentadores do Espaço Unibanco de Cinema.

Mas aqui entra a frase fatídica: “Ninguém é inocente, muito menos tu”, pronunciada por Berta Zemel numa interpretação memorável. Ela é a sogra de Oribe-la. A moça, ao mesmo tempo carola e independente, tem horror do marido que lhe impuseram. Faz descobertas cada vez mais chocantes a respeito daquele mundo prisional, instintivo e sinistro a que está confinada. Ah, e? Não te-

ria a pretensão de julgar os outros, parece dizer a sogra: aqui “ninguém é inocente, muito menos tu”.

O contraste não poderia ser maior com a famosa sentença que diz não haver pecado abaixo da linha do Equador.

Um dos maiores méritos de “Desmundo”, sem dúvida, é justamente este: o de contestar frontalmente a visão, comuníssima durante as comemorações dos 500 anos, de que o Brasil nasce da “confluência”, da “fusão”, do “congruamento” de três raças, sem contar com a alegria da nudez, do calor tropical, da nature-

za exuberante etc...

Não há nada de paradisiaco nem de inocente no Brasil de “Desmundo”. O que vemos no filme é racismo, intolerância religiosa e opressão. Mesmo as paisagens belíssimas do litoral, nenhum personagem toma conhecimento delas.

O senhor-de-engenho quer herdeiro branco, por mais que faça filhos com quem bem entender. O papel dos jesuítas, que seria o de impor um mínimo de lei, obediência e construção moral aos donos da terra, está longe de ser benigno. Tanto o enredo do filme quanto sua cenografia traçam,

por vezes, um paralelo entre a sorte da protagonista e as tentativas desesperadas dos judeus de se esconderem da perseguição nazista.

O filme parece descrever uma espécie de “marco zero” da civilização. O jesuíta, que quer educar os índios, livrá-los do cativo etc., recorre ao sequestro de crianças e à violência contra as mães para conseguir seu objetivo. E, se os portugueses nos aparecem incompreensíveis e cruéis, os índios e negros — cujas falas nem sequer têm legenda — são de uma alteridade total. Seria preciso que índios, negros, os marranos e a natureza tropical “civilizassem”,

com o tempo, os duros portugueses: tanto o brutal senhor-de-engenho como a inflexível Oribe-la teriam de se confrontar com o novo mundo.

Tudo correria o risco de terminar de modo apologetico: ainda bem que não mais vivemos nesse tempo, ainda bem que esse processo de construção da “civilização brasileira”, como até hoje muita gente gosta de dizer, está mais ou menos concluído, ou bem avançado.

Ao contrário, “Desmundo” acerta justamente quando se recusa a traçar linhas de continuidade entre aquele passado e o presente. À medida que põe os atores falando numa língua estrangeira, que filma a natureza de forma claustrofóbica, que aposta num estranhamento do espectador, Fresnot parece rejeitar toda uma ideia de ancestralidade idílica, gilberto-freyriana, que ficou novamente em voga com a celebração dos 500 anos.

Seria muito fácil eleger este ou aquele personagem como vítima e fazer um filme com apelos sentimentais. O incrível de “Desmundo” é que esses personagens, essas vítimas, de fato existem na história. Mas o filme não dá ao espectador o prazer (eticamente suspeito no Brasil de hoje) de se identificar com elas e esquecê-las em seguida.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo - 11 de junho de 2003

⁴⁹ Nos anexos, há uma cópia desse artigo, em tamanho maior.

Os dizeres que aparecem na bandeira preta (“Muito menos tu”) são retomados logo no início do artigo, na frase do próprio anúncio do filme “Desmundo”, de Alain Fresnot: “Ninguém é inocente, muito menos tu”. Como ressalta o artigo, nesse filme contesta-se a visão, ainda presente na época da comemoração dos 500 anos da “descoberta” do Brasil, de que este país foi formado pelo “congraçamento” de três raças. “O que vemos no filme é racismo, intolerância religiosa e opressão. Mesmo as paisagens belíssimas do litoral, nenhum personagem toma conhecimento delas” (linhas 100 a 105).

O autor/locutor do artigo escreve sua crítica cinematográfica dentro da tradição do caderno *Ilustrada*, que sustenta um *ethos* de uma certa “vanguarda” cultural e intelectual. Em um primeiro momento, percebemos um enunciador que se mostra desconfiado frente a um possível melodrama no tratamento do assunto que embasa o filme, ou seja, frente a uma possível e pretensa “sabedoria amarga (e fácil) sobre a vida e os seres humanos” (linhas 9 a 11).

Excerto (E1)	
2.	(...) Fiquei
3.	meio desconfiado quando vi a
4.	frase nos anúncios de “Desmun-
5.	do”, filme de Alain Fresnot. Ha-
6.	via algo de melodramático na-
7.	quela acusação. Claramente,
8.	pensei, o anúncio do filme preten-
9.	dia ostentar uma espécie de sabe-
10.	doria amarga (e fácil) sobre a vi-
11.	da e os seres humanos.

Porém, quando no parágrafo seguinte lemos que essa sabedoria amarga “sempre atíça a coragem do espectador, que sob a capa de um filme sério poderá mergulhar na baixeza, na violência, na malignidade de seus semelhantes não para entendê-los, mas para se congratular com isso” (linhas 13 a 19), não podemos depreender mais precisamente a que tipo de coragem o enunciador se refere. Parece ser uma coragem que se relaciona mais com o fato de olhar para a janela do vizinho do que a de se olhar no espelho, Majestade... O prazer de uma janela indiscreta.

Porém, mais adiante no texto, em um outro trecho (E2), o filme é definido então como “muito sério e dramático, mas nada apelativo.” (linhas 31 e 32) (...) “daqueles filmes que não saem da cabeça da gente” (linhas 34 e 35) pelos horrores e desumanidades que fazem o espectador conhecer. No entanto, nesse caso, a forma austera e concisa de filmar de Fresnot – de acordo com o que se lê nas linhas 40 e 41 - acaba quebrando a expectativa inicial presente em E1.

Excerto (E2)	
39.	(...) Mas o
40.	modo de filmar de Fresnot, auste-
41.	ro e conciso, não parece querer ti-
42.	rar vantagem emocional daquilo
43.	que está sendo mostrado.

O fato de o filme ser todo falado em português arcaico, como vemos em E3, colabora no sentido de o espectador se distanciar do filme, sobretudo pelo fato de nele se terem colocado legendas, marcando a alteridade e “estranheza” da língua em que é falado.

Excerto (E3)	
44. Contribui para essa austerida-	51. mento, de estranheza , de anti-
45. de o fato de que o filme é todo fa-	52. sentimentalismo que talvez não
46. lado em português arcaico. Mal-	53. fosse fácil de conseguir com a pre-
47. e-mal pescamos algumas frases	54. sença de tantos (ótimos) atores
48. reconhecíveis. O uso das legendas,	55. conhecidos pelas novelas da Glo-
49. num filme brasileiro, acentua as-	56. bo, como Osmar Prado, Beatriz
50. sim uma impressão de distancia-	57. Segall e Débora Olivieri.

A palavra “estranhamento” só aparecerá mais adiante. Mas a semelhança e a raiz comum entre “estranheza” e “estranhamento” faz com que funcionem como sinônimos. No trecho que vai das linhas 58 a 66, por exemplo, a respeito da língua, podemos ler o seguinte:

Excerto (E4)
58. A língua arcaica também serve
59. é claro, para marcar a separação
60. entre aquele mundo de coloniza-
61. dores brutais , de estupradores
62. abençoados pela religião, de es-
63. cravagistas e de genocidas, e os
64. costumes mais brandos dos fre-
65. quentadores do Espaço Unibanco
66. de Cinema

Esse excerto (E4) parece manter somente de forma irônica a separação, no tempo e no espaço, entre a brutalidade dos colonizadores e **os costumes mais brandos** dos frequentadores do cinema. Também colabora para criar um efeito de distanciamento entre o próprio locutor e esses colonizadores. Mas justamente pelo uso da ironia, o locutor parece querer um distanciamento ainda maior que o que cabe aos espectadores do Unibanco, grupo do qual provavelmente também faça parte. A língua atávica, nesse caso, funcionaria como o estranho no espelho, Majestade? Em que a diferença conseguiria propiciar algum conforto, um conforto

que me faria pensar: “Eu não sou esse outro.”? Não seria mais confortável acordarmos em um país sem esse passado escravocrata, engatado em marcha lenta, manchado de sangue? O conforto do distanciamento frente a um passado indesejado, cruel.

O peso dessas mãos sujas não parece mais leve ainda que se passe para debaixo do Equador, onde tudo se perdoa (linhas 83 a 86). *Desmundo* aparece então feito um espelho acusatório. E o estranhamento que ele nos proporciona, funciona como um questionamento. Antes de ler essa crítica, Majestade, eu já havia assistido a esse filme, logo que foi lançado. Ele tinha ficado na lista de meus filmes preferidos, porém numa espécie de limbo, dos filmes que nos entranham mas de que nem sempre lembramos.

Desmundo não é facilmente digerido e abre para alguns questionamentos que não poderiam ser facilmente resolvidos. Existe todo um passado - a constituição de nosso país - que é posto em evidência, pintado em suas cores pesadas de vida e de morte, de silenciamento e opressão:

Excerto (E5)
161. Seria muito fácil eleger este ou
162. aquele personagem como vítima
163. e fazer um filme com apelos senti-
164. mentais. O incrível de “Desmun-
165. do” é que esses personagens, essas
166. vítimas, de fato existem na histó-
167. ria. Mas o filme não dá ao espec-
168. tador o prazer (eticamente sus-
169. peito no Brasil de hoje) de se iden-
170. tificar com elas e esquecê-las em
171. seguida.

Acredito que o fato desse artigo de Marcelo Coelho ter aparecido no resultado do *corpus* pesquisado na *Folha de São Paulo* abriu mais uma camada de sentidos em relação a meu trabalho.

A Análise do Discurso não busca fixar um sentido para as interpretações. Busca antes compreender como determinados sentidos se estabelecem e são construídos. Assim, dentro deste meu trabalho, essa crítica do filme parece operar como mais um caminho para a relação entre o domínio da língua portuguesa neste território, para a relação entre o domínio da língua

e a tomada de posse. E isso ocorre justamente quando se falava de estranheza, de estranhamento em relação a uma língua que – no caso deste filme – ao tentar nos proteger por sua diferença, acaba escancarando em seu passado os caminhos tortuosos de que somos feitos. Uma língua que nos é estranhamente familiar... Ninguém é inocente, muito menos tu.

É nesse contexto que aparece também a ideia de estranheza em relação ao mundo. Um Des-mundo. Uma dezescrita (Barzotto, 2014) em relação ao ideal de língua e de nação. Uma estranheza que - como comentam as vozes presentes no artigo - funciona para marcar um distanciamento em relação à presença de artistas já bastante conhecidos (linhas 54 a 55), mas também - como salvaguarda - para “marcar a separação entre aquele mundo de colonizadores brutais, de estupradores abençoados pela religião, de escravagistas e de genocidas” e nossos costumes “mais brandos” atuais. A língua aparece estranhada, a língua geral, distante no tempo, mas não no espaço. Aqui está presente. Essa língua que esquecemos, que ainda colocamos para baixo do tapete quando silenciemos algumas das variantes, como já mencionei anteriormente. Essa língua que é também um tanto quanto estrangeira (linha 46), uma língua ancestral materna que gera um estranhamento estético, desconhecida, porém que possibilita alguns trechos de entendimento, para logo em seguida voltar a ser outra, em que “mal-e-mal pescamos algumas frases reconhecíveis”. Uma língua em que se questiona nossa identidade enquanto habitantes de um continente muitas vezes tratado como se antes não tivesse conteúdo humano. Num ideal publicitário. A forma em que nos colocaram. A fôrma. A língua lava mais branco?

Penso no lápis que aprendi em meu primeiro ano de Ensino Fundamental a chamar de “cor de pele”. Um dia, em uma aula de língua portuguesa para uma classe de primeiro ano do Ensino Fundamental – muito tempo atrás, uns 10 anos – eu estranhei esse lápis, sua cor declarada, sua cor aprendida, apreendida em sua estagnação dominante: uma cor parada no tempo, como se eu ainda não soubesse da cor de outras peles. Eu, Oribela. A personagem principal de *Desmundo*. Navegando sem ainda conhecer esse país. “Ninguém é inocente, muito menos tu”. Nesse dia de estranhamento em sala de aula, não pude deixar de conhecer. Fingir que não conhecia. E não repeti. Quando a aluna me perguntou: “De que cor é esse lápis?”, não repeti o que tinha ouvido pequena (cor de pele). Sem saber muito bem o que dizer, pois eu já tinha uma referência interior que parecia me impedir de ver a cor do lápis, eu lhe repeti a pergunta: De que cor você acha que ele é? Ela olhou, pensou um pouco e disse: Rosa. E não contente, completou: Rosa claro. Eu disse: - Isso. Tem um monte de tons de rosa.

Ao ler a crítica, revi o filme, Majestade. Visto há tanto tempo. Continua premente, sensível a nossos disparates. E li o livro de Ana Miranda, que trabalha a língua testando – como

diz Arêas (1997) - os seus limites. “Uma língua para povoar um despejado lugar” (MIRANDA, 1996, p.16). Termino agora a análise desse artigo de Marcelo Coelho, com dois belos trechos do livro, dois trechos que nos fazem pensar sobre o lugar que habitamos.

Que adentrar uma baía, chegar a uma costa é o maior risco da viagem, mais que as ventanias e as tempestades, sus, pardeus, as damas, copando seus cabelos carrapatentos, tirando do sol seus cabeçais de plumas, guardando os chapéus, todos nós querendo sair, num desprezo pelo barco, feito cão que mijava onde dormiu a noite, uns pagando promessas, lanhando o rosto ou rapando os cabelos da cabeça, esquecidos de confessar, a tocar com os pés ali naquela terra onde nunca entrava o inverno, arribar, arribar, a salvamento, sem se perder a gente nem a carga, todos chegando o chegar, deleitando, gozo. (MIRANDA, 1996, p.13).

Ou ainda quando se descreve a terra:

Outeiro acima, numa ida fragosíssima, iam o padre e a Velha carregados em rede, mais subia, mais me sentia distante de mim até metermos fora a língua de cansaço por estarmos à porta principal ornada de umas letras na língua dos padres feitas de pau, não de pedra, para mostrar que ali era coisa de começar e acabar sem duração e uma ave, onde adentramos espantadas, admiradas ao avistar um terreiro debruçado sobre o mar e de artilharia muito grossa assentada, uma igreja que se fazia e lhe floresciam naves sobre pilares lavrados, esguios em arrojo, capelas nos topos ainda sem torres nem sinos, como que sustentada de estrelas, querendo ser como qualquer outra em tal ou qual reino da terra, que era onde iria morar Deus se chegasse a este fim do mundo e parecia ser catedral. (MIRANDA, 1996, p. 35)

E eis que me dou conta de que, no *corpus* encontrado na *Folha de São Paulo*, a palavra estranhamento está sempre relacionada ao literário, à polissemia e à densidade da palavra que lhe são características. Daí eu estranhar, ainda mais, o fato de nos programas oficiais essa palavra não aparecer. Daria para falar sobre a língua, Majestade, sem efetivamente tentar falar do estético, sombrio, perdido para sempre, nossa vontade/ desejo de conhecimento?

7.2.4 Os textos acadêmicos e o estranhamento

Depois do acervo *online* do jornal *Folha de São Paulo*, a SciELO. Pesquisei nessa plataforma por várias vezes a expressão “*estranhamento e língua portuguesa*” ou ainda “*estranho e língua portuguesa*”, ou ainda “‘*estran*’ e *língua portuguesa*”, ou ainda essas mesmas expressões referentes a “*estranho*” e o termo “*português*”. Nada apareceu. Até o dia

que dei por findas minhas buscas. Em relação à linguagem, cinco textos. Que não fazem parte do *corpus* por não contemplarem a especificamente a língua portuguesa.

No entanto, enquanto estava lendo os textos referentes à palavra “domínio”, percebi que neles havia algumas palavras pertencentes à família da palavra “estranho”. Os instrumentos de busca não buscam direito? Repeti o exercício e a plataforma não acusava a existência de textos sobre a língua portuguesa e estranhamento. Confiamos tanto em nossos instrumentos, não é, Majestade? A ponto de acharmos que dão conta de tudo. O que não está no *Google* não está no mundo? Idem para a SciELO?

Sem ter muito como prosseguir em relação a esse termo, decidi, por força de não ter um *corpus* específico, dedicar-me à análise dos termos que havia lido no *corpus* referente à palavra “domínio”. O termo “*estranho*” aparece em quatro dos artigos. No primeiro, de Mira Mateus (2011), lemos que:

Portugal foi tradicionalmente considerado, durante centenas de anos, um país monolíngue⁵⁰. Nas últimas décadas do século passado esta convicção foi posta em causa por dois fatores distintos e confluentes: o reconhecimento da **importância das línguas minoritárias**, declarado com abundância de argumentos por organismos internacionais, e as convulsões societárias que deram ocasião a fluxos migratórios que transformaram a face da Europa. No que respeita a línguas minoritárias, lembre-se que o mirandês foi considerado durante muitos anos como o único dialeto do português, dada a **estranheza**⁵¹ que as pessoas sentiam nessa forma de falar frente à relativa uniformidade das restantes variedades dialetais. Na realidade, essa **estranheza** era devida ao facto de o mirandês ser um dialeto de uma língua diferente, o asturiano ou asturo-leonês, que tem características distintas do Português. A errada convicção desapareceu a partir de 1999, ano em que o mirandês foi considerado oficialmente uma língua minoritária com estatuto reconhecido no território linguístico português. Do mesmo passo, Portugal deixou de ser um país monolíngue e os mirandeses passaram a ser indivíduos bilingues. Além desta língua minoritária, considera-se que a Língua Gestual Portuguesa tem o mesmo estatuto e deve usufruir de um espaço para o seu estudo, prática e ensino (MIRA MATEUS, 2011, p.14)

A estranheza aparece aqui como característica associada ao que era considerado o único dialeto do português, o mirandês. Que, posteriormente, levou ao estabelecimento de Portugal enquanto país que não seria mais considerado monolíngue. O estranhamento aparece então dentro de um contexto de busca em relação à alteridade e à distinção do que seria ou não a língua portuguesa. Assim como quando aparece em seu artigo o termo “domínio”, Mira Mateus abre para a possibilidade do outro, para a busca de uma identidade nacional não uniforme, em que uma língua diferente do português pode aparecer também como viés para movimentos identitários. Há um reconhecimento, ou melhor, uma nomeação da diferença: nem todos os

⁵⁰ Assim no original

⁵¹ Grifos meus nesta e nas duas próximas páginas.

portugueses falam só português. Nesse pedaço de terra conhecido como Portugal, cabe outra língua.

No segundo artigo (LASK, 2000), menciona-se a sensação de estranhamento quando se sente uma familiaridade causada pelo fato de se perceber no Japão, num shopping, que “tudo está escrito em português”:

A “colônia” brasileira em Oizume dispõe de um “shopping center”, localizado no primeiro andar de um prédio, em cima de um grande supermercado japonês. Subindo a escada para o Plaza Shopping, é como passar a fase liminar de **um ritual de passagem** (Van Gennep, 1981, p. 27); durante a mesma, toda e qualquer ligação com a realidade japonesa se desagrega. Uma vez que se entra no shopping, tem-se a **estranha** sensação de ter se mudado num passe mágico do Japão diretamente para o Brasil: tudo está escrito em português, no açougue se vê somente a terminologia brasileira relativa aos pedaços de carne, tem uma quitandinha, onde os panetones da Bauducco convidam para entrar. Tem um restaurante de comida brasileira a quilo com feijoada completa, a companhia aérea brasileira Varig tem uma filial e as roupas da última moda no Brasil podem ser compradas em boutiques especializadas. (LASK, 2000, p.80)

A sensação de estranhamento, nesse artigo, é associada à desagregação de uma realidade esperada, um deslocamento para algo familiar, como a chegada a um outro mundo, não esperado. Há uma quebra da expectativa de se encontrar algo ligado à “realidade japonesa”, ainda que se esteja no Japão. A autora menciona “a fase liminar de um ritual de passagem”, quase como uma porta para outra dimensão, em que mais uma vez, no artigo de Lask, a língua portuguesa é base para movimentos de aproximação e distanciamento.

No artigo de Pires (2000), que transcrevo a seguir, os termos “estranho” e “estrangeiro” são aproximados, utilizados de uma forma que parece ter sido pensada para evitar a repetição da palavra “estranho”. No entanto, fora do contexto desse artigo, nem sempre o estranho é o estrangeiro, não é, Majestade? Nem sempre. A utilização da palavra “*gheto*” nesse mesmo excerto e também a de outros termos e frases, tais como “dificuldade”, “fraco aproveitamento”, “quando são comparadas as taxas de reprovação destes estudantes com as dos estudantes portugueses” , “insuficiente” possibilita efeitos de sentido em que a diferença se constrói enquanto exclusão.

A dificuldade a nível da aprendizagem dos conteúdos traduz-se no **fraco aproveitamento**. Um estudo que envolveu estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra concluiu pela existência de diferenças significativas no rendimento académico, quando são comparadas as taxas de **reprovação** destes estudantes com as dos **estudantes portugueses** (Samutelela, 1996). Ao conjunto de circunstâncias pedagógicas negativas que condicionam o processo de ensino-aprendizagem, tanto para os que estudam dentro do país, como para aqueles que continuam os seus estudos noutro país, acresce o factor linguístico e cultural que, de um modo geral, se encontra estreitamente ligado ao processo de adaptação de um indivíduo a um meio novo. De acordo com

Figuerola (1995), a cultura, no seu sentido mais amplo, abarca tudo o que é criado e transmitido pelo homem numa dada sociedade (princípios básicos, valores, sistemas de crenças, etc.) e que o orienta num estilo de vida particular. O autor considera que o ponto central de uma estrutura cultural tem a ver com a maneira como os seus membros concebem e percebem, no mundo, a sua relação com os outros indivíduos ou grupos, bem como com o modo como se posicionam nele. Assim, o estudante dos PALOP ou outro que estuda fora do seu país, ao contactar com a nova cultura, é levado a compreender um conjunto de vivências e princípios básicos orientadores desta. Alguns elementos não lhe serão **estranhos** e facilmente identificar-se-á com eles. Porém, outros poderão ser entendidos como **estrangeiros** o que, em certa medida, irá influenciar a sua integração no novo meio. Um estudo realizado por Carvalho (1995) toma evidente que a integração social dos estudantes originários dos PALOP é insuficiente. A sua convivência e relacionamento com os colegas portugueses é mediantemente positiva, contudo verificam-se algumas reservas, o que, de facto, não impede que uma parte considerável dos estudantes não experimente o "fenómeno" de viver em **gheto** relativamente às suas relações sociais e de amizade. (PIRES, 2000, p.153)

O último artigo que analisarei (PAYER, 2011) aproxima-se – como já mencionei quando de sua análise para o termo “domínio” - dos pressupostos teóricos que também adoto aqui neste meu relato, Majestade. Acabei trazendo dele um recorte bastante longo, justamente por acreditar que complementa minhas ideias sobre a língua.

A tensão entre as línguas que se produz na história, como línguas concorrentes do ponto de vista político-administrativo, estende-se à atualidade, pelos efeitos de memória ligados a seus sentidos. Como a língua nacional e a língua materna têm funcionado, tanto na história como na escola, em um batimento, como se uma fosse a outra (Payer, 2007b), **torna-se difícil ao aluno transitar do estatuto de sua língua materna (familiar) ao de língua nacional (da Escola), sem ter de mudar de materialidade linguística.** Sendo assim, os sujeitos de linguagem, em seus processos de identificação na relação com a língua, ao invés de poderem lidar simultaneamente com a língua nacional e a língua materna, como dimensões distintas, são levados, no processo pedagógico, a substituir uma pela outra. Esse processo é notado e indicado pelas crianças desde a alfabetização. Há um paradoxo ali, vivenciado de modo que, para adicionar, subtrai-se. Pensamos que o reconhecimento do fato de o processo ter ocorrido dessa forma pode levar a se vislumbrarem processos diferentes, em que seja possível desdobrar a língua para considerar tudo o que ela é, como linguagem, em suas dimensões materna e nacional, de modo que o acolhimento de uma dimensão torne possível o da outra. Se quisermos pensar em possibilidades de uma relação com a língua, na escola, que seja sensível e compreenda o modo como a história predispõe a relação dos sujeitos com a(s) língua(s), parece-nos importante considerar esses elementos também no campo da leitura e da escrita. Uma direção que parece interessante é a de, na escola, formular – dizer – os sentidos que as formas de língua têm para os sujeitos, considerando-se o processo histórico de formação do país e da subjetivação efetiva que nele se produz. Formular é dar lugar à questão. Há contextos em que aquilo que se conhece como língua nacional é bastante **estranho** aos sujeitos, não lhes sendo possível enunciá-la, tampouco lê-la fluentemente. Por outro lado, acompanhando professores, fazemos tentativas de envolver as memórias da língua na leitura. Numa dessas experiências, aproveitamos os efeitos que se produzem na materialidade dos textos de Guimarães Rosa no sul de Minas, onde chamou-nos a atenção um comentário sobre a forma linguística feito por um aluno ao ler um conto do autor: Parece que eu estou escutando o meu avô falar 2. Nota-se aí do que se trata quando pensamos na possibilidade de o aluno leitor entrar em conexão com o texto, através da espessura da língua. Não se pode especificar, neste caso, qual é o limite entre a linguagem de G. Rosa e a língua nacional ou entre a linguagem de seu texto e a língua materna do aluno. Mas é certo que o leitor encontrou, nessa espessura, memórias que não têm a forma exata da língua nacional. (PAYER, 2011, p.30-31)

Nesse recorte, a autora discorre acerca da importância de se conservarem as línguas que – em sua materialidade – constroem os sujeitos da linguagem. No caso de sujeitos bilíngues, no caso de imigrantes, ou ainda, quando a língua nacional pode exercer um papel de silenciamento da língua materna, “torna-se difícil ao aluno transitar do estatuto de sua língua materna (familiar) ao de língua nacional (da Escola), sem ter de mudar de materialidade linguística.” E essa língua nacional – não materna, não familiar, no sentido dado por Payer – pode ser bastante estranha ao sujeito. Um dos recursos mencionados pela autora, para tentar fazer a língua familiar do aluno ser ouvida em sala de aula, é a literatura. Relatando uma das experiências vividas quando acompanhava alguns professores, Payer, que trabalhou textos de Guimarães Rosa no sul de Minas Gerais, escreve que “chamou-nos a atenção um comentário sobre a forma linguística feito por um aluno ao ler um conto do autor: Parece que eu estou escutando o meu avô falar”.

“Parece que estou escutando minha avó falar”. Lembra-se, Majestade?

Esses “os efeitos que se produzem na materialidade dos textos”, como ressalta a autora, numa tentativa de fazer o estranho aconchegar-se um pouco ao familiar.

7.2.5 O estranhamento e a língua portuguesa: uma guia, porém é melhor não se deixar cegar pelas guias

Pois eis que é chegada a hora de escrever a respeito de um dos últimos textos lidos para este meu trabalho. Ginzburg foi sempre uma referência neste meu relato, tanto em relação ao fato de mostrar que a pesquisa não é linear, ou ainda quando explicita o quanto algumas partes de nosso trabalho provêm de alguns acasos, como poderíamos dizer. Também em relação ao paradigma indiciário, quando tomamos um detalhe como índice de algo que pode nos indicar um caminho. Pois foi exatamente um detalhe que me espantou, me chamou a atenção, em um determinado momento de minha pesquisa, quando comecei a pesquisar a noção de estranhamento em relação aos documentos oficiais. Verifiquei que nos PCN e na BNCC, estranhamento não aparecia em relação à língua portuguesa. Achei estranho. Resolvi pesquisar outros volumes desses guias. Percebi então que este termo só aparecia uma vez: e em relação à arte (BNCC, 2017, p. 195). Por que só em relação à arte? Às artes plásticas, na verdade. Nem em relação à literatura – forma de arte – ele aparecia.

Isso me intrigou, mas deixei de lado. Atarefada que estava, em relação à análise do resto do *corpus*. Como não havia estranhamento em relação à língua portuguesa nos PCN para o ensino fundamental, não havia nada a analisar. Deixei essa questão de lado. Continuei então analisando os artigos do jornal *Folha de São Paulo* e os artigos do SciELO. Porém o acaso? O inconsciente? A vontade de buscar um indício? - não sei exatamente o quê na verdade - me fez, um dia, buscar na internet algo sobre arte e estranhamento. E me deparei com o artigo de Guerizoli-Kempinska (2010) que retrata o histórico da noção de estranhamento, concentrando-se – como ela escreve – “em especial naquelas suas particularidades que tornaram o primeiro conceito da teoria moderna da literatura tão babélico, confuso e aberto”, (GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p.64). A autora comenta a respeito do caráter contraditório desse termo, a sua abertura aos usos que excedem o campo da literatura, sua utilização dentro de um campo e uma época que não separava a prática artística e a atividade teórica.

O “estranhamento” carrega traços da situação de sua elaboração nas condições de ruptura dos limites entre arte e vida, traços de solicitações violentas e contraditórias, de reivindicações extremas da revolução russa, por um lado, e de exigências estéticas da forma da obra de arte, por outro. Sem escapar às contradições próprias à visão do progresso, o “estranhamento” aproxima anelos tão inconciliáveis como a visão prometeica da máquina, relacionada a uma valorização entusiasta do funcionalismo e do “procedimento”, e a crescente urgência de liberar a experiência e a percepção humanas de todo caráter mecânico alienante, (GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p.64)

E escreve então que o estranhamento lhe parece impensável sem o diálogo livre e aberto entre a literatura e a pintura. Algo que vai “contra as pretensões sistemáticas e o rigor da teoria”.

É a partir daí então que Guerizoli-Kempinska começa a falar de Chklovski e de seu texto *A arte como procedimento*. E é a partir de *A arte como procedimento* que ela se refere a Ginzburg... mas voltarei a isso depois, mais adiante, Majestade... Ginzburg, que nesse momento, quando li a referência dada por Guerizoli-Kempinska, me foi mais do que importante. Acredito mesmo que imprescindível para meu trabalho, para, de algum modo, explicar esse meu relato e seu lugar de discurso.

Por ora, voltemos a Chklovski, na tradução que dele faz do russo Guerizoli-Kempinska, em seu artigo:

O objetivo da arte consiste em dar a sensação das coisas enquanto visão e não como reconhecimento; o procedimento da arte é o procedimento de “отстранение⁵²” das coisas e o procedimento da forma dificultada, que aumenta os obstáculos e a duração da percepção, pois, em arte, o processo da percepção é o próprio fim e deve ser

⁵² Lê-se *ostranienie*: Estranhamento, um neologismo inventado a partir do adjetivo *отстранный* (*strannyi*)

prolongado; a arte é uma maneira de viver o fazer-se das coisas, e aquilo que está pronto não importa na arte (CHKLOVSKI, 1990, p.63, apud GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p. 64)

No texto de Chklovski (1917), traduzido para o português, texto a que tive acesso somente pela internet e ainda sem muitas referências, o termo estranhamento não aparece. Na tradução brasileira, o termo se perdeu. Foi traduzido por “singularização”. Daí toda a importância dos questionamentos de Guerizoli-Kempinska que salienta que esse termo acabou desencadeando uma verdadeira confusão terminológica, graças a traduções não fiéis à palavra de origem russa, (singularização em TODOROV, 1965, p.82, “desfamiliarização” a partir da tradução em inglês LEMON; REIS, 1965, p.12 apud GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p. 64),

A autora faz referência ao início da utilização do termo estranhamento: quando – em 1914 – Chklovski retoma uma conferência de 1913, em que “compara a linguagem atual a um cemitério, mostrando como, não apenas palavras, mas também metáforas, contextos e obras literárias inteiras, na medida em que são repetidos, perdem gradualmente sua vitalidade, tornam-se rígidos e morrem”. (GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p. 65). Dando sequência a seu texto, cita então Chklovski:

As palavras – porque usadas pelo nosso pensamento no lugar dos conceitos, no papel de, por assim dizer, signos matemáticos, devendo ser desprovidas de caráter metafórico, porque usadas na linguagem de todos os dias, em que não as falamos nem as ouvimos até o fim, tornaram-se comuns e tanto sua forma interior (metafórica) quanto exterior (fonética) deixou de ser vivenciada. Nós não vivenciamos o habitual, não o vemos, apenas o reconhecemos. Nós não vemos as paredes de nossos quartos, temos dificuldades para ver um erro de impressão em uma cópia a corrigir, sobretudo quando se trata de um texto escrito em uma língua bem conhecida, porque não podemos nos forçar a ver, a ler, e não “reconhecer” a palavra habitual (CHKLOVSKI, 1990, p.36 apud GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p. 65)

Guerizoli-Kempinska ressalta inclusive que o “estranhamento” de Chklovski é contemporâneo do conceito de Freud acerca do estranho, o *unheimlich* em uma tradução de 1996, que define essa experiência como a de “rever as coisas, pessoas, impressões, eventos e situações que conseguem despertar em nós um sentimento de estranheza, de forma particularmente poderosa e definida” (FREUD, 1996, p.142 apud GUERIZOLI-KEMPINSKA, 2010, p. 65)

Porém, ao nomear a série de pensadores que têm uma relação com a historicidade e com a utilização e conceituação do termo, Guerizoli-Kempinska não nomeia de onde essa sequência de autores foi retirada. Só pude perceber essa não citação porque, ao ler as referências

bibliográficas, percebi que aparecia o nome de Ginzburg. Voltei atrás, achei bizarro. Estranho. Onde estava o Ginzburg no texto? Eu não o teria visto? Tentei encontrar onde estava a referência a Ginzburg no corpo do artigo: não consegui. Percebi que o título de sua obra citada nas referências bibliográficas remetia ao estranhamento. Demorei um pouco para encontrá-la, no livro *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância* (GINZBURG, [1998], 2001) estava o artigo citado nas referências bibliográficas iniciais em inglês. Consegui encontrá-lo neste livro, em português: *Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário*.

E nesse texto, encontrei, surpresa, uma historicidade e uma inserção para este relato que lhe faço, Majestade. O inconsciente escreve certo por linhas tortas. Explico:

Nesse artigo – não tão extenso – de 27 páginas, Ginzburg ([1998], 2001) refere-se inicialmente ao formalismo russo, a Chklovski e a dois de seus artigos: *Como é feito Dom Quixote* e *A arte como procedimento*, este último já citado. Cita o mesmo trecho que aparece no artigo de Guerizoli-Kempinska, a respeito da percepção e do automatismo dos hábitos, para em seguida retomar Chklovski no seguinte trecho: “O peso dos hábitos inconscientes é tão forte, continua Chklovski, que “*a vida passa, se anula. A automatização engole tudo: coisas, roupas, móveis, a mulher e o medo da guerra*” (GINZBURG, [1998], 2001, p.16). Cita, mais uma vez, junto com Guerizoli-Kempinska, outro trecho – dessa vez aquele referente ao objetivo da arte - com algumas variações de termos certamente por força de diferentes traduções. Comenta em seguida que a ideia da arte em Chklovski remete à função da memória involuntária em Proust, que, todavia, não é citado pelo estruturalista russo. Em seu texto, Chklovski utiliza como exemplo de estranhamento vários trechos de Tolstói, entre eles um conto em que a propriedade humana é vista e descrita por meio da percepção de um cavalo. Ginzburg também comenta que Chklovski cita adivinhas como outro exemplo de possibilidade de estranhamento, uma vez que a “adivinha se baseia numa descrição do objeto mediante palavras que o ilustram e o definem, mas que não são geralmente usadas para tal” (CHKLOVSKI apud GINZBURG, [1998], 2001, p.18), o que insere as adivinhas no grupo dos procedimentos que levam a uma percepção não automatizada.

Ginzburg observa, então, que a noção de estranhamento ecoou fortemente na arte e na teoria literária do século XX, sem, no entanto, que algumas questões fossem resolvidas. E a partir desse pensamento, desenvolve duas questões:

As adivinhas como gênero literário, estarão ligadas de alguma maneira ao uso refinado que Tolstói faz do estranhamento? E, principalmente, deve o “estranhamento” ser considerado sinônimo de arte em geral (como sugeria Chklovski) ou como um procedimento relacionado a uma tradição literária específica? As respostas que tentarei dar inserirão a noção de “estranhamento”, salvo engano, numa perspectiva diferente e mais complicada dessa corrente (GINZBURG, 1998, p.19).

Ginzburg comenta que seu caminho em relação a essas questões será “razoavelmente tortuoso”, o que certamente fez com que eu me identificasse com ele, Majestade, mas deixemos de considerações pessoais, nesse momento...

E continua seu texto remetendo às reflexões escritas em grego pelo imperador romano Marco Aurélio, no século II d.C.. Este imperador escreveu algumas obras, não destinadas à publicação, para se autoeducar dentro dos preceitos da filosofia estoica. Nessas obras descreve, em suas reflexões, alguns dos procedimentos para “alcançar a percepção exata das coisas”. Utilizando o modo imperativo, aconselha: “Cancela a representação. Para os fios que movimentam a marionete. Circunscreve o instante presente do tempo. Toma conhecimento do que acontece contigo ou com outrem. Separa e subdivide o objeto em fator causal e material. Pensa na hora extrema”. (VII, 29) (GINZBURG, [1998], 2001, p.19). Além de defender que se faça uma separação entre causa e contingências, deve-se, segundo ele, também olhá-las à distância, de longe, pois como ressalta Ginzburg em uma paráfrase do texto de Marco Aurélio, “o nosso existir não tem importância nenhuma”. E por isso, “é preciso fazer assim a vida toda e, quando as coisas se mostrarem por demais persuasivas, é preciso pô-las a nu, observar a fundo sua pouquidão e suprimir a busca por meio da qual adquirem tanta importância. (VI,13)”, (GINZBURG, [1998], 2001,p.21). Ginzburg ainda salienta que Tolstói, citado por Chklovski, foi profundamente influenciado pelas reflexões de Marco Aurélio, de quem era admirador.

Podemos imaginar Marco Aurélio no ato de se perguntar, por exemplo: O que são peles de carneiro banhadas pelo suco de uma concha?” Para dar o justo peso a honrarias humanas como o símbolo da dignidade senatorial, devemos nos afastar do objeto para buscar seu princípio causal, fazendo uma pergunta semelhante a uma adivinha. (...) Para **ver** as coisas devemos, primeiramente, olhá-las como se não tivessem nenhum sentido: como se fossem uma adivinha. (GINZBURG, [1998], 2001, p.22)

Fazendo uma digressão, Ginzburg explica como Tolstói leu Marco Aurélio. A existência das reflexões do imperador era bastante conhecida desde a Antiguidade tardia, porém, por mais inusitado que possa parecer, os seus textos só se tornaram “familiares ao público culto europeu através da forma fictícia de um embuste”. Estranho, não é, Majestade? As reflexões do imperador terem ficado conhecidas por força de um engodo... Isso ocorreu porque o frade franciscano Antônio de Guevara falsificou as reflexões de Marco Aurélio. E sua falsificação obteve tanta acolhida do público que o filólogo Meric Casaubon escreveu – no prefácio que fez a uma edição das reflexões – que “o sucesso da impostura de Guevara só era comparável ao da Bíblia” (GINZBURG, [1998], 2001, p.22). Somente um trecho – “uma parte minúscula do livro

de Guevara” – conseguiu sobreviver: “a presumida arenga proferida por um camponês da região do Danúbio”, de nome Mileno, perante o imperador Marco Aurélio e seus senadores. Esse trecho se caracterizava por uma forte crítica ao império romano:

Fostes tão ávidos dos bens alheios, e foi tão grande a vossa arrogância de comandar países estrangeiros que não vos pôde saciar o mar com sua profundidade, nem vos pôde satisfazer a terra com seus vastos campos [...] porque vós, romanos, a outra coisa não vos dedicais que a perturbar a gente quieta e a roubar o suor alheio. (apud GINZBURG, [1998], 2001, p.24)

Esse trecho, que teria sido uma falsificação dos trechos das reflexões de Marco Aurélio, tinha sido escrito pelo franciscano Guevara, que fazia então uma crítica velada – mas contundente – aos horrores da conquista espanhola do Novo Mundo e ao imperador Carlos V.

Aqui começamos a nos entender, a desenrolar esse novelo, Majestade. Percebe por quê?

A arenga de Mileno contribuiu sobremaneira para o estabelecimento do mito do bom selvagem. Dessa vez, esse camponês do Danúbio, assemelhado aos povos do Novo Mundo em sua estranheza, “era um ser concretíssimo”, um aldeão.

“Quando o vi entrar no senado, pensei que fosse algum animal sob forma humana”, comenta Marco Aurélio (isto é, Guevara). Mas quem era o camponês que tivera a ousadia de denunciar os malefícios do Império Romano? Numa versão preliminar do texto de Guevara, que ficou manuscrita, o camponês do Danúbio não tinha barba: supôs-se que por esse pormenor se tratasse de um indígena americano (...) A crítica velada feita por Guevara à política espanhola no Novo Mundo baseava-se, pois, numa mistura curiosa: de um lado, Tácito; do outro, as ‘fabulosas narrativas populares’, como as tinha chamado no século XII o historiador Guilherme de Tiro, “em que Marcolfo resolvia sucessivamente as adivinhas formuladas por Salomão e propunha outras”. Ambas as tradições, a antiga e a medieval, podiam ser utilizadas para lançar um desafio à autoridade. (GINZBURG, [1998], 2001, pp.26-27)

Desde a tradição medieval popular conhecemos textos em que a autoridade era desafiada por um camponês. As comparações animais que o camponês faz em relação ao rei – no caso da arenga de Mileno - tendem a rebaixar a autoridade do soberano. E eu, por minha vez, Majestade, começo a pensar que tenho lhe sido condescendente, não?

Ginzburg sustenta que ainda que Guevara tenha dito que havia tido acesso a uma tradução das reflexões de Marco Aurélio, sem conseguir comprovar o que disse – ou seja, ainda que seu texto não seja fidedigno – esse fato resta de pouca importância. Posto que conseguiu em seu

texto-embuste um eco singular do texto inicial. Para Ginzburg, Guevara não foi um precursor do estranhamento, porém, a partir de seu texto sentiu-se a sua marca nos

sucessivos desdobramentos do estranhamento como procedimento literário. Daquele momento em diante, o selvagem, o camponês, o animal, quer isoladamente quer combinados entre si, forneceriam um ponto de vista do qual se pode olhar a sociedade com olhos distante, estranhados, críticos (GINZBURG, [1998], 2001, p.28).

Vossa Majestade, certamente tentará arguir que eu também tenho sido bem condescendente comigo, não? Ainda não me descrevi de nenhuma forma assim parecida, não? A não ser – talvez - na defesa que faço do inconsciente em meu trabalho... Não seria aqui essa defesa, o meu lado irmão dessas figuras muitas vezes grotescas? “Esse aldeão tinha um rosto miúdo, lábios grandes, olhos profundos, cor bronzeada, cabelos eriçados, cabeça descoberta e calçados de couro de porco-espinho (...) pescoços cobertos de pelos como um urso, e um dardo na mão...” (GINZBURG, [1998], 2001, p.26).

E também da relação com o outro, o diverso, o diferente que aqui nessas terras já estavam? Montaigne escreve a respeito dos índios brasileiros e Ginzburg retoma assim suas palavras:

Essa incapacidade de tomar a realidade como ponto pacífico deliciou Montaigne. Ele estava pronto a se interrogar sobre tudo, incessantemente, dos fundamentos da vida em sociedade aos mínimos detalhes da existência cotidiana. A surpresa dos índios brasileiros demonstrava a que ponto a sociedade europeia, marcada pela desigualdade política e econômica, estava distante daquela que Montaigne chamava de “ingenuidade original”(naïveté originelle) (GINZBURG, 1998, p.26)

E ainda, citando um excerto de La Bruyère, de 1689, Ginzburg ressalta os “*poderes corrosivos do estranhamento*”.

Vêm-se certos animais selvagens, machos e fêmeas, espalhados pelo campo, negros, lívidos, e todos queimados pelo sol, agarrados à terra que escavam e revolvem com invencível obstinação; têm como eu uma voz articulada e, quando se põem de pé, mostram uma face humana; e de fato são homens. Retiram-se à noite em cavernas, onde vivem de pão preto, água e raízes; desse modo, poupam aos outros homens o trabalho de semear, lavrar e colher para viver, e merecem assim não carecer do pão que semearam. (GINZBURG, 1998, p.30)

Esse trecho não lhe parece familiar, Majestade? A mim, ele me parece – facilmente – não uma retomada, porque veio antes, mas justamente um precursor do poema de Manuel Bandeira, que citei no início desse meu relato. *O Bicho*. Estranha coincidência, não? Pois antes eu não tinha atinado no quanto esse poema se utiliza desse efeito e não o tinha analisado sob o enfoque

do estranhamento. Tinha apenas ficado sob o efeito de seu jogo de sentidos, como se olhasse pela primeira vez.

Também na tradição do estranhamento, Ginzburg insere o Voltaire filósofo e o Voltaire do conto *Micrômegas*. Não comentou o Voltaire, escritor de *Cândido* ou o Otimismo (1759), que também acredito poder se inserir nessa tradição. A figura de Cunegundes - a mulher amada e ideal – se perdendo aos poucos até a chegada do Eldorado, depois de atravessar o mar.

Ginzburg termina seu texto, fazendo uma análise da obra prima de Proust, *Du côté de chez Swann*, salientando que Proust, ao invés de tentar – como aparentemente a tradição indicava - superar as aparências, buscando uma visão mais profunda da realidade, tenta fazer o contrário: ‘proteger o frescor das aparências’, apresentando as coisas na ordem da percepção sem a intrusão das ideias, produzindo um efeito de imediatez impressionista, ao passo que La Bruyère e Tolstói buscavam uma crítica moral e social.

Ambos, porém, utilizam o estranhamento. O de tentar criar o efeito de se ver pela primeira vez ou, ainda, de tentar pintar o mar ao revés, como nos quadros de Elstir, pintor retratado por Proust, mencionado por Ginzburg em seu artigo.

Ginzburg escreve ainda que fez todo o percurso desse seu artigo - sinuoso, imbricado, que amarra uma quantidade bastante grande de textos - porque acredita nas implicações cognitivas do estranhamento para o discurso da história. E eu, de minha parte, Majestade, acredito também nesse percurso para o discurso sobre a língua. Ainda que, assim como preconiza a Análise do Discurso, nossos momentos de cognição sejam efeitos de sentido, formações imaginárias, fugidias.

Ao reler, mais uma vez, esse artigo de Ginzburg, percebo o quanto ele é fundante para meu trabalho, apesar de ter sido um dos últimos que li. Como se eu tivesse tido que escavar e escavar sentidos para encontrá-lo. Uma descoberta quase que tardia. *Après coup*. Fico imaginando como seria este meu capítulo se não tivesse feito o achado deste texto. Como poderia concluir meu relato sobre o estranhamento sem perceber que o japonês carregando a caixa de sapatos (lá no início de meu trabalho, e também no início de minha vida), o bicho de Manuel Bandeira, os falares interditados dos indígenas brasileiros, o silenciamento das variantes regionais, as vagas disputadas num mercado que muitas vezes quer reduzir o sujeito a um objeto a ser dominado, as contingências dos migrantes e suas línguas não desejadas, e inclusive, as manifestações do próprio inconsciente têm, todos eles, em comum justamente o fato de que questionam os discursos de poder?

8. A RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA: DOMÍNIO OU ESTRANHAMENTO?

Erro de português

Quando o português chegou
debaixo duma bruta chuva
vestiu o índio
que pena!
fosse uma manhã de sol
o índio tinha despido o português
(Oswald de Andrade)

Domínio e estranhamento são palavras que parecem se inserir em memórias discursivas diferentes, em historicidades diversas. Ainda que muitas vezes complementares.

Nesse sentido, foi com surpresa que descobri que os dicionários referentes à Idade Média não apresentavam o termo domínio, ao passo que em relação ao estranhamento, eram profícuos em exemplos e variações. O mundo parecia mais estranho. Um mundo que não se compreendia. Que poderia ser outro em suas magias e sortilégios. Com o decorrer do tempo, os dicionários começaram a contemplar o termo domínio, palavra que nasce no século XV, palavra que nasce com as novas distâncias, terras prometidas, Eldorados depois do caminho. Começaram a contemplar esse termo e a lhe dar cada vez mais espaço, ao passo que o termo estranho encontrou, quando não uma estagnação, quase que uma redução de suas ocorrências. Quase como se fosse recalcando em nossa memória discursiva. Poderíamos dizer isso, Majestade?

Domínio se insere no contexto das grandes navegações, das conquistas, da subjugação do outro, do colonialismo e da colonialidade que, como diz Mignolo, junto com o liberalismo fez com que as vidas humanas se tornassem descartáveis. Também se insere no contexto da regra, da disciplina, da conduta sem desvio. Que desvio, Majestade? Só a máquina não desvia, o autômato que nos olha com seus olhos de vidro. Mas se o olhamos com olhos de ver, sabemos que ele, ao quase parecer humano, nos olha com seus olhos de espelho. O duplo, o outro que eu não domino.

"Domínio da língua portuguesa" também se insere numa corrente que toma a língua como instrumento, a crença na consciência e na razão sem dúvidas. Eu conheço, logo sou. O logos. Numa linha cartesiana. Eu penso, logo existo.

A palavra “estranhamento”, por sua vez, faz parte de outra matriz, outra memória discursiva. A que desconhece o mundo e o contempla, às vezes indagadora, às vezes estarecida.

A memória que dá a noção do Outro, dos outros, da diversidade, da diferença, do humano, da vida. Também se insere numa corrente que toma a língua não mais só como instrumento, mas como constitutiva. O discurso da psicologia de um modo geral, da psicanálise, da Análise de Discurso, num caráter que dá lugar para o inconsciente. Sou onde não penso. Eu penso, logo ex-isto. Existo também no que sou de fora.

Mas de alguma forma elas se amarraram em meu trabalho. Complementares. Ou ainda polos que sinalizavam para direções opostas

Hannah Arendt (2008) entende que a criança nasce em um mundo que lhe é estranho. Daí decorre a sua diferença entre nascimento e natalidade. Um é o nascimento biológico, a outra é nascer para a cultura. Cabe aos mais velhos acolher os mais novos e dar a eles um pertencimento a um lugar, o mundo, que é um espaço constituído a partir da ação humana e do pensamento. Pensar, julgar e agir são ações formadoras desse mundo.

Uma forma de pensar o mundo, segundo ela, é olhá-lo com espanto. E talvez também possamos aproximar esse termo empregado por Arendt à noção de estranhamento presente na minha pesquisa. “Espanto” do Latim *expaventare*, de *ex-*, “para fora”, mais *pavere*, “tremar de medo”, ligado a pavor, ao medo. Inicialmente usada para se referir a situações assustadoras, pode também abarcar o que provoca admiração. O espanto admirado de quem olha pela primeira vez, às vezes também indignado. Desconcertando, dezescrevendo, desaprendendo os automatismos, desconhecendo para conhecer de um outro modo, lendo ao revés.

Como vimos, no *corpus* estudado nesta pesquisa, grande parte das atividades e discursos em que a expressão “domínio da língua” aparece é destituída de espanto, ou seja, parece alheia a um olhar crítico acerca do que se está ensinando ou tomando como o ensino da língua. Ou ainda, destituída de uma possibilidade de alteridade.

A língua é instrumento, como vimos, com regras, normas, lugares instituídos, efeitos de sentido estabelecidos, para os quais muitas vezes nem se olha mais, a respeito dos quais nem se pensa mais, ou nem se duvida. Um domínio que acreditamos possuir e em relação ao qual excluímos alguns ou muitas vezes podemos nos sentir excluídos. O discurso do mercado.

A língua é matéria quando nos constitui e nos dá o humus de que somos feitos. Humanos. Estranhos em relação à nossa própria subjetividade, estranhos em relação à alteridade, sujeitos de um inconsciente que ao mesmo tempo é individual e coletivo.

Ao quase final desse meu relato, o que se apresenta aos olhos é o fato de o estranhamento em relação à língua não aparecer nos programas oficiais, em que o inconsciente e a linguagem parecem ter sido recalcados. A análise do Discurso, *idem*. Aparece apenas em alguns poucos

textos, o estranhamento e a língua quase ainda não conseguindo fazer par, a não ser em alguns poucos artigos também que tratam sobre a linguagem, não especificamente sobre a língua.

Na mídia cotidiana, no jornal consultado, domínio da língua portuguesa e estranhamento em relação a ela tem uma frequência de utilização muito díspar. Uma imensa quantidade de textos fala de domínio da língua, a maioria anúncios de emprego ou textos relacionados ao mercado, ao passo que poucos falam sobre estranhamento em relação à língua de uma forma mais específica - em cadernos também muito específicos, referentes à literatura.

Parece que a língua e suas características ainda é algo desconhecido do discurso cotidiano. Eu poderia dizer um continente e um conteúdo ainda não descobertos, Majestade? O inconsciente, idem. Imensamente. O iceberg parece estar lá, distante. Poucos talvez pensem em dele se aproximar quando se trata de cuidar da linguagem e da língua.

Nesse meu relato, Majestade, não há uma escolha entre os termos domínio e estranhamento em relação à língua. Há algumas considerações e uma vontade de dar visibilidade ao estranhamento. Um desejo inconsciente – foi esse o início, acredito – de estranhar o já-dado da língua, o uso instrumental que se faz dela quando se trata de mercantilizar a vida. As mercadorias. De alguma forma urge decolonizar a mente. Os caminhos já traçados sobre a língua.

Enquanto professora, como cuido de minha língua? Como penso o que sei dela? Como aprendo a aprender com as brincadeiras sobre ela, como acolho quando algum aluno diz, e isso se repete várias vezes no cotidiano: “Que palavra estranha, professora! Que palavra estranha! Sabe que eu acho umas palavras muito estranhas? Às vezes nem parece que são coisas. Eu acho que mesa é uma palavra bem estranha... Mesa é uma palavra que parece ter quatro pernas...Não é engraçado, professora? Uma palavra de quatro pernas. E quatro letras! Nossa!

E os olhos brilharam, Majestade! Mais do que o seu ouro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CHEGADA. O OUTRO DENTRO DE CASA

E de repente o resumo de tudo é uma chave.

A chave de uma porta que não abre para o interior desabitado no solo que inexistente, mas a chave existe. Aperto-a duramente para ela sentir que estou sentindo sua força de chave. O ferro emerge da fazenda submersa. Que valem escrituras de transferência de domínio se tenho nas mãos a chave-fazenda com todos os seus bois e seus cavalos e suas éguas e aguadas e abantesmas? Se tenho nas mãos barbudos proprietários oitocentistas de que ninguém fala mais, e se falasse era para dizer: os Antigos? (Sorrio pensando: somos os Modernos provisórios, a-históricos...)

Os Antigos passeiam nos meus dedos. Eles são os meus dedos substitutos ou os verdadeiros? Posso sentir o cheiro de suor dos guarda-mores, o perfume-Paris das fazendeiras no domingo de missa. Posso, não. Devo. Sou devedor do meu passado, cobrado pela chave. Que sentido tem a água represa no espaço onde as estacas do curral concentram o aboio do crepúsculo? Onde a casa vige? Quem dissolve o existido, existindo eternamente na chave?

O menor grão de café derrama nesta chave o cafezal. A porta principal, esta é que abre sem fechadura e gesto. Abre para o imenso. Vai-me empurrando e revelando o que não sei de mim e está nos Outros. O serralheiro não sabia o ato de criação como é potente e na coisa criada se prolonga, ressoante. Escuto a voz da chave, canavial, uva espremida, berne de bezerro, esperança de chuva, flor de milho, o grilo, o sapo, a madrugada, a carta, a mudez desatada na linguagem que só a terra fala ao fino ouvido. E aperto, aperto-a, e de apertá-la, ela se entranha em mim. Corre nas veias. É dentro em nós que as coisas são, ferro em brasa — o ferro de uma chave. (Carlos Drummond de Andrade)

De formas diferentes se chega a um lugar. Alguns carregam malas pesadas que os impedem muitas vezes de caminhos mais longos. Outros conseguem, apesar do peso, um percurso maior. Outros pelo peso da bagagem, marcam também seu caminho. As pegadas fazem sulcos mais profundos. Há também os que – com pouca bagagem – souberam se fazer mais livres nesse caminho, observando com mais fluidez o trajeto por onde passavam. Sem carregar pesos. Acho esse caminho o mais raro e não sei se foi esse que consegui. Vossa Majestade, quando viaja, acaba carregando um séquito, não? O peso de muitas camadas? Certamente, maior que o meu, não é Majestade?

Mas o meu também já era traçado pelas leituras que fiz, pelas imagens que vi, pelos professores que tive, pelos lugares em que estudei e passei. Porém, algumas escolhas se dão e se deram ao acaso. Alguns livros me apareceram por acaso. A minha sensação de estranho familiar, não. Um dia se daria. Não sei exatamente com o quê, mas, neste caso, no caso deste trabalho e deste momento de minha vida, ela se deu a partir do livro Maluco, do domínio que ia se perdendo ao longo da viagem, do estranhamento às vezes assustador que ia se ganhando ao longo do livro. Nesta minha viagem, juntei de antemão os dois termos sem saber ao certo o que ia ganhar. Sem saber ao certo se ia me perder. O que é ganhar e perder, Majestade?

Pois nessa associação, encontrei minha pergunta de pesquisa, talvez inusitada: o que será que esse estranho familiar poderia me dizer em relação ao meu trabalho de professora de língua portuguesa? E assim, ganhei a possibilidade de poder escrever um pouco do meu caminho de professora de ensino fundamental I, explicar um pouco o quanto eu duvido de caminhos traçados em que, de alguma forma, o navegador não se perca um pouco. Quem perde, ganha. Perdi a noção de domínio porque a estranhei. Perdi a crença numa figura paterna ideal e, a partir disso, pude fazer o caminho de sair de casa. Ganhei o estranhamento dos caminhos, a alteridade, a possibilidade do outro e, em sendo outra, uma voz.

E percebi, *après coup*, que esse caminho estava lá atrás delineado. O que mais me assombrou e surpreendeu foi o fato de domínio e estranhamento serem uma retomada do estranho familiar em português. Domínio, o lugar do senhor, a casa, *home*, *heim*, o que é da casa, da família, familiar. Pois as palavras tinham inconscientemente me tomado.

E assim pude então perceber o que me estranhava. O que eu estranhava também. Estranhava ter da linguagem uma noção tão de consciência. Estranhava também perceber que em relação à expressão “domínio da língua portuguesa” era uma noção de mercado, instrumental, que construía a maior parte dos discursos. Eu domino e posso fazer parte do mercado. Eu domino para não ser excluído do mercado.

Em meu trabalho, muitas vezes a palavra domínio teve a ver com exclusão, poucas vezes, teve a ver com conhecimento; Ou melhor, quando teve a ver com conhecimento era para excluir o outro. O que não dominava. O que não sabia do “instrumento”.

A palavra estranhamento, sim. Ainda que inicialmente se possa ter dela uma conotação pejorativa, em minhas pesquisas estranhamento teve a ver com vontade de conhecer, com perguntar, com o fato de se questionar a respeito dos dados, já dados... Um lance de dados jamais abolirá o acaso... Associo. Estranhamento teve a ver com uma linguagem e com uma língua na qual se possa brincar, se constituir, se conhecer e se perguntar. Todo esse meu caminho foi uma série de perguntas para as quais tentei buscar respostas a respeito do que se dizia sobre estranhamento e domínio na mídia, na internet, nos textos oficiais, nos textos acadêmicos.

Do alto desse caminho tenho a noção de que consegui construir algo. Uma casa nova em que habito, porém onde alguns fantasmas aparecem, como no texto de Ponce de León. Também uma casa em que outros diferentes aparecem. Uma casa. Uma casa que obriga ao abrigar. A língua portuguesa. A língua geral. A língua exponencial. A língua que habito. Uma casa em que a noção de domínio cai por terra porque sei que dela não sou senhora. Porém uma casa que me permite um acolhimento e também me permite acolher. Simbolizar o real para outros tantos que já estão ao meu lado ou que virão depois. Que me permite brincar. Uma casa acolhida,

pertencimento e sujeição. Uma língua entranhada e estranhada. Uma língua das entranhas estranhas do pensamento. Eu penso com a língua. O sabor. O saber. E também o não-saber, o desmoronamento da noção de consciência total, de totalidade, pelas vias da noção de imaginário, real, simbólico, inconsciente, o Outro da língua, os pressupostos, subentendidos, de que quase nunca nos damos conta, que temos que fazer um esforço homérico para desentranhar o sentido.

A expressão “domínio da língua portuguesa” parece ser uma moeda de troca. Uma moeda em relação à qual muitos se sentem desprovidos. Se a língua é materna, como ela poderia desprover um e prover outros, Majestade? Eu teria uma língua materna? Outros teriam uma língua madrasta? Ou será que a mãe que provê em seu não poder, subjugada ao desejo do pai-poder, acaba às vezes não conseguindo evitar uma luta fratricida? A língua é minha pátria, e eu não tenho pátria, tenho mátria e quero fráttria.

Pois quando as crianças brincam, parecem poetas antes da letra. E os poetas, quando brincam, parecem crianças vendo pela primeira vez. *Lalangue*, como diz, Lacan. A língua do inconsciente. Lalande, como dizia Clarice Lispector (1998, p. 169): “o mar de madrugada, quando nenhum olhar ainda viu a praia”. Também a sensação de quem vê o mar pela primeira vez. Ou ainda como Ginzburg, de quem lê o mar ao revés. *Mare*, rema, “rema, rema, remador, quantas vezes já remou?”, as brincadeiras com as palavras, o simbólico quebrando o imaginário, do qual não estamos livres, é certo, pois é nossa condição. Nossa humaníssima trindade. Mas por deslizamentos podemos ser. Contar histórias. Brincar com as palavras. “Professora, por que em português não tem a palavra “verda”? Por que azul não tem feminino? O mar azula? Por quê? Eu vou inventar um peixe-água pra azular no mar”. Um peixe-água. Metáfora e metonímia. Condensação e deslocamento. A linguagem. A língua. O fato de estranho e domínio poderem em português, a minha língua, retomarem o *unheimlich*. A casa, o *domus*, e o outro. Pois é nessa minha língua que eu acolho, em que fui acolhida. As folhas transparentes da cartilha, cobrindo a falta com um cobertor de gestos, gestos de escrita do be-a-bá, o investimento libidinal de minha mãe. Não só esse. Outros.

Toda pessoa precisa reconciliar-se com um mundo em que nasceu como um estranho e no qual permanecerá para sempre um estranho, em sua distinta singularidade, (ARENDT, 1994, p. 308). Cabe à educação – também para Arendt (2008) – situar a criança nesse mundo, dar para ela um nascimento, que vá além de sua natalidade, do fato de ter nascido. Devemos embalar essa criança com a cultura. Com a língua. É com ela, ao ensiná-la, que me reconcilio. Depois dos escombros, “resta a língua”. (ARENDT, 2015, p.34)

Em que cultura inserimos essa criança, seu novo súdito, Majestade?

Imagino que, quando embalamos a criança com o discurso do mercado, tiramos dela o conteúdo e lhe passamos apenas o continente. A embalagem. Como se depois das grandes navegações se desse valor só à terra e não ao povo que nela estava. Não foi isso que aconteceu?

Um produto, que lava mais branco, que fala mais alto, que é fera. Um produto. A língua que etiqueta, coloca rótulos em nossas testas. Aquele sim, domina, o outro, não. Não há vagas. Um produto tão forte que faz com que eu também vire produto. Mas não. Não quero me constituir com o discurso do mercado. A língua não é só um instrumento, repito isso mil vezes. A língua é o meu tijolo. Dura e que me abarca, que às vezes me encolhe. Me prende. Porém é desse barro que eu me constituo. Esse barro não é meu instrumento, ainda que eu saiba, que é com ele que se constrói. Com essa terra dos discursos, na sua materialidade, molhado pelas palavras, com os discursos que faço navegar e que navego. A aula de língua portuguesa. O que ensinar?

A professorinha viu tudo isso e perguntou. E quando se viu frente a esse mar de textos, e inclusive, algumas publicidades de escolas e faculdades, em que o domínio da língua portuguesa aparecia como moeda - em chamadas tão inacreditáveis quanto a que diz que aquele que quer empreender, abrir uma escola tem que ter “visão de dono”, desconfiou, Majestade. Nascemos para aprender. Não somos donos do conhecimento. Como se pode ser dono de algo que se busca? E é um nascimento, a aprendizagem. Morre-se para o que se era antes, para as amarras de antes.

E então, aprendi, Majestade, que, enquanto professora, posso passar à frente, nem sempre o seu discurso de senhor, mas por muitas vezes o discurso do não poder. Porque posso ser capaz de não poder. Um contrassenso? Posso pensar, julgar e agir. Dezescrever. Para Hannah Arendt, pensar, junto com o agir e o julgar são a maneira especificamente humana de estar vivo. Pensar a língua é pensar as formas de manifestação dessa vida.

Posso pensar e estranhar. Olhar como se visse pela primeira vez, um barco chegando. Lalande. O mar pela primeira vez com um barco chegando, pela primeira vez. Que barco? Olhar e estranhar. Eu olho com a distância. Do tempo. O que trazem? Minha língua?

Agora que chego a esse fim, olho com a distância e me reconcilio. Posso tentar dezescrever, igualmente, o discurso de poder que fez com que se considerasse que havia terras a serem descobertas como se nelas não houvesse gente. O discurso de poder que tratou esse continente sem seu conteúdo. Humano. Um produto. O discurso de poder que solidificou a ideia de que o Brasil foi descoberto e não construído aos poucos por várias etnias. E o discurso de poder que estabilizou a ideia de que os portugueses nos descobriram, quando o que ocorreu é

que chegaram aqui - ou invadiram, Majestade? - em caravelas bastante parecidas com a de Juanillo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. (1970) **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf>>. Acesso em 15 jul 2018.
- ARAÚJO, Augusto Ângelo Nascimento. **O texto acadêmico promocional e a ética do malandro**: gestos de análise da incorporação de objetos discursivos em textos. 2016. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-14082017-110544. Acesso em: 2018-10-20.
- ARENDT, Hannah. (2008) *Understanding and Politics*, in *Essays in Understanding: 1930-1954*, New York, Harcourt Brace & Company, 1994.
- _____. Que reste-t-il? La langue maternelle reste: Une conversation de Hannah Arendt avec Gunter Gaus. In: ARENDT, Hannah; JONAS, Hans; VILLANI Tiziana (Org.). **La langue maternelle**. Paris: Association Culturelle Eterotopia France, 2015. p. 19-48.
- _____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2008
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**: introdução de Gilda e Antônio Cândido: estudos de T. Athayde e Otto Maria Carpeaux. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- BARSA. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 17. ed. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial Ltda, 1975. v 2.
- BARZOTTO, Valdir Heitor. **Leitura de revistas periódicas**: forma, texto e discurso - Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976). 1998. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1998.
- _____. Onde aponta o que não fala? In: RIOLFI, Claudia Rosa; BARZOTTO, Valdir Heitor et al (Org.). **Dezescrita**. São Paulo: Paulistana, 2014. p. 29-41. (Coleção Sobrescrita).
- BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. **A construção da pessoa em Wallon e a constituição do sujeito em Lacan**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BATISTA, Adriana Santos. **Arranjos de vozes em textos jornalísticos**: quem discute a educação na cobertura sobre avaliações externas? /2016. Tese (Doutorado em Letras) Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas: Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

- BIBLIOTECA BRASILIANA DIGITAL. **Resumo técnico:** sobre o Dicionário da língua brasileira. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, s/d. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>>. Acesso em: 015 set. 2019.
- BIVAR, Artur. **Dicionário Analógico da Língua Portuguesa**. Porto: Edições Ouro, 1948.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**. Zurich – New York: Georg Olms Verlag, Hildesheim. – vol. 3D-E , 2002.
- BORBA, Francisco S. **Dicionário de Usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BORBA, Francisco S. (Org.) e col. **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** língua portuguesa / Ensino Fundamental. Ensino da 1ª. a 4ª. séries, Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- BUARQUE, Chico. **Chapeuzinho Amarelo**. Planejamento Gráfico: Donatella Berlendis. São Paulo: OESP Gráfica, (s/d).
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Delta S.A, 1958.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'Analyse du Discours**. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- CHIARELOTTO, Arivane Augusta. **Política Educacional nos Anos 90:** A História nos Parâmetros Curriculares Nacionais. 2000. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79205>>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- CHKLOVSKI, Viktor. **A arte como procedimento**. 1917. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2544975/mod_resource/content/1/A%20arte%20como%20procedimento.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.
- Coisas de Mato Grosso**. 2013. Disponível em: <<http://www.coisasdematogrosso.com.br>>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- CORACINI, Maria José R. F.. Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p.475-498, jul./dez. 2009. Semestral. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3398/339829611006.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

- COSTA, Andriolli. Conheça o tchá co'bolo na Dona Eulália, o mais famoso de Cuiabá/MT. In: **Blog Colecionador de Sacis.**, 6 jul. 2018. Disponível em: <https://coleccionadordesacis.com.br/2018/07/06/conheca-o-tcha-cobolo-na-dona-eulalia-o-mais-famoso-de-cuiaba-mt/>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- COUTO, Mia. **LÍNGUA: Vidas em Português**. [Entrevista concedida] Direção de Victor Lopes. Brasil/Portugal, 2003. Color.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Ed.rev. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, 2v.
- _____. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- DERRIDA, Jacques. [1996] **O monolinguismo do outro: ou a Prótese de Origem**. Porto: Campo das Letras, 2001.
- DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- DUCROT, Oswald. (1984) **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.
- DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- DURNAN, Nicholas. 2011. Nós borromeanos 2, escultura em alabastro, 210 x 220 x 50 mm, 2011. Tradução de Borromean Rings 2
- ELIZONDO, Salvador. El Gráfico. In: ELIZONDO, Salvador. **La luz que regresa**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O Analista de Discurso em Formação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p.817-833, set. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/18486/14344>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- FARIA, Daiana de Oliveira. Linguagem e tecnologia: implicações no/do discurso. In: GARCIA, Dantielli Assumpção et al (Org.). **Ressonâncias de Pêcheux em nós**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p. 15-26.
- FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino Português**. – 6ª. ed. – Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1988.
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1945.

FERREIRA, Katia Zanvettor. **Quando o professor é notícia? Imagens de professor e imagens do jornalismo**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.48.2012.tde-03082012-135123. Acesso em: 2018-10-20.

FIGUEIREDO, Antônio Cândido de. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa** - Volume 1, Bertrand Editora, Lisboa, 1978, Col. Dicionários Bertrand

FOLHA. **Para Pierre Lévy, a internet é um território imenso sem nenhum mapa**. 17/08/2007. Disponível em:

<<https://www.itforum365.com.br/para-pierre-levy-a-internet-e-um-territorio-imenso-sem-nenhum-mapa/>>. Folha de São Paulo, 2007. Acesso em 18 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel .(1969) O que é um autor? In: **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Manoel Barros da Motta (organização e seleção) – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa** - Vol II, 3ª edição - Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

FREUD, Sigmund. [1900-1901] A interpretação dos sonhos **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. . Rio de Janeiro: Imago, 1969. 2v.

_____. [1905]. Fragmento da análise de um caso de histeria. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. . Rio de Janeiro: Imago, 1970. p. 13 - 116.

_____. [1910]. A significação antitética das palavras primitivas. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. . Rio de Janeiro: Imago, 1970. p. 157 - 166.

_____. [1919a]. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 145-154.

_____. [1919b]. O estranho. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. v. XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 235-273.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **PCN Fáceis de entender**. São Paulo: Editora Abril, 2001.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **La langue introuvable**. Paris: François Maspero, 1981.

GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, Rubén. Decolonial options and artistic/aesthetic entanglements: An interview with Walter Mignolo. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, Toronto, v. 3, n. 1, p.196-212, 2014

GINZBURG, Carlo. [1976] **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. [1986] Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

_____. Apontar e citar. A verdade da história. In: Dossiê História Narrativa. **RH. Revista de História**. n° 2, Campinas, IFCH-Unicamp, 1991, p. 91-106

_____. [1998] Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-41.

_____. [2000] **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. [2006] **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUERIZOLI-KEMPINSKA, Olga. O estranhamento: um exílio repentino da percepção. **Gragoatá**, Niterói, n. 29, p.63-72, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33074>>. Acesso em: 15 out. 2019.

HIRATSUKA, Lucia. **Os livros de Sayuri**. São Paulo: Edições SM, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª. Edição Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Da linguagem cuiabana**. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 2007. Livro virtual. Disponível em: <<https://oitavalinha.wordpress.com/2010/06/12/da-linguagem-cuiabana/>>. Acesso em: 07 maio 2018.

KLEMPERER, Victor. [2002] **LTI: A Linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.

KRISTEVA, Julia. **Étrangers à nous-mêmes**. Paris: Gallimard, 1988.

LACAN, Jacques. [1954-1955] **O Eu na teoria de Freud e nas técnicas da Psicanálise**. Livro 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 (O Seminário/Jacques Lacan; 2)

_____. [1957-1958] **Le séminaire: Les formations de l'inconscient**. Livre 5. Paris: Éditions Du Seuil, 1998.

_____. [1961-1962]. **O seminário, livro 9: a identificação**. Inédito. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

- LAJONQUIÈRE, Leandro de. **De Piaget a Freud: a (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- LAROUSSE. **Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage**. Bordeaux: Larousse, 1994.
- LÉVY, Pierre. A desvirtuação do virtual. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 jan. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs17019904.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- LHOSA, Mario Vargas. **Tia Julia e o escrevinhador**. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1977.
- LISPECTOR, Clarice. **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.
- MALDIDIER, Denise (Org). **L'inquiétude du discours : textes de Michel Pêcheux. Prefácio**. Paris : Edition des Cendres, 1990.
- MARTINI, André de; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. Novas notas sobre "O estranho". **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 2, p. 371-402, jun. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2018.
- MILNER, Jean-Claude. **L'amour de la langue**. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- MIRANDA, Ana. **Desmundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MORAES, Vinícius de. **Natal**. 1962. Disponível em: <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/natal>>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981**. São Paulo: IMPRES, 1981.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário Ilustrado da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S/A, 1976.
- NASIO, Juan-David. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- OGDEN, Thomas. **Os sujeitos da psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- PÊCHEUX, Michel [1969] Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-105 .
- _____. Sur la (dé)construction des théories linguistiques. In : Documentation et recherche en linguistique allemande contemporaine – Vincennes, n° 27, 1982. Des bords au centre da la linguistique, p. 1-24.

- _____. (1983a) *Análise do discurso: três épocas*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 311-318.
- _____. (1983b) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. (1988) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- _____. **L'inquiétude du discours: textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier**, Paris: Éditions des Cendres, 1990.
- PESSOA, Fernando. **Obra Poética**. GALHOZ, Maria Aliete Dorés (Org.) Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda, 1960.
- PIMENTEL, Maria Cristina Guimarães. **O Professor de Língua Portuguesa dos PCN Fáceis de Entender**. 2006. Dissertação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/1/mode/2up>>. Acesso em: 2 set. 2019.
- POE, Edgar Allan. **A carta roubada e outras histórias de crime e mistério**. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- PONCE DE LEÓN, Napoleón Baccino. (1990). **Maluco: Romance dos descobridores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRIBERAM INFORMÁTICA S.A. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/fera> [consultado em 18-5-2019].
- REY, Alain. Un texte compromettant: le dictionnaire. **Critique: Revue Générale des publications françaises et étrangères**, Paris, v. 26, n. 273, p.163-181, fev. 1970.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação linguísticas**. São Paulo: Difel, 1985.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.
- SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. Disponível em: < http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf>, SciELO, 2014. Acesso em 7 de set. 2019.

SCIELO. **Declaração de Acesso Aberto**. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/declaracao-de-acesso-aberto>>, 04/07/2019 (atualizado em), SciELO, 2019. Acesso em 7 de set. 2019.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SEESP). **O engenheiro que colocou a Folha na web**. Disponível em :<<http://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/18423-o-engenheiro-que-colocou-a-folha-na-web>>, 25/07/2019. SEESP, 2019. Acesso em 12 set. 2019.

SOTAQUE DE CUIABANO, TCHÁ , SISTE ESSA AÍ!!!. O caipira e a loira da cidade. 20 mai 2016. 1;21 mim. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=f_5016f5HpM. Acesso em 07 mai 2018

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, Livia ; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 125-193.

VOLTAIRE. [1759] **Candide ou l'optimisme**. Paris: Gallimard, 1999. (Coleção FOLIO).

VITA, Ercilene. Do humano como valor contra o "joga fora no lixo": de um trabalho de "porco" a um trabalho de "corpo". In: RIOLFI, Claudia Rosa; BARZOTTO, Valdir Heitor (Orgs.). **Dezescrita**. São Paulo: Paulistana, 2014. p. 191-200. (Coleção Sobrescrita).

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

Relação do *corpus* referente à busca feita na internet

Sobre a expressão “domínio da língua portuguesa”
<p>BISPO, Dalila Santos. A Língua Portuguesa e o mercado de trabalho: um olhar sobre as relações entre o domínio do próprio idioma e o êxito profissional. s/d. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5008289-A-lingua-portuguesa-e-o-mercado-de-trabalho-um-olhar-sobre-as-relacoes-entre-o-dominio-do-proprio-idioma-e-o-exito-profissional.html>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>BRAINLY. Ensino superior: Português 5 pontos. 2012. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/8159344>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>BRASLAUSKAS, Ligia. “Mim quer vaga”: Para consultores, domínio do idioma deveria ter mais peso na contratação - Profissionais de hoje ainda tropeçam no português. Folha de São Paulo. São Paulo, 29 ago. 1999. Empregos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce29089901.htm>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>CORREIO BRAZILIENSE: Estudar o Português é investir na carreira. Brasília, 27 ago. 2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2012/08/27/tf_carreira_interna,319240/estudar-o-portugues-e-investir-na-carreira.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>EXPLICATORIUM. Língua Portuguesa: Introdução. s/d. Disponível em: <http://www.explicatorium.com/competencias/lingua-portuguesa.html>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>JCCONCURSOS. Importância da língua portuguesa na carreira. JCconcursos. São Paulo, 19 nov. 2007. Disponível em: <https://jcconcursos.uol.com.br/portal/noticia/educacao/importancia-da-lingua-portuguesa-na-carreira-8444.html>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Produção de Tv Trt (go). Realização de Trt Goiás. Goiânia, 2015. (4 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fzUD5e3387c>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>LOURÊDO, William. A Importância da Língua Portuguesa. Portal da Educação. São Paulo, s/d. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-importancia-da-lingua-portuguesa/19064>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>PORCHAT, Maria Elisa. O domínio da língua. 2012. Post de blog, feito 9/10q2012. Disponível em: <https://mariaelisaporchat.com/2012/10/09/o-dominio-da-lingua/>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>UNIVERSIDADE DA MADEIRA. Avaliação do domínio da língua portuguesa. s/d. Disponível em: <http://uaa.uma.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=160&Itemid=181&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>WEIDLICH, Paula. Domínio do português é um diferencial no trabalho. Tribuna. Curitiba, p. 0-1. 9 set. 2014. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/arquivo/mulher/dominio-do-portugues-e-um-diferencial-no-trabalho/>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p> <p>RUBINI, Paulo. Geração de conteúdo e domínio da língua portuguesa. 2012. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/geracao-de-conteudo-e-dominio-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 25 mar. 2017.</p>

Sobre os termos “estranhamento” e “língua portuguesa”

NEGREIROS, Cláudia Landin. Que português é esse?: Diversidade e estranhamento. **Reflexão e Ação**: Revista do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p.50-71, jan. 2015. Semestral. [Http://dx.doi.org/10.17058/rea.v23i1.5876](http://dx.doi.org/10.17058/rea.v23i1.5876).

ROCHA, Helder S. **O estranhamento da "estrovenga"**. 2006. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/pensamentos/5606912>>. Acesso em: 15 maio 2017.

Relação dos textos encontrados no acervo digital do jornal *Folha de São Paulo*

Artigos de jornal

ANDRADE, Fernando Teixeira de. Siga o roteiro para organizar sua leitura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 8-8. 3 jan. 1990. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10832&keyword=lingua&anchor=712730&origem=busca&pd=c857aab9a7fdc01656399a6f0b44bee8>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ARÊAS, Vilma. O escritor contra a língua. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 8-8. 25 maio 1997. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13530&keyword=lingua&anchor=265499&origem=busca&pd=0217eaa167c9a647250de6a05e8096f5>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

COELHO, Marcelo. O Brasil sem inocência de "Desmundo". **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jun. 2003. Ilustrada, p. 12. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=15738&keyword=%22desmundo%22&anchor=5949953&origem=busca&pd=a6351ba22cae9c13504874c9a4bcf7e7>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MEIRELES, Maurício. Em breve, romance de Rosa ganhará novas traduções em alemão e em inglês. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1. 9 set. 2017. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=47977&keyword=Lingua%2CPortuguesa&anchor=6063810&origem=busca&pd=4be658083c1258663e451dde09d7c5a3>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PERPÉTUO, Irineu Franco. Delírio de Maiakóvski chega à língua portuguesa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 4-4. 16 jun. 2001. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=15013&keyword=lingua&anchor=104987&origem=busca&pd=a8e7eb4f5984274da19e1b6852ace4d4>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Relação dos artigos encontrados na SciELO que fazem parte do corpus

Sobre a expressão “domínio da língua portuguesa”

CASTRO, Ivo. A nova ortografia tem 25 anos. **Diacrítica**, Braga , v. 29, n. 1, p. 498-507, 2015 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

GARCIA-REIS, Andreia Rezende; COSTA, Míriam Fernanda. Os gêneros textuais em avaliações do ENADE de Letras e em concursos públicos para seleção de professores. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e194053, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100187&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.. Epubn13-Dez-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698194053>.

GERMANO, Giseli Donadon; CAPELLINI, Simone Aparecida. Avaliação das habilidades metafonológicas (PROHFON): caracterização e comparação do desempenho em escolares. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 28, n. 2, p. 378-387, jun. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000200378&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019

LASK, Tomke. Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 71-92, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

LEVINO, Danielle de Azevedo et al . Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 2, p. 291-297, jun. 2013 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

MARTINS, I. Analisando livros didáticos na perspectiva dos estudos do discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 117-136, 2006. Disponível em Acesso em 12 mai. 2019.

MATEUS, Maria Helena Mira. Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 18, p.13-24, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

MEDEIROS, Francisca Valkiria Gomes de et al . Análise da práxis docente em Biologia no ensino secundário português. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru , v. 23, n. 2, p. 341-356, jun. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000200341&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170020004>.

PAYER, M. Onice. O "fato da língua" na materialidade da leitura. **Pro-Posições**, Campinas , v. 22, n. 1, p. 23-32, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

73072011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000100003>.

PIRES, Heldemerina Samutelela. Estudantes dos PALOP no ensino superior português: Do acesso à progressão. **Psicologia**, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 149-157, jul. 2000. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492000000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

SILVA, Alexsandro da; MORAIS, Artur Gomes de. Entre tradição e inovação: um estudo sobre mudanças no ensino de gramática em livros didáticos brasileiros de Língua Portuguesa. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 24, n. 1, p. 119-144, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872011000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

Sobre os termos “estranhamento” e “língua portuguesa”

MATEUS, Maria Helena Mira. Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 18, p.13-24, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

LASK, Tomke. Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 71-92, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

PAYER, M. Onice. O "fato da língua" na materialidade da leitura. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 23-32, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000100003>.

PIRES, Heldemerina Samutelela. Estudantes dos PALOP no ensino superior português: Do acesso à progressão. **Psicologia**, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 149-157, jul. 2000. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492000000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2019.

ANEXOS

Definições acerca do termo “domínio” não transcritas no corpo do texto

Domínio: s.m. Lat. *Dominium*: O mesmo que *dominação*. 2. A propriedade de bens imobiliários. 3. A propriedade de quaisquer outros bens; faculdade de dispor de alguma coisa, como senhor dela. 4. Território extenso pertencente a um dono ou senhorio. 5. Possessão de um Estado. 6. Poder, autoridade, império, posse. 7. Espaço ocupado: lugar, habitação, pertença, senhorio. 8. Competência, alçada, atribuição, esfera de ação. 9. Âmbito de uma arte ou ciência. (FREIRE, 1957)

Domínio: s.m. (jur.) propriedade de bens imobiliários: Pode também ter lugar o registro do *domínio*, sendo requerido , sendo requerido pelo proprietário (Código Civil)//A propriedade de quaisquer outros bens// *Domínio direto*, o direito de propriedade que compete ao senhorio direto sobre o prédio enfitêutico. // *Domínio útil*, o direito de propriedade que compete ao foreiro sobre o prédio enfitêutico // Território extenso pertencente a um dono ou senhorio: as possessões de um Estado: *os domínios portugueses na África*.//Poder, autoridade, império// O levantamento de Pelaio...não tardou a converter-se num perigo para o *domínio* muçulmano (Herc.).//Espaço ocupado; lugar; habitação; pertença: Ali não mora cardo lanoso, sarças espinhosas, sem coroadas de abrolhos erriçados, como em *domínio* seu, sobre a calçada amarelenta relva se divisa sêca esterilidade passeando (Garrett.)/ *Domínio comum*, o direito de propriedade que sobre uma coisa é atribuído a qualquer pessoa, sem exclusividade: “Morrendo o autor sem herdeiros ou sucessores, a obra cai no *domínio comum* (Cód. Civil Brasileiro)// Domínio público, o direito de propriedade do Estado. O mesmo que domínio comum.// Ser do domínio do público (fig), ser sabido de todos, constar em público// Competência, alçada, atribuição: este ato pertence ao domínio da moral. (CALDAS AULETE, 1958)

Domínio (L. *dominiu*) 1. V. dominação. 2. Qualidade de proprietário. 3. Faculdade de dispor de alguma coisa como senhor dela. 4. Propriedade. 5. Autoridade. 6. Espaço ocupado, habitação, lugar: pertença. 7. Possessão. 8. Território extenso que pertence a um indivíduo ou Estado. 9. Âmbito de uma arte ou ciência: No domínio da Medicina. 10. Conhecimento. 11. Influência – D. de si (mesmo); autodomínio; sangue frio; força de vontade. D. direto: o do aforador sobre a substância e disponibilidade do imóvel aforado, exceto as suas utilidades. D. do Estado: conjunto dos bens e direitos próprios de uma nação. D. público: coisas que, por sua natureza, não são suscetíveis de propriedade privada. D. útil: o do foreiro ou confiteuta de tirar do imóvel aforado toda a utilidade, salvos apenas os direitos do senhorio direto. Ser de d. público: ser sabido de todos; constar em público. (**BARSA, autoria coletiva, 1975**)

Dominação: Domínio: autoridade exercida sobre pessoas ou grupos, poder soberano. (Do lat: dominatione)

Domínio: Dominação: autoridade: propriedade de bens imóveis e outros quaisquer: território extenso pertencente a um senhorio: possessão de um Estado; espaço ocupado, habitação, pertença: esfera de ação. Ser do domínio público: ser sabido. (Do lat.: dominiu.) (**NASCENTES, 1976**)

domínio (*sXV cf. IVPM*)

princ.

lat. *dominũm*, *ĩ* no sentido de

'domínio, propriedade, senhorio', ligado a *domĩnus*, *i* no sentido de

'proprietário, possuidor, senhor de', der. de *domus*, *i* ou *domus*, *us* no sentido de

'casa, habitação, família, pátria'; ver *domin-* *edom-*; f.hist. sXV *domjnio*

substantivo masculino

1 supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência; *domi*nação, império <o d. do mais forte>**2** direito ger. reconhecido de propriedade e supremacia d

e um indivíduo ou indivíduos sobre outro(s)³ controle (de forças da natureza, emoções etc.) ou o ser controlado por tais forças *«o d. do fogo custou algumas vidas aos bombeiros» «os portugueses tiveram outrora o d. dos mares» «estar sob o d. das paixões»*⁴ conhecimento seguro e profundo *«um ator que tem perfeito d. de seus gestos» «o aluno tinha pleno d. das matérias em que foi examinado»*⁵ objeto privilegiado de estudo; especialidade; pertença *«a literatura é o seu d.»*⁶ INF representação simbólica alfanumérica de um recurso na internet originalmente identificado por um endereço (IP) numérico e destinada a localizar e identificar conjuntos de computadores na rede^{6.1} JUR conjunto de coisas sobre as quais é exercido esse direito⁷ JUR qualquer bem móvel e principalmente imóvel; propriedade

⁸ GEOPOL território extenso que pertence a um indivíduo ou ao Estado; posse⁹ GEOPOL espaço abrangido pela terra firme, e/ou pelos mares que a banham, e/ou pelos rios que a atravessam pela coluna aérea que se lhe sobrepõe, no qual se exerce a soberania do Estado ou a sua autoridade *«d. terrestre, marítimo, fluvial, aéreo»*¹⁰ GEOPOL território, espaço etc. ocupado por Estado estrangeiro; ocupação, posse¹¹ HIST.POL cada um dos Estados autônomos que se autogovernam dentro da Commonwealth britânica, com igualdade de *status* em relação ao Reino Unido e de uns em relação aos outros¹² INTERN grupo de computadores e dispositivos interligados em rede, administrados como uma unidade, sujeitos a regras e procedimentos em comum e compartilhando o mesmo nome de domínio¹³ FÍS.COND conjunto de cristais que, num sólido ferromagnético, são vizinhos e têm momentos magnéticos paralelos a uma mesma direção¹⁴ MAT conjunto a que uma variável está confinada *«o d. dos números reais»***sinônimos**
ver sinonímia de *alçada*, *autoridade* e *sapiência***antônimos** ver antonímia de *prática* e sinonímia de *ignorância*

domínio complexo ANL.MAT

conjunto constituído por elementos cujos números são complexos; domínio dos complexos

domínio de integridade ÁLG

anel comutativo sem divisores de zero, munido de um elemento neutro multiplicativo

domínio direto JUR

domínio do titular ou proprietário na enfiteuse; domínio eminente

domínio dos complexos ANL.MAT

m.q. domínio complexo

domínio dos reais ANL.MAT

m.q. domínio real

domínio eminente JUR

1 direito de propriedade que tem o Estado sobre seu território

2 m.q. domínio direto

domínio foreiro JUR

m.q. domínio útil

domínio limitado JUR

aquele de que se desmembraram para as mãos de outrem alguns dos direitos que lhe são inerentes

domínio livre JUR

aquele que não é vinculado pela enfiteuse

domínio onerado JUR

aquele a que se atribuem certos encargos ou certas gravações, em virtude de que seu titular não o pode fruir com ampla liberdade ou dele não pode dispor enquanto vigentes os referidos encargos ou ônus

domínio ordenado ÁLG

domínio caracterizado pela presença de conjunto ordenado

domínio pleno JUR

aquele em que todos os direitos que lhe são inerentes, de utilização ou de disposição, se acham reunidos nas mãos do mesmo titular ou pertencem ao mesmo senhorio

domínio privado JUR

tudo que é de domínio particular por oposição ao que é de domínio público, podendo ser de uso privativo do Estado, que exerce seu direito de proprietário, ou de uso de um indivíduo

domínio público

1 JUR regime jurídico relativo aos bens pertencentes à União, a um estado ou a um município, inalienáveis e imprescritíveis, que podem ser de uso comum (mares, rios, estradas, ruas, praças) ou especial (edifícios outeiros ligados a repartições públicas)

2 condição de uma obra (artística, de invenção, de desenho industrial etc.) que pode ser livremente reproduzida, apresentada ou explorada sem necessidade de autorização ou de pagamento de direitos autorais, por esgotamento do prazo previsto em lei ou por outro motivo

que tenha feito expirar a propriedade intelectual *quando se passaram 60 anos da morte de Machado de Assis, sua obra caiu em d. público*

3 *p.ext.* situação de um fato ou de uma informação que deixou de ser particular e sigilosa, ou que perdeu essecaráter, sendo, portanto, do conhecimento de todos *«a vida particular d aquele artista já é de d. público»*

domínio real ANL.MAT

domínio em que a variável assume somente valores reais; domínio dos reais

domínio senhorial HIST

extensão territorial que, na Idade Média, pertencia ao senhor e era por este dividida em lotes, concedidos aos camponeses ou foreiros para que neles trabalhassem

domínios isomórficos ÁLG

sistemas entre os quais é possível ocorrer isomorfismo

domínio territorial JUR

poder exercido pelo Estado em toda a extensão do território nacional e nas águas territoriais

domínio útil JUR

aquele de que é titular o foreiro ou enfiteuta, em relação ao bem aforado, e no qual se computam todos os direitos de utilização e disposição do prédio enfiteutico; domínio foreiro (HOUAISS, 2001)

Domínio Nm *[**Abstrato de ação**] [± **Compl:de/sobre + nome**] **1** subjugação: É uma seita que [...] luta pelo poder político e pelo domínio do mundo (SI-O); Hitler consolidava o seu domínio sobre as emoções alemãs (IS); Calcula-se que foram produzidos 1.350 longas metragens nos doze anos de domínio nazista (NAZ) *[**Abstrato de estado**] [± **Compl:de/sobre + nome**] **2** posse; controle; supremacia: O Coronel tinha o domínio de todas aquelas terras (HB) [Sêneca] crê que o homem tem um domínio sobre a vida e a morte (HF); Seu domínio sobre o Padre é evidente e chocante (REB) **3** propriedade: Compareceram 17 chefes políticos e tornaram explícitos os limites das áreas de seu domínio (CRO) **4** conhecimento ou posse : As autoridades resolveram conhecer o que era de domínio público (ZH); o responsável pela descoberta espera [...] até que o invento caia em domínio público (EX) **5 circunscrição; âmbito**: tudo aquilo que ocupa espaço pertence ao domínio da

arquitetura (AQT); Há alguns processos humanos que se circunscrevem no domínio de Eros (ER); O erotismo se inscreve no domínio da fantasia (PO) (BORBA, 2002)

Domínio: dominação: 1. No início o Brasil viveu sob o domínio português. 2. Controle, supremacia: *O domínio da mãe sobre ele era evidente.* 3 conhecimento ou posse: *O caso já é de domínio público.* 4. circunscrição, âmbito: *Problemas de enxaqueca pertencem ao domínio da neurologia.* 5. conhecimento seguro e profundo: *Lauro é um professor que tem domínio de sua matéria* 6. território: propriedade: *Os domínios do coronel vão até o rio.* (BORBA e colaboradores, 2004)

Definições acerca do termo “estranhamento” não transcritas no corpo do texto

Estranhamento: Ato de estranhar.

Estranhar. Achar estranho, fora do comum, diferente daquilo a que se estava habituado (...)

Estranho: adj. Lat. *extraneus*. Anormal, fora do comum, desusado, novo, extraordinário./ 2. Desconhecido, misterioso./ 3. Singular, esquisito./4. Surpreendente./ 5. Que se estranha; repreensível; digno de censura ou reparo./ 6. Impróprio./7. Grande, excessivo. /8. Esquivo./9. Distráido de alguma coisa./ 10. Alheio a qualquer influência, insuscetível de ceder a ela; isento, livre de influências, compromissos, etc. / 11. Perfeito, bem acabado, maravilhoso./ 12. Estrangeiro.

Estranho s.m. Indivíduo estrangeiro./2. Pessoa que não pertence a uma corporação ou uma família. (FREIRE, 1957)

Estranhamento: s.m. ato de estranhar./ (Ant.) Censura, repreensão, exprobração; as palavras com que se exprime a estranheza.

Estranhar, v.tr. achar estranho, fora do comum, do habitual: estranhar o clima, a temperatura de um país, seus costumes, etc. / Não se acomodar com/ Achar diferente do que se esperava ou do que era natural esperar/ Tratar com esquivança, fugir/ Causar espanto, admiração; parecer estranho, digno de reparo ou censura/ Notar com estranheza/ V. pr esquivar-se, afastar-se/ Desavir-se (...)

Estranheza (...) Estranhezas namoradas, demonstrações extremas de amor (...)

Estranho: adj. Anormal, fora do comum, desusado, novo; espantoso/ Desconhecido, misterioso. (...)(AULETE, 1958)

Estranhamento. 1. Ação de estranhar alguma coisa. 2. Admiração

Estranhar, v.tr.dir. 1. Julgar estranho, oposto aos costumes, aos hábitos: Estranhava aquele povo, aquele país. 2. Achar diferente, novo, pouco familiar: *Estranhar a cama, a comida, a*

recepção. 3. Notar com estranheza: Estranhei-lhe aquela atitude. 4. Fugir de, manifestar timidez ou repulsa a. Tratar com esquivança: Pedrinho *estranha* qualquer pessoa desconhecida. 5. Censurar, repreender: O diretor chamou o funcionário ao gabinete para lhe *estranhar* a negligência.

Estranho, adj. 1. Estrangeiro, externo. 2. Que é de fora; alheio 3. Sem qualquer ligação com. 4. Esquivo. 5. Extraordinário, surpreendente. 6. Impróprio. 7. Repreensível. S.m. 1. Indivíduo estranho. 2. Pessoa que não pertence a uma corporação ou a uma família.

Mirador (autoria coletiva/ 1975/2000)

Estranhamento: Ato de estranhar.

Estranhar. V.t. Achar estranho, diferente do acostumado, diferente do que se esperava; achar extraordinário, oposto aos costumes, ao hábito; tratar com esquivança (pessoa que não costuma ver); não se conformar; não se familiarizar com; manifestar timidez ou repulsa a; causar espanto, admiração; notar com estranheza, censurar./ v.pron. Esquivar-se, afastar-se.

Estranho, adj. Estrangeiro; externo; que é de fora; anormal, extraordinário; desusado; singular; esquisito; espantoso, surpreendente: pensamentos estranhos; desconhecido, misterioso; sons estranhos; alheio, livre, isento; estranho a todos os interesses; esquivo; impróprio./ s.m. Indivíduo estrangeiro; indivíduo estranho; indivíduo que não conhecemos; indivíduo que não pertence a uma comunidade, grupo ou família.

(NASCENTES ,1976)

estranhamento (1562 *cf.* JC¹)

princ.

substantivo masculino

1 ato, processo ou efeito de estranhar

2 admiração, espanto, pasmo diante de algo que não se conhece ou não se espera; estranhez a

3 sentimento de certa aversão a alguém ou algo que não se conhece; repulsa

4 ^{LIT} numa narrativa, estratégia construída a partir da peculiaridade do estilo, do desvio do uso padrão da língua(em termos sintáticos, morfológicos ou fonológicos) ou de qualquer ou

tro recurso, cujo objetivo é chamar a atenção do leitor para algum aspecto daquela *«aquele neologismo foi um e. no ro-mance»*

5 **TEAT** m.q. distanciamento

6 **ant.** rigor com que se repreende alguém; crimeza

6.1 **ant.** a palavra **us.** nesta repreensão

sinônimos

ver sinonímia de *repulsão* e *timidez*

antônimos

ver antonímia de *repulsão* e *timidez*

lat. *extranĕus, a, um* no sentido de que é de fora', de *extra*; ver *estranh-*; **f.hist.** sXIII *estranho*, sXIII *estranno*, sXIII *extraneo*, sXIII *estrayo*, sXIII *extranyo*

estranho (sXIII **cf.** *FichIVPM*)

princ.

etim.

adjetivo

e

substantivo

masculino

1 que ou o que é esquisito, que ou o que se caracteriza pelo caráter extraordinário; excêntrico *«moda e.» «artista e.» «é um e.»*

2 que ou o que é de fora, que ou o que é estrangeiro *«é um (indivíduo) e. àquela comunidade»*

adjetivo

3 que causa espanto ou admiração pela novidade; desconhecido, novo *«cultura e.»*

4 que, de alguma forma, foge aos padrões de uso, aos costumes estipulados pela sociedade *«o e. comportamento dos jovens»*

5 que não se conhece ou reconhece; que desperta sensação incômoda de estranheza *«acho u-o muito e., bastante mudado»*

6 que não faz parte de, que não pode ser identificado ou relacionado com *«este é um item e. ao programa dopartido»*

7 que se esquia, que foge ao convívio

8 misterioso, enigmático ou que levanta suspeitas *«crime e.»*

sinônimos

ver sinonímia de *ádvena* e *excêntrico*

antônimos

ver antonímia de *ádvena* e *excêntrico*

homônimos

estranho (fl. *estranhar*)

noção de

'estranho', usar *antepos.* alotrio- e paradox(i/o)-

estranhar (*sXIII cf. FichIVPM*)

princ.

conj.

etim.

verbo

1 *t.d.* admirar-

se (alguém) por não achar natural, por perceber (alguém ou algo) diferente do que se conhece ou do que seria de se esperar *«estranharam aquele seu modo de vida» «estranhou que não o convidassem»*

2 *t.d.* surpreender-se, assombrar-

se em função do desconhecimento *«estranharam a explicação dada pelo médico»*

3 *t.d.* não se adaptar, sentir-

se incomodado; ter sensação desagradável diante de (uma nova realidade) *«os imigrantes e estranharam o clima e os costumes do local» «o hóspede estranhava os hábitos daquela família»*

4 *t.d.* não se conformar com (alguma coisa), não se acomodar; rejeitar *«impaciente, estranhava a cama, a alimentação»*

5 *t.d.* manifestar timidez, medo, desconfiança em presença de (alguém ou algo) desconhecido ou quase desconhecido *«estranhou os visitantes»*

6 *t.d. e pron.* mostrar hostilidade, por vezes física, para com outrem *«o cão estranhava seu dono» «os colegas estranharam-se por um motivo à toa»*

7 *t.d.* achar censurável; condenar *«como ousaria e. os erros de seus subordinados, se era o primeiro a cometê-los?»*

8 *pron. (prep.: com)* não tratar com cortesia ou cordialidade; destratar *«estranhava-se com quem desperta antipatia»*

homônimos

estranho(1ª p.s.)/ *estranho*(adj.s.m.); estranháveis(2ª p.pl.)/ *estranháveis*(pl.estranhável[adj. 2g.]) (HOUAISS, 2001)

Estranhamento Nm [Abstrato de processo] distanciamento; afastamento: *um teatro que parte do mais puro realismo para deflagrar um processo de estranhamento*(IS); *trata-se de produzir um processo de “estranhamento” de forma a neutralizar uma suposta familiaridade* (UM)

Estranhar V*[Ação processo Unipessoal] {Compl: a+nome humano} 1 causar estranheza: *Não me estranha se me disserem que come carne de bicho nojento* (SE); *mas se estranha que aconteçam coisas assim* *(FSP) [Processo] [+ Compl: nome ou oração] 2 experimentar sensação ou sentimento diferente do habitual: *Estranhei o provérbio, mas pelo jeito Gumercindo estranhou mais ainda* (VID): *Quando me viu entrar, estranhou que o ensaio tivesse acabado tão cedo* (SR); *Bem estranhei fechores teu escritório* (L) (BORBA, 2002)

Estranhamente Adv 1 expressa uma atitude de estranheza do falante em relação ao que está sendo dito 2 de modo estranho

Estranhamento Sm. distanciamento, alheamento. *Continuava sentindo pavor e estranhamento diante da realidade.*

Estranhar Vt 1 achar diferente ou anormal 2 manifestar timidez, desconfiança ou habilidade para com 3 causar estranheza, espantar 4 brigar; desentender-se

Estranhável Adj1 condenável, repreensível 2 que causa estranheza ou dúvida

Estranheza Sf 1 surpresa, espanto 2 característica do que é estranho ou desconhecido, singularidade 3. Sensação estranha ou desconhecida 4 número quântico que caracteriza o comportamento de certas partículas.

Estranho: adj. 1. fora do comum; desusado. 2. Desconhecido 3. Misterioso, esquisito. 4. Que não faz parte (de); externo, alheio. Sm: [Co] 5 Quem é desconhecido. 6. Quem é estrangeiro. 7. Quem é de fora; quem é alheio. 8 Fato incomum ou desconhecido (BORBA e colaboradores, 2004)

Figura 9a: Anúncios de emprego no jornal *Folha de São Paulo* (22 de janeiro de 1989)

[illegible]

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 22/01/1989

Figura 12 – Artigo da *Folha de São Paulo* sobre novas traduções de Guimarães Rosa

Em breve, romance de Rosa ganhará novas traduções em alemão e em inglês

DO COLUNISTA DA FOLHA

Como recriar poeticamente, em outra língua, o idioma concebido por Guimarães Rosa? Dois grandes tradutores dedicam-se, agora, a responder essa pergunta.

“Grande Sertão: Veredas” ganhará traduções em duas línguas influentes no mercado livreiro internacional: o inglês e o alemão.

Quem se dedica a verter o catatau rosiano para a língua

de Shakespeare é a australiana Alison Entrekín, uma das principais tradutoras de literatura brasileira no exterior. Depois de uma seleção rigorosa, ela foi a escolhida pela Wyjie Agency, agência literária mais poderosa do mundo, que representa o escritor, e por Eduardo Tess, detentor dos direitos, para a tarefa.

No caso do idioma germânico, o responsável por domar o sertão rosiano em outra língua é o professor Ber-

thold Zilly, que já verteu para o idioma Radian Nassar, Euclydes da Cunha e Machado de Assis, entre outros. Entrekín, que recebeu um patrocínio do Itaú Cultural para poder dedicar-se, espera terminar a empreitada em três anos. O romance já tem até editoras no mundo anglófono: no Reino Unido, a Jonathan Cape, do grupo Penguin Random House; nos Estados Unidos, a prestigiosa Alfred A. Knopf

Já a tradução de Zilly, que ele planeja publicar em 2019, sai pela Hanser, uma das principais editoras alemãs de humanidades e literatura. O romance já tinha traduções nas duas línguas. Em inglês, por James Taylor e Harriot de Onís, importante tradutora do boom latino-americano; em alemão, por Curt Meyer-Clason, amigo de Guimarães Rosa (1908-67).

Mas tanto Zilly quanto Entrekín defendem que, passa-

do tanto tempo, é hora de corrigir distorções realizadas por esses trabalhos.

“[A tradução] não tenta reproduzir a linguagem de Guimarães Rosa. Ela só conta a história, numa prosa muito mais convencional do que a em português”, diz Entrekín. Para Zilly, as versões estrangeiras — feitas com o autor ainda vivo — tentaram levar em conta a recomendação dada por Rosa de causar estranhamento no leitor, mas

não foram muito longe.

“Esses tradutores produziram algo mais ou menos dentro da expectativa do leitor. Talvez o público estrangeiro não estivesse tão maduro. Mas estou considerando que tenho carta branca do próprio autor para espantar um pouco o leitor!”, ri Zilly.

É claro, os dois agora têm a chance de aprender com os erros e os acertos do tradutores que os antecederam. (MM)

Figura 13 – Artigo de Vilma Arêas publicado na *Folha de São Paulo*

REPÚBLICA

O escritor contra a língua

VILMA ARÊAS

especial para a Folha

"Pães ou pães é questão de opiniões", afirma o ditado. E poderíamos ficar por aqui. Mas o artigo de Marcelo Coelho sobre o escritor Francisco Dantas, "Pastiches Parnasianos", no *Malal* de 6 de abril, me perturbou, o que me leva a querer conversar sobre o assunto, embora com o atraso da falta de tempo.

A perturbação se deve em parte a discordâncias, em parte a dúvidas. Por exemplo, não posso concordar com a afirmação de que exista cátenia de bons romancistas no Brasil. Minha impressão vai na direção oposta. O que observo é que vem se diversificando a produção de textos ficcionais entre nós, havendo-os para todos os gostos: tradicionais, modernos, experimentais, obedientes à moda, esparmiados, contidos, ingênuos e não. Acho, inclusive, que começa a haver por aqui uma boa produção de livros médios, que, a par do sucesso, tem sua importância na formação e manutenção dos sistemas literários. Pelo menos é o que achavam Mário de Andrade e Lúcia Miguel-Pereira, com os quais concordo.

Quanto aos que considero bons, a produção também é diversificada. Tão diversificada que um escritor como Jean-Claude Bernadet se dá ao luxo de escrever uma obra-prima como "A Doença, Uma Experiência" (Companhia das Letras), e outros livros apenas habilitados. A variedade da produção faz com que a crítica não dê conta dela ou, por outro qualquer motivo, muitas vezes a deixa de lado. Falo evidentemente da crítica visível e não dos trabalhos escolares, contra os quais também não vale a pena empunhar espadas.

Mas não vou enveredar por esse caminho, que me levaria muito longe e me forçaria a omissões injustas. Entre os novíssimos, cito apenas dois, que considero acima da média: "O Motor da Luz", de João Almino, livro "chelo de elipses e forquilha", como diz o Francisco Alvim, e "Os Companheiros", do mesmo João Inácio Padilha, cujo livro que passou batido, muito mal editado pela Companhia das Letras.

Quando no nosso Francisco

Dantas, o que me deixou dúvidas e surpreendeu na avaliação de Marcelo Coelho é que, inapelável e peremptória em alguns trechos, muitas vezes contém em seus próprios termos seu oposto. Um exemplo é a afirmação de que, estruturando-se a "Cartilha" em torno da decadência de uma família rica, o monólogo interior dos personagens usa "os clichês e o mau gosto de uma 'literatura' de época, que conformava o pensamento daquelas pessoas". Mas essa adequação é um traço positivo. Ou não?

Outro ponto: afirma-se que "Os Desvalidos", obra de "mera imitação" e "extemporânea" de Guimarães Rosa, é "sem dúvida competente". Outro ainda apesar de ter "habilidade estilística", "virtuosismo léxico", "variedade vocabular", essas qualidades da "Cartilha" são neutralizadas porque o autor mostra "empenho em demonstrar tanta habilidade", desdobrando para o verborrágico, para o kitsch, para o mau gosto, para o "narcisismo estilístico", caracterizado pela presença de repetições e alongamentos da frase.

Mas essa meada, segundo penso, pode ser tomada pela outra ponta. I. é, por exemplo, um comentário de José Paulo Paes a "Os Desvalidos" na época da publicação do livro, aliás guardei o recorte, no qual o crítico e poeta julga oportunos o exotismo e o inusitado de muitas das construções estilísticas de Dantas porque iriam na contra-mão da pobreza, das repetições e sensorialidade de uma espécie de "língua geral" que existiria nos meios de comunicação de massa. Nesse mesmo rumo, sem negar uma espécie de anacronismo nessa prosa, Paes a avalia positivamente na medida em que serve de corretivo a "certo abastardamento vernacular da nossa prosa de ficção mais recente".

Bom, também acho esta última afirmação geral demais para ser indiscutível. Mas José Paulo, de maneira feliz, inclui Francisco Dantas, com todas as provas e exemplos, no filão da ficção nordestina dos anos 30, capaz de oferecer bons frutos "a quem saiba lavrá-lo com engenho e arte".

O curioso é que o próprio Francisco Dantas, autor perfeccionista, tenaz e consciente de seu próprio trabalho, em entrevista a um jornal

sergipano, afirma ser o anacronismo, ou aparente anacronismo, de sua prosa derivado da intenção de se colocar à margem do gosto e da demanda atual. Ele sofre de uma espécie de teimosia criativa que considero, no mínimo, estimulante.

Se esse puro desejo não assegura, claro, a qualidade da obra, não deixa de dificultar sua recepção, a que se junta o que ele chama de "enfado interiorano, rural", que pode espantar "feito chuva grossa em feira livre". Principalmente o leitor potencial que "está mesmo" em São Paulo e Rio de Janeiro. Os escritores da província não têm condição de influir nacionalmente em coisa alguma, "mormente na formação do gosto literário". Certo ou errado? Acho que certo.

É também difícil discutir neste espaço a imitação de Guimarães Rosa ou o pastiche. Mas talvez Marcelo Coelho, assim, procure caracterizar melhor a sensação de estranhamento, de chateação e de falsidade, à falta de termo melhor, que a frase de Dantas pode causar. De um lado, ele tem razão. A frase é mesmo estranha, construída, não é natural, se é que algum ingrediente ficcional pode ser caracterizado desse modo, não é macia, tem uma pedra no meio desse caminho (sem blague, juro), pode enjorar se não estamos com todos os sentidos ligados.

Além, a ficção de boa qualidade muitas vezes não diverte, ao contrário, pode aborrecer, talvez porque de muito trabalho, frequentemente leva a um ponto radical as possibilidades de construção da língua, caminha-se lentamente, às vezes não existe nenhum atalho (nenhuma intriga) etc. Se vamos nos opor a isto, atiramos pela janela grande parte da produção de qualidade de nossa época, a começar pelo grande Beckett.

Quanto ao parnasianismo, pode ser um rótulo que cobre coisas diferentes. Existem parnasianos e parnasianos. Existe aquela boba-gem de querer ser palmeira, habitar num píncaro azulado, e existe, por exemplo, o esquisitezmo Augusto dos Anjos, que o João Cabral aproxima de Cesário Verde; só que este, com sua "água de vidro" que "escreve lavando", se opõe também ao outro que encaixou tudo com o rio nordestino. Trata-se de

tinta e não de água, que ignora a Fábula, "escreve negro tudo", tem "timbre fúnebre" e "dureza da pisada".

Talvez o parente próximo de Dantas seja mais Augusto dos Anjos que Guimarães Rosa. São autores também difíceis de se citar aos pedacinhos. Perde-se a intenção e o timbre falseia. Se alguém ouvir, por exemplo, destacado de seu conjunto, que "a noite se esparrama contra o céu como um paciente anestesiado sobre a mesa" (perdoem a tradução), e ficar por aí, poderá achar o verso excessivo, de mau gosto etc e perderá a famosa canção de amor escrita por T.S. Eliot.

Não é verdade que, em se tratando de literatura, escreve-se com a língua, mas necessariamente contra ela? Parece que dizer o que a língua sabe dizer não é escrever. E aí não são poucos os riscos que se corre, inclusive o da ilegibilidade.

Quando um autor se torna legível Décio de Almeida Prado me contou que, em seu tempo de jovem, ninguém conseguia ler os modernistas, que viviam apresentando os amigos com os próprios livros. Gleonice diz que Jorge de Lima fazia o mesmo no Rio. Nos anos 60, Bandeira já era legível, embora ninguém o lera como o Davi, mas o Drummond, não. Diz-se que era duro e alinda tinha aquela pedra. Clarice Lispector pertence ao mesmo rol, o que parece incrível hoje, com toda essa agitação ao seu redor. Diziam que sua sintaxe esquisita se devia ao fato de ser estrangeira. Ela assinava G.L. em "Senhor" e achavam que era Carlos Lacerda, pasmem.

Acho, Marcelo, que o que me incomodou mesmo foi o tom. Demolidor demais e, por isso mesmo, injusto. Nem a orelha do livro escapou. Não fui eu que a escrevi, é bom que se diga, mas assinaria a frase que abre o comentário: "Rememoração e remorso são as duas experiências humanas fundantes dos personagens-narradores desta 'Cartilha do Silêncio' ". Como se pode ver, a frase solta parece arbitrária sem o ser. Há que ler o livro para conferir.

Vilma Arêas é professora de literatura brasileira na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Figura 14 - O Brasil sem inocência de “Desmundo”, artigo de Marcelo Coelho publicado na *Folha de São Paulo*

E 12 quarta-feira, 11 de junho de 2003

ILUSTRADA

FOLHA DE S. PAULO

MARCELO COELHO

O Brasil sem inocência de “Desmundo”

“NINGUÉM é inocente, muito menos tu.” Fiquei meio desconfiado quando vi a frase nos anúncios de “Desmundo”, filme de Alain Fresnot. Há via algo de melodramático naquela acusação. Claramente, pensei, o anúncio do filme pretendia ostentar uma espécie de sabedoria amarga (e fácil) sobre a vida e os seres humanos.

E isso (continuei pensando) sempre atifa a coragem do espectador, que sob a capa de um filme sério poderá mergulhar na baixaza, na violência, na malignidade de seus semelhantes não para entendê-los, mas para se congratular com isso.

Podrão geral, portanto! Ninguém escapa. Nem mesmo a virgem e devota portuguesinha Ori-bela (Simone Spoladore), que aporta no Brasil em 1570, numa leva de orfãs destinadas a casar com os senhores-de-engenho e provê-los de herdeiros brancos. Lá estava eu vendo o filme. O que será que ela vai fazer de errado?

Quem estava errado era eu. “Desmundo” é muito sério e dramático, mas nada apelativo. A exemplo de “O Pianista”, de Polanski, é daqueles filmes que não saem da cabeça da gente. Sem dúvida, isso se deve aos horrores, às desumanidades, aos casos de selvageria que são levados ao conhecimento do espectador. Mas o

modo de filmar de Fresnot, austero e conciso, não parece querer tirar vantagem emocional daquilo que está sendo mostrado.

Contribui para essa austeridade o fato de que o filme é todo falado em português arcaico. Mal-e-mal pescamos algumas frases reconectíveis. O uso das legendas, num filme brasileiro, acentua assim uma impressão de distanciamento, de estranheza, de anti-sentimentalismo que talvez não fosse fácil de conseguir com a presença de tantos (ótimos) atores conhecidos pelas novelas da Globo, como Osniar Prado, Boatriz Segall e Débora Olivieri.

A língua arcaica também serve, é claro, para marcar a separação entre aquele mundo de colonizadores brutais, de estupradores abençoados pela religião, de escravagistas e de genocidas, e os costumes mais brandos dos frequentadores do Espaço Unibanco de Cinema.

Mas aqui entra a frase fatídica: “Ninguém é inocente, muito menos tu”, pronunciada por Berta Zemel numa interpretação memorável. Ela é a sogra de Ori-bela. A moça, ao mesmo tempo carola e independente, tem horror do marido que lhe impuseram. Faz descobertas cada vez mais chocantes a respeito daquele mundo prisional, insinutivo e sinistro a que está confinada. Ah, é? Não te-

com o tempo, os duros portugueses: tanto o brutal senhor-de-engenho como a inflexível Ori-bela terão de se confrontar com o novo mundo.

Tudo correria o risco de terminar de modo apologetico: ainda bem que não mais vivemos nesse tempo, ainda bem que esse processo de construção da “civilização brasileira”, como até hoje muita gente gosta de dizer, está mais ou menos concluído, ou bem avançado.

Ao contrário, “Desmundo” acerta justamente quando se recusa a traçar linhas de continuidade entre aquele passado e o presente. A medida que põe os atores falando numa língua estrangeira, que filma a natureza de forma claustrofóbica, que aposta num estranhamento do espectador, Fresnot parece rejeitar toda uma ideia de ancestralidade idílica, gilberto-freyriana, que ficou novamente em voga com a celebração dos 500 anos.

Seria muito fácil eleger este ou aquele personagem como vítima e fazer um filme com apelos sentimentais. O incrível de “Desmundo” é que esses personagens, essas vítimas, de fato existem na história. Mas o filme não dá ao espectador o prazer (eticamente suspeito no Brasil de hoje) de se identificar com elas e esquecê-las em seguida.

por vezes, um paralelo entre a sorte da protagonista e as tentativas desesperadas dos judeus de se esconderem da perseguição nazista.

O filme parece descrever uma espécie de “marco zero” da civilização. O jesuíta, que quer educar os índios, livrá-los do cativo etc., recorre ao sequestro de crianças e à violência contra as mães para conseguir seu objetivo. E, se os portugueses nos aparecem incompreensíveis e cruéis, os índios e negros — cujas falas nem sequer têm legenda — são de uma alteridade total. Seria preciso que índios, negros, os marranos e a natureza tropical “civilizassem”,

za exuberante etc...

Não há nada de paradisíaco nem de inocente no Brasil de “Desmundo”. O que vemos no filme é racismo, intolerância religiosa e opressão. Mesmo as paisagens belíssimas do litoral, nenhum personagem toma conhecimento delas.

O senhor-de-engenho quer herdeiro branco, por mais que faça filhos com quem bem entender. O papel dos jesuítas, que seria o de impor um mínimo de lei, obediência e construção moral aos donos da terra, está longe de ser benigno. Tanto o enredo do filme quanto sua cenografia traçam,

nha a pretensão de julgar os outros, parece dizer a sogra: aqui ninguém é inocente, muito menos tu.”

O contraste não poderia ser maior com a famosa sentença que diz não haver pecado abaixo da linha do Equador.

Um dos maiores méritos de “Desmundo”, sem dúvida, é justamente este: o de contestar frontalmente a visão, comuníssima durante as comemorações dos 500 anos de que o Brasil nasce da “confluência”, da “fusão”, do “congruamento” de três raças, sem contar com a alegria da natureza, do calor tropical, da nature-